



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO

DANILO BORGES E SILVA DE ARAÚJO

O QUILOMBO NA TV: as representações sociais dos quilombolas no Jornal
Nacional

RECIFE
2025

DANILO BORGES E SILVA DE ARAÚJO

O QUILOMBO NA TV: as representações sociais dos quilombolas no Jornal Nacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Doutor em Comunicação. Área de concentração: Mídia, Linguagens e Processos Sociopolíticos.

Orientador: Prof. Dra. Giovana Borges Mesquita

Coorientadora: Prof. Dra. Márcia Guena dos Santos

RECIFE

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Araújo, Danilo Borges e Silva de.

O quilombo na TV: as representações sociais dos quilombolas no Jornal Nacional / Danilo Borges e Silva de Araújo. - Recife, 2025.

226f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2025.

Orientação: Giovana Borges Mesquita.

Coorientação: Márcia Guena dos Santos.

Inclui referências e apêndices.

1. Comunidades quilombolas; 2. Jornal Nacional; 3. Representações sociais; 4. Telejornalismo; 5. Construção social da realidade. I. Mesquita, Giovana Borges. II. Santos, Márcia Guena dos. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

TÍTULO DO TRABALHO: “O QUILOMBO NA TV: as representações sociais dos quilombolas no Jornal Nacional”.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco - Área de concentração: Comunicação como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Aprovada com recomendação de publicação em: 20.02.2025

BANCA EXAMINADORA

Participação Via Videoconferência

PROFESSORA DRA. GIOVANA BORGES MESQUITA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Participação Via Videoconferência

PROFESSOR DR. HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Participação Via Videoconferência

PROFESSOR DR. ALFREDO EURICO VIZEU PEREIRA JUNIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Participação Via Videoconferência

PROFESSOR DRA. CARLA BAIENSE FELIX
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Participação Via Videoconferência

PROFESSOR DR. VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

AGRADECIMENTOS

À minha família, amigos, professores e à minha orientadora e coorientadora, pelo apoio e inspiração ao longo dessa jornada. Meu sincero agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento deste trabalho, pois sem ele, a pesquisa não seria realizada.

RESUMO

Esta pesquisa investiga as representações sociais das comunidades quilombolas no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, ao longo de 2023, com o objetivo de compreender como essas populações foram retratadas em um ano marcado por eventos históricos e políticos. Entre os acontecimentos analisados estão a inclusão inédita de dados sobre quilombolas no Censo Demográfico de 2022 e o assassinato de Mãe Bernadete, líder quilombola e religiosa. A pesquisa parte da questão: *De que modo as populações quilombolas são representadas pelo Jornal Nacional no ano de 2023?* O estudo fundamenta-se nos conceitos de Telejornalismo, Representações Sociais e Populações Quilombolas, com apoio de autores como Rezende (2000), Alsina (1989), Moraes (2015) Moscovici (2009), Hall (1997, 2003, 2016), Santos (2015), Guena (2014, 2020). Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se alguns métodos: pesquisa bibliográfica (Andrade, 2010; Fonseca, 2002), análise de conteúdo (Bardin, 2006) das reportagens veiculadas ao longo de 2023 no telejornal. Ao longo do ano de 2023, o *Jornal Nacional* (JN) publicou 09 produções jornalísticas sobre a população quilombola, concentrando-se em duas temáticas principais: a inclusão dos quilombolas no Censo Demográfico de 2022 e o assassinato de Mãe Bernadete, líder quilombola e religiosa. Os resultados indicam quatro representações sociais centrais: “Identificação das comunidades quilombolas pelo Estado”, “Violência e Insegurança”, “Liderança quilombola” e “Investigação e Justiça”. No caso do Censo Quilombola, a narrativa jornalística enfatiza a visibilidade estatística dessas populações como um marco inédito, mas carece de um aprofundamento crítico sobre os desafios históricos, políticos e estruturais que perpetuam sua exclusão. No caso do assassinato de Mãe Bernadete, a cobertura destaca a brutalidade do crime e a vulnerabilidade da liderança quilombola - Mãe Bernadete, mas falha em contextualizar o evento nas dinâmicas mais amplas de racismo, violência, conflitos territoriais e resistência das comunidades. A análise revela que o modelo de telejornalismo adotado pelo *Jornal Nacional* prioriza síntese, superficialidade em detrimento de análises mais aprofundadas. As abordagens, embora contribuam para a visibilidade das populações quilombolas, frequentemente marginalizam essas comunidades. As populações quilombolas são representadas pelo *Jornal Nacional* em 2023 de forma ambivalente, com ênfase em temas pontuais como a inclusão no Censo do IBGE e o assassinato de Mãe Bernadete. Apesar de abordar questões como a visibilidade estatística e a vulnerabilidade à violência, a cobertura carece de profundidade. As produções jornalísticas retratam os quilombolas como vítimas de exclusão e violência, mas deixam de reconhecer a complexidade e a diversidade histórica desses grupos. Essa abordagem negligencia suas lutas por direitos, sua resistência histórica e seu papel transformador na sociedade, limitando-se a uma narrativa centrada em elementos pontuais e factuais. Conclui-se que o telejornalismo, como mediador da realidade social, pode abordar temas complexos de maneira mais crítica e inclusiva. A partir dos resultados desta pesquisa, foram desenvolvidas 'Orientações para a Cobertura Jornalística de Populações Quilombolas', visando orientar jornalistas na promoção de narrativas mais inclusivas e éticas, que respeitem as especificidades culturais, históricas e sociais das populações quilombolas. Esta pesquisa tem sua relevância ao pensar o telejornal como um espaço para construção

de narrativas que podem reforçar ou desafiar desigualdades históricas, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de inclusão e exclusão de alguns temas na mídia.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Jornal Nacional; Representações Sociais; Telejornalismo; Construção Social da Realidade.

ABSTRACT

This research investigates the social representations of quilombola communities on *Jornal Nacional*, *Rede Globo*, throughout 2023, aiming to understand how these populations were portrayed during a year marked by historical and political events. Among the analyzed events are the unprecedented inclusion of quilombola data in the 2022 Demographic Census and the murder of Mãe Bernadete, a quilombola and religious leader. The research starts from the question: How are quilombola populations represented by *Jornal Nacional* in the year 2023? The study is based on concepts of Television Journalism, Social Representations, and Quilombola Populations, with support from authors such as Rezende (2000), Alsina (1989), Moraes (2015), Moscovici (2009), Hall (1997, 2003, 2016), Santos (2015), and Guena (2014, 2020). Methodologically, a qualitative approach is adopted, using methods such as bibliographic research (Andrade, 2010; Fonseca, 2002), content analysis (Bardin, 2006) of the reports aired throughout 2023 on the news program. Throughout the year 2023, *Jornal Nacional* (JN) published 09 journalistic productions about the quilombola population, focusing on two main themes: the inclusion of quilombolas in the 2022 Demographic Census and the assassination of Mãe Bernadete, quilombola and religious leader. The results indicate four central social representations: "Identification of quilombola communities by the State," "Violence and Insecurity," "Quilombola Leadership," and "Investigation and Justice." In the case of the Quilombola Census, the journalistic narrative emphasizes the statistical visibility of these populations as an unprecedented milestone, but lacks a critical deepening of the historical, political, and structural challenges that perpetuate their exclusion. In the case of the murder of Mãe Bernadete, the coverage highlights the brutality of the crime and the vulnerability of the quilombola leadership - Mãe Bernadete, but fails to contextualize the event within the broader dynamics of racism, violence, territorial conflicts, and community resistance. The analysis reveals that the telejournalism model adopted by *Jornal Nacional* prioritizes synthesis, superficiality at the expense of deeper analyses. Although the approaches contribute to the visibility of quilombola populations, they often marginalize these communities. Quilombola populations are represented by *Jornal Nacional* in 2023 in an ambivalent way, with emphasis on specific themes such as inclusion in the IBGE Census and the murder of Mãe Bernadete. Despite addressing issues such as statistical visibility and vulnerability to violence, the coverage lacks depth. The journalistic productions portray quilombolas as victims of exclusion and violence, but fail to recognize the complexity and historical diversity of these groups. This approach neglects their struggles for rights, their historical resistance, and their transformative role in society, limiting itself to a narrative centered on specific and factual elements. It is concluded that telejournalism, as a mediator of social reality, can address complex issues in a more critical and inclusive manner. Based on the results of this research, 'Guidelines for the Journalistic Coverage of Quilombola Populations' were developed, aiming to guide journalists in promoting more inclusive and ethical narratives that respect the cultural, historical, and social specificities of quilombola populations. This research is relevant in considering the television news program as a space for constructing narratives that can reinforce or challenge historical inequalities, contributing to the understanding of the dynamics of inclusion and exclusion of certain topics in the media.

Keywords: Quilombola Communities; *Jornal Nacional*; Social Representations; Television Journalism; Social Construction of Reality.

RESUMEN

Esta investigación examina las representaciones sociales de las comunidades quilombolas en el Jornal Nacional, de Rede Globo, a lo largo de 2023, con el objetivo de entender cómo estas poblaciones fueron retratadas durante un año marcado por eventos históricos y políticos. Entre los acontecimientos analizados están la inclusión sin precedentes de datos sobre quilombolas en el Censo Demográfico de 2022 y el asesinato de Mãe Bernadete, líder quilombola y religiosa. La investigación parte de la pregunta: ¿De qué manera se representan las poblaciones quilombolas por el Jornal Nacional en el año 2023? El estudio se basa en conceptos de Teleperiodismo, Representaciones Sociales y Poblaciones Quilombolas, con apoyo de autores como Rezende (2000), Alsina (1989), Moraes (2015) Moscovici (2009), Hall (1997, 2003, 2016), Santos (2015), Guena (2014, 2020). Metodológicamente, se adopta un enfoque cualitativo, utilizando métodos como la investigación bibliográfica (Andrade, 2010; Fonseca, 2002), análisis de contenido (Bardin, 2006) de los reportajes transmitidos a lo largo de 2023 en el noticiero. Durante el año 2023, el Jornal Nacional (JN) publicó 09 producciones periodísticas sobre la población quilombola, centrándose en dos temas principales: la inclusión de los quilombolas en el Censo Demográfico de 2022 y el asesinato de Mãe Bernadete, líder quilombola y religiosa. Los resultados indican cuatro representaciones sociales centrales: "Identificación de las comunidades quilombolas por el Estado", "Violencia e Inseguridad", "Liderazgo quilombola" y "Investigación y Justicia". En el caso del Censo Quilombola, la narrativa periodística enfatiza la visibilidad estadística de estas poblaciones como un hito sin precedentes, pero carece de una profundización crítica sobre los desafíos históricos, políticos y estructurales que perpetúan su exclusión. En el caso del asesinato de Mãe Bernadete, la cobertura resalta la brutalidad del crimen y la vulnerabilidad del liderazgo quilombola - Mãe Bernadete, pero falla en contextualizar el evento dentro de las dinámicas más amplias de racismo, violencia, conflictos territoriales y resistencia de las comunidades. El análisis revela que el modelo de teleperiodismo adoptado por el Jornal Nacional prioriza la síntesis, la superficialidad en detrimento de análisis más profundos. Aunque los enfoques contribuyen a la visibilidad de las poblaciones quilombolas, a menudo marginalizan estas comunidades. Las poblaciones quilombolas son representadas por el Jornal Nacional en 2023 de manera ambivalente, con énfasis en temas puntuales como la inclusión en el Censo del IBGE y el asesinato de Mãe Bernadete. A pesar de abordar cuestiones como la visibilidad estadística y la vulnerabilidad a la violencia, la cobertura carece de profundidad. Las producciones periodísticas retratan a los quilombolas como víctimas de exclusión y violencia, pero dejan de reconocer la complejidad y la diversidad histórica de estos grupos. Este enfoque descuida sus luchas por derechos, su resistencia histórica y su papel transformador en la sociedad, limitándose a una narrativa centrada en elementos puntuales y factuales. Se concluye que el teleperiodismo, como mediador de la realidad social, puede abordar temas complejos de manera más crítica e inclusiva. A partir de los resultados de esta investigación, se desarrollaron 'Orientaciones para la Cobertura Periodística de Poblaciones Quilombolas', con el objetivo de orientar a los periodistas en la promoción de narrativas más inclusivas y éticas, que respeten las especificidades culturales, históricas y sociales de las poblaciones quilombolas. Esta investigación tiene su relevancia al considerar el noticiero televisivo como un espacio para la construcción de narrativas que pueden reforzar o desafiar las desigualdades históricas, contribuyendo a la comprensión de las dinámicas de inclusión y exclusión de ciertos temas en los medios.

Palabras clave: Comunidades Quilombolas; *Jornal Nacional*; Representaciones Sociales; Periodismo Televisivo; Construcción Social de la Realidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Captura de tela da pesquisa pelo "Jornal Nacional" na plataforma Globoplay, destacando os resultados encontrados	116
Figura 2 –	Captura de tela da funcionalidade "Buscar data" na plataforma Globoplay, utilizada para localizar edições específicas do Jornal Nacional	117
Figura 3 –	Captura de tela da reportagem exibida no Jornal Nacional em 18 de agosto de 2023, sobre a investigação do assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete	124
Gráfico 1 –	Distribuição de produções jornalísticas por categoria	125
Gráfico 2 –	Tempo destinado a formatos por categoria	132
Gráfico 3 –	Comparação de tempos em relação aos assuntos	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Descrição da reportagem “Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas”, veiculada no Jornal Nacional no dia 27 de julho de 2023	132
Tabela 2 –	Descrição da reportagem “PF entra na investigação do assassinato da líder quilombola que denunciava violência e a invasão de terras na Bahia” sobre ao assassinato de Mãe Bernadete, veiculada no Jornal Nacional no dia 18 de agosto de 2023	143
Tabela 3 –	Descrição da reportagem “Despedida de Mãe Bernadete, uma das mais importantes líderes quilombolas do país, reúne multidão” sobre ao assassinato de Mãe Bernadete, veiculada no Jornal Nacional no dia 19 de agosto de 2023	149
Tabela 4 –	Descrição da reportagem “Novas testemunhas depõem sobre o assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete”, veiculada no Jornal Nacional no dia 21 de agosto de 2023	155
Tabela 5 –	Descrição da reportagem “Parentes de Mãe Bernadete deixam o Quilombo Pitanga dos Palmares, na Região Metropolitana de Salvador (BA)”, veiculada no Jornal Nacional no dia 22 de agosto de 2023	162
Tabela 6 –	Descrição da nota coberta, “Ato público em Salvador cobra resposta das autoridades ao assassinato de Bernadete Pacífico”, veiculada no Jornal Nacional no dia 23 de agosto de 2023	167
Tabela 7 –	Descrição da nota “Multidão comparece a missa de 7º dia de mãe Bernadete em Salvador”, veiculada no Jornal Nacional no dia 24 de agosto de 2023	169
Tabela 8 –	Descrição da reportagem, “Suspeitos de participação na morte da líder quilombola Mãe Bernadete são presos na Bahia”, veiculada no Jornal Nacional no dia 04 de setembro de 2023	171
Tabela 9 –	Descrição da reportagem, “MP-BA oferece denúncia contra cinco homens por envolvimento na morte de mãe Bernadete”, veiculada no Jornal Nacional no dia 16 de novembro de 2023	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADTC	Ato das Disposições Transitórias Constitucionais
ANCRQ	Articulação Nacional Provisória das Comunidades Remanescentes de Quilombos
CF	Constituição Federal
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CRQ	Comunidades Remanescentes de Quilombos
DCH-III	Departamento de Ciências Humanas
EHESS	École de Hautes Études en Sciences Sociales
FCD	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDH	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MP	Medida Provisória
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PF	Polícia Federal
RS	Representação Social
STF	Supremo Tribunal Federal
TRS	Teoria das Representações Sociais
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	JORNALISMO E SOCIEDADE	29
2.1	O JORNALISMO NA TV: TELEJORNALISMO BRASILEIRO E SEUS 75 ANOS DE INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	33
2.2	JORNAL NACIONAL: MARCO DO TELEJORNALISMO BRASILEIRO	38
3	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	44
3.1	ANCORAGENS E OBJETIVAÇÕES	54
3.2	A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO TELEJORNALISMO: A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ENQUADRAMENTO	56
4	QUILOMBOS	61
4.1	COMUNIDADES QUILOMBOLAS: A RESISTÊNCIA CONTRA A COLONIZAÇÃO	72
4.2	HIERARQUIAS RACIAIS: UM ELEMENTO FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO DO MUNDO	79
4.3	RAÇA E RACISMO: OS ATRAVESSAMENTOS PARA PENSAR OS QUILOMBOS	86
4.4	O QUE SÃO POPULAÇÕES QUILOMBOLAS?	90
4.5	QUILOMBOS NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	99
5	METODOLOGIA	114
5.1	BIBLIOGRAFIA	114
5.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	116
5.3	ANÁLISE DO CONTEÚDO	119
6	ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO JORNAL NACIONAL: O CENSO QUILOMBOLA E O CASO MÃE BERNADETE	121
6.1	INTRODUÇÃO ÀS ANÁLISES	122
6.2	AS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	135
6.3	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	184
6.3.1	Identificação das comunidades quilombolas pelo Estado no Jornal Nacional	184
6.3.2	Violência e Insegurança	190
6.3.3	Liderança quilombola	195
6.3.4	Investigação e Justiça	198
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	202

REFERÊNCIAS	207
APÊNDICE A – CONTRIBUIÇÕES PARA UM JORNALISMO	220
COMPROMETIDO COM A JUSTIÇA RACIAL	

1 INTRODUÇÃO

“Eu só entendo é de mar”.

A frase que inicia esse estudo foi dita por uma pesquisadora negra, Tamara Tarso, referindo-se à Maria de Fátima (mulher quilombola e marisqueira membro do Conselho Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia), no 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado entre os dias 5 e 9 de setembro de 2022, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), durante as apresentações do Grupo de Pesquisa “Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico”.¹

A frase representa o relato de Maria de Fátima, que durante uma conversa com participantes do projeto “Ondas da resistência”², foi convidada para uma reunião visando a sistematização deste mesmo projeto. Contudo, devido à sua falta de acesso à internet e à baixa familiaridade com o uso das tecnologias de informação e comunicação, não conseguiu participar.

No diálogo que Maria de Fátima tivera com a representante do projeto, ela atribuiu a sua cosmovisão à sua vivência com o mar. Reflito sobre a comunicação que a quilombola e marisqueira estabelece com o mar e os organismos presentes naquele território; a movimentação das marés e, conseqüentemente, dos peixes; as condições do clima e do tempo; as condições do território que permitem o exercício de suas técnicas para retirar do mar o seu sustento.

Trago este exemplo, colocando o mar como uma figura apoteótica. Para além dessa comunicação, realizada com esses organismos, este relato me leva a refletir sobre as construções que se dão em sociedade. É por meio do mar que o mundo de Maria é estabelecido e comunicado.

¹Foi a primeira vez que o congresso realizou um grupo de pesquisa voltado às experiências de comunicação com a temática racial.

²Com apoio financeiro da Fundação Heinrich Boll, o projeto “Ondas da Resistência” é liderado pela Intervozes e executado em colaboração com diversas organizações, incluindo o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Articulação Nacional de Pescadoras (ANP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Carrapicho Virtual, Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) e Escola das Águas.

No nosso imaginário, construído pelo senso comum, aprendemos que há espaços para as histórias. Como indivíduos que vivem em uma sociedade, classificamos as narrativas e os personagens que as compõem, atribuindo-lhes papéis específicos. Ao estabelecer as histórias, garantimos os papéis dos indivíduos e de suas gerações futuras. Em outras palavras, o mundo que conhecemos hoje e a forma como o escrevemos, é organizado de acordo com as narrativas construídas no passado. As funções sociais dos indivíduos que conhecemos hoje continuam sendo definidas conforme essas narrativas.

Historicamente, as narrativas predominantes foram construídas por grupos dominantes — quando utilizo a categoria "grupos dominantes", estou me referindo a indivíduos que pertenciam (e pertencem) às classes sociais que controlavam e ainda controlam o processo político e econômico, mesmo que não tenham o controle total sobre a expansão política e econômica — e têm sido perpetuadas através da educação e dos meios de comunicação. Ao estudarmos as populações negras, especialmente as populações quilombolas, vemos narrativas repletas de estereótipos, assim como acontece com outros grupos minorizados. Quando mencionamos "grupos minorizados", estamos falando de indivíduos que são representados como inferiores, marginalizados e perseguidos, sem direitos e vítimas de genocídio que se estende ao longo dos anos.

Contra esse enredo, protagonizado pelo universalismo branco e patriarcal (Lander, 2005; Dias, 1995), surge um movimento intelectual que questiona as narrativas excludentes. Estudiosos contemporâneos, como a romancista, poetisa e contista, Conceição Evaristo (2011), desafiam essa visão, trazendo à tona suas histórias e perspectivas.

Conceição Evaristo (2011), com sua escrita, contesta essa ordem estabelecida, trazendo para a centralidade das narrativas suas próprias experiências, bem como as histórias que absorveu através de vivências e relatos ouvidos. "Ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência" (Evaristo, 2011, p. 9). Assim, ela adota o termo "escrevivência" em lugar de autobiografia, pois entende que ele descreve melhor sua escrita, que é um reflexo de quem ela é, do que pensa e pelo que luta. Ela não busca neutralidade, suas palavras são escolhidas, trabalhadas para incomodar, instigar e transformar. As histórias de vida, os desafios cotidianos, as tarefas domésticas, as dificuldades enfrentadas nas comunidades, as barreiras sociais,

a violência contra o corpo, tudo entrelaçado com poesia, caracterizam a escrevivência de Evaristo (2011), que não se restringe apenas à sua obra, transcende essa fronteira.

Neste cenário que embasa nossa pesquisa, destacamos a escrevivência de Conceição Evaristo (2011) e a imaginação da vida de Maria de Fátima como elementos centrais. As vidas dessas mulheres não são objetos de análise, nem escopo desta pesquisa; mas, seus corpos, por meio de suas narrativas e histórias, exemplificam lutas e resistências vividas, que nos convidam a reflexão crítica. Assim, também reconhecemos e sinalizamos que as narrativas e os escritos que permeiam este trabalho não são estáticos, mas estão em constante processo de construção e evolução, moldados pelas experiências dos autores e pela variedade de influências de inúmeras pessoas que impactaram e seguem impactando o percurso desta investigação.

Somado a Maria e Conceição Evaristo, mulheres, como Geni Guimarães, Carolina de Jesus, Giovana Mesquita, Márcia Guena, Ceres Santos, Irenilda Maria, Jaqueline Santos, Lívia Borges, Lilian Borges, Izabel Cristina, Mayzze Menezes e Dalva Borges, desempenham um papel crucial na contribuição das narrações dessas histórias. Além delas, a comunidade LGBTQIAPN+, representada por Jorge Lafon, Lacraia, João Francisco e Laurita (interpretados pelos autores Lázaro Ramos e Marcélia Cartaxo no filme 'Madame Satã') Rodolfo Rodrigo, Wesley Danilo, Marjory Williams, Ailton Medeiros, Danilo Souza, Rodrigo Andrade e tantos outros, contribuem significativamente para repensarmos o nosso papel como sujeitos. Também não podemos ignorar outros indivíduos, homens brancos, que desafiam a perspectiva hegemônica da comunicação, questionando-a, a exemplo de Beltrán, Paulo Freire e Marques de Melo, só para citar alguns.

Almejamos que nosso trabalho inspire outros a questionar, refletir e, sobretudo, agir. A inspiração que tiramos dos escritos de Ceres Santos (2018) reflete o entendimento de que esta pesquisa deve andar lado a lado com o ativismo. Parafraseando os seus escritos, destacamos a importância de não descontinuar o nosso ativismo, pois nosso compromisso com a mudança vai além do espaço acadêmico. Assim, trago o meu lugar de experiência como pesquisador e jornalista preto, sertanejo, LGBTQIAPN+, e reivindico as construções de saberes da qual faço parte. Busco negritar a linguagem, os gestos, o pensamento, o imaginário, o senso comum e senso comum acadêmico. É necessário escurecer o nosso pensamento para

descolonizar as narrativas. Afinal, a neutralidade não é possível nem no mundo onírico e é tão incorpóreo para os sujeitos como a imortalidade.

Este trabalho procura não somente dialogar com a prática existente, mas também contribuir ativamente para o desenvolvimento e aprimoramento de uma abordagem mais crítica e consciente da cobertura jornalística. Trago para o centro desta pesquisa minhas experiências e tensões que surgem como pesquisador. Isso me permite sair da superficialidade e contribuir para a melhoria na produção de novos conhecimentos e nas relações entre os sujeitos pesquisados. Acreditando que a construção dessa tese se dá de maneira coletiva e contínua, ressalto que a escrita desta é feita tanto na primeira pessoa do singular quanto na primeira pessoa do plural. Quando utilizo "eu" busco mostrar minhas opiniões, os discursos que me atravessam e minhas experiências. Uso também o "nós" por acreditar na construção coletiva do conhecimento refletida neste trabalho.

Em consonância com esta visão, ressaltamos iniciativas de comunidades negras que fornecem direções valiosas para um jornalismo comprometido com a justiça racial. Um exemplo é a agência de notícias Alma Preta (2023), que elaborou um manual de redação antirracista, resultado de um esforço coletivo com a colaboração de oito pessoas, incluindo acadêmicos, pesquisadores e jornalistas.

A partir de iniciativas como essa, torna-se essencial ampliar o olhar para as vivências e visões de mundo das populações quilombolas, reconhecendo-as como elementos indispensáveis na construção de práticas jornalísticas verdadeiramente comprometidas com a diversidade e a equidade racial.

As pesquisas anteriores do autor desta investigação revelaram que o telejornalismo local desempenhou um papel significativo na construção de uma representação social distorcida dos quilombolas, marcada por estigmas, estereótipos, racismo e violência. Ao revisitarmos e analisarmos esses estudos, sustentamos a visão de que as produções jornalísticas relacionadas às populações quilombolas vão além da mera inadequação na divulgação de informações; elas reforçam uma narrativa que marginaliza e inferioriza essas comunidades. Nossa análise atual, dessa vez olhando não mais para os telejornais locais, mas para o telejornal nacional, indica que essa representação distorcida persiste na contemporaneidade, refletindo uma preocupante tendência de perpetuação de estereótipos e preconceitos em relação às comunidades quilombolas.

Essa representação distorcida não surge de forma isolada; ela está profundamente enraizada em um processo histórico de negação de identidade e apagamento cultural. Um exemplo marcante desse processo foi a desconsideração das autodenominações dos sujeitos escravizados, que revelou um conflito entre a autorrepresentação — como eles se viam e se denominavam — e as representações impostas pelos grupos dominantes. Ao questionar e problematizar essas representações, é possível compreender que elas não se tratam de um movimento isolado, restrito ao passado ou ao presente, mas sim de um processo contínuo cujas reverberações moldaram e continuam a moldar a realidade das populações quilombolas. Essa reflexão é essencial para desconstruir estereótipos e construir narrativas jornalísticas que, de fato, respeitem e valorizem as identidades e histórias das comunidades quilombolas.

Além de uma análise teórica fundamentada em pesquisas preexistentes, minha própria trajetória, tanto pessoal quanto acadêmica, desempenhou um papel crucial na determinação do escopo desta pesquisa. Minha experiência na cidade de Antônio Gonçalves, Bahia, município que abriga quatro comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) - Jiboia, Macaco de Cima, Conceição e Bananeira dos Pretos -, despertou em mim curiosidade sobre o significado de "ser quilombola". Este interesse inicial se fortaleceu e se expandiu durante minha graduação em Jornalismo em Multimeios na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especialmente através da minha participação no projeto 'Perfil Fotoetnográfico das Populações Quilombolas do Submédio São Francisco: Identidades em Movimento'³. Tal envolvimento acadêmico me inspirou a explorar mais a fundo as nuances da cultura quilombola, culminando na realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o discurso quilombola em Alagadiço⁴.

Após a conclusão desta pesquisa, tive a necessidade de refletir sobre o significado de "ser quilombola" e suas representações na mídia. Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

³ O projeto foi coordenado, desde 2011, pela professora Dra. Márcia Guena dos Santos, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas (DCH-III), da UNEB, em Juazeiro-BA e que colaborei no período de 2013 a 2016.

⁴ O trabalho de conclusão de curso foi intitulado "Vozes negras: o (dis)curso quilombola do Alagadiço" e foi finalizado em 2017.

e realizei uma pesquisa⁵ sobre as representações sociais dos quilombolas nos telejornais da Globo no Maranhão e na Bahia, onde constatamos que estes apresentavam as populações quilombolas como: negros, descendentes de escravos, pobres, subversivos, criminosos, sem lugar de pertencimento, sujeitos sem direitos, desinformados e que necessitam de informações e ajuda. Essas representações levam a população baiana e maranhense a um entendimento distorcido desses coletivos.

Considerando o impacto do telejornalismo na construção da realidade social, decidimos ampliar nossos estudos sobre o assunto e mapear como a temática quilombola é abordada nacionalmente. Assertamos que o cenário da comunicação no Brasil é rico em possibilidades de análise, pois nos permite entender como o telejornalismo influencia na construção social da realidade e como ele inclui ou exclui diferentes grupos sociais. Nesse sentido, buscamos entender através da questão-problema desta pesquisa: De que modo as populações quilombolas são representadas pelo Jornal Nacional no ano de 2023?

Refletimos a partir deste recorte temporal, pois acreditamos que a delimitação ao ano de 2023 está diretamente ligada a eventos contemporâneos que influenciaram significativamente o cenário midiático. Nesse ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados inéditos do Censo de 2022, incluindo informações sobre povos e comunidades tradicionais, como as populações quilombolas. Essa divulgação gerou repercussão e posicionou essas comunidades no centro das discussões em diferentes esferas, ampliando sua visibilidade na mídia.

Outro fato marcante foi o assassinato de Mãe Bernadete, líder quilombola, lalorixá e coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Sua morte evidenciou questões cruciais, como a luta pela regularização fundiária, a preservação cultural, a proteção de líderes defensores de direitos humanos e a violência que afeta os quilombos, gerando ampla atenção dos meios de comunicação.

Além disso, 2023 representou uma mudança significativa no contexto político, marcada pela transição das gestões de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), do

⁵Concluí em 2021 com uma pesquisa orientada pela professora Dra. Giovana Mesquita, intitulada "Ta nin'soro? Representações sociais dos quilombolas nos telejornais da Globo no Maranhão e na Bahia", que analisou o telejornal aberto de maior audiência no Estado da Bahia e o de maior audiência no estado do Maranhão. A pesquisa revelou que as representações sociais das populações quilombolas são abordagens que retratam de forma estigmatizada, como negras descendentes de escravos, pobres, subversivas, criminosas, sem lugar de pertencimento, sujeitas sem direitos, desinformadas e necessitadas de informações e assistência.

Partido Liberal (PL), para Luiz Inácio Lula da Silva (2023-), do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), cortes significativos reduziram os recursos necessários para o reconhecimento e a indenização dos territórios quilombolas. O ex-presidente havia prometido que "não iria ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola" e adotou uma postura de sucessivos boicotes às questões relacionadas aos povos da floresta. Em contraste, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-) criou o Ministério da Igualdade Racial, um departamento da administração pública federal direta, cuja atribuição é elaborar políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e étnica, além de políticas de ações afirmativas e de combate ao racismo, incluindo ações voltadas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

Dessa forma, esta tese examina as representações das populações quilombolas feitas pelo Jornal Nacional (JN) em 2023, um ano marcado por uma confluência de fatores históricos, políticos e sociais que reforçam sua relevância como ponto central para a análise.

Como instituição social, o Jornalismo é influenciado por diversos discursos e estruturado por regras, convenções e práticas que tanto restringem, quanto possibilitam a produção de notícias. Além disso, o jornalismo é uma instituição dinâmica, sujeita a (re)criação, (re)interpretação e contestação contínuas através do discurso. No contexto brasileiro, a influência dos pequenos grupos econômicos sobre a mídia é significativa (Carvalho, 2015). Essa dinâmica estabelece uma estrutura hierárquica que favorece determinados grupos em detrimento de outros, perpetuando uma realidade opressiva para comunidades minorizadas.

Guená e Santos (2022) expandem essa análise ao explorar como o racismo interage com o campo da comunicação, demonstrando que a hegemonia da mídia pode tanto refletir quanto amplificar as estruturas de poder e opressão baseadas em hierarquias raciais. Portanto, a representação de grupos marginalizados, como as comunidades quilombolas, em noticiários televisivos é uma questão crítica. O jornalismo e, por extensão, o telejornalismo têm um papel fundamental na construção da realidade social, atuando como mediadores entre o público e as diversas esferas de poder.

O jornalismo narra a realidade e contribui diretamente para a construção social do presente (Traquina, 2001) e para a maneira como as comunidades são compreendidas (Mesquita; Araújo, 2020; 2023). Nesse sentido, a televisão

desempenha um papel central na formação de narrativas que impactam a percepção pública e a dinâmica social.

Em 2022, a pesquisa “*Inside Video*” da Kantar IBOPE Media revelou que 64% dos brasileiros eram impactados diariamente por conteúdos em vídeo, com a maior parte do tempo consumido dedicado à TV linear. No ano seguinte, a edição de 2023 do “*Inside Video*”, também realizada pela Kantar Ibope Media (2022), destacou a televisão como o principal meio de consumo de vídeos no Brasil, evidenciando seu alcance democrático e universal. Já em 2024, os dados mais recentes do “*Inside Video*” 2024, novamente conduzido pela Kantar IBOPE Media (2024), indicam um cenário de crescente transformação no consumo de vídeo, marcado por mudanças nos hábitos e na relação entre plataformas lineares e digitais, com uma penetração quase universal do vídeo nos lares brasileiros.

Segundo o “*Inside Video 2024*”, o vídeo está presente em 99,6% dos lares brasileiros. O consumo médio diário de TV linear permanece elevado, com 5h14, reforçando sua relevância no cotidiano dos brasileiros. No entanto, os vídeos online continuam a ganhar espaço, com um tempo médio de 2h23 por dia. Esse crescimento reflete a ampliação do público que consome, tanto TV linear, quanto vídeos online (21%), além de uma parcela significativa que consome exclusivamente vídeos online (19%).

Uma das tendências mais marcantes identificadas pelo “*Inside Video 2024*” é a sobreposição de dispositivos, indicando uma convergência crescente entre TV linear, TVs conectadas (CTV) e smartphones. Em um dia típico, 17% dos brasileiros utilizam os três dispositivos para consumir vídeos, demonstrando um comportamento multiplataforma consolidado. Além disso, 54% dos telespectadores combinam o consumo de TV com interações nas redes sociais, reforçando o papel da TV como catalisadora de discussões online.

Outro ponto relevante destacado pelo “*Inside Video 2024*” é o apelo comercial do vídeo, especialmente no que diz respeito à atenção do público aos anúncios. Enquanto 41% dos consumidores afirmam prestar mais atenção a anúncios em vídeo do que em outros formatos, 38% assistem aos anúncios até o final. Isso indica uma oportunidade crescente para anunciantes explorarem vídeos como meio estratégico de engajamento, especialmente em formatos como *shoppable videos*, que facilitam a conversão diretamente no conteúdo.

O “*Inside Video 2024*” também enfatiza a necessidade de os anunciantes considerarem o contexto cultural e econômico vigente. O marketing contextual surge como uma abordagem promissora, exigindo estratégias alinhadas aos comportamentos e interesses específicos do público. Nesse cenário, o vídeo, descrito como uma “narrativa líquida” pela Kantar, continua a se reinventar, adaptando-se a diferentes plataformas e formatos, desde recortes de vídeos longos até conteúdos originais para redes sociais.

A partir dessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a construção das representações sociais das comunidades quilombolas no telejornal “Jornal Nacional”, da Rede Globo de Televisão, em 2023. Adicionalmente, os objetivos específicos desta pesquisa buscam: Identificar as ancoragens e objetivações, processos geradores das Representações Sociais, na cobertura do telejornal “Jornal Nacional” acerca das populações quilombolas no ano de 2023; Verificar a representatividade dos diferentes atores sociais presentes no telejornal, identificando quais possuem maior visibilidade e quais têm menos espaço de expressão.

Para a análise do telejornal de maior audiência na televisão aberta brasileira, de acordo com o Kantar Ibope Media (2024), optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa. O propósito primordial desta pesquisa é alcançar um entendimento detalhado e abrangente dos fenômenos sociais investigados, destacando a riqueza e a unicidade das interações humanas no contexto do telejornalismo.

Inicialmente, realizamos uma revisão teórica, com foco nos conceitos de telejornalismo (Rezende, 2000; Pereira Júnior, 2008; Alsina, 1989), Representações Sociais (Moscovici, 2009; Trindade et al., 2014; Hall, 1997, 2003, 2016) e populações quilombolas (Arruti, 2008; Guena, 2016; Santos, 2020). Essa etapa foi essencial para estabelecer o referencial teórico que orientou as análises realizadas ao longo da pesquisa.

Para acessar e examinar o conteúdo veiculado no Jornal Nacional ao longo de 2023, utilizamos a plataforma de *streaming* Globoplay. A seleção do material foi realizada por meio de um filtro específico, garantindo um recorte investigativo detalhado e sistemático dos conteúdos jornalísticos relacionados às populações quilombolas.

A análise dos dados coletados foi conduzida com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 2006). Esse método permitiu identificar padrões, significados e narrativas recorrentes nos conteúdos jornalísticos selecionados. Por fim, os resultados foram

interpretados à luz das Representações Sociais, possibilitando compreender como os discursos jornalísticos e as práticas editoriais constroem representações das populações quilombolas. Essa combinação de métodos e fundamentações teóricas garantiu uma análise ampla e multidimensional, assegurando profundidade na compreensão das narrativas jornalísticas e das representações sociais examinadas.

A seguir, vamos apresentar como dividimos a tese. A introdução integra o primeiro capítulo, no qual são descritos o contexto e as questões que motivam a pesquisa, bem como o problema, os objetivos e a metodologia adotados. Também são apresentadas uma breve revisão da literatura e a estrutura das seções que compõem o estudo.

No segundo capítulo, intitulado “Jornalismo e Sociedade”, analisamos o papel do jornalismo, especialmente do telejornalismo brasileiro, na construção de narrativas e representações sociais em um contexto marcado por desigualdades históricas e transformações tecnológicas. Este capítulo explora como o jornalismo atua como mediador entre sociedade e poder público, moldando percepções coletivas e influenciando atitudes e comportamentos. Além disso, discutimos a trajetória do telejornalismo e do *Jornal Nacional* como marcos na formação de discursos, destacando suas inovações técnicas e os desafios éticos associados aos alinhamentos políticos e enquadramentos editoriais.

No terceiro capítulo, abordamos a Teoria das Representações Sociais e sua interface com as teorias do Jornalismo, destacando como essas práticas constroem significados e contribuem para a formação de "mundos possíveis" (Alsina, 1989). Desenvolvemos uma discussão detalhada sobre os processos de ancoragem e objetivação, mecanismos geradores das Representações Sociais, que permitem a assimilação do novo ao já conhecido e a materialização de conceitos abstratos em formas concretas. Além disso, analisamos o papel dessas representações na orientação das interpretações sociais, situando-as em um contexto contemporâneo marcado pela transição para plataformas digitais e por transformações significativas no consumo midiático.

No quarto capítulo, intitulado “Quilombos”, aprofundamos a análise sobre os quilombos e as comunidades quilombolas no Brasil, destacando seus significados históricos, sociais e políticos como espaços de resistência e organização coletiva. Este capítulo aborda, desde as origens no período colonial até os desafios enfrentados na contemporaneidade, com ênfase na contracolonialidade (Santos, 2015) como prática

ética e política que desafia as estruturas de opressão herdadas do colonialismo. Também exploramos temas como o impacto do racismo, a luta por reconhecimento e titulação de terras, as violências simbólicas e físicas enfrentadas e a exclusão histórica desses grupos dos espaços de decisão e produção acadêmica. O capítulo é concluído com uma análise crítica das disputas narrativas em torno dos quilombos e dos esforços contínuos dessas comunidades para afirmar seus direitos e preservar sua cultura diante das adversidades.

No quinto capítulo, intitulado “Metodologia”, detalhamos os métodos adotados na pesquisa qualitativa, estruturada em três etapas principais: (1) revisão bibliográfica, com foco nos conceitos de telejornalismo (Rezende, 2000; Pereira Júnior, 2008; Alsina, 1989), Representações Sociais (Moscovici, 2009; Trindade et al., 2014; Hall, 1997, 2003, 2016) e populações quilombolas (Arruti, 2008; Guena, 2016; Santos, 2020); (2) coleta e análise de dados, incluindo a análise de conteúdos jornalísticos disponíveis na plataforma Globoplay e (3) interpretação das Representações Sociais, fundamentada nos resultados das etapas anteriores e com foco em compreender como os discursos jornalísticos e práticas editoriais constroem representações das populações quilombolas no *Jornal Nacional*. Para análise dos dados, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2006).

No sexto capítulo, intitulado “Estudo das Representações Sociais no Jornal Nacional: O Censo Quilombola e o Caso Mãe Bernadete”, apresentamos as análises realizadas na pesquisa. Este capítulo tem como objetivo compreender as representações sociais das comunidades quilombolas no *Jornal Nacional*, com ênfase na inserção da temática quilombola no Censo e no assassinato de Mãe Bernadete. O processo analítico foi organizado em três grandes blocos, permitindo uma investigação aprofundada sobre como essas questões foram representadas no telejornal e as implicações dessas representações para a percepção pública e o debate social.

Em “Considerações finais”, apresentamos as principais conclusões e reflexões obtidas a partir da realização da pesquisa. Também destacamos as contribuições do estudo para o campo da Comunicação, com ênfase no telejornalismo e nos estudos sobre populações quilombolas, apontando caminhos para futuras pesquisas que possam aprofundar a compreensão sobre o tema. Além disso, discutimos como este trabalho pode fomentar um jornalismo mais comprometido com a justiça racial, promovendo narrativas inclusivas e críticas que reconheçam as lutas históricas e a diversidade das comunidades quilombolas e apresentamos, como resultado prático

da pesquisa, “Orientações para a Cobertura Jornalística de Populações Quilombolas”, um guia que visa orientar jornalistas na produção de narrativas mais éticas e inclusivas, respeitando as especificidades culturais, históricas e sociais dessas comunidades.

2 JORNALISMO E SOCIEDADE

As narrativas, enquanto representação, expõem aquilo que fala antes, como memória discursiva, trazendo o já-dito para o nível do dizível. Ao se sentirem aptos a falar sobre o "outro", jornalistas naturalizam as escolhas, a interpretação, utilizam o recurso do mostrar como a face visível do ocultar, segregar, apagar, esconder. Ao escolher um determinado ângulo para apontar sua câmera, o cinegrafista tem às suas costas outro mundo que está na ordem do silêncio (Costa, 2022, p.33).

Neste capítulo, analisamos o papel do jornalismo, especialmente do telejornalismo brasileiro, na construção de narrativas e representações sociais em um contexto marcado por desigualdades históricas e transformações tecnológicas. Exploramos como o jornalismo atua como mediador entre sociedade e poder público, moldando percepções coletivas e influenciando atitudes e comportamentos. Além disso, discutimos a trajetória do telejornalismo e do Jornal Nacional como marcos na formação de discursos, destacando suas inovações técnicas e os desafios éticos associados aos alinhamentos políticos e enquadramentos editoriais. Também abordamos a relação entre as Teorias das Representações Sociais e as Teorias do Jornalismo, enfatizando como essas práticas estruturam e organizam significados, contribuindo para a criação de "mundos possíveis" (Alsina, 1989) e orientando as interpretações sociais em meio à crescente transição para plataformas digitais e transformações no consumo midiático.

À medida que enfrentamos uma complexidade crescente no que diz respeito às informações e ao seu consumo, somos desafiados a compreender as dinâmicas sociais que caracterizam essa era. A situação no Brasil reflete um ritmo de vida acelerado e uma volatilidade crescente, especialmente evidente nas profundas desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero que historicamente marcam o país. Essas disparidades moldam e influenciam o acesso à informação.

Enquanto algumas camadas da sociedade têm pleno acesso às tecnologias e aos diversos fluxos de informação, outras enfrentam barreiras significativas que limitam sua capacidade de receber e interpretar informações de forma crítica (Costa; Melo, 2023)⁶.

⁶ Conforme dados da pesquisa TIC Domicílios de 2022, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), 36 milhões de pessoas no Brasil não têm acesso à internet. Ver mais em: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC em domicílios 2022**. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2022_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 14.abril.2024.

Neste cenário complexo, o surgimento de uma multiplicidade de canais de informação, juntamente com a capacidade crescente dos indivíduos de gerar conteúdo de forma autônoma, a instantaneidade facilitada pelo uso da internet, bem como o aumento da desinformação (Kalsing, 2021) e os ataques contra os regimes democráticos compõem um quadro desafiador. Esses fatores, quando combinados, suscitam questões profundas sobre o papel e a importância do jornalismo, caracterizando-o também como um pilar para o exercício da democracia.

Se fizermos um breve resgate histórico da contemporaneidade, perceberemos que o Jornalismo desempenhou um papel central na sociedade. Foi através dele que se tornaram públicas a gestão política e administrativa durante a pandemia da Covid-19, destacando atrasos na aquisição e distribuição de vacinas, além de decisões governamentais controversas que impactaram diretamente a condução da crise sanitária. Ao expor essas questões, o Jornalismo pressionou por medidas mais assertivas e transparentes, reafirmando sua relevância como mediador entre sociedade e poder público ⁷. Além disso, evidenciou o aumento preocupante do desmatamento na Amazônia, revelando as consequências nefastas das políticas ambientais menos rigorosas que foram implementadas⁸.

O Jornalismo também apresentou os cortes orçamentários em áreas fundamentais, como educação e cultura, durante a gestão do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), suscitando debates importantes sobre os impactos dessas reduções para a ciência e para o setor cultural. Adicionalmente, o Jornalismo não hesitou em criticar ações governamentais e declarações que prejudicaram direitos humanos fundamentais, incluindo os direitos de comunidades LGBTQIAPN+, mulheres, quilombolas e povos originários, além de analisar de forma crítica a política externa do governo, especialmente em questões de mudanças climáticas, alianças internacionais e comércio⁸.

Eventos como os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, que visavam desestabilizar a democracia brasileira, foram amplamente reportados, evidenciando a

⁷ Ver mais em: <<https://www.almg.gov.br/comunicacao/tvassembleia/videos/video?id=1917899&tagLocalizacao=88>>

⁸Ver mais em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/com-bolsonaro-desmatamento-naamazonia-cresce-150-pior-marca-ja-registrada-peloamazon#:~:text=Entre%202019%20e%202022%2C%20durante,aumento%20foi%20de%20quase%20150%25>>.

⁸ Ver mais:< <https://www.conjur.com.br/2021-jun-25/governo-federal-condenado-falas-bolsonaromulheres/>>.

invasão e vandalismo contra prédios públicos e monumentos históricos, buscando contextualizar o ato e incluindo os processos políticos dos indiciamentos de figuras políticas de alto escalão e militares⁹.

São inúmeros os acontecimentos em que o Jornalismo se mostra como uma força vital, desempenhando um papel crucial na disseminação de informações e em exigir responsabilidade de governos, empresas, organizações e indivíduos cujas ações impactam a sociedade. Este papel transcende a mera reportagem de eventos, engajando-se profundamente com a relevância dos fatos noticiáveis, a construção de notícias que esclarecem os cidadãos, e o exercício de uma vigilância social crítica.

Essas funções são intrinsecamente ligadas ao interesse público, que busca no jornalismo informação, orientação e compreensão das complexidades do mundo (Sartor, 2018). Assim, o Jornalismo tem desempenhado também um papel educativo e interpretativo, contribuindo para a expansão da compreensão do público sobre questões complexas, influenciando na construção de uma sociedade mais informada e crítica.

Contudo, surge a questão: como o jornalismo se materializa na vida cotidiana contemporânea? Segundo o Digital News Report (2024), publicado pelo Instituto Reuters, que analisa anualmente o impacto da mídia global em 46 mercados distintos em seis continentes, incluindo o Brasil, as práticas jornalísticas se adaptam e se reinventam no cenário atual, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios relacionados à polarização política, à desinformação e às mudanças nos hábitos de consumo de notícias.

Um dos pontos mais significativos é o declínio da televisão como fonte de notícias, um fenômeno observado desde 2015. Em 2024, o alcance semanal da televisão como meio informativo continua a cair, refletindo a migração do público para plataformas digitais. Apesar disso, a TV Globo ainda ocupa uma posição de destaque no cenário midiático brasileiro. Com uma taxa de confiança de 42% entre os entrevistados, a emissora, incluindo seu principal telejornal, o Jornal Nacional, mantém um papel crucial em momentos de alta relevância política e social, como nas crises

⁹ Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/anderson-torres-e-presopelapf-apos-desembarcar-em-brasilia>; <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/17/relatora-da-cpmi-pede-indiciamento-debolsonaro-e-de-mais-60pessoas#:~:text=Ap%C3%B3s%20quase%20cinco%20meses%20de,completa%20no%20fim%20da%20mat%C3%A9ria>.

sanitárias. Embora a televisão esteja perdendo audiência em um contexto de crescente digitalização, a TV Globo se mantém, segundo a pesquisa, como uma das fontes mais confiáveis de informação.

As redes sociais, por sua vez, dominam o consumo de notícias no Brasil. YouTube e WhatsApp são usados por 38% dos brasileiros como fontes principais de informação, seguidos pelo Instagram (36%). O TikTok, que já registra 14% de uso para notícias, é a única plataforma que continua crescendo, consolidando seu papel entre as gerações mais jovens. No entanto, há desafios significativos relacionados à confiança. O TikTok e o X (antigo Twitter) são percebidos como as plataformas menos confiáveis, com 24% dos usuários relatando dificuldades em distinguir entre conteúdos verdadeiros e falsos. Esses dados refletem os desafios contínuos na credibilidade das redes sociais como fontes de notícias, ressaltando a necessidade de maior transparência e esforços contra a desinformação, apesar de seu crescimento no consumo de notícias.

Outro dado importante é o aumento da evasão na busca por notícias. Em 2024, 47% dos entrevistados afirmaram evitar notícias frequentemente ou ocasionalmente, um aumento em relação aos 41% do ano anterior. Esse fenômeno reflete, por um lado, o cansaço com a narrativa de crises, como a cobertura de eventos políticos e conflitos internacionais, e, por outro, a desconfiança gerada pelo excesso de informações de qualidade variável. Embora a evasão na busca por notícias seja um reflexo da desconfiança em algumas fontes, a confiança no jornalismo no Brasil permanece estável em 43%, a maior entre os países latino-americanos analisados no relatório, com uma pequena variação em relação aos anos anteriores. A confiança nas marcas regionais se destaca, com 61% dos entrevistados considerando as notícias locais mais confiáveis do que as fontes nacionais. Essa preferência reflete a relevância do jornalismo regional e local em engajar comunidades e atender a necessidades específicas de diferentes públicos.

A transição para o digital trouxe um aumento no número de assinantes na internet. Em 2024, 19% dos brasileiros afirmaram pagar por notícias, um crescimento relevante para o setor, mas ainda abaixo de mercados mais maduros. No entanto, essa expansão não foi suficiente para equilibrar o setor jornalístico, que continua enfrentando desafios. Em 2023, 9.500 jornalistas foram contratados, mas 10.400 postos de trabalho foram eliminados, refletindo a precarização do setor e as

dificuldades em sustentar modelos de negócio viáveis em meio à crescente concorrência digital.

No campo tecnológico, o avanço da inteligência artificial representa tanto oportunidades quanto riscos. Enquanto ferramentas como o *chatbot* do O Estado de S. Paulo mostram como a IA pode inovar na interação com o público, o uso de *deepfakes* em campanhas eleitorais levou o Tribunal Superior Eleitoral a implementar medidas rigorosas para proteger a integridade das informações. Essa regulamentação inclui a proibição de *deepfakes* e a exigência de que conteúdos sintéticos sejam rotulados como gerados por IA.

2.1 O JORNALISMO NA TV: TELEJORNALISMO BRASILEIRO E SEUS 75 ANOS DE INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O telejornalismo tem sido uma força transformadora na sociedade, estabelecendo-se como um dos pilares da mídia moderna. Ao longo das décadas, o telejornalismo evoluiu para acompanhar os avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que moldou a forma como as informações são disseminadas e consumidas globalmente.

Parafraseando Emerim (2021), com o passar do tempo, tanto a televisão quanto o telejornalismo se consolidam como recursos acessíveis para que a população se mantenha informada e entretida. “Isso porque seu modo de conectar instantaneamente os seres do mundo, de forma gratuita, dependendo apenas de uma tomada de luz elétrica, ainda é a forma mais barata de acesso a informações, contando, é claro, com a imagem em áudio e vídeo, imagens do mundo em movimento” (Emerim, 2021, p.16). A televisão adquire essa posição em função desses atributos, que a tornam apreciada e inclusiva. Isso se evidencia principalmente por sua capacidade de transmitir informações, tanto por meios visuais quanto sonoros. Essa característica é essencial, pois permite que indivíduos que talvez não possuam habilidades de leitura e escrita ainda possam receber e compreender notícias e conhecimentos diversos.

De acordo com dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), especificamente na classificação "Acesso a

TV, Internet e Celular", atualizados em 22 de novembro de 2024, estima-se que 73.860 mil domicílios brasileiros possuem acesso à televisão.¹⁰ Mesmo na era digital, a televisão continua a ser estatisticamente significativa na vida cotidiana, já que seu conteúdo também é consumido por meio de dispositivos móveis e nas redes sociais dos canais de TV.

Apontamos que a influência da televisão vai além: toca os telespectadores e cria uma conexão íntima entre os programas e seus públicos. Dominique Wolton (1996), em sua análise, enfatiza a habilidade da televisão aberta de estabelecer laços sociais ao reunir audiências variadas. Ele sustenta que, na inexistência da televisão, muitos ansiariam pela criação de um aparato capaz de unir todos os espectadores. Segundo o autor, isso representa a essência teórica da televisão, cuja relevância se estende tanto no âmbito político, quanto social (Wolton, 1996).

No Brasil, a televisão, com destaque para o telejornalismo na TV aberta, continua sendo um pilar central de informação e entretenimento para uma parte da população. Cerca de 80 milhões de brasileiros, uma quantidade comparável à população de países como a Alemanha e quase o dobro da Argentina, dependem exclusivamente da TV aberta. Esse dado é particularmente significativo considerando que aproximadamente 25 milhões de lares no país não têm acesso à TV por assinatura nem à internet residencial (Feltrin, 2020).

Adicionalmente, dados do Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário (Cenp), no início do ano de 2022, no Brasil, a televisão aberta detinha uma participação de 41,7% no panorama dos meios de comunicação. No decorrer dos primeiros seis meses de 2023, essa parcela experimentou um crescimento para 43%, no início de 2022, a televisão aberta detinha uma fatia de 41,7% dos meios.

Esta permanência e relevância da televisão aberta estabelecem um pano de fundo para a evolução do telejornalismo. Ao longo de mais de sete décadas de presença no Brasil, o telejornalismo tem sido reconhecido como uma fonte confiável de informação, essencial na narrativa da televisão no país e muitas vezes visto como o principal conteúdo das emissoras (Martins, 2017). Temer (2010) considera o telejornalismo uma adaptação dos métodos jornalísticos às particularidades da

¹⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, disponível em <<https://painel.ibge.gov.br/pnad/>>. Acesso em: 24.dez. 2024.

televisão, ressaltando que ele engloba a aplicação dos princípios éticos do jornalismo no contexto dos meios audiovisuais, desde a coleta até a divulgação das notícias.

O telejornalismo explora a interação entre som e imagem para oferecer uma experiência sensorial única que capta a atenção do espectador. Esta combinação gera uma percepção de imediatismo nos eventos noticiados, proporcionando ao público a sensação de estar testemunhando a realidade em tempo real. Ao cobrir eventos ao redor do mundo, o telejornalismo também transcende barreiras geográficas, aproximando o distante e tornando o passado presente, o que facilita uma maior compreensão global.

O telejornalismo, com sua capacidade de levar informações de diferentes partes do mundo para todos os cantos, influencia ativamente na maneira como as pessoas percebem o mundo ao seu redor (Pereira Junior, 2004; Mesquita; Araújo, 2020; 2023). Nesse sentido, ele se firma como uma instituição social, sendo reconhecido como um processo histórico e cultural em constante construção, que evolui em resposta à dinâmica da sociedade e da cultura que o rodeia. Esta natureza dinâmica permite que o telejornalismo se adapte e se renove continuamente, refletindo e respondendo às mudanças na sociedade (Gutmann, 2012; Gomes; 2011).

O início do telejornalismo no Brasil aconteceu dois dias após a primeira transmissão televisiva do país, em 1950, com o “Imagens do Dia” na TV Tupi de São Paulo. A inovação continuou com o “Telenotícias Panair” em 1952 e o “Repórter Esso” em 1953, este último destacando-se por reportar notícias nacionais e internacionais apoiadas por imagens em vídeo (Rezende, 2000).

A TV inicialmente simbolizava status e os telejornais, influenciados pelo rádio, exibiam um formato simples. Com o tempo, técnicas de outros meios foram adotadas, aprimorando a qualidade e a dinâmica dos noticiários, evoluindo progressivamente a linguagem e a apresentação visual na TV (Squirra, 1990; Paternostro, 1999; Rezende, 2000).

Na década de 1960, jornalistas de jornais impressos começaram a trabalhar na TV, trazendo mais especialização e criando o destacado Jornal Vanguarda, encerrado com a censura do regime militar. Segundo Mattos (2010), o golpe militar de 1964 teve um impacto significativo nos meios de comunicação brasileiros, especialmente na televisão, que começou a promover a ideologia do regime. Além disso, a televisão foi usada para incentivar o consumo de bens duráveis e não duráveis como parte de uma nova estratégia econômica para o desenvolvimento do país. Mattos (2010) também

aponta que as decisões políticas e a censura ideológica impostas pelo governo pós-1964 contribuíram para a qualidade inferior dos programas de televisão produzidos localmente.

Em 1969, o lançamento do Jornal Nacional pela Rede Globo representou uma inovação significativa no telejornalismo brasileiro com suas transmissões nacionais simultâneas, marcando o início de uma nova era técnica e ideológica. Durante a década de 70, avanços significativos na qualidade de imagem e nas técnicas de edição impulsionaram ainda mais o setor. No entanto, a censura da época impunha limitações ao conteúdo que podia ser transmitido, restringindo a liberdade editorial. Nesse contexto, a TV Bandeirantes introduziu o programa "Titulares da Notícia", que se destacou ao focar nas notícias do interior paulista, enquanto a TV Cultura alcançou altos índices de audiência com o "Hora da Notícia", um programa que adotou uma abordagem voltada para atender às necessidades específicas da população.

A abertura política dos anos 1980 trouxe diversidade aos telejornais, com programas que misturavam notícia e debate e ampliaram a liberdade democrática, com o surgimento de programas como "Canal Livre", "Hoje", "Bom Dia São Paulo", "Vox Populi" e "Encontro com a Imprensa" (Squirra, 1990; Paternostro, 1999; Rezende, 2000).

Na década de 1990, a tendência foi para o jornalismo ao vivo e de rua, com a figura do jornalista-apresentador ganhando proeminência. A segmentação do telejornalismo se acentuou com canais como Globo News e Record News, refletindo mudanças no mercado televisivo. Já nos anos 2000, programas como "Profissão Repórter" e "CQC" combinaram jornalismo com entretenimento, inovando no formato e conteúdo.

A interação com o público e o uso da internet se tornaram essenciais, e as emissoras ampliaram a oferta de conteúdos mais profundos para competir com canais segmentados. Este cenário de interação é apresentado na pesquisa de Mesquita & Vizeu (2014), que introduz o conceito de "audiência potente", que desafia a visão tradicional do público como passivo. Os autores argumentam que os espectadores da contemporaneidade desempenham um papel ativo e influente na produção jornalística, redefinindo as interações entre jornalistas e sua audiência. Essa audiência ativa não somente compartilha e comenta as notícias, mas também as analisa e contesta, desafiando assim a autoridade tradicional dos meios de comunicação em definir o que é relevante para o público.

À medida que avançamos para o cenário atual do telejornalismo, marcado por profundas transformações, incluindo a transição de conteúdo da televisão para plataformas digitais, observamos uma redefinição completa de como as notícias são consumidas, produzidas e compartilhadas. Cavenaghi (2020), Emerim e Nogueira (2020) notam que a expansão do telejornalismo para múltiplas plataformas altera significativamente a captação de áudio e vídeo, com smartphones sendo frequentemente usados para transmissões ao vivo, proporcionando uma diversidade de perspectivas sobre as informações.

Globalmente, as inovações em narrativa e formato estão revolucionando o telejornalismo (Alves, Bueno, 2020; Pereira, Monteiro, 2021; Sollitto, Alejandro, 2022). Plataformas como Snapchat, Instagram, YouTube, WhatsApp, Facebook, TikTok, Kwai e X (anteriormente Twitter) estão sendo usadas para engajar um público que está cada vez mais ativo digitalmente. Essas mudanças estão redefinindo as práticas jornalísticas e expandindo os limites do possível no campo da comunicação, transformando o telejornalismo em uma área em constante evolução, que responde dinamicamente às novas tecnologias e às demandas de uma audiência potente. Essa audiência, caracterizada por sua capacidade de transformação, propagação, ação e amplificação, tem desempenhado um papel crucial na reconfiguração do telejornalismo (Mesquita, 2014).

A interação ativa da audiência, especialmente através das redes sociais, tem permitido a coprodução de conteúdos e a amplificação de vozes que antes não tinham espaço nos meios tradicionais. Essa dinâmica reforça a necessidade de uma relação mais interativa e colaborativa entre os veículos de comunicação e o público, especialmente em um cenário de constantes mudanças tecnológicas e sociais (Mesquita; Vizeu, 2020). Durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, a audiência potente foi essencial para a cobertura jornalística, enviando vídeos, fotos e informações que foram incorporados aos telejornais, especialmente em situações em que os jornalistas tinham acesso limitado, como em hospitais ou áreas remotas (Mesquita; Vizeu, 2020). Além disso, a pandemia acelerou mudanças nas práticas jornalísticas, com as empresas de comunicação adaptando-se à participação ativa da audiência. Conteúdos enviados pela audiência, como registros de filas para auxílio o emergencial, ações de voluntários e até mesmo denúncias de aglomerações, foram amplamente utilizados pelos telejornais. No entanto, essa interação também trouxe desafios, como a necessidade de checar informações e evitar a disseminação de

notícias falsas, reforçando o papel do jornalista como mediador e curador da informação (Mesquita; Vizeu, 2020).

Em suma, o telejornalismo está passando por uma transformação profunda, impulsionada pelas novas tecnologias e pela participação ativa da audiência potente. Essa dinâmica redefine as práticas jornalísticas e amplia os limites do possível no campo da comunicação, criando um cenário em que o telejornalismo responde de forma dinâmica às demandas de uma audiência cada vez mais engajada e participativa.

2.2 JORNAL NACIONAL: MARCO DO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

Desde seu lançamento em setembro de 1969, o Jornal Nacional, JN, se estabeleceu como um ícone na história da televisão brasileira. O programa não só marcou o início de uma nova era para o jornalismo nacional, mas também introduziu o Brasil no cenário da comunicação global. O JN é um dos três programas mais antigos ainda em exibição na emissora Rede Globo e mantém a liderança em audiência, cobrindo exaustivamente as notícias de maior relevância, tanto nacional quanto internacionalmente, todos os dias (História Grupo Globo, 2024; Kantar Ibope Media, 2024).¹¹

A implementação pioneira de tecnologias de transmissão avançadas, como as via micro-ondas e satélite, foi crucial para o seu desenvolvimento, permitindo uma cobertura jornalística de amplo alcance e em tempo real. Essas inovações facilitaram a integração do país e fortaleceram sua conexão com o mundo, aspectos fundamentais para sua posição de destaque no cenário global (Rezende, 2000).

O Jornal Nacional se destacou por ser o primeiro telejornal a ser transmitido simultaneamente em várias cidades e por introduzir um novo estilo de jornalismo televisivo no Brasil. Inaugurando um formato mais sofisticado, o programa era caracterizado pela apresentação de informações de maneira rápida e fragmentada. Esse método visava projetar ao telespectador uma imagem de imparcialidade na cobertura dos acontecimentos, um aspecto fundamental para conquistar e manter sua credibilidade (Rezende, 2000).

¹¹Audiência de TV PNT TOP 10 | 08/04 a 14/04/24. A pesquisa é encontrada no sítio: <
<https://kantariopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-de-tv-pnt-top-10-08-04-a-14-04-24/>

O Jornal Nacional revolucionou o telejornalismo brasileiro ao introduzir, em sua estreia, a transmissão de informações em rede nacional, consolidando uma programação unificada para todo o país. Essa inovação veio acompanhada de uma série de mudanças, como a rigidez no tempo de duração das notícias, a padronização dos cenários, a entonação vocal dos apresentadores, e um cuidado com a estética visual dos apresentadores, a qualidade das imagens e a edição das produções jornalísticas. Essas transformações ocorreram num momento crucial para a televisão brasileira, que, apesar de perder um de seus programas mais emblemáticos, o Repórter Esso, via-se no auge de sua consolidação com o fortalecimento das redes de TV (Rezende, 2000).

Como o primeiro telejornal a ser transmitido em rede nacional, o Jornal Nacional rapidamente ascendeu ao status de um dos programas mais prestigiados e influentes do Brasil, conquistando a atenção e a lealdade do público desde sua estreia. Gutmann (2012) argumenta que este telejornal se posiciona como um representante da sociedade civil, estabelecendo um diálogo contínuo com sua audiência, que, por sua vez, reconhece e respeita sua autoridade como uma instituição legítima para relatar os acontecimentos relevantes da atualidade (Gutmann, 2012). Segundo a autora, o noticiário cria um pacto de confiança com seus telespectadores, ancorado nas noções de verdade e relevância dos conteúdos transmitidos, utilizando estratégias específicas do meio televisivo.

É fundamental ressaltar, especialmente no contexto do Jornal Nacional e da empresa a qual o pertence, Rede Globo, que a emissora sempre teve conexões profundas com os círculos governamentais desde sua fundação, um tópico que tem sido amplamente estudado e debatido por vários acadêmicos.

A trajetória do principal noticiário do Brasil frequentemente se entrelaçou com eventos que expõem um "enquadramento oficialista" do programa. Esse enquadramento se manifesta através de representações favoráveis a certos grupos políticos, enquanto simultaneamente minimiza figuras que não gozam de sua aprovação. Historicamente, o telejornal tendeu a adotar conteúdos ideológicos que beneficiavam o governo e as elites, sustentando, assim sua posição de influência e poder (Montuori, 2013).

Esse aspecto se torna ainda mais evidente quando consideramos o período do regime militar no Brasil, uma era crucial para a consolidação das redes de televisão e a afirmação do telejornalismo como elemento central na grade de programação das

emissoras. Durante essa época, condições operacionais fundamentais foram estabelecidas para o avanço das telecomunicações no país, especialmente no que diz respeito ao sistema telefônico (Montuori, 2013).

Mattos (2002) destaca que o desenvolvimento técnico da televisão não só fortaleceu a infraestrutura necessária para a expansão do jornalismo televisivo, mas também serviu aos propósitos do regime militar, que utilizou a mídia como um instrumento para a propagação de suas ideologias autoritárias. Assim, a televisão, como ferramenta de comunicação, desempenhou um papel duplo: por um lado, facilitou o aprimoramento tecnológico necessário para a modernização das comunicações no país; por outro, atuou como um poderoso veículo de propaganda política, moldando a percepção pública e alinhando-se com as forças dominantes do período. A intersecção entre avanços tecnológicos e manipulação ideológica define o complexo legado do Jornal Nacional no contexto político e social do país.

Mesmo após o fim do regime militar, a ligação entre a Rede Globo e o Estado permaneceu firme. Durante o governo de José Sarney, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no período de 1985 a 1990, por exemplo, havia uma pressão para que os telejornais da emissora se alinhassem aos seus interesses. Em várias ocasiões, o Jornal Nacional sucumbiu a essas influências políticas, o que gerou críticas severas à emissora por sua parcialidade, omissões de reportagem e intervenções políticas através de sua linha editorial (Montuori, 2013).

Um outro exemplo ocorreu nas eleições estaduais de 1982, quando a emissora participou do "esquema Proconsult"¹², um esforço para manipular os resultados eleitorais a fim de impedir a vitória de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (Miguel, 2019). Esse evento ilustra como a Globo usou sua capacidade de disseminação de

¹² Durante as eleições de 1982, o procedimento para a contagem dos votos exigia que estes fossem inicialmente apurados em suas mesas coletoras e, posteriormente, enviados para totalização nas zonas eleitorais. No estado do Rio de Janeiro, a responsabilidade pela totalização geral ficou a cargo da Proconsult, uma empresa ligada a ex-colaboradores do regime militar, que se gabava de oferecer resultados rápidos e confiáveis numa época em que os computadores ainda eram chamados de 'cérebros eletrônicos'. Após a coleta dos votos, iniciava-se uma fraude orquestrada na fase de totalização final, utilizando um mecanismo chamado 'diferencial delta'. Os softwares instalados nos computadores da Proconsult, contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, eram programados para subtrair certa porcentagem dos votos de Brizola, convertendo-os em nulos, ou para redirecionar votos em branco ao candidato governista da época, Moreira Franco. A manipulação dos resultados só veio à tona devido ao esforço jornalístico, especialmente graças a um sistema de apuração paralela organizado pela Rádio Jornal do Brasil. Este esquema de cobertura das eleições não apenas competiu, mas superou o montado pelo conglomerado Globo, expondo a fraude e destacando a importância da mídia na vigilância das práticas eleitorais (Globo, 2004).

informações para influenciar os resultados políticos. Além disso, nas eleições presidenciais de 1989, a cobertura da TV Globo foi decisivamente tendenciosa a favor de Fernando Collor, destacando-se pela promoção intensiva de sua candidatura em detrimento de outros candidatos (Miguel, 2019).

Esses episódios evidenciam o papel da emissora como um agente ativo na conformação das dinâmicas políticas do Brasil, utilizando seu alcance para moldar a opinião pública de acordo com seus interesses estratégicos.

Em 2002, a abordagem da Rede Globo, conforme descrito por Miguel (2019), consistiu em alocar tempo igual de exposição a cada um dos candidatos; no entanto, durante as entrevistas, a emissora fez questão de enfatizar a continuidade da política econômica então vigente. Esse cenário começou a se alterar progressivamente a partir desse ponto. Assim, observa-se um padrão evolutivo entre 1982 e 2002, em que métodos explícitos de intervenção política cederam lugar a táticas mais sutis, numa espécie de "narrativa civilizatória". Mesmo após a redemocratização, o padrão de alinhamento aos interesses governamentais, que se manteve até os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, começou a mudar durante as eleições subsequentes. Com a eclosão do escândalo do mensalão durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT), entre os anos de 2003 e 2006, essa dinâmica se transformou. As eleições de 2006, 2010 e 2014 evidenciaram um aumento no engajamento eleitoral direto e, nesse processo, a Rede Globo e outros principais veículos de comunicação do Brasil começaram a adotar uma postura de envolvimento político menos reservada (Miguel, 2019).

Em 2016, durante a instabilidade do governo Dilma Rousseff, a Rede Globo influenciou a narrativa política, promovendo ativamente protestos pró-impeachment e minimizando manifestações contrárias. A emissora divulgou extensivamente o áudio ilegalmente vazado entre Lula e Dilma, mas não deu destaque similar às gravações de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobras, responsável pela logística de transporte e armazenamento de combustíveis. Envolvido na Operação Lava Jato, Machado gravou diálogos comprometedores com políticos do governo Temer, que impactaram o Congresso e o Palácio do Planalto. A cobertura do processo de impeachment por parte da Globo também foi questionável: enquanto a votação na Câmara foi amplamente transmitida, a defesa de Dilma Rousseff no Senado foi ignorada em favor de um programa de culinária.

Além disso, durante as eleições presidenciais de 2018, a emissora foi criticada por sua postura passiva em relação à disseminação de desinformação, incluindo a não contestação de fake news, como a suposta distribuição de "kits gays" nas escolas de São Paulo e a inexistente "mamadeira erótica", promovida por adversários políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) (É #fake, 2018; "Mamadeira", 2018).

Paradoxalmente, no mesmo período, a Rede Globo também se tornou alvo de campanhas de desinformação promovidas por grupos de apoio ao presidente da época, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), que governou o Brasil de 2019 a 2022, que buscavam descreditar todo o seu conglomerado midiático.

É essencial observar que, embora a Rede Globo adote uma postura crítica às violências cometidas pelo governo Bolsonaro contra a população brasileira, a emissora continua alinhada aos seus próprios interesses comerciais. Esta dualidade fica evidente na maneira como a Globo trata temas sensíveis, como as questões quilombolas.

Durante a cobertura da pandemia da COVID-19, por exemplo, a emissora enfatizou a ausência de um plano específico de vacinação para as populações quilombolas e povos originários. Além disso, em suas reportagens sobre os ataques à democracia e as acusações de desmatamento pelo governo, adotou um tom didático e explicativo, buscando esclarecer o público. No entanto, essa abordagem educativa contrasta com as produções da emissora que, historicamente, não têm abordado de maneira adequada disputas territoriais, violências sofridas e direitos dessas populações, revelando uma tendência a selecionar pautas que frequentemente negligenciam aspectos essenciais dos direitos humanos e sociais.

Fundada em 26 de abril de 1965, durante o regime militar, a Rede Globo expandiu-se consideravelmente ao longo dos anos. Hoje, é a maior emissora do Brasil, com cinco emissoras próprias e 118 afiliadas que cobrem 95% dos municípios do país (Nossos Negócios, 2025). A família Marinho continua a liderar a empresa, influenciando tanto a sua gestão quanto a linha editorial (Mom-Brasil, 2017). Esta longa gestão pela mesma família e o crescimento da emissora ilustram como o poder da mídia está diretamente ligado a interesses políticos e econômicos no Brasil, influenciando o conteúdo noticioso apresentado ao público. Essa estrutura consolidada mostra como a mídia e os interesses políticos e econômicos estão diretamente

relacionados, influenciando a forma como os acontecimentos nacionais são apresentados ao público¹³.

A mídia brasileira possui uma notável concentração de propriedade, contrariando a proibição de formação de monopólios e oligopólios estipulada no Artigo 220 da Constituição Federal de 1988. Esta característica é claramente visível na forma como as concessões de radiodifusão foram distribuídas inicialmente e como continuam a ser mantidas, perpetuando a concentração de propriedade nas mãos de poucas famílias.

Esse sistema sinaliza uma transgressão constitucional e reflete a ideologia perpetuada pelos meios de comunicação, fortemente influenciada por famílias que desempenham papéis significativos nos cenários político e religioso. A sobreposição crescente entre essas esferas de poder resulta em fronteiras cada vez mais tênues, contribuindo para um ambiente de complexidade e interdependência que desafia a eficácia das regulações e da governança midiática no Brasil.

Diante desse panorama, o Jornal Nacional, como principal telejornal da Rede Globo, exemplifica o impacto dessa estrutura de poder no telejornalismo brasileiro. Sua programação e cobertura noticiosa refletem as dinâmicas de influência e controle discutidas anteriormente, demonstrando como um veículo de comunicação pode tanto moldar quanto ser moldado pelas forças políticas e econômicas que regem o país.

¹³ A Rede Globo anunciou seu novo reposicionamento, revelando uma estratégia elaborada para se conectar mais intimamente com o público brasileiro. A simplificação de sua identidade visual visa modernizar a imagem da emissora, além de transmitir confiança e estabilidade. A Globo busca reforçar seu compromisso com valores humanísticos e sociais, enfatizando seu papel como uma voz influente na mídia brasileira. Esta evolução na identidade da emissora representa uma tentativa de refletir e engajar-se ativamente nas transformações culturais e sociais do país, demonstrando uma participação ativa, e não apenas observacional, nas narrativas nacionais. É importante destacar que esse reposicionamento se fundamenta na lealdade aos seus valores e na fluência social, características que permeiam todas as suas produções. “Há alguns anos, este é o símbolo da nossa empresa, a marca que representa um conjunto de marcas que fazem parte da sua vida. Marcas que se inspiram em você para criar e revelar as melhores histórias todos os dias. Essa é a nossa vocação. Somos magnéticos e vibrantes. Também somos apaixonados por tudo que fazemos. Leais aos nossos valores e socialmente fluentes. Foi para representar essas características simples e marcantes que a nossa identidade ficou mais simples e marcante. Nossa tipografia agora tem formas geométricas que representam o encontro da tecnologia com o conteúdo. Nossas cores representam a diversidade do Brasil e o nosso conjunto de marcas. O degradê representa o nosso constante movimento em busca de histórias que emocionam milhões de brasileiros. Ah, o azul! Nossa cor principal transmite a familiaridade e a credibilidade que nos aproximam. As imagens trazem brasileiros e as nossas personalidades para o centro. Porque pra gente, pessoas são o centro de tudo. Tudo isso junto representa a evolução da nossa identidade. Em outras palavras, a nossa relação com o Brasil”.

Assim, entender o papel do Jornal Nacional dentro desse ecossistema midiático é crucial para avaliar o telejornalismo no Brasil e como este representa os grupos sociais.

3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo, analisamos a Teoria das Representações Sociais e sua relação com as teorias do Jornalismo, explorando como essas práticas constroem e organizam significados que influenciam as interpretações sociais. O capítulo destaca o papel das representações na formação de "mundos possíveis" (Alsina, 1989), que orientam percepções coletivas e moldam atitudes em um contexto marcado por desigualdades históricas e profundas transformações tecnológicas. Além disso, discutimos os processos de ancoragem e objetivação, mecanismos centrais das Representações Sociais, que permitem a assimilação do novo ao já conhecido e a materialização de conceitos abstratos em formas concretas. Esses processos são fundamentais para compreender como o jornalismo, em especial o telejornalismo, atua como mediador entre sociedade e poder público, influenciando comportamentos e reforçando ou desconstruindo estereótipos.

O termo "representação", oriundo do latim *repraesentare*, denota a ideia de "tornar presente". Em tempos históricos, na era clássica, essa terminologia estava primariamente associada a objetos inanimados, desvinculada da noção de pessoas representando outras pessoas ou a estrutura do Estado romano (Rubim, 2016). No entanto, é importante destacar que a abordagem da representação varia consideravelmente conforme a área de estudo em questão. Na área da filosofia, em geral, essa conceituação se desdobra entre o "viés subjetivo e o objetivo". No contexto da subjetividade, a representação está intrinsecamente ligada à forma como o conteúdo dos objetos pensados se manifesta na mente, interconectada a distintos processos cognitivos, como percepção, imaginação e julgamento. Sob a ótica da objetividade, a representação se define como a "habilidade da mente em evocar um objeto de pensamento por meio de símbolos" (Lucas, 1995, p.62).

A transformação de debates e o surgimento de novas disciplinas nos séculos XVIII e XIX impulsionaram um crescente interesse em integrar a análise do indivíduo à sociedade, dando origem a campos como a Antropologia e a Sociologia. Dentro desse contexto, emergiram estudos dedicados a compreender a interação entre o indivíduo e a sociedade, explorando conceitos para esclarecer as diversas mudanças e estruturas sociais. O sociólogo Émile Durkheim concebeu as "representações

coletivas" como elementos que valorizavam o simbolismo compartilhado, funcionando como princípios essenciais na realidade social (Corrêa; Silveira, 2014). Seu objetivo era elucidar os fenômenos complexos da sociedade ao diferenciar o âmbito social do individual. Destacava que as normas que orientam a vida individual são distintas das que guiam a vida coletiva (Almeida, Santos, 2011). Dessa forma, as transformações nos debates e o surgimento dessas novas disciplinas refletem uma evolução no pensamento acadêmico e exemplificam, na prática, a teoria das representações coletivas de Durkheim. Essas áreas surgem como campos onde essas representações são explicitamente analisadas e discutidas, revelando como os símbolos e normas sociais influenciam e são recriados pelo coletivo. Portanto, a emergência dessas disciplinas pode ser vista como uma materialização das ideias de Durkheim, onde a interação entre o indivíduo e a sociedade é mediada pelas representações coletivas, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais (Almeida, Santos, 2011).

As representações podem ser compreendidas como elementos estáveis que refletem e consolidam a compreensão coletiva, estabelecendo uma noção central sobre seu papel e seu significado e o das ideias na sociedade, conforme apresenta Pinheiro Filho (2004). Este pensamento aborda como a vida em sociedade influencia a formação da individualidade, integrando-a ao coletivo de maneira completa. A importância da linguagem é ressaltada, sendo considerada um elemento fundamental nas representações coletivas. O sistema conceitual que emerge da linguagem é visto como uma construção coletiva, representando a forma pela qual uma sociedade expressa seus conceitos sobre as coisas e sua visão de mundo (Almeida, Santos, 2011).

A crescente distinção entre o estudo da sociedade geral, representada pela Sociologia, e do indivíduo específico, foco da Psicologia, começou a ser alvo de críticas e revisões na segunda metade do século XX. Alguns estudiosos começaram a questionar o viés individualista predominante na psicologia, procurando examinar as múltiplas influências do contexto social sobre o indivíduo. Ângela Arruda (2002) destaca pensadores como Moscovici (1979), e Bruner (1990) nesse movimento de reflexão. Desse modo, a cultura passou a ser integrada às análises sociais sobre os indivíduos, influenciando a forma como eles representam os outros, seu ambiente e a si mesmos.

Serge Moscovici, psicólogo social, expande as proposições de Durkheim (1970). Enquanto Durkheim (1970) introduziu o conceito de "representação coletiva", sustentando que a sociedade não poderia ser compreendida apenas pelas consciências individuais, mas sim por explicações coletivas, Moscovici (2012) vai além. Ele destaca a distinção entre as questões individuais, pertencentes à psicologia, e os estudos coletivos e sociais, essenciais para a emergente ciência da Sociologia (Moscovici, 2012). Essa ampliação do debate sobre representações sociais ressalta a interconexão entre as esferas individual e coletiva na compreensão da dinâmica social.

No Brasil, esse debate ganhou força na década de 1980 com a introdução da Teoria das Representações Sociais. Nesse período, surgiu uma busca por abordagens alinhadas ao pensamento marxista, embora tenha sido adotada por uma minoria. Esses estudos pioneiros foram conduzidos por acadêmicos brasileiros que frequentaram cursos na *École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)* em Paris, durante os anos 1970. Posteriormente, eles desenvolveram suas dissertações sobre o assunto em centros de pesquisa localizados nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (Almeida, 2009).¹⁴

As Representações Sociais emergem da interação social, constituindo-se como um conjunto de explicações, ideias e coerências. Elas representam um conjunto compartilhado de interpretações sobre o senso comum e conhecimentos populares, visando "construir e interpretar a realidade" (Oliveira, Werba, 2012, p. 91).

O impacto dessas representações é notável, moldando a percepção coletiva da realidade e exercendo influência direta sobre atitudes, comportamentos e interações sociais. Dessa maneira, essas representações desempenham um papel significativo na construção da identidade individual e social, sendo essencial compreender como os meios de comunicação e as dinâmicas de poder estão intrinsecamente conectados nesse processo.

¹⁴ É uma abordagem da Psicologia Social que se concentra na compreensão de como as pessoas constroem e compartilham conhecimento em grupos sociais. Essa teoria explora como as crenças, valores e significados compartilhados influenciam a maneira como os indivíduos percebem e interpretam a realidade social. Ela foi desenvolvida por Serge Moscovici e se baseia na ideia de que as representações sociais são construções sociais que surgem da interação entre os membros de uma sociedade e desempenham um papel fundamental na forma como as pessoas dão sentido ao mundo ao seu redor (Moscovici, 1979, 2012). A TRS é frequentemente usada para analisar como os grupos constroem e comunicam conhecimento comum, especialmente em relação a tópicos complexos ou controversos.

A definição de Moscovici (2009) sobre as representações sociais enfatiza sua natureza quase tangível, destacando sua constante circulação, interseção e cristalização no mundo cotidiano por meio de palavras, gestos e interações. Tais representações permeiam amplamente nossas relações, objetos produzidos ou consumidos, e comunicações estabelecidas. Ele argumenta que a compreensão da realidade das representações é acessível, porém, seu conceito em si é complexo, em grande parte devido às razões históricas que demandam investigação por parte dos historiadores. Além disso, salienta a natureza "mista" dessas representações, situando-se entre conceitos sociológicos e psicológicos, e defende a necessidade de posicionar-se nesse cruzamento para revitalizar o conceito e compreender sua singularidade (Moscovici, 2009).

Como indivíduos, ativamente, construímos e compartilhamos nossa realidade coletiva. Como seres sociais, trocamos ideias, conceitos e eventos, um processo que nos une, nos diferencia e, ao mesmo tempo, molda nossas relações sociais (Siqueira, 2016). Nesse panorama, as representações contribuem significativamente para a maneira como nomeamos e categorizamos os diferentes aspectos da vida diária, refletindo as visões e defesas que os grupos sociais têm sobre a realidade (Jodelet, 1989).

Uma representação é, portanto, uma construção coletiva na qual os conhecimentos de um grupo específico (re)modelam o objeto, tomando por base as representações existentes e em circulação sobre esse objeto. Esse processo reconfigura a própria existência do objeto. Nele, a sociedade interpreta e compreende as características de uma dada realidade, moldando suas ações e relações, uma vez que a representação social do objeto se torna a realidade percebida pelos participantes desse contexto (Wachelke, 2007).

É um ciclo dinâmico: criação, recriação, substituição e nova recriação, influenciando tanto as ações a serem tomadas quanto a natureza do ambiente ao redor. Nesse contexto, a abordagem a partir das Representações Sociais se contrapõe à ideia de que uma representação é simplesmente uma cópia fiel do objeto.

As Representações Sociais têm raízes históricas profundas, influenciando a maneira como percebemos os outros por meio dos processos de comunicação (Araújo, 2017). A comunicação, especialmente em relação aos objetos midiáticos, desempenha um papel essencial na produção e reprodução de significados na sociedade.

A formação das representações sociais envolve a transformação do desconhecido em algo familiar (Moscovici, 2009). Esse processo tende a rejeitar o que é estranho, causando desconforto (Oliveira; Werba, 2012). Moscovici (2009) descreve dois processos, chamados de "ancoragem e objetivação", essenciais para assimilar o desconhecido à estrutura da representação social. A objetivação torna concreto algo abstrato, tornando-o visível e tangível para o grupo ou indivíduo (Trindade et al, 2014). A ancoragem, por sua vez, busca encaixar o novo em categorias conhecidas, comparando-o com ideias familiares ou conceitos existentes (Moscovici, 2009). Esses processos são cruciais para integrar o novo ao sistema de valores e categorias já estabelecidos, facilitando a compreensão do desconhecido dentro de nossa estrutura mental (Oliveira; Werba, 2012).

Imaginemos alguém que não teve muita exposição ou contato direto com comunidades quilombolas e se depara com informações sobre essas comunidades. Essa pessoa pode ter uma representação vaga ou abstrata sobre essas populações. A objetivação ocorreria quando essa pessoa tenta tornar essa ideia abstrata de "quilombolas" em algo mais concreto. Por exemplo, ao associar a imagem de uma comunidade com casas de arquitetura específica, tradições culturais ou ao pensar em lideranças quilombolas conhecidas.

Por outro lado, a ancoragem acontece quando essa pessoa tenta enquadrar o que aprendeu sobre os quilombos em categorias já conhecidas. Pode ser ao relacionar aspectos das comunidades quilombolas com ideias preexistentes sobre comunidades rurais, preservação cultural ou até mesmo estereótipos existentes na sociedade. Assim, a objetivação torna concreto o que é abstrato sobre os quilombos, enquanto a ancoragem busca conectar essa informação nova a categorias familiares, tornando mais compreensível e familiar o conceito de comunidades quilombolas dentro da estrutura de conhecimento dessa pessoa.

Tendo em mente uma melhor compreensão do conceito de representação nos estudos sociais até o momento, daremos ao enfoque de Stuart Hall (2006), base também para a análise das representações das populações quilombolas no *Jornal Nacional*. Hall é uma figura central nos Estudos Culturais Britânicos e nos debates sobre cultura e identidade. Dessa forma, os Estudos Culturais se estabeleceram como um movimento e campo interdisciplinar de pesquisa acerca da cultura e da sociedade.

Os grupos sociais minorizados ou mesmo segmentos de elite no poder, tendem a expressar sua identidade e se distinguir por meio da diferença em relação a outros

grupos, sociedades ou culturas. Esta diferenciação desempenha um papel crucial na discussão sobre representação, pois estabelece a dinâmica entre indivíduos, grupos e as diversas culturas em questão. Hall (2006) explora vários conceitos ao abordar a representação, concentrando-se especialmente em dois: identidade e estereótipo. Ambos destacam a importância da diferença e servem como formas de representação. A interação desses elementos com a diferença e sua reflexão na sociedade moldam nossa abordagem analítica.

Stuart Hall (2006), ao analisar a cultura na era moderna, destaca a sua importância crucial, tanto nas batalhas por reconhecimento de grupos marginalizados, quanto no âmbito dos conflitos políticos. Ele observa que a cultura, e por extensão a comunicação, é utilizada para definir e enfatizar diferenças nas posições sociais, frequentemente recorrendo a estereótipos para excluir certos grupos das esferas de poder. Hall (2006) argumenta que, na sociedade contemporânea, a cultura nacional assume papéis que em sociedades mais tradicionais estavam dispersos por diversos elementos sociais, sugerindo uma centralização e intensificação do papel da cultura na formação e manutenção da identidade social e política.

Nas sociedades pré-modernas e tradicionais, as lealdades e identificações estavam associadas principalmente à tribo, ao povo, à religião e à região. Entretanto, nas sociedades ocidentais, ao longo do tempo, essa lealdade gradualmente migrou para a cultura nacional (Hall, 2006).

Hall (2006) observa que ao longo desse processo, “as diferenças regionais e étnicas foram subordinadas ao que Gellner (1993) descreve como o “teto político do estado-nação...””(Hall, 2006, p. 49), tornando-se uma poderosa fonte de significado para as identidades culturais modernas. Além dessas mudanças, Hall (2006) destaca a relevância da linguagem nas discussões das ciências sociais e políticas contemporâneas. Ele argumenta que a linguagem passou a ser central nos debates sobre as transformações atuais, desempenhando um papel fundamental nas práticas da representação (Hall, 2016). Assim, a linguagem possui uma posição privilegiada na construção e circulação do significado (HALL, 1997).

A cultura, segundo Hall (1997), desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, sendo considerada em tempos anteriores como o principal agente de mudanças. Ele destaca que as lutas pelo poder se tornam cada vez mais simbólicas e discursivas, e as políticas progressivamente adquirem uma natureza cultural. Para Hall (2016), a cultura, composta por significados

compartilhados, serve como base para a compreensão desses significados pelos indivíduos. Nesse contexto, a linguagem é o fenômeno que decodifica as representações, pois atribuímos significado às coisas através do nosso uso, pensamentos e expressões - é como representamos (Hall, 2016).

Essas representações, para Hall (2016), não são apenas elementos subjetivos, mas também têm um impacto real na sociedade. Segundo o autor, a representação é a produção de sentido que se dá pela linguagem, em que os significados são atribuídos a objetos, pessoas e eventos pela estrutura interpretativa presente na sociedade, e está vinculada à forma como esses elementos são integrados nas práticas cotidianas e na utilização da linguagem nos sistemas de significação.

Na centralidade desse processo de significação cultural, Hall (2016) identifica dois sistemas de representação. O primeiro consiste na atribuição de significados ao mundo, estabelecendo correspondências entre elementos reais como pessoas, objetos e eventos, criando um mapa conceitual. O segundo sistema depende da relação entre esse mapa conceitual e os signos que representam esses conceitos; esses signos são organizados em linguagens (Hall, 2016).

Para Hall (2016), qualquer elemento que funcione como um signo — seja um som, uma palavra, uma imagem ou um objeto — e que esteja organizado em um sistema com outros signos capazes de comunicar e expressar significados, é classificado como uma linguagem. Isso significa que a linguagem é formada pela interação entre as coisas do mundo real, os mapas conceituais que as organizam, e os próprios signos, estando todos esses elementos no cerne da produção de significado. Hall (2016) define esse processo de interação como representação. Além disso, ele aponta que cultura, signos e linguagem se entrelaçam na construção das representações, o que influencia as relações de poder, as posições sociais e a cultura em si. Portanto, todos esses componentes estão intrinsecamente conectados (Hall, 2016).

Ao abordar a linguagem e a Semiótica, Hall (2016) destaca que a representação é um processo que une dois aspectos: um código-base que se funde ao elemento observado (o significante) e nosso conceito mental desse elemento (o significado) (Hall, 2016). Baseado nos estudos de linguagem, Hall (2016) argumenta que a relação entre significante e significado é moldada pela cultura, mas não é estática, pois as palavras e seus sentidos podem mudar. Os conceitos (significados) aos quais elas se referem também se modificam historicamente, alterando o mapa conceitual da cultura

(Hall, 2016). Isso sugere que em diferentes momentos históricos, uma mesma cultura terá visões e representações diversas do mundo.

Hall (2003) ressalta ainda a importância de considerar tanto as dimensões culturais (simbólicas) quanto os materiais na análise da sociedade (Hall, 2003). Ele enfatiza que o significado, o sentido e a interpretação das coisas não são inerentes a elas; são construídos e produzidos como resultado de práticas culturais dentro de um grupo social específico, sempre sujeitos a tensões e negociações (Hall, 2003).

Hall (2016) delinea três tipos de análises da representação: a reflexiva, a intencional e a construcionista. Na teoria reflexiva, a linguagem é vista como um espelho da realidade, sugerindo que as palavras e símbolos refletem diretamente os significados verdadeiros e intrínsecos das coisas tal como elas existem no mundo. Essa abordagem pressupõe uma correspondência direta entre a linguagem e a realidade, onde a linguagem tem o papel de simplesmente revelar ou descrever essa realidade preexistente.

Em contrapartida, a teoria intencional enfatiza o papel do emissor na atribuição de significados. Segundo esta visão, é o falante (ou autor) que, por meio de sua intenção, confere significado ao que é dito ou escrito. Aqui, o significado não reside no mundo exterior nem é inerente aos objetos, mas é imposto pela pessoa que comunica, de forma que a compreensão da mensagem está atrelada à intenção original do emissor.

Por último, a abordagem construcionista, com a qual Hall mais se identifica, concebe a linguagem não como um reflexo ou um veículo de intenções individuais, mas como um produto social complexo. Dentro dessa perspectiva, os significados não são, nem meramente refletidos, nem unicamente impostos, mas construídos através das interações sociais e dos sistemas de representação. Esta teoria reconhece que a linguagem e os significados são o resultado de processos sociais e culturais, enfatizando o papel das convenções, das práticas discursivas e dos contextos sociais na formação dos significados.

Hall (2016) argumenta que a perspectiva construcionista oferece a melhor compreensão sobre como os significados são formados, transformados e veiculados na sociedade. Ele vê a representação como um processo dinâmico e interativo, pelo qual os significados são constantemente negociados e reconfigurados dentro do tecido social, destacando a natureza construída e mutável da realidade tal como a experimentamos e compreendemos.

Segundo Santi e Santi (2008), os significados não são transmitidos diretamente no mundo material, mas sim através de sistemas linguísticos ou sistemas utilizados para representar conceitos. Para Hall (2003), a relação entre o mundo material e a representação não é direta ou reflexiva, como indicam outras teorias. Ele enfatiza que é a linguagem, como um sistema de codificação coletivamente aceito por cada cultura e reconhecido socialmente, que produz significados junto com a representação.

Hall (2016) destaca a importância da linguagem e da cultura na construção do conceito de representação, ampliando a análise para compreender como esses elementos interagem. Explorando temas como linguagem, discurso e poder na sociedade moderna, ele dialoga com os conceitos desenvolvidos por Michel Foucault.

Segundo Hall (2016), a representação, ou seja, a criação de significado por meio da linguagem, é crucial para os construcionistas. Os signos usados na comunicação entre pessoas são organizados em diferentes linguagens, mas só têm significado se as pessoas entendem esses códigos. Esses códigos são essenciais para os significados e, conseqüentemente, para a representação. Isso torna a representação fundamental no debate político atual, pois ao mudar esses códigos, alteramos os significados, influenciando como pessoas, ideias e grupos são percebidos.

Hall (2016) argumenta que todas as práticas sociais têm um componente discursivo essencial, pois elas comunicam significados que influenciam e moldam as ações humanas. Para ele, o discurso vai além de meramente representar o conhecimento sobre um tema em um determinado momento histórico, conforme proposto por Foucault. Hall (2016) expande essa visão ao considerar o discurso também como um meio ativo na produção de conhecimento e na formação de representações na sociedade. Dessa forma, podemos entender que, ao invés de servir apenas como uma base estática para o conhecimento, o discurso deve ser visto como parte de um diálogo contínuo e dinâmico que não só reflete, mas também constrói a realidade

Na teoria de Stuart Hall, a relação entre o sujeito e o poder do discurso é fundamental. Para ele, os sujeitos ganham importância e influência por meio do discurso, que cria um espaço para eles. Hall (2016) argumenta que os sujeitos só têm significado quando se submetem às regras do discurso, independentemente das diferenças de classe, etnia ou gênero, tornando-se assim sujeitos do poder e do conhecimento presentes no discurso. Isso constrói posições de sujeito que têm impacto na sociedade e implicações importantes para a representação (Hall, 2016).

Hall (2016) destaca ainda que a representação e o sujeito podem ser expressos em peças culturais, como texto jornalístico, mas é a interpretação do leitor que determina o significado, baseando-se no discurso e nas associações sociais. Para Hall (2016), a representação não é um espelho fiel, mas uma construção baseada em diversos elementos sociais. Ela opera, tanto pelo que é mostrado, quanto pelo que não é mostrado (Hall, 2016). Além disso, ao refletir sobre um texto, o leitor se identifica com a cena apresentada, sendo influenciado pelo discurso e pelo significado associado a ela.

Stuart Hall (1997) compreende a representação como a produção de sentido pela linguagem. Essas representações são influenciadas por interesses e disputas de poder e diversas formas de discurso, que muitas vezes recorrem a estereótipos e diferenciações para promover certos interesses em detrimento de outros. A representação, portanto, não é apenas sobre como as coisas são mostradas, mas também sobre quem tem o poder de mostrar, o que escolhem mostrar e quais narrativas são amplificadas ou suprimidas.

A representação modifica a cultura e a linguagem, que, por sua vez, produzem os sentidos das representações na sociedade. Hall (2016) destaca a complexidade das representações modernas devido às identidades variadas e às relações flexíveis de identidade na modernidade. Ele discute como os discursos simplificam as representações usando estereótipos e diferenças binárias, o que tem um viés reducionista. Para Hall (2016), não há oposições binárias neutras; há sempre uma relação de poder entre os grupos dominantes e dominados nessas reduções diferenciadoras.

Hall (2016) usa autores como Lévi-Strauss, Lacan, Saussure e Bakhtin para mostrar como a diferença e "o Outro" são estudados. Ele destaca a crescente importância da alteridade nas análises sociais e a ambivalência da diferença, que pode ser positiva ou negativa. O autor exemplifica com anúncios e filmes que lidam com questões raciais, mostrando como a linguagem é usada para representar estereótipos.

A prática de estereotipar envolve simplificar um grupo social a características simplistas que servem para categorizar e definir o grupo, atendendo frequentemente aos interesses de grupos mais poderosos na sociedade. No contexto dos quilombolas, observa-se uma tendência na mídia de representá-los de maneira redutivista, como indivíduos sem pertencimento claro, meramente descendentes de escravizados, e desprovidos de direitos legítimos, conforme apontam Araújo & Mesquita (2021). Esta

abordagem de estereotipação exagera e distorce traços específicos, reduzindo a complexidade dos indivíduos a meros clichês. Esse processo não só simplifica indevidamente a identidade dos quilombolas, mas também reforça uma dinâmica de poder desigual, ao influenciar negativamente a percepção pública e as relações sociais, perpetuando a marginalização e a desigualdade.

3.1 ANCORAGENS E OBJETIVAÇÕES

A objetivação e a ancoragem são processos fundamentais na formação das Representações Sociais. Indissociáveis, esses mecanismos possibilitam a transformação do que é desconhecido em algo familiar, integrando novos conceitos ao repertório cognitivo e cultural dos indivíduos e grupos sociais (Moscovici, 2009).

A objetivação refere-se ao processo pelo qual uma ideia abstrata ou complexa ganha forma concreta e acessível. Trata-se de um mecanismo de simplificação que converte conceitos em imagens ou representações tangíveis, tornando-os reconhecíveis dentro do contexto social (Trindade et al., 2014). Moscovici (2009) exemplifica esse processo ao analisar a figura de Deus: ao chamá-lo de "pai", cria-se uma representação visual associada à paternidade, conferindo materialidade a uma ideia originalmente abstrata. Esse procedimento opera por meio da seleção e adaptação de elementos específicos, que são destacados em detrimento de outros, reorganizando o conhecimento de acordo com a estrutura simbólica de um grupo (Trindade et al., 2014).

A ancoragem, por sua vez, consiste na incorporação de novos elementos a categorias preexistentes, permitindo que sejam assimilados a partir de referenciais já estabelecidos. Esse mecanismo reduz a incerteza diante do desconhecido ao associá-lo a um sistema de significados previamente construído (Moscovici, 2009). Trata-se de um processo que classifica e interpreta novas informações, ao mesmo tempo em que influencia a maneira como elas serão compreendidas e compartilhadas socialmente. Segundo Siqueira (2016), esse enquadramento funciona como um filtro que estabiliza percepções, moldando discursos e direcionando interpretações coletivas.

No telejornalismo, os processos de objetivação e ancoragem são amplamente utilizados na mediação da informação. A ancoragem pode ser observada na forma como as comunidades quilombolas e indígenas são representadas na mídia. Um exemplo recorrente é a associação dessas populações à ideia de atraso ou isolamento,

frequentemente ancoradas em uma visão romantizada da "natureza intocada" ou em um viés negativo que os coloca como obstáculos ao "progresso". A cobertura sobre demarcações de terras quilombolas, por exemplo, muitas vezes recorre à ancoragem ao compará-las a processos de reforma agrária ou à ocupação irregular de terras, reforçando uma narrativa de disputa fundiária que desconsidera o direito histórico dessas comunidades ao território (Carneiro, 2011).

Esse tipo de enquadramento midiático influencia a percepção pública sobre os direitos dessas populações, deslocando o foco da preservação de sua cultura e território para uma visão de conflito ou entrave econômico. Outro exemplo ocorre na cobertura de desastres ambientais que afetam comunidades tradicionais. Quando quilombolas ou ribeirinhos são impactados por enchentes ou queimadas, a mídia frequentemente os representa como "vítimas vulneráveis" sem destacar sua resiliência histórica e estratégias próprias de adaptação ao meio. A ancoragem, nesses casos, reforça uma visão passiva dessas populações, ignorando seu papel ativo na defesa ambiental e no enfrentamento de crises climáticas (Lima, 2020).

Além da reprodução de estereótipos, a ancoragem também se manifesta no esforço jornalístico de tornar conteúdos especializados mais acessíveis. No discurso televisivo, expressões como "para que o público de casa possa entender" funcionam como um recurso didático, facilitando a assimilação de temas técnicos ou científicos pelo espectador. No entanto, esse processo de simplificação pode reduzir a complexidade dos fatos, ajustando-os a categorias já estabelecidas no imaginário coletivo (Moscovici, 2009).

Os processos de objetivação e ancoragem são, portanto, mecanismos essenciais na estruturação das representações sociais e na forma como o conhecimento é difundido. No telejornalismo, essas dinâmicas desempenham um papel central na mediação da informação, conferindo sentido aos acontecimentos e influenciando percepções coletivas. No entanto, ao mesmo tempo em que tornam os fenômenos mais compreensíveis, podem reforçar estruturas de poder e desigualdade, demonstrando a necessidade de uma análise crítica sobre a produção e circulação das narrativas midiáticas.

3.2 A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO TELEJORNALISMO: A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ENQUADRAMENTO

Entender que a representação não é simplesmente um reflexo fiel da realidade, mas uma construção influenciada por múltiplos elementos sociais, é fundamental para reconhecer o papel significativo do jornalismo neste processo. Como dissemos, a representação é a produção de sentido por meio da linguagem (Hall, 1997), e essa ideia se aplica claramente ao texto jornalístico, que não só relata eventos, mas também participa ativamente na formação de como esses eventos são percebidos. O jornalismo não atua meramente como narrador, mas como um agente dinâmico que molda e remodela a realidade (Traquina, 2001).

As notícias, como produtos do jornalismo, não são reproduções exatas da realidade, mas narrativas cuidadosamente construídas que refletem pontos de vista e interesses específicos (Tuchman, 1978). Existe, portanto, um processo deliberado na forma como as notícias são construídas, e a maneira pela qual as informações são apresentadas ao público influencia profundamente sua percepção e interpretação. Isso ocorre também por meio dos enquadramentos que moldam o conteúdo noticioso.

A origem do termo "enquadramento" vem do inglês "frame", que se relaciona com "quadro". Gregory Bateson (1955) foi pioneiro na exploração deste conceito com a publicação de seu livro *"A Theory of Play and Fantasy"* em 1955, na qual propôs que enquadrar é estabelecer limites para um conjunto de mensagens, que ganham sentido dentro de um contexto compartilhado pelos interlocutores.

Posteriormente, Erving Goffman (1974) em sua obra *"Frame Analysis"*, expandiu esse conceito ao descrever os quadros como estruturas que organizam e definem a percepção da realidade. Goffman (1974) argumentava que tendemos a interpretar os acontecimentos ao nosso redor através dos enquadramentos aplicados a eles. Esse conceito é visto como um marco interpretativo construído socialmente, que permite às pessoas encontrar sentido nos eventos que ocorrem ao seu redor.

Porto (2004) apresenta que os enquadramentos são utilizados para organizar o discurso, seja ele verbal ou visual, através de processos de seleção, ênfase e exclusão. As práticas resultantes oferecem aos jornalistas, e ao público que consome suas narrativas, uma entre várias interpretações possíveis dos eventos.

De tal modo, os enquadramentos são pequenas teorias tácitas "sobre o que existe, o que acontece e o que importa" (Gitlin, 1980, p. 6, tradução nossa)¹⁵,

¹⁵ "What makes the world beyond direct experience look natural is a media frame. Certainly, we cannot take for granted that the world depicted is simply the world that exists. Many things exist. At each moment the world is rife with events. Even within a given event there is an infinity of noticeable details.

caracterizados como padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, pelos quais manipuladores de símbolos, como jornalistas, utilizam para organizar sistematicamente o discurso (Gitlin, 1980).

Além disso, o enquadramento na mídia envolve a escolha deliberada de destacar certos elementos em detrimento de outros, reforçando uma visão específica da realidade enquanto oculta aspectos que poderiam sugerir perspectivas alternativas ou provocar diferentes reações emocionais (Entman, 1993). De tal modo, enquadrar é “selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo [...]”¹⁶(Entman, 1993, p.52, tradução nossa), o que permite ao comunicador influenciar a compreensão do problema pelo público.

Compreendemos, portanto, que ao promover enquadramentos, o jornalismo atua como um processo em que as interpretações, simbolicamente construídas pelo campo, organizam discursivamente o conhecimento sobre o acontecimento, incorporando elementos de seleção, ângulo e ênfase (Moraes, 2015). Esse processo sublinha que o enquadramento jornalístico constitui um espaço de construção do conhecimento sobre determinado tema. Ele não só seleciona aspectos de uma realidade percebida para torná-los mais evidentes, conforme discutido anteriormente, mas também influencia ativamente a compreensão desses eventos pelo público, afetando significativamente a percepção geral e a resposta social a esses eventos.

O jornalismo, assim como outros espaços sociais, desempenha um papel fundamental na oferta de significados. É essencial reconhecer que a prática jornalística está profundamente entrelaçada com a prática discursiva (Moraes, 2015). Essa prática discursiva tem o poder de promover uma visão de "mundo possível" (Alsina, 1989) dentre vários mundos possíveis. Assim, as representações discursivas que, uma vez visibilizadas, impactam a sociedade por meio das estruturas de produção, circulação e consumo (Gadini, 2007).

Um exemplo claro dessa dinâmica é a maneira como as populações quilombolas são retratadas na mídia e em discursos políticos. Frequentemente, essas

Frames are principles of selection, emphasis, and presentation composed of little tacit theories about what exists, what happens, and what matters”.

¹⁶ *Framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of apperceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.*

comunidades são apresentadas de forma estereotipada, com imagens e narrativas que enfatizam sua diferença em relação à sociedade dominante. Esses enquadramentos podem focar aspectos que reforçam noções de atraso, resistência à modernização ou até romantização da pobreza, ignorando a complexidade e riqueza cultural dessas comunidades, bem como suas lutas históricas por reconhecimento e direitos.

A apresentação, neste contexto, reflete e, ao mesmo tempo, constrói ativamente uma visão de mundo que pode marginalizar ou silenciar certas vozes. Ao enfatizar as diferenças e recorrer a estereótipos, tais enquadramentos servem aos interesses de grupos dominantes, perpetuando desigualdades e reforçando barreiras sociais e culturais.

Quando a mídia foca apenas nas adversidades enfrentadas pelas comunidades quilombolas sem dar espaço equivalente para suas demandas, visões de mundo e conquistas, contribui para uma percepção limitada e frequentemente distorcida dessas comunidades. Essa prática simplifica a complexidade das experiências quilombolas e fortalece estruturas de poder que beneficiam outros grupos em detrimento dessas comunidades.

Nesta pesquisa, entendemos que o enquadramento vai além de uma técnica para analisar as práticas e procedimentos no jornalismo. Nos ancoramos nos estudos de Antunes (2009), que apresenta o enquadramento como um processo abrangente no qual o jornalista, ao reconhecer um evento como noticiável, desencadeia uma série de percepções que abrangem desde sua experiência pessoal até as convenções de sua comunidade profissional e as normas estabelecidas pelo veículo de comunicação, incluindo a linha editorial adotada e o estilo linguístico do meio (Antunes, 2009).

Assim, o processo de enquadramento se inicia quando o jornalista avalia a relevância dos fatos, comparando-o com outros previamente relatados. Tal processo manifesta-se através de vários componentes-chave que moldam a elaboração da notícia, tais como palavras-chave, frases destacadas, as fontes consultadas, imagens utilizadas, manchetes e outros elementos significativos.

Gonçalves (2011) ecoa uma ideia similar ao destacar que as notícias em si representam formas de enquadramento, sendo essenciais para a construção da percepção do mundo pelos indivíduos. De tal modo, os enquadramentos têm duas funções essenciais no campo jornalístico: ajudam a estruturar o mundo para os jornalistas que cobrem os eventos — auxiliando no gerenciamento de extensas quantidades de informações — e também para o público que consome estas notícias.

(Gonçalves, 2011). À medida que o jornalista veicula informações através das notícias, ele implementa uma perspectiva particular, selecionando e destacando certos elementos dentro do conteúdo informativo. Esse enquadramento já contém uma estrutura pré-estabelecida que direciona tanto a maneira como a informação é apresentada quanto a forma como é interpretada pelo público (Muñiz, 2015).

O enquadramento jornalístico pode ser descrito como uma estrutura integrada ao conteúdo informativo, formada através do processo de seleção, destaque e omissão de certos elementos e suas inter-relações dentro de uma notícia. Os jornalistas utilizam esse enquadramento para organizar e apresentar suas informações, conferindo uma visão, abordagem ou interpretação específica ao tema tratado. Isso facilita a compreensão do público e pode influenciar as respostas cognitivas, emocionais, atitudinais e comportamentais dos consumidores de notícias (Muñiz, 2015).

O enquadramento, ao organizar e apresentar informações, molda o discurso jornalístico e desempenha um papel crucial na construção da percepção pública. Essa prática, como destacam Gonçalves (2011) e Muñiz (2015), evidencia a capacidade do jornalismo de selecionar, enfatizar e omitir elementos, conferindo a cada narrativa uma interpretação específica. Contudo, essa seleção não é neutra; ela opera dentro de um contexto discursivo permeado por intencionalidades e que reproduz estruturas sociais e culturais.

Nesse sentido, o telejornalismo vai além de ser um simples veículo de informações: ele participa ativamente do processo de construção social da realidade, tornando o complexo compreensível e acessível. Como aponta Martins (2017) essa prática jornalística se entrelaça com as representações sociais, organizando o conhecimento sobre o mundo e oferecendo uma visão de "mundos possíveis" (Alsina, 1989). As escolhas realizadas no enquadramento determinam quais aspectos da realidade são destacados, influenciando as narrativas, interpretações e respostas sociais decorrentes.

Ao promover esses enquadramentos, o telejornalismo reflete o mundo ao seu redor e contribui ativamente para a construção de significados compartilhados. Ele organiza a experiência social, orienta a compreensão pública e influencia atitudes e comportamentos. Dessa forma, o enquadramento jornalístico é um processo que sustenta e reforça as representações sociais, impactando diretamente as maneiras como os indivíduos compreendem e interagem com a realidade que os cerca.

4 QUILOMBOS

“— lembrando que o quilombo pode ser considerado o símbolo maior da luta pela terra comunitária e pela liberdade em toda a Diáspora Africana nas Américas”
(Carvalho, 2015, p.12).

“O presente atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro” (Santos, 2015, p.19).

Neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre os quilombos e as comunidades quilombolas no Brasil, abordando seus significados históricos, sociais e políticos como espaços de resistência e organização coletiva. Explorando, desde as origens no período colonial, até os desafios enfrentados na contemporaneidade, o texto enfatiza a contracolonialidade (Santos, 2015) como uma prática ética e política que desafia as estruturas de opressão herdadas do colonialismo. São discutidos temas como o impacto do racismo, a luta por reconhecimento e titulação de terras, as violências simbólicas e físicas enfrentadas e a exclusão histórica desses grupos dos espaços de decisão e produção acadêmica. Por meio de uma perspectiva crítica, destacamos as singularidades dos quilombos, as disputas narrativas que envolvem sua representação e os esforços contínuos dessas comunidades para afirmar seus direitos e preservar sua cultura diante das adversidades.

Falar de uma organização, um coletivo, um povo, requer cuidado e zelo. Afinal, a fala permite que verbalizemos e tentemos materializar aquilo que está posto, vivo e que se movimenta. Os substantivos, adjetivos, advérbios, ou qualquer outra estrutura gramatical/linguística que usamos para compartilhar os nossos pensamentos também fazem parte de um processo de escolha. Por meio das narrativas introduzimos ou retiramos, legitimamos ou deslegitimamos, defendemos ou condenamos as violências, as histórias, os acessos, as vidas. Assim, ao falarmos das populações quilombolas assumimos um local e alguns pontos de vistas que serão apresentados nesta seção.

O primeiro é: as populações quilombolas, como diz Antônio Bispo dos Santos (2015), o Nego Bispo, são coletivos que agrupam os sujeitos que se formaram contra os regimes políticos e sociais (repressivos) das épocas. No processo histórico, em território da América Latina, inicialmente esses sujeitos eram aquelas mulheres e homens que lutavam contra o regime colonial (Reis; Gomes, 1996).

A partir dessa prerrogativa, descreveremos os quilombos contemporâneos por meio de uma perspectiva contra-colonial/contracolonialidade. Diferentemente das

abordagens decoloniais e da descolonização, que buscam alternativas ao colonialismo, a contra-colonialidade assume uma posição radical de enfrentamento direto. Como afirma Bispo, “o quilombo não é nem de, nem des, é contracolonialista. E o Estado Nacional é uma organização colonialista. O Brasil é um estado colonialista [...]”¹⁷. Essa ideia de contra-colonial/contracolonialidade, inspirada pelo pensamento de Santos (2015), refere-se a uma série de práticas que desconstruem o projeto totalitário da colonialidade que molda nosso mundo.

Portanto, a contracolonialidade não se limita a uma teoria, mas engloba uma práxis ética e política desenvolvida por povos afropindorâmicos (Santos, 2015) — isto é, comunidades indígenas, quilombolas e moradores de favelas que criam formas de ser, existir e se organizar a partir de sua ancestralidade. Esta práxis ética e política gera outras maneiras de existência e organização nas ruínas da violência colonial. As ruínas, por sua vez, não representam apenas a derrota dos supostos vencidos; elas demonstram a capacidade de habitar construir coletivamente a vida.

Conforme discutido por Simas & Rufino (2020), indivíduos que superam adversidades podem se transformar em "supraviventes" (Simas; Rufino, 2020, p.6): aqueles que conseguem superar as barreiras da marginalização, deixando de responder passivamente ao outro para, em vez disso, cultivar a vida como uma estratégia de estabelecimento de vínculos entre o ser e o mundo, o humano e a natureza, a corporeidade e a espiritualidade, a ancestralidade e o futuro, a temporalidade e a permanência. São precisamente essas mesmas ruínas, que foram inicialmente embelezadas como símbolos de triunfo do conquistador, que agora fundamentam as estratégias de existência de povos, comunidades e territórios que não se veem como meros reflexos do colonizador.

O segundo ponto é: entendemos os quilombos contemporâneos como grupos formados também por populações negras a partir de diferentes processos. Não faz sentido falarmos de uma sociedade com uma diversidade étnica, senão abordamos o fato de que tais diferenças são pulsantes no cotidiano dos sujeitos.

Outro ponto em questão é refletir como o racismo modula as relações sociais. Acreditamos que o racismo estrutural é uma construção ideológica e em suas

¹⁷ Nego Bispo produz suas discussões que se aproximam dos conceitos decolonial. Embora se aproxime de tais discussões, o quilombola não faz parte de uma produção epistêmica dos conceitos. Suas discussões derivam de uma vivência do que é ser quilombola. Veja mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQoJOiHyaTY>.

diferentes formas continuam produzindo sequelas na sociedade, principalmente afetando de forma neg-Ativa a população negra e quilombola, ou seja, de modo negativo e, ao mesmo tempo, operante, atuando constantemente na manutenção das desigualdades raciais. Nestas discussões, é indispensável considerá-lo, pois a estrutura da sociedade está forjada por uma base racista cujas ações se consolidam nos diferentes processos de discriminação racial, e nesse sentido, o discurso de exclusão se perpetua e reinterpreta conforme os interesses dos que deles se beneficiam.

É importante ressaltar que não pretendemos deslegitimar os méritos intelectuais e profissionais das populações brancas que se fazem presente, mas destacamos o fato de o racismo naturalizar e legitimar o *status quo*, fazendo também que a brancura, exercida pelas populações brancas, seja validada, referendada e tida como única possível. Este processo reforça a branquitude, que é definida como a identidade racial branca, sendo esta uma construção histórica e socialmente modelada, influenciada por contextos locais e globais, e ocupa um ponto estrutural de poder. Ela sustenta uma posição de privilégios, tanto simbólicos quanto materiais, perpetuando assim uma estrutura de desigualdade (Bento, 2022).

Em conjunto a esta discussão, o quarto ponto para pensarmos as populações quilombolas é que asseguramos nas perspectivas de Santos (2020) que apresenta que para além das abordagens sistemáticas, nós estamos produzindo reflexões baseadas nas nossas vivências, em uma metodologia militante, de defesa intransigente dos direitos das populações quilombolas. Ou seja, não aplicamos aqui técnicas e métodos de outro lugar. Nós partimos do próprio contexto, tentando nele, apresentar algumas saídas. Aí reside o nosso aspecto militante.

Acreditamos que afirmar o *lócus* de enunciação significa também construir novas direções que apontam na contramão dos paradigmas eurocêtricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, não situados e desinteressados nos nossos dizeres. As narrativas não são marcadas por nossa localização geopolítica, que se faz dentro do sistema mundial moderno/colonial, é também marcado pelas diferenças hierárquicas de raça, classe, gênero, etc. que incidem sobre os grupos (Grosfoguel, 2016)¹⁸.

¹⁸ Embora Grosfoguel esteja inserido na tradição decolonial, sua análise sobre o sistema mundial moderno/colonial contribui para compreender as estruturas de opressão que também são alvo da perspectiva contra-colonialista defendida por Nego Bispo. Aqui, sua formulação é utilizada para

O quinto ponto que ponderamos envolve a análise sobre como a construção da ciência e do conhecimento no Brasil foi moldada por uma lógica que, embora apresente particularidades, foi sistematizada e difundida por meio da política de colonização, exercendo sua influência na configuração dos países latinoamericanos. Essa lógica estabelece distinções entre diferentes formas de conhecimento, e hierarquiza saberes, atribuindo à ciência ocidental um estatuto de superioridade em relação a outros modos de produção do conhecimento. Essa estrutura ainda é evidente na sociedade atual, tanto no imaginário coletivo quanto nas práticas sociais, culturais e políticas, bem como nas bases epistemológicas (Grosfoguel, 2016).

Durante o período da escravidão no Brasil e no período pós-abolição, o Estado promoveu políticas que excluíram as populações negras do sistema educacional, marginalizando-as. Um exemplo disso é a lei nº 1, de 1837 (lei nº 1, 1837), que regulava a educação primária no Rio de Janeiro e proibia, no artigo 3º, a participação dessas populações na educação formal: "São proibidas de frequentar as Escolas Públicas: 1º Todas as pessoas que sofrem de doenças contagiosas. 2º Os escravos e os africanos, mesmo que sejam livres ou libertos" (lei nº 1, 1837). Essa exclusão ainda repercute na contemporaneidade, contribuindo para a constante desumanização e invisibilidade das comunidades quilombolas, que são subalternizadas e têm seus conhecimentos negados.

É fundamental reconhecer também a presença significativa de negros livres e nascidos livres no Brasil, uma população que, apesar de não estar sob o jugo da escravidão, enfrentava segregação e limitações sistemáticas. Esses indivíduos, muitas vezes ignorados nas narrativas históricas, também experimentaram formas de exclusão que, embora diferentes em natureza das impostas aos escravizados e libertos, contribuíram igualmente para a estruturação de um racismo persistente que permeava todos os níveis da sociedade. A inclusão dessas experiências é crucial para uma compreensão completa das políticas raciais e educacionais da época e de suas implicações prolongadas até os dias atuais (Mattos, 2013).

Isso significa dizer que as formas de conhecimento, saberes e culturas dessas comunidades foram historicamente desvalorizadas e ignoradas pela sociedade dominante quando buscaram luz própria. Suas perspectivas, tradições e saberes não

evidenciar a persistência dessas hierarquias, mesmo que a proposta de enfrentamento adotada por Bispo siga um caminho distinto da decolonialidade.

foram reconhecidos como legítimos dentro do sistema educacional e em outros espaços de poder, contribuindo para a perpetuação da desigualdade e da discriminação.

Um exemplo claro dessa perpetuação pode ser observado na disparidade entre os grupos sociais no ensino superior brasileiro, conforme evidenciado por Carvalho (2020), que destaca a baixa representação das comunidades quilombolas tanto no corpo docente quanto no discente. As ações afirmativas que visam a inclusão dos quilombolas nas universidades públicas, as quais contribuem para interromper essa perpetuação, ainda enfrentam limitações e complexidade.

Segundo uma pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA, 2019) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), “Levantamento das políticas de ação afirmativa (gemaa) Políticas de ação afirmativa para quilombolas nas universidades públicas brasileiras (2019)” realizada em 2019 e lançada em 2021 (Freitas, et al, 2021), revelou que, apenas 21 das 106 universidades federais e estaduais do país implementaram ações afirmativas específicas para quilombolas, abrangendo oito estados (BA, CE, GO, MT, PA, RS, TO e SC). Essas ações resultaram em 2.035 vagas disponíveis para esse grupo. Além disso, 16 universidades estaduais e cinco federais adotam cotas para quilombolas.

Em uma pesquisa mais recente, “Levantamento Ação Afirmativa Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras” do Instituto, realizada em 2020 e lançada em 2022, constatou-se um leve avanço no número de políticas de inclusão para as populações quilombolas, com um aumento das reservas de vagas para esse grupo de 5% para 7%. Esse progresso é atribuído, em parte, ao crescimento das ações afirmativas para quilombolas nas universidades estaduais, que recebe uma significativa contribuição do movimento negro na formulação e na defesa das políticas de inclusão, conforme apontado por Lourenço (2016).

Essa realidade é particularmente relevante, especialmente considerando que o Brasil possui um total de 1.327.802 quilombolas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022). Tal contexto torna evidente como a educação, sendo um direito fundamental, pode tanto contribuir para a perpetuação de valores opressivos e desumanizantes em relação aos afro-brasileiros, incluindo as comunidades quilombolas, quanto limitar suas oportunidades de participação na produção científica (Njeri, 2019). Contudo, é crucial reconhecer o papel ativo de intelectuais negros e

quilombolas, que contestam sua marginalização e se afirmaram como sujeitos proeminentes no desenvolvimento do conhecimento.

O acesso restrito ao ensino superior tem consequências diretas na participação desses grupos na produção científica, o que evidencia ainda mais a necessidade de refletirmos sobre a produção científica no campo da comunicação. As populações quilombolas têm sido objeto de intensos debates e discussões em diversas áreas do conhecimento, como antropologia, história, direito e sociologia, entre outras. Contudo, é notável a existência de lacunas e desafios no campo da comunicação em relação à produção de conhecimento sobre esse tema (Mesquita; Araújo, 2020; 2023; Grijó, 2016).

Neste contexto, conduzimos um estudo das produções acadêmicas relacionadas ao tema quilombola na área da Comunicação, abrangendo diferentes plataformas e períodos. Analisamos o Catálogo de Teses e Dissertações de 2014 a 2023, as publicações dos grupos de pesquisa da Intercom de 2012 a 2022, e os trabalhos apresentados nos congressos da SBPjor e Compós de 2000 a 2022. A investigação revelou uma notável escassez de pesquisas focadas na questão quilombola, destacando uma área de estudo que necessita de maior atenção e desenvolvimento.¹⁹

Na nossa análise do Catálogo de Teses e Dissertações, descobrimos somente 10 trabalhos voltados para a temática quilombola. Essa constatação vem de um universo de 1.527.713 produções acadêmicas abrangendo todas as áreas do conhecimento, incluindo as 10 mencionadas, que estão relacionadas à comunicação.

¹⁹ Este radical foi escolhido por sua capacidade de abranger uma variedade de termos relacionados, tais como "quilombismo", "quilombola", "quilombos" e "quilombolas", o que facilitou a identificação de pesquisas pertinentes à temática quilombola no campo da comunicação. A decisão de utilizar esse termo como ponto de partida foi motivada por observações preliminares resultantes de investigações anteriores dos autores desta tese. Durante a produção da dissertação, identificamos uma expressiva carência de estudos focados nesse assunto no campo da comunicação. Nossa análise compreendeu o levantamento de teses e dissertações publicadas entre 2014 e 2023, bem como as publicações dos grupos de pesquisa da Intercom (2012-2022) e os trabalhos apresentados nos congressos da SBPjor e Compós (2000-2022). É importante ressaltar que o processo de pesquisa contemplou toda a produção científica indexada nas plataformas consultadas até setembro de 2023. Especificamente para o Catálogo de Teses e Dissertações, aplicamos um filtro adicional focado na área de Comunicação. Portanto, estudos que abordam populações quilombolas em outras áreas do conhecimento podem não ter sido incluídos em nossa análise. Além disso, há a possibilidade de que algumas teses e dissertações relevantes tenham sido desenvolvidas, mas não estejam catalogadas no Catálogo de Teses e Dissertações. Dessa forma, garantimos uma abordagem abrangente e atualizada, reforçando a robustez de nossas conclusões sobre a escassez de pesquisas acerca da temática quilombola no campo da comunicação.

Por fim, ao analisar os congressos da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), observamos que, das 5.649 produções examinadas, apenas três trataram especificamente da questão quilombola.

Esses congressos possuem uma relevância significativa para o campo da comunicação. A SBPJor é voltada para pesquisas em Jornalismo, sendo um espaço que promove a análise crítica e a construção teórica sobre práticas jornalísticas. Já a Compós reúne programas de pós-graduação em Comunicação de todo o país, fomentando debates interdisciplinares e avanços teóricos na área. Ambos os eventos funcionam como plataformas para a disseminação de conhecimento e para o fortalecimento da pesquisa acadêmica. Contudo, a escassez de pesquisas sobre comunidades quilombolas sugere uma falta de interesse ou investimento por parte das instituições acadêmicas, das políticas públicas e dos financiadores de pesquisa, possivelmente como reflexo da invisibilidade histórica que permeia essas comunidades. Os dados apresentados revelam uma preocupação relevante, pois a ausência de produção de conhecimento limita a compreensão das questões sociais, políticas e culturais que afetam essas populações.

Essa lacuna na compreensão dificulta a formulação de políticas públicas e a implementação de ações efetivas para promover transformações nos âmbitos educacionais, socioeconômicos e biopsicossociais dessas comunidades, suas famílias e indivíduos. É crucial ressaltar que as comunidades quilombolas enfrentam historicamente marginalização e discriminação, lutando pelo reconhecimento de seus direitos e pela preservação de suas culturas e tradições.

Nesse contexto, a produção científica sobre o tema pode desempenhar um papel fundamental ao aumentar a visibilidade desses grupos e subsidiar a formulação de políticas públicas que considerem suas especificidades. Além disso, também identificamos autores e reflexões que foram silenciados pela academia. Isto significa dizer que apresentamos registros de várias vozes e efeitos destas nas ações, projetos que se constroem contra a discriminação, desigualdades, marginalidade e que buscam a transformação social (Grosfoguel, Bernardino-Costa, 2016).

Desafiando a negligência em torno do tema quilombola, um grupo diversificado de pesquisadores, tanto negros, quanto não-negros tem contribuído para ampliar o acervo acadêmico desta agenda. Essas contribuições estão documentadas no

Catálogo de Teses e Dissertações, ilustrando a profundidade e a variedade dos estudos realizados.

Iniciando a linha do tempo em 2014, Débora Menezes Alcantara apresentou na Universidade Federal da Bahia seu estudo sobre o "Processo de formação quilombola na Bahia: reconhecimento e deliberação", abordando o reconhecimento e a formação dos quilombos na Bahia. Prosseguindo, Silmara de Mattos Sgoti, na Universidade Metodista de São Paulo, contribuiu em 2016 com sua pesquisa "A comunicação comunitária dos quilombolas Carrapatos da Tabatinga: O diálogo como praxis da comunicação interpessoal e grupal", investigando a comunicação dentro das comunidades quilombolas. Em 2019, Girley Vieira da Silva, pela Universidade Federal do Espírito Santo, analisou a cobertura jornalística sobre a titulação de terras quilombolas em "A cobertura do jornal A Gazeta sobre a titulação de comunidades remanescentes de quilombos (1988-2017)". No mesmo ano, Marcelo Rangel Lima, na Universidade Federal de Sergipe, discutiu o desenvolvimento e a cultura em "O engenho criativo da Mussuca: desenvolvimento e cultura no campo negro de Laranjeiras, Sergipe". Avançando para 2020, Andressa Cabral Botelho, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, explorou "O legado cultural dos quilombos urbanos do Rio de Janeiro", enquanto Carmen Kemoly da Silva Santos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentou "Revide Negro: a comunicação originária através do corpo-quilombo e a trajetória da 'Raça de Canuto' em Timon (MA)". No mesmo ano, Marisvaldo Silva Lima, pela Universidade Federal de Santa Catarina, examinou o discurso da mídia jornalística em "Alcântara vai para o espaço: o discurso da mídia jornalística impressa sobre conflitos entre comunidades quilombolas e base de lançamento de foguetes em Alcântara - Maranhão".

Em 2021, Alessandra Pereira Brito, na Universidade Federal de Minas Gerais, investigou a rememoração e as imagens dos quilombos em "A rememoração nas imagens dos quilombos". No mesmo ano, George Ulysses Rodrigues de Sousa, na Universidade Federal do Ceará, abordou a representação visual da cultura quilombola em "ILÁ – Quilombismo, ancestralidade e semiótica dos terreiros: Por uma cartografia da pessoa preta nas artes visuais". Por último, em 2023, Marciley Alves Dias, pela Universidade Federal do Tocantins, trouxe luz a "A influência do rádio-jornalismo em comunidades quilombolas: O caso da comunidade tradicional quilombola de Santa Maria das Mangueiras, de Dois Irmãos, Estado do Tocantins", explorando como o rádio-jornalismo afeta essas comunidades.

Os estudos do Intercom foram também realizados por diferentes autores. Alfredo Sotero Alves Rodrigues e Maria Salett Tauk Santos, por exemplo, desenvolveram a pesquisa "Troias Negras: Reconversão Cultural e Parcerias dos Quilombolas Históricos", destacando a importância da comunicação na reconstrução cultural dessas comunidades. Wesley Pereira Grijó contribuiu com o estudo "Recepção de Telenovelas em Contexto Étnico: A Pesquisa no Quilombo da Família Silva", explorando como a mídia influencia a percepção étnica nas comunidades quilombolas. Os mesmos pesquisadores, em parceria, também abordaram a temática em "Cartografia dos Cenários Socioambientais dos Quilombolas do Leitão/Umbuzeiro", enquanto Rosinete de Jesus Silva Ferreira se dedicou a compreender "As Dinâmicas das Representações Sociais da Saúde em Itamatatua".

Lara Thais de Souza Lages investigou as "Redes de Movimentos Sociais no Movimento Quilombola de Salvaterra, Marajó, Pará", revelando as dinâmicas de mobilização dessas comunidades. Márcia Guena dos Santos e Uilson Viana de Souza trouxeram a perspectiva da memória em "Revisando Memórias e Reinventando Identidades nos Álbuns de Família de Comunidades Quilombolas". A comunicação comunitária foi tema de estudo para Silmara de Mattos Sgoti e Cicília Krohling Peruzzo em "A Comunicação Comunitária no Quilombo Urbano dos Carrapatos da Tabatinga". Renata Cardias Kawaguchi explorou o "Imaginário, Religiosidade Popular e Folkcomunicação: Um Olhar para as Expressões Culturais das Comunidades Quilombolas no Vale do Ribeira".

Questões ligadas à certificação de comunidades quilombolas foram abordadas por Márcia Guena dos Santos e Ceres Marisa Silva dos Santos em "A Comunicação nos Processos de Certificação de Comunidades Quilombolas do Sertão do São Francisco: O Caso do Alagadiço". Felipe Gibson Cunha trouxe uma análise sobre "Território, Cultura e Estratégias Discursivas da Identidade Negra e Quilombola". Já Adriana Rabelo Rodrigues Marcelo e Cicília Krohling Peruzzo investigaram "Da Liberdade ao Território e os Caminhos da Comunicação Comunitária na Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca, em Ubatuba".

Girley Vieira da Silva examinou a representação midiática com "#Blacklivesmatter: A Titulação de Territórios Quilombolas nas Páginas do Jornal A Gazeta". A estética negra e a política da beleza foram temas para Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim, Aurilene Rodrigues Lima e Elis Rejane Santana Silva em "A Beleza das Mulheres Negras Jovens Quilombolas: Comunicação, Cultura e Política da

Beleza Negra na Mídia". Letícia Monteiro Rocha e Greicy Mara França exploraram as manifestações de fé em "O ex-voto e as manifestações de fé da Festa do Divino da comunidade quilombola de Santa Tereza - Figueirão/MS: Um objeto de estudo da Folkcomunicação".

Renata Nascimento da Silva trouxe à luz "Quilombos Virtuais: As Novas Expressões de Resistência, Ativismo e Empoderamento Negro nas Redes Sociais". Alexandre Antunes Ribeiro Filho, Ricardo Henrique Almeida Dias e Cristina Adams contribuíram com "A Sustentabilidade do Sistema Agrícola Itinerante Quilombola na Mata Atlântica (Vale do Ribeira, SP, Brasil)". Maria Beatriz dos Santos Barros desenvolveu "You Only Live Once! Aquilombamentos, geração tombamento e afrofuturismo".

Nathália Esteves da Silva Gomes e Rafael Bellan Rodrigues de Souza analisaram "O papel hegemônico da mídia na criação de consensos: o silenciamento quilombola como marcador de racismo no jornalismo". Luiz Henrique da Silva Oliveira e Fabiane Cristine Rodrigues realizaram o estudo "Cadernos negros, quilombos editoriais e a 'lógica independente'". Mariana Rodrigues Sebastião e Rejâne Maria Lira-da-Silva dedicaram-se ao trabalho "A Educomunicação como

Prática Potencializadora do Diálogo de uma Juventude Quilombola com Conhecimentos Científicos sobre Água".

Danilo Araújo e Giovana Mesquita trouxeram à tona "A Bahia negra não mostrada na TV: a invisibilidade dos quilombolas no telejornal BATV".²⁰ Alice Oliveira de Andrade e Maria do Socorro Furtado Veloso realizaram o estudo "Sob o eco dos quilombos: o compromisso das mídias negras com o jornalismo antirracista". Nelza Jaqueline Siqueira e Marcelo Leandro Eichler exploraram "Tecnodiscursos que

²⁰ Em 2022, durante a 45ª edição do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 5 a 9 de setembro no estado da Paraíba e organizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Grupo de Pesquisa em Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico fez sua estreia. A proposta do grupo está fundamentada na análise das hierarquias raciais presentes na produção, veiculação e recepção de mensagens nos diversos meios de comunicação, em conexão com as relações de classe, gênero e sexualidade. Além disso, o grupo se dedica ao estudo de práticas comunicacionais independentes de caráter antirracista e contra hegemônico. Explora também as interações entre comunicação, tecnologias da informação, raça e racismo, considerando suas articulações com questões territoriais, de gênero, sexualidade e classe. Essa abordagem multifacetada permite uma compreensão mais ampla e interseccional dos desafios enfrentados pelas comunidades afrodescendentes. O grupo tem contribuído significativamente para a construção de conhecimento sobre as experiências e perspectivas das comunidades quilombolas, lançando luz sobre suas narrativas, desafios e conquistas.

emergem de perfis ciberquilombistas: um olhar aos espaços negros digitais e aos discursos que de lá reverberam”. Thiane de Nazaré Monteiro Neves e Raissa Lennon Nascimento Sousa contribuíram com "QuilomboCast: de resposta emergencial a um processo de pesquisa em comunicação".

No âmbito da SBPJor e Compós, destaca-se a pesquisa de Girley Vieira da Silva, "Enquadramento noticioso: a titulação de territórios quilombolas na imprensa capixaba", apresentada no 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor em 2018. Outras duas produções relevantes incluem o trabalho de Nemézio C. Amaral Filho, "O 'Ser' Quilombola à Luz do Pensamento de Stuart Hall - Uma Tentativa Teórica", apresentado no 13º Encontro Anual da Compós em 2004, e o estudo de Marco Antônio de Oliveira Tessarotto e Ana Paula da Rosa, "Entre meios e sociabilidades digitais: dinâmicas de experimentações e usos de jovens quilombolas do Matão na rede social do Facebook", apresentado no 30º Encontro Anual da Compós em 2021.

É crucial destacar que as pesquisas estão intrinsecamente entrelaçadas à identidade deste do pesquisador. Muitos estudos se fundamentam em pesquisas anteriores e servem como elos para investigações futuras. Desenvolvidos em diferentes períodos, esses estudos são disseminados em diversos meios, como congressos, revistas, entre outros, e também atuam como fundamentos para outras pesquisas, incluindo dissertações e teses. Essa interconexão não só representa a continuidade do conhecimento e a colaboração entre pesquisadores, facilitando estudos conjuntos e promovendo uma expressiva troca de saberes ao longo do tempo, mas também proporciona espaço para uma análise mais minuciosa, identificando lacunas, tendências e contribuições no campo, abordando metodologias, enfoques teóricos e contribuições específicas, enriquecendo, assim, o debate acadêmico.

Também, nesta seção, utilizaremos as discussões sobre a construção categórica de “quilombos”. A palavra “quilombos”, assim como outras, possuem diferentes definições. Isto é, há disputas na categorização sobre o que é, quem define, quem participa e qual categoria deve ser aceita e usada. Além da definição, se faz importante pontuar que os quilombos são agrupamentos que possuem particularidades.

Reproduzindo mais uma vez as discussões de diferentes autores do pensamento afrodiásporico, os quilombos são diversos. Nenhum quilombo é igual ao outro. Todo o quilombo possui elementos que sinalizam para as suas singularidades

(Santos, 2020; Moore, 2007; Santos, 2015). Entre tantos conflitos, os quilombos, também vivem uma disputa de narrativa. Embora não seja o objetivo da nossa tese, apresentaremos conceitos que se aproximam do nosso entendimento sobre esses agrupamentos. De tal modo, perfilamos os significados que acreditamos que mais se adequam às realidades desses sujeitos.

Finalizando esta seção, falaremos sobre os quilombos na conjuntura atual. Para isso, refletiremos sobre as principais assimetrias que atingem o grupo. Buscamos apontar perspectivas por meio de um projeto contracolonial, baseada nos estudos de Nego Bispo, em diálogo comum entre povos que discutem as assimetrias que atingem as populações quilombolas.

4.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: A RESISTÊNCIA CONTRA A COLONIZAÇÃO

Já é clássico, nas discussões sobre o pensamento social brasileiro, enfatizarmos as interpretações de um Brasil que, em sua história, possuiu um regime colonial. Durante o século XX, diferentes pensadores utilizaram diferentes teóricos para analisar a construção do país e a consequência da implementação deste sistema. Fala-se do modelo católico de colonização, revelando a dominação dos povos originários e das populações afrodiáspóricas. Apontam para a instituição da escravidão na formação social, política e econômica do país, apresentando os modelos de desenvolvimento. Ainda evidenciam o mito da democracia racial e a mestiçagem (Carvalho, 2015). Tudo isso não é novo. Mas, se não é novidade, por que trazer essas reflexões para este estudo?

Inicialmente, não temos aqui o objetivo de realizar uma historicização cronológica dos fatos, pretendemos refletir sobre alguns registros que nos permitem apontar diferentes reverberações do ser quilombola na contemporaneidade. Responderemos à questão anterior através das provocações escritas e ditas por Nego Bispo. Essas reflexões possibilitam que tenhamos uma outra leitura desse contexto. Além disso, permite traçarmos novas inferências e análises da realidade quilombola da contemporaneidade.

Nego Bispo apresenta que as comunidades quilombolas são comunidades de contracolônização. Em outras palavras, os agrupamentos dos povos que se formaram estavam em oposição ao regime imposto. Por um lado, existia o regime colonial nas Américas, e por outro, os povos que lutavam contra esse regime. Dessa forma,

contracolonização e colonização são os “processos de enfrentamento entre povos, raças e etnias em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico” (Santos, 2015, P.20). Para o autor, o processo de colonização e contracolonização está em andamento nas Américas. É a partir deste olhar que produzimos os nossos escritos.

Na concepção de Mignolo (2005) há uma diferença colonial e essa se dá no espaço físico e imaginário onde surge e atua a colonialidade do poder. Para o teórico o período colonial se difere da colonialidade do poder. Respectivamente, de um lado, temos um regime político-econômico-social constituinte na formação do país no início do século XVI, o Brasil Colônia, e do outro a continuidade de forma pulsante na colonialidade global deste modelo de pensar as sociedades.

Imaginemos a formação do Brasil. Como já dissemos, o processo de formação do nosso território foi construído à base de violência das populações originárias e dos povos que foram escravizados pelo tráfico transatlântico de africanos, e posteriormente da escravização dos seus descendentes.

Se faz importante lembrar que se estima que durante essa diáspora forçada, o Brasil importou mais de cinco milhões de africanos que foram trazidos como escravos (Eltis, 2010; Araújo, 2021). Reis e Gomes (1996) apontam para um quantitativo maior. Os autores relatam que foram transportados para o Brasil aproximadamente seis milhões de escravizados. Esse quantitativo representa 40% de todo o tráfico das Américas (Reis; Gomes, 1996). Além disso, o Brasil foi o país que, durante quatro séculos, entre XVI a XIX (1560 a 1850), mais traficou africanos no mundo (Eltis, 2010) e também o último a abolir o sistema da escravidão (Oliveira, 1987).

O processo de escravidão nos permite refletir sobre a desumanização sistemática dos escravizados, implementada e justificada por meio de representações. Essas representações não eram meramente descritivas; ao contrário, moldavam e eram moldadas pelas dinâmicas econômicas e ideológicas da época. Os escravizados, reduzidos a objetos com valor de mercado, eram vistos pelos colonizadores, mercadores e a sociedade colonial em geral não como seres humanos, mas como ferramentas essenciais para a consolidação da hegemonia colonial. Esta visão era perpetuada verbalmente, bem como por meio de leis, literatura e outras formas culturais que solidificavam e legitimavam a escravidão. Assim, aplicar a teoria de representação nos ajuda a entender não só quem eram os 'que veem', mas também a criticar e desvendar os processos pelos quais essas representações foram criadas e sustentadas. Essa compreensão é crucial quando consideramos a dinâmica do

comércio de escravizados no período colonial. Durante esse período, o comércio de escravizados não apenas facilitou, mas também foi amplamente sustentado pela desumanização e coisificação dos corpos. Essa desumanização era um processo em que ação e representação eram indissociáveis: a prática de compra e venda era legitimada por representações sociais e legais que viam os escravizados como meros objetos (Santos, 2015).

Essa representação, por sua vez, reforçava e perpetuava as ações de coisificação. Além disso, uma das práticas mais insidiosas de negação de identidade foi a desconsideração das autodenominações dos sujeitos escravizados, destacando um conflito entre a autorrepresentação — como eles se viam e se denominavam — e as representações impostas. A resistência a essas imposições muitas vezes se manifestava na manutenção secreta de práticas culturais próprias, que funcionavam como uma afirmação de identidade e humanidade contra a narrativa opressora. Ao questionar e problematizar essas representações, podemos compreender mais profundamente não só o passado, mas as formas pelas quais suas reverberações continuam a influenciar o presente.

A partir dessa formulação tornou-se evidente a centralidade de uma visão colonial do poder. Assim, entendemos que a raça e o racismo se constituíram como princípios organizadores das relações de poder do mundo que se formara. A diferença entre conquistadores e conquistados foi codificada pela ideia de raça, estabelecendo uma distinção fenotípica que justificava a inferioridade dos povos subjugados (Quijano, 2005). Essa visão colonial dividia os indivíduos entre "superiores" — os colonizadores — e "inferiores" — os colonizados, consolidando a hierarquia racial como base das relações de poder. Essa prerrogativa foi utilizada como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação na conquista dos territórios e dos povos. Nessa estrutura foram constituídas as populações das Américas - africanos, populações originárias, afrolatinos, e seus descendentes, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder (Quijano, 2005).

Esse modelo de conquista não se restringe ao controle do trabalho e da mão de obra escravizada. Ele também envolveu o controle do poder, por meio da configuração do Estado e de suas instituições, bem como a produção das narrativas e do conhecimento. Assim, a partir da implementação das colônias, iniciadas no século XVI, surge, portanto, a formação do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Em outras palavras, isso não significou apenas a

criação de um sistema econômico e mundial pautado na exploração dos povos, mas também a subalternização de populações indígenas e dos povos africanos que se forjaram nas Américas (Grosfoguel, Bernardino-Costa, 2016).

Nesse formato, a América se construiu como o primeiro espaço de um padrão de poder mundial construindo a primeira identidade da modernidade (Quijano, 2005). Isso significa dizer que a colonização se perpetuou como sistema e que reflete o dia a dia do nosso cotidiano.

Ainda no processo de negação das identidades, a partir da destituição dos corpos (negros e indígenas) através dos diferentes conflitos e artifícios de violência do colonialismo, a negação da autodenominação dos povos foi mais um elemento da desumanização que apaga o AUTO-Reconhecimento, conduzindo o “sentimento de inexistência” (Fanon, 2008, p.125). Destacamos ainda que a subalternização, desumanização, coisificação dos sujeitos permitiram as classificações e hierarquizações entre as sociedades, definindo as posições dos povos. Esse primeiro grande discurso que impôs as primeiras diferenças coloniais nesse sistema moderno/colonial, passa a REconfigurar as escalas sociais, tais como o racismo científico do século XIX (Grosfoguel, Bernardino-Costa, 2016).

Na formação das Américas as populações subalternizadas foram lidas como sujeitos que não possuíam subjetividade, portanto, estavam prontos para servir. Para esse projeto esses corpos supostamente não possuíam vozes, almas, e automaticamente eram destruídos e reduzidos a mão de obra e fixados a certos estereótipos (Grosfoguel, Bernardino-Costa, 2016).

Como dissemos, na legitimação do colonialismo foi e continua sendo imprescindível o controle das narrativas para se fazer persistir a inferiorização das populações. No espaço temporal da implementação do regime colonial das Américas, as populações afrodiaspóricas e seus descendentes tiveram negadas as suas próprias classificações.

Recapitulando as reflexões anteriores, imaginemos que diversos povos — Bacongo, Ambundo, Ovimbundos, Tio, Jaga, Zombo e Vili, entre outros envolvidos no tráfico transoceânico para as Américas —, ainda que possuíssem suas particularidades, foram classificados em uma única categoria: escravos. O regime colonialista impôs o apagamento dos elementos que os constituíam (Grosfoguel, Bernardino-Costa, 2016).

Embora os povos que aqui se formaram mantivessem afinidades linguísticas e culturais, houve tentativas deliberadas de apagamento das suas identidades. Os seus descendentes, que se organizaram no novo território - América, passaram a ser lidos a partir de uma classificação colonial. Cumbes (Venezuela), Palanques (Colômbia), Marrons (Jamaica, Antígua e sul dos Estados Unidos), Marronage (São Domingos e Caribe francês), Cimarronaje (Cuba e Porto Rico) e Quilombos (Brasil) (Gomes, 2011). Nesse contexto, a formação das Américas também resultou na criação e ressignificação de novas identidades sociais.

Conforme apresentou Clóvis Moura (1988), a formação do Brasil tem um caráter ambíguo e está repleta de antagonismos. Os detentores do poder nunca se dedicaram a atender às necessidades da totalidade da sociedade, a qual é predominantemente composta por uma população não branca situada nas camadas sociais mais desfavorecidas, muitas vezes excluída dos benefícios do processo econômico. Isso resulta na formação de uma categoria em constante crescimento de indivíduos socialmente marginalizados (Moura, 1988).

Desde o início da formação da nação brasileira essa contradição é permanente, visível e se aguça progressivamente. Por isto fizemos a Independência conservando a escravidão e fizemos a Abolição conservando o latifúndio. Nessas duas fases de mudança não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservou-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E, com isto, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural que não foi preenchido até hoje. Por isto temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população (Moura, 1988, p.24).

Em sua análise do escravismo no Brasil, Moura (1988) identificou duas fases distintas: o escravismo pleno e o escravismo tardio. No escravismo pleno, a escravidão era uma instituição sólida, e somente os escravizados se engajavam de maneira radical na luta pela sua abolição. Já o escravismo tardio designa o período em que diferentes setores sociais passaram a perceber o iminente fim da escravidão, embora as profundas desigualdades na estrutura social persistissem. Dessa forma, o movimento abolicionista é caracterizado como um empreendimento predominantemente conduzido por indivíduos brancos, cuja realização foi moldada pela persistente dinâmica do "negócio de brancos" representado pela contínua resistência dos escravizados. Esse chamado "negócio de brancos" revelou-se incompleto em seus objetivos, pois não incluiu projetos concretos de integração social para os libertos. Pelo contrário, de maneira astuta, relegou-os à base da pirâmide

social, perpetuando uma condição que não deveria se dissipar mesmo após conquistarem sua liberdade.

Moura (1988) argumentava que as revoltas negras, durante o escravismo pleno, representavam uma forma embrionária de abolicionismo. No entanto, esse abolicionismo radical não encontrou espaço para se concretizar, pois, nos dois últimos decênios que antecederam a abolição, consolidou-se um pseudo-abolicionismo, também conhecido como abolicionismo conservador. Este movimento não foi liderado pela classe que deveria orientar a busca pela emancipação, mas sim por uma classe de indivíduos mais preocupados em manter a sociedade sob controle do que em promover uma autêntica emancipação negra.

Nesse cenário, os escravizados foram excluídos como uma força dinâmica do projeto de mudança social, e a abolição ocorreu em conformidade com os interesses e a estratégia das classes dominantes. Na fase final do processo de abolição, a resistência negra foi enfraquecida pelas forças abolicionistas moderadas, cujos interesses estavam alinhados à manutenção da ordem social vigente. Não foram implementadas reformas estruturais no contexto brasileiro para atender aos interesses dos ex-escravizados. Esse período marcou o início da marginalização persistente do negro após a abolição, uma situação que perdura até os dias atuais (Moura, 2001).

Entretanto, mesmo diante desse cenário de exclusão, intelectuais e ativistas negros desempenharam um papel fundamental na luta pela abolição e na resistência à marginalização pós-abolição. Luiz Gama, reconhecido como Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil, foi um dos principais expoentes desse movimento, atuando juridicamente para libertar centenas de pessoas escravizadas e desafiando o sistema escravista em sua estrutura legal e discursiva. Sua trajetória evidencia que a luta pela emancipação não foi apenas conduzida por setores moderados da elite branca, mas contou com a mobilização ativa de negros que articularam estratégias jurídicas, políticas e sociais para a conquista da liberdade (Brasil, 2018).

Durante o escravismo tardio, o Brasil vivenciava duas realidades sociais contrastantes: uma estrutura arcaica, marcada pela predominância do escravismo, e uma emergente ordem capitalista, ainda em formação. No entanto, essas duas realidades se entrelaçavam e convergiam para formar uma sociedade aparentemente moderna do ponto de vista econômico e tecnológico, mas que carregava consigo os resquícios arcaicos das relações sociais (Moura, 1988).

Era como se estivéssemos em uma sociedade de economia livre. Não se computava a realidade de sermos uma sociedade escravista e, por isto mesmo, para conseguirmos ser uma sociedade industrial teríamos de abolir o trabalho escravo. Nisto a tarifa é omissa. O aceno à industrialização não levava em consideração o fato de termos uma grande massa de trabalhadores ainda considerada coisa e por isto incapaz de poder participar desse modelo de modernização e uma superestrutura jurídica e política que legalizava esse status quo, brecando qualquer possibilidade de mudança social nesse sentido. Havia duas sociedades no Brasil para os reformuladores nossa sociedade. O arcaico que não era elemento de cogitação de modificações e por isto deveria ser ignorado. E um projeto moderno que não considerava esse mundo e poderia modernizar o Brasil descartando o lado arcaico como parte do nosso ser social. O modelo de industrialização nos quadros do escravismo era mais uma proposta ideológica de se modernizar o Brasil sem se considerar nossa realidade estrutural (Moura, 1994, p.64).

A introdução da escravidão foi um marco determinante para a marginalização contínua da população negra no Brasil. A transição de uma sociedade baseada na escravidão para um sistema capitalista competitivo gerou a ilusão de que negros e brancos teriam as mesmas oportunidades de ascensão social. No entanto, na prática, a entrada dos negros na estrutura de classes ocorreu com desvantagens significativas, resultantes do preconceito racial.

Para manter seus privilégios, a elite branca apropriou-se de teorias racialistas, adaptando-as à realidade brasileira para desumanizar a população negra e justificar sua exclusão do mercado de trabalho e da cidadania plena. Com a transição do Império para a República, a cidadania passou a ser formalmente associada à liberdade. No entanto, essa inclusão jurídica não garantiu direitos reais à população negra, que continuou a enfrentar discriminação e desigualdade, reflexos que persistem até hoje.

Retomando o pensamento de Nego Bispo, a contracolônização ocorre quando os grupos colonizados resistem e enfrentam o sistema colonial e aqueles que o impõem. Se ampliarmos o nosso olhar sobre os indivíduos que estavam realizando tais atividades, de um lado temos um grupo de pessoas brancas advindas da Europa, e do outro, populações africanas e povos originários. Em um plano sequencial a descendência desses grupos passa a ser configurados, como populações brancas - europeias e brasileiras, e populações afro-brasileiras e indígenas (pretos, pardos, índios, quilombolas). É a partir desse contexto que sentimos nos provocados para pensar sobre as narrativas atuais.

As narrativas também fizeram e continuam fazendo parte da construção de um projeto de território. Discursamos que as narrativas fazem parte de um constructo ideológico e que vêm sendo reestruturadas ao longo dos anos para organizar a vida social.

As narrativas fazem parte das relações e se sua estrutura se molda socialmente. São as narrativas que utilizamos para marcar as hierarquias impostas por processos históricos de luta e disputas de poder. Em sociedades como a nossa, algumas marcas de diferença como raça, gênero, classe se interseccionam com as narrativas produzindo e fortalecendo essas hierarquias. Além disso, tais marcas de diferença são constantemente construídas e reforçadas, pois são as narrativas que constroem essas relações de diferença (Araújo, 2021).

Pensar as narrativas como fenômeno ideológico não significa dizer que se trata de uma visão distorcida da realidade, mas de diversas formas de pensar e moldar as realidades. Enquanto objeto de confrontos e conflitos, as narrativas fazem parte dos grupos que organizam e disputam poder nas sociedades, inclusive se faz necessário entender que as narrativas não são unívocas e nem tão pouco estão restritas aos meios acadêmicos ou objetos de mídia. Ela ultrapassa diferentes concepções, inclusive de outras cosmologias (Batista, 2021).

De tal maneira, é a partir desse processo que acreditamos que desde outrora os agrupamentos têm se organizado para a resistência e disputas das suas existências. Como dissemos, o dizer serviu também para a implementação do regime colonial e da estruturação da escravidão.

Em contrapartida, os quilombos, em suas formas de resistências, foram a primeira tentativa brasileira, a partir do sentido político e socioeconômico, de construir uma sociedade democrática e igualitária. De todo o continente americano no Brasil colonial, foram os quilombos que construíram o primeiro Estado livre (República Negra de Palmares) e também os que construíram formas alternativas de sociedade para resistir de modo organizado à superexploração das quais eram objetificados (Gonzales, 2018).

4.2 HIERARQUIAS RACIAIS: UM ELEMENTO FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO DO MUNDO

No Brasil, as hierarquias raciais prevalecem sobre outras formas de desigualdade. Partimos dessa leitura porque entendemos que a sociedade brasileira foi profundamente racializada e que a colonialidade do poder ainda se mantém (Batista, 2021).

Para seguirmos com as discussões apresentadas nesta sessão, sentimos a necessidade de apresentar o que entendemos sobre raça e racismo. O conceito sobre raça provém de uma construção política e social. É nesse sentido que as nossas discussões não são estabelecidas no plano da natureza, visto que a própria ideia de raça da qual nos baseamos para pensar a realidade brasileira já extinguiu o pensamento biológico que pertencemos às raças puras. No Brasil, a raça é um conceito socialmente construído no campo da cultura. Assim, as nossas reflexões partem do campo das relações sociais e das diferenças raciais, históricas, políticas e sociais, em que o fenótipo e não o genótipo, é determinante (Moore, 2007).

Já o racismo é um fenômeno que precede sua própria conceituação forma (Moore, 2007). No Brasil, as relações raciais tendem a sustentar a manutenção de um mito da horizontalidade entre os grupos racialmente diferenciados. Em uma espécie de coro mítico, muitos teóricos e pensadores tendem a negar as diferenças raciais como sistema constitutivo da nossa sociedade. Atribuem até mesmo a classe como fenômeno principal para lermos o corpo social. É dentro desse contexto que se criam no país formas complexas de regras e hierarquias raciais. Isso significa dizer que durante toda a construção do nosso território o fator fenotípico proporcionou diferença entre os seres humanos.

A banalização do racismo visa a criar a impressão de que “tudo anda bem” na sociedade, imprimindo um caráter banal às distorções socioeconômicas entre as populações de diferentes “raças”. Os que acreditam no contrário podem ser julgados “revoltosos”, “inconformados” e, até mesmo, “racistas às avessas”. Contra estes, a “boa sociedade” estaria legitimada a organizar vigorosas ações de repressão. Essa expansão e aceitação do racismo conduzem, inexoravelmente, à sua banalização (Moore, 2007, p. 29).

Sabemos que o projeto colonial de dominação, que se utilizou das hierarquias raciais e do racismo como base de sua estrutura, estabeleceu a dominação colonial nas margens/fronteiras externas dos impérios nas Américas. Durante o decorrer dos séculos, o eixo racial criou uma separação de privilégios, experiências e oportunidades entre brancos e negros, e entre populações indígenas e brancas — como exemplifica a história da formação do Brasil — além de estabelecer um gradiente de racialização (Moore, 2007).

Neste contexto, o colorismo — termo que, em algumas abordagens, é associado à pigmentocracia — funciona como um mecanismo de discriminação baseado na cor

da pele e nos traços fenotípicos, resultando em uma estratificação social dentro das próprias comunidades racializadas (Silva, 2017). Quanto mais clara a pele e mais "europeus" os traços fenotípicos, maior a tolerância e aceitação em espaços dominados pela branquitude, o que perpetua uma desigualdade que é tanto inter-racial quanto intra-racial. Esse sistema favorece indivíduos de pele mais clara e perpetua um racismo velado, no qual a aceitação é condicional e a igualdade permanece inatingível (Silva, 2017). Assim, a introdução do colorismo no Brasil configura-se como um componente crucial para entender as complexas dinâmicas de hierarquias raciais que influenciam as relações sociais até hoje. Ao analisar as contribuições de Moore (2007), percebemos que o racismo na América Latina, e particularmente no Brasil, não pode ser plenamente compreendido sem considerar as nuances do colorismo, que se entrelaçam com as práticas de racismo para criar um mosaico complexo de discriminação e exclusão.

Com o passar do tempo, à medida que as relações sociais se configuravam, os aparatos de dominação também se estruturavam, fazendo com que as identidades dos grupos fossem relacionadas às hierarquias, papéis sociais e lugares correspondentes que eram constitutivos delas, e, posteriormente, ao modelo de dominação que se impunha. Em outras palavras, identidade racial e raça foram estabelecidas como instrumentos básicos para a classificação da sociedade. Com o decorrer do tempo, os exploradores codificaram, em leis, documentos oficiais, discursos religiosos e educacionais, como cor os traços fenotípicos dos colonizadores e assumiram suas características como emblemáticas da categoria racial (Quijano, 2005). Estas representações foram veiculadas e reforçadas principalmente através de estruturas institucionais como o sistema jurídico, a igreja, a educação formal e a mídia impressa da época, que juntas formavam um poderoso meio de disseminação de ideologias raciais, solidificando a divisão social baseada em raça.

Desde então, esses artifícios foram eficazes e duráveis para a dominação social e universal. Segundo Quijano (2005, p.118), "raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial". De tal modo, as Américas negras passam a ser lidas por um projeto branco (Grosfoguel, BernardinoCosta, 2016). O sistema racial, embora frequentemente percebido como um esquema binário de brancos dominantes versus negros subjugados, na realidade, implica uma matriz mais

complexa e entrelaçada de dominação que afeta diferentes grupos de formas diversas. Esta complexidade se manifesta, não só na distinção entre exploradores e explorados, mas também nas nuances de poder, privilégio e desvantagem que atravessam as linhas de cor, etnia, classe e outras categorias sociais.

Assim, características fenotípicas associadas a populações africanas são utilizadas para reforçar a segregação racial e sustentar hierarquias de poder. Como falamos, de um lado, os exploradores possuem um corpo e poder, do outro, os explorados tinham outro corpo e um contrapoder. Este poder não se estabelecia de forma equitativa. O critério de cor para a definição das sociedades se torna potente com o desenvolvimento do sistema escravocrata, passando a ter diferentes formas com o mudar do sistema político. Esta construção social, como afirma Barcelos (2010, p.11), de “um grupo branco bem definido, autodeclarado superior, com posses e ideologicamente antagônico ao preto”, evidencia como o racismo estrutura as sociedades de maneiras que transcendem a mera dicotomia racial, permeando e moldando a dinâmica social em múltiplas camadas.

Como discutido, as elites brancas europeias dizimaram populações negras e indígenas para impor um sistema que lhes concedia privilégios, perpetuando desigualdades que continuam beneficiando seus descendentes até os dias atuais. Os descendentes das populações marginalizadas continuam também tendo os malefícios dessa estrutura. Os malefícios e benefícios não se referem apenas ao capitalismo branco, mas também possibilita que as populações brancas que não possuíam capital e nem as propriedades e os meios de produção recebessem os seus adventos do racismo (Gonzalez, 2018).

No pós-abolição, os escravizados perderam o status jurídico de escravos, mas não se desvencilharam dos estigmas sociais profundamente enraizados que redefiniram sua identidade como negros marginalizados. Embora tenham conquistado a liberdade legal, as barreiras institucionais e sociais mantiveram os ex-escravizados em posições socioeconômicas desfavoráveis, perpetuando desigualdades estruturais. O legado da escravidão se manifestou em várias dimensões, perpetuando uma estratificação racial onde o acesso a recursos, direitos políticos, oportunidades econômicas e reconhecimento cultural permaneceu profundamente desigual.

As políticas de segregação, as práticas de exclusão no mercado de trabalho e as desigualdades no acesso à educação e saúde foram apenas algumas das formas pelas quais a cor continuou a ser um marcador decisivo na vida das populações

negras. Tais demarcações sociais, estabelecidas durante o período pós-abolição, se mantiveram, adaptaram e transformaram, influenciando as estruturas de poder e as dinâmicas sociais em todo o território nacional até a contemporaneidade. Ao observar tal fenômeno, constata-se que a liberdade legal não significou uma igualdade substancial, revelando como as raízes do racismo e da discriminação são profundas e persistentes, afetando todas as esferas da vida social, política e econômica.

Este reforço das desigualdades raciais no período pós-abolição ilustra como as construções sociais de raça e cor continuam a ser determinantes cruciais na configuração das sociedades contemporâneas, sustentando um sistema onde o legado da escravidão ainda define, em grande medida, quem tem acesso ao quê e a quem.

Pensando mais uma vez no pós-abolição, a experiência social, política e cultural do regime que se inicia, República, criou em diversos âmbitos a marginalização e exclusão dos corpos pretos. As populações negras foram sendo imaginadas como inimigos e, portanto, inferiorizadas. Em correspondência, às populações brancas agiam para que se mantivessem a estrutura de exclusão (Gonzales, 2018).

A imagem do homem e da mulher negra foi resignificada para justificar a continuidade da subalternização. A figura da mucama, mulher negra escravizada forçada a realizar serviços domésticos e cuidar dos filhos dos senhores, foi substituída pelo estereótipo da "mãe preta", representada como alguém naturalmente dedicada ao cuidado e à servidão (Gonzales, 2018).

As narrativas oficiais construíram aparatos para garantir a perpetuação desse sistema de violências. Os modelos de integração e harmonia racial, supostamente existentes no Brasil, foram apoiados e legitimados pelo sistema governamental. A ideia de um Brasil heterogêneo e harmonioso foi consolidada para reforçar a visão de que as populações negras, durante o regime escravista, eram passivas diante das estruturas de opressão, agindo de acordo com os preceitos cristãos e oferecendo o perdão e a outra face ao inimigo (Gonzales, 2018).

Outro exemplo que se constituiu no regime colonial e possibilita criarmos uma ponte para pensarmos o funcionamento das hierarquias raciais no dia a dia do Brasil é o regime trabalhista. No pós-abolição, a estrutura de exclusão racial restringiu as populações negras aos trabalhos menos qualificados e mal remunerados, perpetuando a associação entre raça e subalternidade no mercado de trabalho. Como sabemos, no fim do regime escravocrata, as populações negras foram jogadas a esmo sem que houvesse nenhum plano de reinserção na sociedade. Para além disso, com o fim do

regime não houve o fim de uma sociedade escravista. “O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores” (Quijano, 2005, p.120).

A classificação racial da população em conjunto com a associação das novas identidades raciais dos exploradores com os modelos de controle não pago, não assalariado, do trabalho, construiu entre os europeus ou brancos a percepção de que o trabalho remunerado era privilégio das populações brancas. A inferioridade racial dos explorados implicava que não eram dignos do recebimento de salário.

Assim, estavam “naturalmente” obrigados a trabalhar em benefício dos brancos. Na contemporaneidade vemos que os menores salários são atribuídos às raças que foram representadas como inferiores, é importante dizer que isso se dá também pela comparação entre o tipo e forma dos trabalhos que os brancos recebem.

Outra reflexão importante ideal para entendermos como as hierarquias raciais contribuem para a formação do mundo, delineando as dinâmicas sociais que moldam relações e influenciando diretamente as estruturas de poder é “forma social” conceituada por Muniz Sodré (2023) em sua obra intitulada, “Fascismo da Cor”. Sodré cunha a expressão “forma social escravista” para designar o paradigma de racismo que sucede a estrutura escravista e ao compreender a persistência dessas formas sociais, podemos desvendar as raízes e as ramificações do racismo em diferentes contextos históricos e contemporâneos,

Ao contrário das críticas que desconsideram o conceito de estrutura, Sodré (2023) não ocorre essa exclusão. Mesmo quando ele elabora uma abordagem diferente daquela que está sendo desenvolvida, percebe-se implicitamente em sua formulação um reconhecimento do 'estado da arte' ao longo dos debates sobre a questão das estruturas, como apresentado nas reflexões de Silvio de Almeida (2019), no cenário da discussão que envolve a perspectiva do racismo estrutural (Almeida, 2019).

Sodré (2023), ao não descartar a ideia de estrutura, traz uma atualização à discussão inicial da sociologia, introduzindo o conceito de “forma”. Isso implica que a questão estrutural não opera isoladamente, mas se manifesta em disputas simbólicas nos âmbitos cultural, político e econômico. Além disso, o autor apresenta o conceito de paraestrutura, que refere-se a um nível de funcionamento que não está formalmente inscrito na estrutura jurídico-política, mas que se expressa nas vontades coletivas e nas práticas sociais. Esse funcionamento paraestrutural permite que o racismo

continue operando mesmo sem um amparo legal explícito, sustentando desigualdades racializadas por meio da reprodução de normas sociais e institucionais. Nesse sentido, a ideia de "forma" é entendida como uma lógica que organiza as narrativas históricas e a linguagem. Tanto estrutura quanto forma contribuem para construir a realidade, mas a forma é central para o processo, pois está diretamente ligada à produção e interpretação social. Há uma transição na abordagem da questão estrutural, não negando sua relevância, mas enfatizando que são as interações sociais e seus impactos sobre as estruturas que antecedem o surgimento de situações racistas. Desse modo, a forma está no primeiro plano, "enriquecida" por elementos estruturais latentes e pela herança social. Nesse caso, a "forma" molda as relações **sociais** e age como um espelho da sociedade. Além disso, essa "forma", chamada de forma escravista, está presente mesmo em situações em que os negros não estão diretamente envolvidos.

O ponto crucial surge quando consideramos a forma escravista como uma variação do fascismo, neste caso, o fascismo relacionado à cor da pele, o "Facismo de Cor". Ao falar sobre o racismo como uma forma de fascismo, Muniz intersecciona o conhecimento e política, conectando a luta contra o racismo com questões importantes no Brasil, mesmo questionando a ideia de democracia em alguns momentos e destacando que o racismo é fundamental nas discussões sobre república (Ferreira, 2023).

Os casos de racismo demonstram que esse fenômeno se manifesta de diferentes maneiras, muitas vezes de forma surpreendente porque a maneira como classificamos as coisas muda conforme as experiências que vivemos. Isso nos permite refletir sobre as ideias e sentimentos que emergem dessa realidade. Assim, podemos entender que a ligação entre o racismo e a forma escravista, que é uma variação do fascismo, está sempre presente. A forma escravista depende da relação entre o "senhor" e o "escravo". No entanto, esse "escravo" não é real hoje em dia, porque não é mais legalmente considerado como tal. É como se todas as pessoas negras fossem vistas como propriedade de alguém.

Sodré (2023) não restringe a ideia de que a estrutura não se limita apenas às leis escritas. Em várias ocasiões, ele a descreve como um discurso social. Concordamos que a estrutura não se resume apenas a leis e discursos, embora essas expressões sejam válidas e legitimadas pela sociedade. Isso ocorre porque incorporar algo à cultura desencadeia processos mais robustos de influência e controle. Isso se

aplica mesmo quando consideramos alterações nas leis e discursos ao longo do tempo, que garantem posições sociais para os negros.

Dessa maneira, a forma social escravista persiste além do que está escrito nas leis e discursos. A crítica, no entanto, reside nos elementos não explícitos, ou seja, nas estruturas invisíveis que organizam sistematicamente a sociedade.

A solução ressaltada por Sodré é olharmos para o que não faz sentido logicamente - coisas que são paradoxais ou contraditórias nas formas sociais. Portanto, ele não está falando diretamente sobre as estruturas em si. No entanto, podemos pensar, mesmo concordando com a ideia de forma social escravista, que as estruturas contêm a forma. Isso significa que, ao mesmo tempo em que as estruturas são organizadas de maneira sistemática, têm algo ilógico ou paradoxal nas bordas delas, que nem sempre é evidente nas coisas que organizam.

Em resultado, quando observamos a sociedade a partir da sua configuração, percebemos que esta se condicionou e continua condicionada por meio dessas hierarquias. Assim, não há possibilidade de não recorrermos à leitura social sem nos atentarmos sobre o racismo que se enraíza durante a formação do nosso território.

4.3 RAÇA E RACISMO: OS ATRAVESSAMENTOS PARA PENSAR OS QUILOMBOS

As discussões sobre o racismo têm sido uma das premissas básicas desse estudo. Enquanto elemento estrutural que organiza a sociedade, o racismo é uma realidade social, política e cultural que continua sendo expresso na contemporaneidade (Oliveira, 2023).

Como afirmamos, a construção do Brasil foi forjada na base da exploração dos povos pretos e indígenas. Afinal, foram os coletivos de exploradores — brancos — que moldaram o senso comum e serviram como a linha de demarcação entre os grupos e como referências em torno do qual se organizam as discriminações “raciais”.

Diferentes pensadores têm pautado o racismo como fenômeno mundial, argumentando que sua origem representa um dos maiores desafios para a compreensão ou solução dos problemas que a humanidade enfrenta (Moore, 2007).

De acordo com Carlos Moore (2007), em sua obra, “Raça e Racismo”, existe uma tendência em suavizar o racismo considerando um fenômeno trivial. Assim, o racismo, em muitos casos, é reduzido às práticas interpessoais. Por esse viés, há uma

tendência a minimizá-lo ao plano dos preconceitos individuais, como se fosse algo que "todo mundo tem".

Segundo Moore (2007), no início da formação do mundo, o fenótipo tornou-se uma característica irrevogável para a distinção entre os grupos que se diferiam. A história apresenta que grande parte dos conflitos na Antiguidade foi proporcionada, quase que invariavelmente, por disputas em torno da posse de recursos. Dessa perspectiva, grande é a possibilidade de que os grupos meridionais de natureza pacífica e sedentária tenham tido conflitos com os outros coletivos, nômades e agressivos. Esses grupos possuíam diferenças fenotípicas, pois descendiam de diferentes localidades do norte da Europa e da Ásia Central, e essas diferenças se tinham convertido em dados racionalizados em termos do inimigo (Moore, 2007).

Assim, o fenótipo das populações setentrionais e meridionais antigas, como suas culturas, radicalmente diferentes entre si, poderia ter funcionado como um operador para demarcar as situações de antagonismo que se apresentava. Moore (2007) apresenta que existem diversos indícios que as oposições existiram e que foram balizadas nos dados fenotípicos e culturais, e esses expressavam a diferença entre os grupos rivais. Com o decorrer dos anos, as realidades fenotípicas – convertidas em realidades de “raça” por meio de uma construção social, se converteram em uma inimidade ou de proximidade entre indivíduos e coletividades.

Carlos Moore (2007) ainda utiliza o pensamento de CHEIKH ANTA DIOP, expressados através das obras, *“The African Origin of Civilization: Myth or Reality”* (1974) e *“Civilization or Barbarism”* (1991), para afirmar que o teórico entendia o racismo a partir de uma dimensão específica de pensamento-comportamento descartando a ideia, ainda prevalecente, de que o racismo como um fenômeno acidental ou que se tenha originado na contemporaneidade. Ainda assim, destaca que o racismo não poderia ser expresso do mesmo modo. Ele se apresenta em diferentes formas conforme a época. Na era moderna, por exemplo, o valor econômico, cultural, tecnológico, científico e militar dos impérios constituídos pelos povos melanodérmicos da época (Meroé, Egito, Elam, Suméria, Harappa) eram preponderantes. Mesmo em períodos de decadências, os impérios continuavam a exercer enorme influência (Moore, 2007).

O racismo que convivemos na contemporaneidade não é e nem poderia ser expresso do mesmo modo em face das populações pretas, pelo fato que eram os

pretos que havia, naquela época, monopolizado o conhecimento cultural, técnico e industrial (Moore, 2007).

Os outros grupos racializados tinham que modificar seu desenvolvimento cultural, tecnológico e religioso segundo os modelos dos povos que exerciam o domínio, que por muito tempo eram os povos egípcios. A partir dessas discussões resultou que se faz necessário considerar o fenótipo como elemento regulador nas relações humanas, além disso, situar o período e o lugar que ele ocorre. Segundo Cheik Anta Diop citado por Moore (2007), as individualizações fenotípicas que guiaram à emergência de leucodérmicos ocidentais e asiáticos aconteceram na “Europa e na

Ásia na fase final do Paleolítico, provavelmente entre 15 e 25 mil anos a.C” (Moore, 2007, p.42). Ao que tudo indica, Segundo Moore, Diop crê que o “reflexo de medo”, elemento suscitador da xenofobia, é, por sua vez, causador do proto-racismo (mediado por um fenótipo diferente). De tal maneira, o racismo apareceria como um comportamento de rejeição total de um “estrangeiro fenotípico”. Em outras palavras, aquele que poderíamos designar como o “Outro Total”.

As narrativas e a prática do racismo estão inseridas nas estruturas do Estado Democrático de Direito. Cabe então transparecer que o racismo perpassa todas as plataformas, reorientando os estereótipos das populações pretas. Os objetos de mídia, por sua vez, constroem narrativas que permitem alimentar o imaginário e o senso comum (Moore, 2007).

Na América Latina, particularmente no Brasil, as manifestações do racismo são profundamente influenciadas por condições que podem ser descritas como anteriores às fases moderna, capitalista e industrial, comumente referidas com o prefixo “pré”. No entanto, o uso desses termos requer um exame crítico, pois embora indiquem um estágio anterior ao desenvolvimento econômico e social observado em outras partes do mundo, essas condições pré-existentes são, por si só, complexas e multidimensionais. Essa ductilidade nas estruturas sociais brasileiras, que se estendem antes da modernidade, sugere uma capacidade de adaptação e transformação que desafia uma visão linear da história e do desenvolvimento econômico (Moore, 2007).

O racismo no Brasil, portanto, não pode ser visto apenas como um resquício de períodos coloniais, mas como um fenômeno que tem evoluído e se manifestado através de uma variedade de contextos sociais e econômicos que precedem a industrialização e ao capitalismo tal como conhecido no Ocidente. Esta perspectiva

nos permite reconsiderar como interpretamos e descrevemos as realidades históricas e culturais. Por exemplo, ao refletir sobre a 'pré-modernidade', devemos questionar quais aspectos específicos dessas eras contribuem para a persistência e a adaptabilidade do racismo, sem presumir que simplesmente precedem uma fase mais 'desenvolvida'. Em vez disso, esses termos "pré" deveriam ser utilizados para destacar as características únicas da sociedade brasileira que interage de maneira não só complexa, mas também criminosa com fenômenos como o racismo.

Desde as décadas de 1920 e 1930, pensadores e ativistas negros com perspectivas marxistas têm oferecido contribuições significativas para a reflexão sobre as interconexões entre raça, gênero e classe. No contexto brasileiro, o pensamento de Lélia Gonzalez, oferece uma importante perspectiva para compreender o papel funcional do racismo no contexto do capitalismo dependente brasileiro. Dennis de Oliveira estabelece diálogos entre o marxismo negro de Cedric Robinson, as ideias de Lélia Gonzalez, a teoria marxista da dependência, o pensamento marxista decolonial de Aníbal Quijano e Samir Amin, além de teóricos como Poulantzas, com seu conceito de "classes reinantes".

Na contemporaneidade, o racismo desenvolve-se nas diferentes estruturas que formam a nossa sociedade: na área militar, cultura e política, econômica, até mesmo na possibilidade e exercícios dos acessos aos serviços públicos e privados. Também vemos as diferenças na educação, no poder público, no capital financeiro, nas estruturas de lazer, nas oportunidades de renda.

O racismo passa a ter a função de garantir os privilégios da hegemonia cuja dominação se expressa por meio de uma continuidade, "continuum de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado" (Moore, 2007, p.283). O racismo pode ser entendido como um conjunto de ações cuja finalidade é a estruturação e sustentação dos sistemas que gerem os recursos racialmente monopolistas (Moore, 2007).

No cotidiano das nossas relações é o fenótipo que organiza os recursos, "o racismo passa a ser nada menos que uma visão coletiva totalizante, que garante a gestão monopolista e racializada dos recursos, sendo a população-alvo considerada como parte integrante destes recursos" (Moore, 2007, p.285).

Assim, as populações quilombolas, inseridas nessa estrutura, passam a ser condicionadas pela exclusão e violência. Como dissemos, os prejuízos são atribuídos às raças subalternizadas, aqui entendido como populações quilombolas, e beneficiam

e privilegiam os interesses exclusivos da “raça dominante”, as populações brancas (Araújo, 2021). Nesse viés, o problema não parte somente no sentir a superioridade, “nós somos superiores”, mas na vivência desta em relação aos oprimidos.

Como já afirmamos, os privilégios sociais e econômicos são negados à população-alvo (quilombola) e o usufruto do racismo é visto e exercido por outros grupos (brancos) de maneira vertical, ascendente e concatenada. Como afirma Denis de Oliveira (2021), o racismo estrutural não se limita a questões interpessoais, mas constitui um mecanismo de dominação sistêmica que organiza a estrutura social, regulando o acesso a bens, serviços e direitos.

No contexto midiático, há o reforço desta estrutura a partir das suas produções. Por exemplo, não há coberturas diárias sobre a interferência do racismo na vida das populações pretas. Não é veiculado os índices de desemprego, os piores salários, as violências sistêmicas, etc. São realidades sentidas, mas invisibilizadas por parte deste grupo (Araújo, 2021).

É a partir desse contexto que construímos a luta pela afirmação da diferença e contra o racismo. A luta contra o racismo deve ocorrer em todos os níveis e ser permanente em todas as estruturas, independentemente da forma, do contexto ou da instância em que ele se manifesta (Araújo, 2021).

4.4 O QUE SÃO POPULAÇÕES QUILOMBOLAS?

O conceito de quilombo tem origem nos povos africanos, representando instituições sociopolíticas e militares organizadas para defesa e conquista de territórios, onde florescia uma cultura que desafiava as normas sociais estabelecidas (Munanga, 2012). De acordo com Moura (1989), o quilombo surge como símbolo da resistência e organização dos escravizados, em resposta à opressão do sistema escravagista. Independentemente de suas dimensões e estruturas, os quilombos demonstravam notável capacidade de resistência, adaptando-se e reconstruindo-se ao longo do tempo (Moura, 1989).

Essa persistente capacidade de resistência e adaptação das comunidades quilombolas permanece evidente nos dias atuais, conforme refletido nas análises de Antônio Bispo dos Santos (2015) sobre as comunidades quilombolas contemporâneas. Santos (2015) provoca uma reflexão crítica ao estabelecer um paralelo entre os ataques colonizadores ao Quilombo de Palmares no século XVII e

os impactos do grande capital sobre comunidades afetadas por megaprojetos, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Embora os contextos sejam distintos, com diferenças políticas e militares, o autor questiona os processos de violência e expropriação que continuam a atingir os quilombolas ao longo da história. Ao perguntar “qual a diferença entre o ataque dos colonizadores contra o Quilombo de Palmares no século XVII e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades atingidas pelos megaprojetos, ditos 'empreendimentos', como, por exemplo, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte?” (Santos, 2015, p. 4), ele enfatiza que, apesar das transformações históricas, a lógica de marginalização e exclusão dessas populações permanece uma constante.

Essa visão desafia a ideia convencional de que as características comuns dessas comunidades são exclusivas da contemporaneidade. Santos (2015) argumenta que a similaridade transcende as diferentes épocas, ligando diretamente as comunidades quilombolas contemporâneas às que se formaram durante o período escravocrata.

Contudo, é fundamental equilibrar essa narrativa com uma consideração cuidadosa das discontinuidades que diferenciam esses períodos. A modernidade trouxe mudanças significativas no contexto legal e político em que essas comunidades operam. Hoje, ao contrário do período colonial, as comunidades quilombolas são reconhecidas pela legislação brasileira, que formaliza seus direitos territoriais e culturais, embora a eficácia dessa legislação seja frequentemente contestada na prática. Além disso, a globalização introduziu novos atores, como corporações multinacionais e organismos internacionais, alterando assim o campo de luta para essas comunidades.

Esta dualidade de continuidade e ruptura requer uma análise dialética que reconheça tanto a resiliência das práticas opressivas ao longo da história quanto as transformações nas estratégias de resistência e nos mecanismos de poder. A relação entre continuidade e mudança constitui um campo fértil para analisar como as tradições de resistência se adaptam e respondem às variações nos sistemas de opressão e libertação. Essa leitura é importante para pensarmos nas abordagens históricas ao entendimento sobre populações quilombolas. Como já afirmamos, os quilombos representaram formas sociais e econômicas alternativas ao regime escravista.

As interpretações sobre os quilombos merecem atenção, pois, mesmo com inúmeras análises de diversos autores, é fundamental evitar a simplificação dessas comunidades como simples movimentos de rebeldia ou agrupamentos reduzidos que ocupavam pequenas extensões de terra. Reduzir os critérios de definição dessa maneira limita a compreensão do real significado dos quilombos e ignora sua relevância até os dias atuais. O Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) oferece a seguinte definição para quilombos e seus remanescentes.

Os quilombos não são e nunca foram invasores, posseiros ou traficantes. Trata-se de grupos sociais organizados que buscam a regularização de terras onde construíram e inscrevem formas específicas de viver e de fazer voltado à busca pela autonomia como condição fundamental para a liberdade. Não se trata de formações resultantes de ocupações irregulares, mas de territorializações advindas de processos de organização social, que possibilitaram o acesso ao uso comum de terras e de recursos naturais e dos quais não obtiveram o reconhecimento legal (Associação Brasileira de Antropologia – ABA, 2021).

Os quilombolas resistiram ao sistema escravista no Brasil e no continente americano entre os séculos XVI e XIX, utilizando estratégias como a existência autônoma dos quilombos, auto-organização, preservação das crenças africanas e relações mercantis com outros grupos para garantir recursos essenciais. Essa resistência ativa, além de cultural, envolvia relações políticas e sociais com negros escravizados, visando proteção e articulação para ações mais amplas. A manutenção de atividades econômicas era crucial para a sustentação e expansão dos quilombos, resultando em uma economia predominantemente negra e na autonomia dessas comunidades em termos de subsistência. Alguns quilombolas conseguiram obter controle sobre terras e desenvolveram pequenos comércios, estabelecendo uma microeconomia monetária. A posse da terra tornou-se essencial como estratégia de sobrevivência desses grupos, destacando a importância da autonomia econômica na construção e preservação dos quilombos (Gomes, 2005).

Durante esse período, diversas manifestações de revolta e resistência se destacaram. Fugas e a formação de quilombos eram amplamente reconhecidas como estratégias de enfrentamento. Nesse contexto, a quilombagem, conceituada por Clóvis Moura (1989), emerge como uma expressão significativa desse movimento de resistência, contribuindo para minar as estruturas do sistema escravista.

Os significados sociais atribuídos aos quilombos experimentaram transformações ao longo da história. Inicialmente vistos como criminosos e

perseguidos, esses locais enfrentaram repressões prolongadas. Muitos quilombos, mesmo após serem destruídos, demonstravam uma notável resiliência, reconstruindo-se com base em conhecimentos ancestrais. Essa capacidade de reerguimento frente à adversidade revela a resistência intrínseca dos quilombos e a resiliência de suas comunidades frente às pressões históricas. No entanto, é crucial reconhecer que tal descrição pode não capturar plenamente a diversidade das experiências quilombolas. Cada comunidade quilombola possui uma trajetória única, influenciada por variáveis culturais, sociais e políticas que moldam suas respostas específicas a adversidades. A compreensão desta diversidade é fundamental para evitar generalizações que possam simplificar suas histórias de luta e resistência.

Ao contextualizar a resistência das comunidades quilombolas, é crucial considerar a análise de Arruti (2008), que historiciza o termo "quilombo". Ele destaca três ressemantizações significativas ao longo dos anos: cultural, política e de resistência negra. Essas mudanças conceituais influenciaram a compreensão contemporânea das comunidades quilombolas.

A resistência cultural foi uma leitura que entendeu o quilombo a partir da persistência ou da produção de uma cultura negra no Brasil. Os quilombos eram vistos como centros fundamentais para a compreensão do mundo africano em solo brasileiro (Arruti, 2008). “Os poucos trabalhos sobre quilombos produzidos neste período correriam, portanto, sobre o leito culturalista, acompanhando a tendência dominante nas etnografias sobre cultos religiosos afrobrasileiros e tomando de empréstimo a pauta” (Arruti, 2008, p.319).

Essa leitura ganhou destaque a partir de 1905 e permaneceu presente nos debates acadêmicos até a década de 1960, com a colaboração de diferentes autores, como Nina Rodrigues, Edson Carneiro, Arthur Ramos, Melville Herskovits e Roger Bastide (Arruti, 2008).

O segundo grande ciclo lê o quilombo como espaço de resistência política. A referência ao continente africano é substituída pelo Estado. Assim, há produções que provocam a relação entre classes populares e ordem dominante. Esse modelo possibilita pensar os diferentes modos de resistência popular. O destaque para essa abordagem teve início no final da década de 1950, impulsionado por teóricos como Clóvis Moura e Décio Freitas. Vale lembrar que, nesse período, houve a difusão do arcabouço marxista na historiografia e nas ciências sociais brasileiras, além do crescimento dos movimentos de esquerda no campo (Arruti, 2008).

O terceiro movimento de ressemantização passa a interpretar o quilombo como símbolo de resistência negra. Esse movimento é uma releitura dos dois ciclos anteriores, combinando suas significações. O Movimento Negro funde então as significações anteriores do termo quilombo. Vale ainda lembrar que essa interpretação se tornaria sistemática ao longo dos anos de 1970 (Arruti, 2008).

Diferentes fenômenos contribuíram para essa concepção do quilombo como espaço de resistência negra. Em 1978, foi criado, em São Paulo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, considerado um marco na luta do povo negro no Brasil. Neste mesmo tempo, os movimentos negros propõem a criação do Dia Nacional da Consciência Negra, uma data alusiva ao assassinato do líder quilombola Zumbi dos Palmares (Leite, 1999). Como viés de resistência, o quilombo passa a ser entendido como “reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (Nascimento, 1980, p.270), e não quer dizer lugar de escravo fugido. Enquanto Nego Bispo (2015) enfatiza a continuidade da luta das comunidades quilombolas, Arruti (2006) oferece uma perspectiva acadêmica, analisando as transformações conceituais que moldaram a compreensão contemporânea dessas comunidades.

Em contraponto as discussões e reconhecimento por parte das populações pretas sobre as suas histórias, os anos finais da década de 1980, em uma sociedade que vivenciava um período de pós-regime de repressão política (ocasião que se aspiravam por mudanças estruturais das sociedades), o movimento negro pautava a resistência negra na formação das sociedades.

O ano 1988, data que simboliza os 100 anos da abolição da escravatura, foi o marco para essas discussões. Estavam sendo construídas nesse contexto narrativas críticas sobre a “democracia racial”, na qual eram evidenciadas a reprodução sistemática do racismo e das formas de desqualificação social das populações negras (Leite, 1999). Nessas marginalidades, as disputas políticas pautavam os debates na negação e aceitação de tais discussões. Afundo era produzido as discussões das populações pretas (organizadas pelo movimento negro), e do outro, as elites políticas (formadas pelas populações brancas).

A identidade e a visibilidade das comunidades quilombolas no Brasil foram ampliadas com a promulgação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias em 1988. Este artigo reconheceu formalmente o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos,

representando um marco legal significativo que desencadeou uma série de transformações, tanto na autoidentificação das comunidades quilombolas, quanto na sua percepção pública.

Com a promulgação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias em 1988, uma nova dimensão de visibilidade foi conferida à agenda quilombola na esfera pública e midiática. Conseqüentemente, a representação das comunidades quilombolas começou a figurar de maneira mais proeminente nos noticiários, propiciando um palco para o aprofundamento dos debates acerca de sua identidade quilombola.

Leite (1999) destaca a importância desse dispositivo legal na busca por reparação histórica. Tivemos como exemplo a exemplo da Lei 601, de 18 de setembro de 1850 que estabeleceu a compra como a única forma de posse da terra, eliminando o regime de sesmarias (Guená, 2016), o que garantia a posse das terras pelas populações pretas. “Assim, toda a população que vivia em terras que não fosse fruto dessa transação estaria alijada da possibilidade de título de propriedade” (Guená, 2016, p.33).

O desgaste do sistema agrícola nacional ganhou destaque também nos debates nacionais. Naquela época, existiam duas categorias para pensar o território. Essas categorias se dividem. Uma atrelava o caráter censitário, de tal modo se ampara no Censo Agropecuário Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, que indicava a propriedade e outra categoria cadastral, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra –, cuja finalidade era de tributar o imóvel rural (Almeida, 2002). Nesse cenário, os camponeses e as populações pretas denunciavam essas instituições pois eram vistas, principalmente o Incra, como modelos insuficientes para a identificação dos territórios (Ministério dos Direitos Humanos, 2018).

Todo esse contexto propiciou debates acirrados, resultando na construção do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal do Brasil, de 1988. Esse artigo estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Em seguida a estruturação do texto de lei, diferentes grupos sociais passaram a questionar a categoria, “remanescentes de quilombos”, construindo novas leituras historiográficas do termo (Leite, 2000). As populações pretas, militantes, cientistas

sociais, políticos de vários partidos e tendências, juristas consideravam que esta categoria “remanescente de quilombos” se alinhava com o conceito forjado durante o período colonial. Esse conceito resultaria em uma leitura imprópria, unitária, fixada ao passado, coesa e harmônica, contrariando os diferentes agrupamentos de quilombos que se apresentavam na realidade (Leite, 2000).

Embora houvesse diferentes posicionamentos, poucos consensos e impasses conceituais, Ilka Leite (1999), em seu artigo 'Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas', argumenta que o texto constitucional trouxe, pela primeira vez, um dispositivo capaz de reacender a possibilidade de reparação histórica dos prejuízos causados pela escravidão.

Para a autora, fazer parte dos grupos abrangidos por esse conceito possibilitaria o exercício de direitos fundamentais. Dessa forma, a reparação histórica deveria garantir aos quilombolas o acesso às políticas públicas e formas de participação social, com ênfase no direito à terra, um dos principais pontos defendidos por grupos indígenas e afro-brasileiros (Araújo, 2021).

Sob uma perspectiva cultural, social e política, a Constituição de 1988 marcou uma reversão histórica na legislação brasileira, facultando aos quilombolas a conquista do status de sujeitos de direitos nacionais. Essa vitória é fruto das intensas batalhas travadas pelos povos negros quilombolas, que buscavam oficializar os quilombos como territórios reconhecidos em todas as esferas sociais. A persistência dos movimentos negros e a mobilização de setores da vida intelectual nacional tiraram os quilombos do anonimato. O que antes era visto apenas como o território de negros fugitivos transformou-se em símbolos da luta da população negra por justiça social (Pereira; Geraldo, 2019).

Sob uma perspectiva cultural, social e política, a Constituição de 1988 marcou ruptura histórica na legislação brasileira, facultando aos quilombolas a conquista do status de sujeitos de direitos nacionais. Essa vitória é fruto das intensas batalhas travadas pelos povos negros quilombolas, que buscavam oficializar os quilombos como territórios reconhecidos em todas as esferas sociais.

A persistência dos movimentos negros e a mobilização de setores da vida intelectual nacional tiraram os quilombos do anonimato. No entanto, é crucial reconhecer que a representação dos quilombos como símbolos da luta da população negra por justiça social tem raízes anteriores à Constituição de 1988. Figuras como Edson Carneiro, Abdias do Nascimento, e Clóvis Moura, além de iniciativas como o

Teatro Experimental do Negro (T.E.N.) e o jornal Quilombo, já destacavam a importância dos quilombos como elementos centrais da cultura e resistência afro-brasileira. Adicionalmente, a resistência armada contra a ditadura militar também envolveu ativamente comunidades quilombolas, demonstrando que sua luta por reconhecimento e justiça é um processo contínuo e multifacetado, engajado em diversas frentes políticas e sociais ao longo da história brasileira. Destacamos ainda que as políticas adotadas, no que se refere à questão fundiária, continuam baseadas na distribuição da posse da terra para com os sujeitos não negros, as populações brancas. Essas populações possuem poder e legitimidade junto ao Estado.

Nos textos anteriores afirmamos que essa herança provém do próprio dinamismo do sistema colonial e das leis vigentes nesse período que possibilitaram e criaram as desigualdades na distribuição e posteriormente, na construção mercadológica da terra. A própria concepção de direito foi estruturada por meio da herança colonial. Os códigos estabelecidos tendem a ver os territórios²¹ quilombolas de forma individualista, mesmo que os sujeitos desta categoria vivenciam o território de modo coletivo (Araújo, 2021). Assim, reafirmamos que as populações quilombolas possuem um valor civilizatório que organiza e estrutura as comunidades, ainda que esse processo não seja homogêneo nem isento de desafios. O sentido de coletividade, especialmente em relação à terra, se reconstrói ao longo do tempo, enfrentando também tensões e dificuldades internas. Como aponta Santos (2015, p. 81), “para nós o que valia eram os perímetros que chamávamos de extrema, demarcados pela nossa capacidade de cultivar e de compartilhar”, mas essa lógica nem sempre se mantém sem conflitos, visto que muitas comunidades enfrentam disputas e desafios na manutenção dessa organização coletiva.

Respondendo à pergunta inicial desse tópico, as populações quilombolas não se limitam aos indivíduos que compõem as comunidades, elas são também as matas, rios, roçados e todos os elementos que são indispensáveis para as suas vivências e organizações sociais. As populações quilombolas do Brasil são agrupamentos dos

²¹ Destacamos que o deslocamento, realocamento, as reocupações dos espaços pelos grupos partem de um entendimento de que a terra é um elemento para pensar sobre os quilombolas e não o processo inverso. Compartilhamos com a assertiva de que “a terra não é o que identifica os sujeitos do direito e sim sua condição de membros de um grupo” (Leite, 1999, p.137). Assim, a terra surge como condição de estabelecimento. É categórico para o agrupamento, mas não é um elemento de identificação principal (Leite, 1999).

povos tradicionais que vivem conforme as suas centralidades em meio às marginalidades, gerando comunidades autossustentáveis e livres das opressões do

Estado racista e capitalista. Essas comunidades são construídas com base na vida comunal e em valores ético-morais estruturados na solidariedade, promovendo a cooperação social.

No entanto, é essencial traçar um paralelo entre o idealizado e o realizado nas comunidades quilombolas. Embora a visão ideal possa descrever uma organização autossustentável e profundamente cooperativa, muitas comunidades enfrentam desafios que complicam esse autorreconhecimento e a realização desses ideais. Recentes processos de autorreconhecimento podem não refletir plenamente a autonomia e a sustentabilidade descritas, devido a uma variedade de fatores externos, incluindo políticas públicas inadequadas, falta de acesso a recursos essenciais, e pressões econômicas que desafiam a integridade e a sustentabilidade de suas práticas tradicionais.

Historicamente, muitos desses agrupamentos quilombolas surgiram de ocupações por populações de origem africana que, inicialmente, não possuíam documentos formalizando seus direitos. Em sequência as famílias continuaram habitando esses espaços, perdendo território, na maioria das vezes, para outros grupos distintos, como latifundiários ou empresas agrícolas (Guena, 2014).

Também em sequência aos modelos colonialistas de poder, nas mais diferentes formas de organização, as populações quilombolas tiveram seus lugares desqualificados e abandonados pelo poder público e ainda tiveram negado seus direitos à propriedade por outros grupos sociais. Representadas como sujeitos sem história, tiveram sua humanidade negada (Leite, 1999).

Outro viés que sinalizamos das disputas que se travaram em torno da descrição do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da CF88 se dá em sua referência. No texto em lei, os quilombos são lidos como “remanescentes das comunidades de quilombos”. Isso atravessa o próprio conceito de “quilombo, quilombos, quilombolas ou até mesmo remanescentes”. Pois a possibilidade do exercício do direito será mediante a identificação dos sujeitos do direito (Rios, 2007).

No texto de Mariza Rios (2007), “Território quilombola: uma propriedade especial”, se considera que o artigo 68 traz uma concepção coletiva do direito, ao priorizar “comunidade” remanescente de quilombo, ao invés de “quilombola”. De tal

modo, nos baseamos em seus escritos e acreditamos que a interpretação instrui que este direito deva ser atribuído ao agrupamento e não ao indivíduo (Araújo, 2021).

Assim, o próprio termo “comunidade remanescente de quilombo” representa um conjunto de atos discursivos de ordem conceitual que ainda se faz necessário ser discutido (Rios, 2007). É em decorrência desse reconhecimento do indivíduo como sujeito (pertencente ao grupo) que passa a exercer o direito conquistado. Portanto, é a participação na vida coletiva e o esforço de construção do grupo que o direito visa considerar (Araújo, 2021).

4.5 QUILOMBOS NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL

Em 2023, testemunhamos os resultados de um governo que, de forma deliberada, negligenciou as políticas voltadas para as comunidades quilombolas. Durante o período de 2019 a 2022, sob a administração do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, testemunhamos uma política governamental que ignorou e comprometeu os direitos fundamentais e a segurança dessas comunidades historicamente marginalizadas.

Nesse contexto, destaca-se a primeira viagem do ex-presidente aos Estados Unidos, em março de 2019, quando o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) foi assinado com o governo do ex-presidente Donald John Trump. Esse acordo, que havia sido proposto pelas forças militares, autorizava o Brasil a realizar lançamentos de foguetes e espaçonaves, de qualquer nacionalidade e com componentes americanos, para fins pacíficos. A base espacial designada para esses lançamentos está localizada no município de Alcântara e impacta diretamente o território quilombola de Alcântara, existente na região desde o século XVIII, abrangendo 150 povoados e aproximadamente 15 mil habitantes.

Essa clara falta de interesse por parte das autoridades gerou um ambiente propício para o surgimento de conflitos frequentes nos territórios quilombolas, alimentando um sentimento generalizado de medo e insegurança entre os seus membros. A ausência de políticas efetivas de proteção e desenvolvimento sustentável apenas agravou essa situação. No entanto, o problema vai além da negligência governamental. Um sistema político ameaçador se aliou contra as comunidades quilombolas, intensificando as ameaças diárias que elas enfrentam.

Ao observarmos os últimos cinco anos, compreendendo o período de 2018 a 2022, é perceptível que ainda existem desafios significativos para alcançar plena autoafirmação e reconhecimento das comunidades quilombolas. Apesar da inclusão dos quilombolas no artigo 68º na Constituição Federal, que estabelece a proteção e titulação dos territórios quilombolas, a concretização desse direito tem sido limitada e morosa.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, o Brasil abriga 3.752 comunidades remanescentes de quilombos, distribuídas por diferentes regiões do país. No Nordeste, registram-se 2.347 comunidades, destacando-se a expressiva presença desse grupo na região. No Sudeste, foram identificadas 647 comunidades, enquanto no Norte contabilizam-se 382. Na região Sul, encontramos 205 comunidades, e no Centro-Oeste, 171.

Outro dado significativo para entender a condição das populações quilombolas hoje é o resultado do Censo 2022, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela primeira vez em sua história de 150 anos, o IBGE incluiu os quilombolas como um grupo étnico distinto. O censo revelou que, dos 5.568 municípios do Brasil, 1.696 têm populações quilombolas, somando um total de 1.327.802 pessoas²².

Ao analisarmos a distribuição das certificações por região, podemos observar uma disparidade significativa. A maior concentração de certificações de Comunidades Remanescentes de Quilombos está no Nordeste, o que evidencia a presença expressiva dessas comunidades nessa região e um maior progresso no reconhecimento oficial. No Sudeste, também encontramos um número considerável de certificações, embora em quantidade menor em comparação com o Nordeste. No Norte do país, algumas Comunidades Remanescentes de Quilombos receberam certificação, porém em uma proporção menor em relação às demais regiões. O mesmo ocorre no Sul e Centro-Oeste.

Outro dado relevante, apresentado pela Fundação Cultural Palmares, que nos permite compreender a situação atual das comunidades quilombolas é o número de

²²O IBGE divulgou o primeiro balanço da coleta do Censo Demográfico 2022. O balanço está estruturado em um Banco de Dados da coleta do Censo 2022, consolidado em 29 de agosto de 2022. As informações podem ser encontradas neste link:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/de9d53a91236338cea13d76914208621.xlsx>.

certificações emitidas. Durante os últimos cinco anos, de 2018 a 2022, foram registradas 362 certificações. Ao analisarmos os números apresentados, podemos observar algumas tendências e disparidades nas certificações concedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos nas diferentes regiões do Brasil.

A análise desses números revela tendências e disparidades regionais nas certificações, que são essenciais para entender o alcance e as limitações desses reconhecimentos. É crucial contextualizar esses dados dentro do ambiente político e administrativo em que ocorreram. Em 2018, uma declaração do então candidato presidencial, Jair Bolsonaro²³ afirmou não ceder "nem um centímetro para quilombolas e indígenas" marcando o início de um período de tensões e desafios significativos para as políticas de reconhecimento territorial. Essa declaração refletiu em sua postura governamental subsequente em relação às questões quilombolas e indígenas. Adicionalmente, o período em questão coincide com a gestão de Sérgio Camargo à frente da Fundação Cultural Palmares, marcada por controvérsias e críticas em relação à sua abordagem às políticas culturais afro-brasileiras. A gestão de Camargo foi amplamente vista como um momento de retrocesso em termos de apoio e reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, o que pode ter impactado diretamente o processo e o ritmo de certificação.

Ao considerar o número de certificações emitidas, é fundamental refletir sobre essas dinâmicas políticas e administrativas que podem ter restringido a eficácia e o alcance das políticas destinadas a fortalecer e proteger as comunidades quilombolas. A região Nordeste se destaca, registrando o maior número de certificações ao longo dos anos. Em 2018, foram concedidas 104 certificações, indicando um avanço significativo no reconhecimento oficial das comunidades quilombolas nesta região. No entanto, houve uma diminuição gradual nos anos seguintes, com 43 certificações em 2019, 20 certificações em 2020, 21 certificações em 2021 e apenas seis certificações em 2022. Em 2023, houve um aumento para 53 certificações, mas em 2024, o número

²³ Durante uma apresentação no clube Hebraica, na zona sul do Rio de Janeiro, em abril de 2018, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) fez declarações controversas em relação às políticas de terras indígenas e comunidades quilombolas. Segundo reportagem do Estadão, Bolsonaro prometeu, perante uma audiência de 300 pessoas enquanto outras 100 protestavam do lado de fora, que iria eliminar todas as reservas indígenas e comunidades quilombolas do Brasil caso fosse eleito presidente nas eleições de 2018. Essas afirmações foram parte de um discurso mais amplo onde frequentemente criticava as políticas de demarcação de terras e as medidas de proteção a grupos minorizados, argumentando que tais políticas impediam o desenvolvimento econômico do país. Suas declarações geraram grande controvérsia e foram amplamente condenadas por ativistas dos direitos humanos e representantes dessas comunidades.

voltou a cair para 31 certificações, demonstrando um cenário de instabilidade na concessão de certificações na região. Por outro lado, a região Norte historicamente apresenta um baixo número de certificações. Em 2018, foram concedidas três certificações, seguidas por uma em 2019 e três em 2020. Nos anos de 2021 e 2022, não houve registros de certificações nessa região. Em 2023, foram concedidas cinco certificações, e em 2024, houve uma nova queda, com apenas duas certificações emitidas.

As regiões Centro-Oeste e Sul também apresentam um número limitado de certificações. No Centro-Oeste, foram concedidas 11 certificações em 2018, e nos anos seguintes não houve registros significativos. Em 2023, apenas uma certificação foi concedida, número que se manteve em 2024, sem indícios de crescimento expressivo.

Na região Sul, foram registradas sete certificações em 2018 e 2019, seguidas por uma diminuição nos anos seguintes, com zero certificações em 2020, apenas uma certificação em 2021, e novamente zero em 2022. Em 2023, houve um leve aumento, com nove certificações, seguido por uma nova redução em 2024, com apenas três certificações concedidas.

Já a região Sudeste teve um número considerável de certificações em 2018, com 41 concessões. No entanto, assim como nas outras regiões, houve uma diminuição nos anos seguintes, com 19 certificações em 2019, seis em 2020, 17 em 2021, e 16 em 2022. Em 2023, o número aumentou para 36 certificações, mas voltou a cair em 2024, com 15 certificações, indicando oscilações no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas na região.

Esses números apresentam uma disparidade na distribuição das certificações de Comunidades entre as regiões do país. Enquanto o Nordeste possui um maior avanço no reconhecimento oficial, as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul enfrentam desafios na obtenção de certificações significativas. É importante ressaltar que, dentre os territórios quilombolas contabilizados pela Fundação Cultural Palmares, apenas 3,8% são titulados (Comissão Pró-Índio, 2021). Vale salientar que a titulação é um passo crucial além da certificação, pois confere às comunidades quilombolas direitos legais plenos sobre suas terras, o que é fundamental para a proteção de seu modo de vida e cultura. Este processo assegura a propriedade formal, protege as comunidades contra deslocamentos forçados e oferece uma base mais sólida para o desenvolvimento econômico e sustentável, baseado em seus próprios termos e

tradições. A titulação efetiva permite ainda que essas comunidades gerenciem recursos naturais e tomem decisões sobre desenvolvimento local, educação e preservação cultural de forma autônoma.

Entretanto, o baixo percentual de territórios quilombolas titulados reflete as dificuldades enfrentadas no processo de titulação, que incluem burocracia extensa, resistência de interesses privados e falta de priorização política. Essas barreiras não só atrasam o processo de titulação, mas também limitam a capacidade das comunidades quilombolas de exercerem plenamente seus direitos, perpetuando um ciclo de marginalização e insegurança.

É válido mencionar que existem comunidades quilombolas que não foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, mas que estão em processo de discussão e desenvolvimento de sua identidade quilombola (Araújo, 2021). Essas comunidades reconhecem sua distinção por possuírem um patrimônio social, cultural e linguístico que as diferencia de outros grupos. Este processo de etnogênese, que envolve a emergência de uma identidade étnica distinta — onde grupos começam a se identificar e são reconhecidos como uma etnia específica (Goya, 2019), é crucial para o reconhecimento e valorização de suas características quilombolas.

Conforme mencionado anteriormente, a análise dos dados, corroborada por discussões com pesquisadores no campo, como Malcher (2009) e Souza (2015), indica que os territórios quilombolas transcendem os processos de titularização formal. De acordo com Santos et al. (2019, p. 4), esses territórios não se limitam a um espaço físico; eles representam também espaços de identidade e pertencimento para esses grupos. Por conseguinte, é plausível concluir que o número real de comunidades quilombolas é consideravelmente maior do que aquele apresentado nesta pesquisa, refletindo uma diversidade e extensão geográfica que não são plenamente capturadas pelos processos de certificação e titulação oficial.

No entanto, os esforços para reivindicar seus direitos muitas vezes são restringidos pela burocracia do Estado. As políticas públicas voltadas para as populações quilombolas geralmente são direcionadas apenas às comunidades certificadas, deixando de alcançar aquelas que ainda não obtiveram o reconhecimento oficial (Santos, et al, 2019, p.1). As certificações são importantes, pois representam respaldo legal que comprova a existência e a história dessas comunidades, além de assegurar a salvaguarda de seus direitos territoriais, culturais e socioeconômicos. Além disso, essa certificação contribui para combater processos de desapropriação e

invasão de terras quilombolas, proporcionando um sólido amparo jurídico às comunidades. A obtenção dos certificados também desempenha um papel relevante, influenciando a vida econômica, política e social dessas populações.

Com base nos dados apresentados, da Fundação Cultural Palmares e do Censo 2022, fica evidente a lentidão do processo por parte do poder público no reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas. Apesar do crescente engajamento das populações quilombolas na sua autoidentificação, paradoxalmente, há um aumento na deslegitimação desses povos por meio dos processos de certificação e titulação conduzidos pelo Estado. Esse fenômeno ocorre devido a diversos fatores: burocracias excessivas que retardam a emissão dos títulos, requisitos de documentação que muitas vezes não consideram as particularidades e a história oral dessas comunidades, e um alinhamento muitas vezes insuficiente das políticas públicas com as reais necessidades e expectativas das populações quilombolas. Tais fatores contribuem para uma crescente frustração e sensação de deslegitimação entre as comunidades, que se veem enredadas em processos longos e ineficazes que raramente culminam na obtenção efetiva de títulos, conforme destacado por Santos et al. (2019). Esta contradição entre o processo de certificação das comunidades, as políticas públicas, os repasses governamentais e a expectativa de obtenção de títulos sublinham a desconexão entre a intenção das políticas e sua execução prática.

Somado a isso, é importante ressaltar que as populações quilombolas têm enfrentado uma realidade marcada por violência. As ocupações precárias de terras quilombolas, a violência física e psicológica, bem como os conflitos com o setor do agronegócio, que muitas vezes busca expandir suas atividades em detrimento dos direitos e territórios quilombolas. As comunidades também compartilham o temor do desmonte ambiental, uma vez que a exploração indiscriminada dos recursos naturais e a degradação ambiental afetam diretamente a sustentabilidade e a qualidade de vida dessa população. É importante destacar que as comunidades quilombolas enfrentam tanto a violência estatal quanto disputas territoriais, que resultam em conflitos e até mesmo em mortes.

De acordo com o relatório "Conflitos no Campo no Brasil 22" do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CPT, foram registradas diversas ocorrências de conflitos no campo ao longo dos últimos anos. Em 2019, foram registradas 1.954 ocorrências, com a participação de aproximadamente 944.471 pessoas e resultando em 32 assassinatos. Os números também são expressivos em 2020, com 2.125

ocorrências, envolvendo cerca de 938.274 pessoas e resultando em 21 assassinatos. Já em 2021, foram registradas 1.828 ocorrências, com a participação de cerca de 922.915 pessoas e resultando em 36 assassinatos. Em 2022, foram contabilizadas 2.018 ocorrências, envolvendo aproximadamente 909.450 pessoas, e resultando em 47 assassinatos. É importante destacar que dois desses casos de assassinato foram de quilombolas no estado do Maranhão: José Lopes Rodrigues, no município de Arari, em 08/01/2022, e Edvaldo Pereira Rocha, no município de São João do Soter, em 29/04/2022.

Vale ressaltar que as ocorrências de conflitos incluem tanto atos de violência perpetrados contra os povos do campo quanto as ações de resistência empreendidas por essas mesmas comunidades, como ocupações de terras e acampamentos. Essas estatísticas evidenciam a vulnerabilidade dessas comunidades e reforçam a urgência de garantir sua proteção e segurança.

Por outro lado, iniciamos o ano de 2023 com expectativas otimistas para o futuro das comunidades quilombolas. Com a chegada de um novo governo liderado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva criou-se um clima de esperança para o desenvolvimento e fortalecimento dos quilombos. Nos discursos iniciais do governo, o presidente sinalizou propostas para promover a inclusão social e valorização da cultura afro-brasileira, projetando a inserção de políticas específicas voltadas para essas populações. Além disso, sinalizou o compromisso de garantir a proteção dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, com a regularização e titulação de terras, assegurando a segurança jurídica e o reconhecimento oficial dos territórios quilombolas.

Durante a COP27 no Egito, em 2022, em uma reunião com líderes do movimento negro, antes mesmo de assumir a presidência, Lula se comprometeu em titular os territórios quilombolas. Ele ressaltou a necessidade de agir rapidamente para reconhecer os quilombos brasileiros, considerando que a burocracia pode dificultar o processo. Lula expressou sua determinação em superar suas realizações anteriores, buscando maior competência e qualidade.

Apesar das esperanças geradas pelo surgimento deste governo, os problemas antigos persistem. Ao longo do primeiro semestre do ano de 2023, diversos exemplos evidenciaram a violência nas comunidades quilombolas.

Um exemplo trágico de violência sistemática ocorreu com os moradores do Quilombo Vista Alegre, em Alcântara, litoral do Maranhão, quando militares da Força

Aérea Brasileira (FAB) e agentes da Polícia Federal (PF) invadiram violentamente o território, resultando em feridos, incluindo crianças, mulheres e idosos. Durante essa ação, balas de borracha e gás lacrimogêneo foram utilizados contra a comunidade, exacerbando a violência (Ambrósio, 2023).

O projeto de expulsar as comunidades de seus territórios sempre foi uma iniciativa do Estado brasileiro, desde o período da colonização, e nunca foi interrompido pelos governos subsequentes, mesmo após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988. As comunidades quilombolas sobreviveram aos governos de diferentes matizes ideológicas e partidárias, incluindo Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Infelizmente, nenhum desses governos abandonou o projeto militar de expulsão das comunidades quilombolas de suas terras.

É crucial destacar que, embora frequentemente categorizadas como iniciativas partidárias, essas políticas de expulsão também possuem fortes componentes militares, empresariais e eleitorais. O envolvimento empresarial, frequentemente em busca de exploração de recursos naturais ou desenvolvimento de projetos infraestruturais nas terras quilombolas, tem sido uma força motriz por trás de muitas destas expulsões. Além disso, as dimensões eleitorais, onde políticos buscam apoio através de promessas de desenvolvimento, também desempenham um papel crucial. Assim, esse projeto deve ser entendido como um esforço conjunto que engloba interesses militares, empresariais e político-eleitorais, cada um contribuindo à sua maneira para a marginalização contínua das comunidades quilombolas.

Independentemente de suas ideologias, esses governos trataram as comunidades quilombolas de forma semelhante, negando-lhes a propriedade coletiva e relegando-as à desumanização e ao abandono como projeto de Estado. Nenhum desses governos se comprometeu de forma efetiva com a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas. Na prática, todos optaram por se alinhar a projetos ideológicos que não reconhecem e não viabilizam a vida quilombola em sua totalidade. Contudo, é importante considerar que essa percepção de tratamento não é uniforme. As comunidades têm experimentado variados graus de apoio ou negligência, que podem depender de fatores locais, políticas específicas e a dinâmica entre lideranças comunitárias e autoridades governamentais. Além disso, a perspectiva de um terceiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) gerou esperanças

em alguns setores, indicando que as expectativas podem variar significativamente entre as comunidades quilombolas.

Esse senso de esperança pode estar ancorado em percepções de políticas anteriores percebidas como mais favoráveis ou em promessas de reformas futuras que possam potencialmente endereçar de maneira mais eficaz as demandas e direitos quilombolas.

Presenciamos também a violência física a comunidade quilombola Kalunga, localizada na região da Chapada dos Veadeiros, em Cavalcante (GO), sofrendo uma invasão ilegal de búfalos que se estendeu de dezembro de 2022 a março de 2023. Essa invasão ameaçou diretamente a integridade territorial e a subsistência da comunidade, causando graves impactos.

Na comunidade Amarqualta, localizada no município de Acará, nordeste do Pará, ocorreram em 2023, outros episódios de violência perpetrados por seguranças da empresa produtora de óleo de palma Brasil *BioFuels* (BBF). Essas agressões têm consequências graves para a segurança e o bem-estar das comunidades.

Outra situação alarmante que aconteceu no primeiro semestre de 2023 foi o avanço da urbanização sobre os territórios quilombolas, como na comunidade quilombola do Barranco de São Benedito, em Manaus, o primeiro território quilombola urbano da Amazônia Legal. O crescimento do comércio local e projetos de urbanização, gentrificação e especulação imobiliária resultaram em invasões e modificações no espaço, descaracterizando as características culturais e desrespeitando os espaços de convivência comunitária que são fundamentais para a preservação da identidade quilombola.

Além disso, testemunhamos a violência territorial perpetrada por grandes empreendimentos que colocam em risco os direitos e a sustentabilidade das comunidades quilombolas. O complexo termelétrico de Macaé, composto por 17 empreendimentos no estado do Rio de Janeiro, evidencia irregularidades preocupantes, como a insustentabilidade que ameaça o acesso à água, a poluição do ar e a violação dos direitos das comunidades quilombolas. É inadmissível que oito comunidades quilombolas estejam sujeitas a esses empreendimentos sem sequer terem sido consultadas, violando de forma clara a Convenção 169 da OIT, um tratado internacional ratificado pelo Brasil.

Este tratado internacional, ratificado pelo Brasil em 2004 por meio do Decreto nº. 505, é projetado para proteger os direitos desses povos, assegurando que sejam

consultados e envolvidos em decisões que afetem diretamente suas terras e culturas. Entretanto, como demonstrado no complexo termelétrico de Macaé, as violações dessa convenção continuam, com comunidades quilombolas enfrentando ameaças sem terem sido devidamente consultadas, contrariando tanto o espírito quanto a letra da Convenção. Além das questões ambientais e territoriais, a luta pela implementação desta Convenção envolve superar os obstáculos jus políticos criados por iniciativas conservadoras que resistem à sua consolidação normativa no Brasil. A afirmação da Convenção é crucial para o fortalecimento do Estado Democrático e Social de Direito no país, bem como para a garantia dos direitos humanos das populações quilombolas. A questão dos direitos humanos para populações quilombolas torna-se assim estratégica para a ratificação e o fortalecimento do Estado Social e Democrático, , enfatizando a necessidade de promover uma democracia participativa e autônoma, envolvendo esses povos em discussões diretas e na construção da democracia nacional.

Fazendo um resgate histórico das violências contra as populações quilombolas, e acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) (2023), nos últimos dez anos, 27 membros dessas comunidades perderam a vida em eventos violentos. Esse panorama foi recentemente abordado no relatório "Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil" (2018), elaborado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas e Terra de Direitos, em conjunto com o Coletivo de Assessoria Jurídica Joãozinho de Mangal e a Associação de Advogados de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR). O relatório, destaca as violências, assassinatos com marcas de crueldade, mortes ocorrendo em um número alarmante, denotam a recorrência de chacinas no país.

Sinalizamos que as perdas de vidas nas comunidades quilombolas vão além do impacto local, revelando questões sistêmicas. Essas comunidades enfrentam a violência contínua e sofrem constantemente devido à falta de justiça. Essa situação não só perpetua um ciclo de impunidade, mas também gera desconfiança e apreensão em relação às instituições encarregadas de promover justiça.

Além de sofrer violência física, as populações quilombolas também são vítimas de violência simbólica, que se manifesta através de estereótipos e da forma como a mídia representa os fenômenos de forma sensacionalista ou simplista. Essa narrativa

mediática da violência constrói uma realidade, contribuindo com a maneira como o público percebe e reage aos problemas enfrentados por esses grupos.

No contexto brasileiro, marcado por atos brutais de violência e desumanização direcionados a negras e negros, o racismo emerge como elemento contribuinte para essas violências, suas raízes profundamente entrelaçadas com a história do país. A diáspora africana e a escravidão são marcos desse passado que moldou as relações de poder no país (Moore, 2007). Segundo Araújo (2016), o racismo exerce influência significativa nos índices de violência do país, resultando de maneira decisiva na prevalência da população negra como principal vítima. De acordo com o autor, os grupos socioeconomicamente menos favorecidos, em particular a comunidade negra, enfrentam os impactos mais severos da violência que assola a sociedade brasileira (Araújo, 2016, p.463).

As comunidades quilombolas são alvos frequentes de racismo, que desencadeia ciclos de violência. Isso se manifesta, por exemplo, na contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos, representando uma ameaça à saúde e causando danos à flora e fauna. Além disso, a usurpação de território por interesses privados, sem intervenção efetiva das autoridades, resulta em uma fragmentação social, cultural e econômica das comunidades (Terra de Direitos; CONAQ, 2018). Os territórios quilombolas são frequentemente alvo de interesses ilegais e inconstitucionais por parte de não-quilombolas que buscam reivindicar a posse das terras. Nesse cenário, a violência contra os quilombos é uma realidade que tem se agravado nos últimos anos, tanto em relação à sua frequência quanto à sua gravidade (Araújo, 2021; Terra de Direitos; Conaq; Terra de Direitos, 2023).

Dentro desse contexto, as comunidades quilombolas se encontram enraizadas em uma estrutura que perpetua a exclusão e a violência sistêmica. Nessa dinâmica, os direitos sociais muitas vezes são desfrutados por grupos não quilombolas, enquanto são negados às próprias comunidades quilombolas, acarretando consequências profundas

Nos últimos anos, líderes e membros de comunidades quilombolas em várias regiões do Brasil têm sido alvo de atos violentos, incluindo tragédias. No período de 2013 a 2023, as comunidades quilombolas sofreram uma série de tragédias, resultando na perda cruel de 27 vidas devido a atos violentos e homicídios. No entanto, quando a mídia relata esses casos, muitas vezes não representa a população negra de modo humanizado. Conforme destacado por Araújo e Mesquita (2021) em uma

análise das reportagens dos telejornais de dois estados do Nordeste, com maior número de população quilombola (Maranhão e Bahia), a cobertura midiática tende a não levar em consideração a complexidade das situações e o sofrimento associado a essas tragédias, reduzindo a identidade das vítimas a meros números estatísticos.

Assim, a nomeação dos indivíduos em cada um dos casos, como fazemos a seguir, tem a intenção de apresentar não apenas uma série de incidentes, mas de ressaltar a humanidade das vítimas envolvidas. Ao destacar os casos individualmente, buscamos humanizar as narrativas, enfatizando a importância de que seja reconhecida a dimensão pessoal por trás das tragédias enfrentadas pelas comunidades quilombolas. Contudo, a nossa abordagem não busca replicar o formato das notícias. Embora mencionemos os nomes e alguns detalhes, o objetivo principal deste estudo não é fornecer uma narrativa detalhada, mas sim analisar as implicações e contextos mais amplos dessas perdas.

A decisão de não detalhar cada caso extensivamente é intencional e reflete o foco acadêmico em explorar as causas subjacentes, as consequências sociais e as respostas políticas às violências sofridas pelas comunidades quilombolas. Em vez de simplesmente relatar, buscamos entender como esses eventos se inserem dentro das dinâmicas históricas e sociais mais amplas, contribuindo assim para uma compreensão mais profunda das lutas por direitos e reconhecimento dessas comunidades.

No ano de 2013, Maria do Céu Ferreira foi uma das primeiras vítimas, cruelmente assassinada em 06/10/2013 no Quilombo Serra Talhada Urbana, Santa Luzia, Paraíba. Ela sofreu um atentado praticado por seu próprio marido, resultando em seu corpo queimado.

Dois anos depois, em 2015, a violência persistiu. Em 27/10/2015, Maria do Socorro, uma mulher lésbica, foi brutalmente assassinada no Quilombo Conceição das Crioulas, Salgueiro, Pernambuco, atingida por cerca de 12 tiros, um crime que chocou profundamente a comunidade.

O ano de 2016 marcou mais outra tragédia. Em 01/02/2016, Francisca das Chagas Silva, carinhosamente chamada de Chica, teve sua vida interrompida no Quilombo Joaquim Maria, em Miranda do Norte, Maranhão. Chica não era apenas uma líder na comunidade quilombola, mas também no movimento sindical. Ela foi assassinada aos 34 anos, com seu corpo desnudo, encontrado na lama, carregando trágicos sinais de tortura e violência sexual.

Em 2017, a violência continuou a impactar as comunidades quilombolas em várias partes do Brasil, resultando em uma série de tragédias: Raimundo Silva, Umbico, foi alvejado com quatro tiros nas costas por uma espingarda, em 12/04/17, no município de São Vicente Ferrer, Maranhão, quando retornava ao Quilombo do Charco após buscar a aposentadoria de sua mãe. Em 23/06/2017, outra tragédia ocorreu em uma comunidade quilombola. Maria Trindade da Silva, uma mulher de 68 anos, perdeu a vida no Quilombo Santana do Baixo Jambuaçu, em Moju, no Pará. Ela saiu de bicicleta de sua casa para visitar pessoas na comunidade e, no dia seguinte, seu corpo foi encontrado semienterrado em um matagal.

No dia 13/07/2017, José Raimundo da Mota de Souza Júnior, Junior do MPA, sofreu um assassinato. Ele foi atingido por mais de 10 tiros no Quilombo Jibóia, localizado em Antônio Gonçalves, Bahia, enquanto trabalhava na roça com parentes. Lindomar Fernandes Martins também foi vítima de homicídio por tiros em 16/07/2017, no Quilombo Luna, situado em Lençóis, Bahia, aprofundando ainda mais o clima de tragédia que pairava sobre a comunidade. Em uma estrada que levava à comunidade, uma vítima foi encontrada com ferimentos à bala na cabeça, e esse incidente foi seguido por uma chocante chacina em 06/08/2017 no Quilombo Luna, situado em Lençóis, Bahia, na qual Adeilton Brito de Souza, Gildasio Bispo das Neves, Amauri Pereira Silva, Valdir Pereira Silva, Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário da Conceição perderam suas vidas de forma trágica.

Em 19/09/2017, Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, Binho do Quilombo, que era filho de Bernadete, foi assassinado no Quilombo Pitanga dos Palmares, localizado em Simões Filho, Bahia. Ele estava dentro de um carro estacionado em frente à escola da comunidade quando foi alvejado.

Infelizmente, a violência persistiu no mesmo dia, com o assassinato de Samuel de Souza Alexandre e de três adolescentes no Quilombo Lagoa do Algodão, situado em Carneiros, Alagoas. Todos perderam a vida em um ato criminoso perpetrado com o uso de arma de fogo. Em 21/10/2017, Reginaldo Mafra Marques também perdeu a vida, causando um profundo impacto na comunidade do Quilombo São Pedro de Cima, localizado em Divino, Minas Gerais. Em 25/12/2017, Valdirene Santos Silva, residente no Quilombo Boa Esperança, situado em Serrano do Maranhão, foi vítima de um homicídio a facadas.

No ano seguinte, em 2018, os episódios de violência persistiram. Em 15/04/2018, no Quilombo Turê III, localizado em Acará, Pará, o corpo de Nazildo dos

Santos Brito foi encontrado com ferimentos por tiros nas costelas e na cabeça. A escalada da violência continuou e, em 29/09/2018, no Quilombo Tingu, situado em Santarém, Pará, Haroldo Betcel perdeu a vida em meio a conflitos fundiários na região, vítima de um assassinato envolvendo o uso de uma chave de fenda.

No ano de 2019, mais tragédias abalaram as comunidades quilombolas. Em 25/11/2019, no Quilombo Rio dos Macacos, situado em Simões Filho, Bahia, a violência ceifou a vida de José Izídio Dias, conhecido como Seu Vermelho. Seu corpo foi encontrado em sua casa com evidências de violência, incluindo sinais de golpes de machado. Em 5/01/2020, na Comunidade do Cedro, localizada em Arari, Maranhão, pai e filho, Celino Fernandes e Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes, enfrentaram um destino trágico e brutal quando sua residência foi invadida por quatro pistoleiros que os atingiram com tiros no rosto.

No ano de 2021, mais uma tragédia aconteceu. Em 11/07/2021, na Comunidade Vergel, localizada em Codó, Maranhão, José Francisco de Souza Araújo também perdeu a vida devido a um ataque a tiros.

Já no ano de 2022, um ataque ocorreu em 08/01/2022, em São Luís Maranhão, quando José Francisco Lopes Rodrigues foi gravemente ferido e veio a falecer no hospital Socorrão 2. Sua neta também foi baleada no mesmo ataque. Em 29/04/2022, na Comunidade Jacarezinho, em São João do Soter, Maranhão, Edvaldo Pereira Rocha enfrentou uma morte cruel, vítima de múltiplos tiros, em um crime que apresentou características de execução.

A série de tragédias atingiu também Edinaldo da Silva Amaral, primo de Nazildo dos Santos Brito, que perdeu a vida em 17/02/2023, em Tomé-Açu, Pará, alvo de vários tiros na cabeça. No dia 17/08/2023, na associação do Quilombo Pitanga dos Palmares, localizado em Simões Filho, Bahia, Bernardete Pacífico, de 72 anos, foi brutalmente assassinada a tiros.

Esses exemplos evidenciam a persistência de violências que afetam as comunidades quilombolas em diferentes aspectos. Além das invasões ilegais de territórios e do avanço da urbanização desordenada, a presença de grandes empreendimentos sem consulta prévia às comunidades e as agressões físicas por parte de seguranças privados representam uma violação dos direitos humanos e culturais dessas populações historicamente marginalizadas.

Por outro lado, as comunidades quilombolas continuam lutando pela sua sobrevivência, seja por meio da demarcação e titulação das terras quilombolas para

combater o capital e suas formas predatórias de acumulação, ou por sua própria sobrevida.

O conflito é sempre uma interação entre partes opostas, e as comunidades quilombolas seguem empenhadas em construir resistência por meio de esforços coletivos e individuais, fortalecendo perspectivas comunitárias para a gestão e proteção de seus territórios. Apesar da ameaça de repressão e criminalização ao movimento quilombola ao longo desses anos, os quilombolas continuam enfrentando a violência perpetrada pelo governo e por outros atores.

O movimento quilombola tem demonstrado sua força ao unir-se a outros coletivos em manifestações massivas, especialmente em relação à luta contra o marco temporal. Diante do aumento da violência, as comunidades quilombolas buscaram aproximação com movimentos urbanos, encontrando esperança no novo cenário pós-eleitoral, embora mantendo-se realistas.

Compreendemos a luta quilombola contemporânea a partir de outras dimensões que fazem parte dessas comunidades, como cultura, ancestralidade, simbolismo, afetividade e religiosidade. Concluímos reafirmando que a organização, resistência e luta que os quilombos representaram no passado continuam sendo expressas por meio de estratégias de preservação e resistência em seus territórios, servindo como referência e inspiração para as diversas organizações da classe trabalhadora na atualidade.

5 METODOLOGIA

Quando temos o jornalismo com objeto científico, estamos diante de pontos extremos, de tempos diferentes (Costa, 2022, p. 225).

Neste capítulo, detalhamos os caminhos metodológicos adotados nesta pesquisa. O processo foi estruturado em três etapas principais: (1) revisão bibliográfica, com foco nos conceitos de telejornalismo (Rezende, 2000; Pereira Júnior, 2008; Alsina, 1989), Representações Sociais (Moscovici, 2009; Trindade et al., 2014; Hall, 1997, 2003, 2016) e "populações quilombolas" (Arruti, 2008; Guena, 2016; Santos, 2020); (2) coleta e análise de dados, que incluiu a análise de conteúdos jornalísticos disponíveis na plataforma Globoplay, uma ferramenta digital de streaming de vídeos e áudios sob demanda desenvolvida pela Rede Globo. A Análise de Conteúdo (Bardin, 2006) foi aplicada aos dados coletados para identificar padrões e significados nas narrativas jornalísticas; e (3) interpretação das Representações Sociais, baseada nos resultados das etapas anteriores, com foco em compreender como os discursos jornalísticos e as práticas editoriais constroem representações das populações quilombolas no *Jornal Nacional*.

Dentro dessas etapas principais, trabalhamos com três processos interdependentes. O primeiro processo correspondeu à leitura flutuante, que possibilitou o estabelecimento de uma relação inicial com o material a ser analisado. Essa leitura gradual permitiu a formulação de hipóteses baseadas na interação com o conteúdo e na aplicação de teorias relevantes ao objeto de estudo (Bardin, 2006). O segundo processo consistiu na seleção dos documentos que comporiam o corpus da pesquisa. Essa escolha foi guiada pelas questões levantadas no problema de pesquisa e pelas justificativas apresentadas, assegurando que os materiais selecionados estivessem alinhados aos objetivos do estudo. Na terceira etapa, foi realizada a formação do corpus. Nosso foco concentrou-se em conteúdos jornalísticos relacionados às populações quilombolas exibidos no *Jornal Nacional* no ano de 2023.

5.1 BIBLIOGRAFIA

A revisão bibliográfica desta pesquisa foi conduzida com o objetivo de estabelecer uma base conceitual sólida para a análise das representações das populações quilombolas no *Jornal Nacional*. Para isso, selecionamos e estudamos

referenciais teóricos organizados em três eixos principais: Telejornalismo, Representações Sociais e Populações quilombolas. Esses eixos permitiram compreender as práticas midiáticas, as construções simbólicas e as implicações sociais das narrativas analisadas.

No campo do Telejornalismo, destacaram-se as obras de Rezende (2000), Pereira Júnior (2008) e Alsina (1989), que fundamentaram a compreensão sobre as práticas editoriais e narrativas no contexto televisivo. Exploramos o papel do telejornalismo brasileiro na construção de narrativas e representações sociais em um cenário, marcado por desigualdades históricas e transformações tecnológicas. Esse eixo teórico discute como o jornalismo atua como mediador entre a sociedade e o poder público, moldando percepções coletivas e influenciando atitudes e comportamentos. Além disso, abordamos a trajetória do telejornalismo e do Jornal Nacional, analisando sua relevância como marco na formação de discursos, suas inovações técnicas e os desafios éticos associados a alinhamentos políticos e enquadramentos editoriais. A relação entre as Teorias das Representações Sociais e o enquadramento jornalístico é enfatizada, destacando como essas práticas estruturam significados e contribuem para a criação de "mundos possíveis" (Alsina, 1989), especialmente em meio à transição para plataformas digitais e mudanças no consumo midiático.

No eixo das Representações Sociais, fundamentamo-nos na teoria proposta por Moscovici (2009) ampliada por Trindade et al. (2014), além dos conceitos de Hall (1997, 2003, 2016) sobre identidade, representação social e cultura. Esses referenciais orientaram a análise das construções discursivas nas produções jornalísticas, permitindo investigar como os discursos midiáticos reforçam ou desafiam estereótipos relacionados às populações quilombolas e identificar as estruturas simbólicas que sustentam essas narrativas.

Por fim, no eixo relacionado às populações quilombolas, os estudos de Arruti (2008), Guena (2016) e Santos (2020) forneceram um arcabouço teórico sobre a história, os direitos e as lutas sociais desses grupos no Brasil. Exploramos, desde as origens históricas dos quilombos no período colonial, até os desafios contemporâneos enfrentados pelas comunidades quilombolas, destacando seu papel como espaços de resistência e organização coletiva. Adotando uma perspectiva crítica, enfatizamos a contracolonialidade (Santos, 2015) como prática ética e política que desafia as estruturas de opressão herdadas do colonialismo. A revisão abordou questões como o

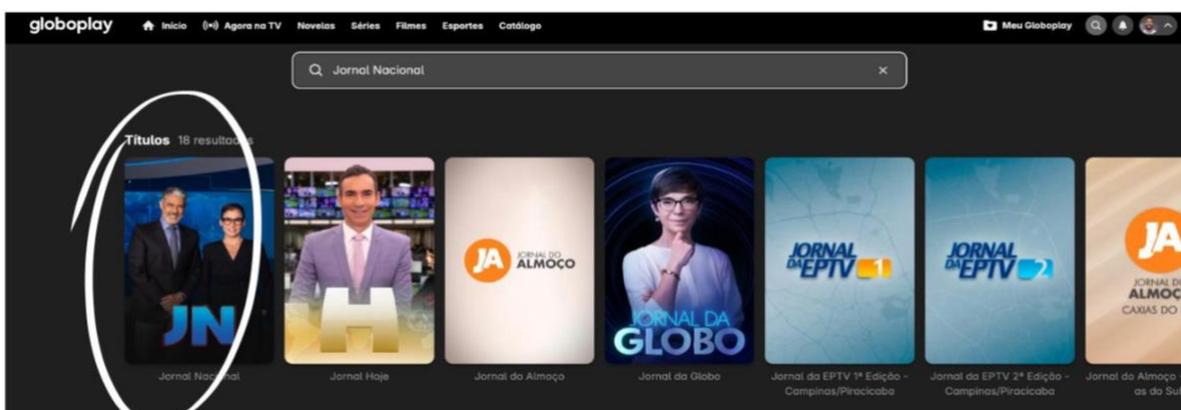
impacto do racismo, a luta por reconhecimento e titulação de terras, as violências simbólicas e físicas enfrentadas, e a exclusão histórica desses grupos de espaços de decisão e produção acadêmica.

A revisão teórica desempenhou um papel fundamental ao fornecer suporte para o desenvolvimento das etapas metodológicas subsequentes, orientando a formulação de hipóteses e a definição dos critérios de análise utilizados na interpretação dos resultados. Ela ofereceu um referencial crítico para a análise das representações construídas no Jornal Nacional.

5.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta e análise de dados desta pesquisa foram estruturadas para integrar diferentes métodos e fontes de informação. Para isso, utilizamos a plataforma Globoplay como fonte de conteúdos jornalísticos. A busca foi realizada no campo de pesquisa da plataforma, utilizando a palavra-chave "Jornal Nacional", com o objetivo de localizar exclusivamente esse telejornal. Inicialmente, a pesquisa retornou 18 títulos, incluindo outros programas da Rede Globo. Para garantir a seleção correta, adotamos um critério de refinamento: primeiro, identificamos as edições do Jornal Nacional observando o título destacado abaixo da imagem de cada programa. Em seguida, confirmamos a presença dos apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos, garantindo que o material analisado correspondesse exclusivamente ao telejornal (FIGURA 01).

FIGURA 1 – Captura de tela da pesquisa pelo "Jornal Nacional" na plataforma Globoplay, destacando os resultados encontrados

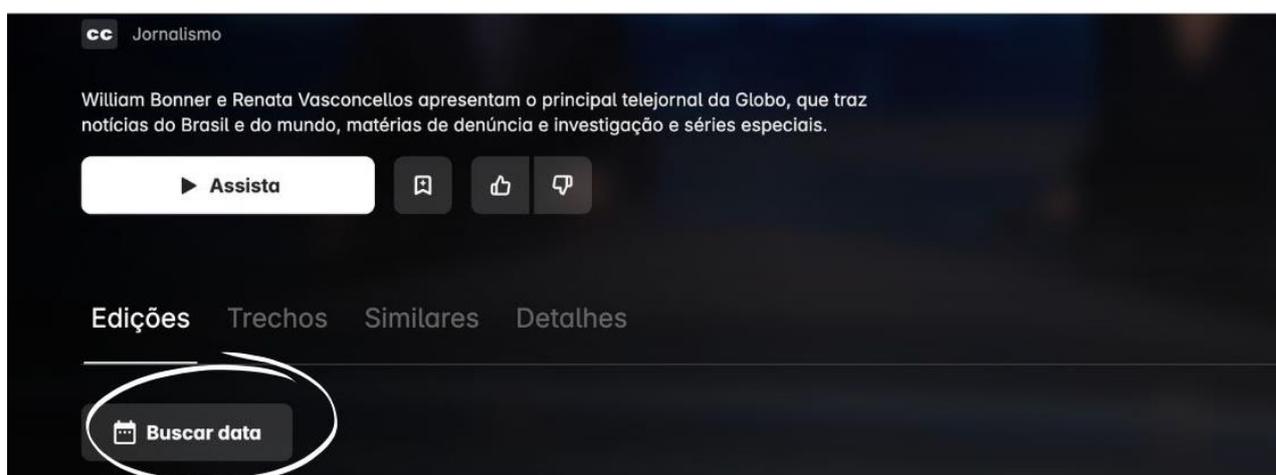


Fonte: Autor da tese, 2025.

Em seguida, utilizamos o recurso de busca por data para explorar as exibições do telejornal ao longo de 2023 (FIGURA 02). Nessa etapa, analisamos um total de 312 exibições do *Jornal Nacional*, transmitidas de segunda-feira a sábado. É importante destacar que o *Jornal Nacional* não é exibido aos domingos, sendo substituído, no mesmo horário, pela revista eletrônica *Fantástico*. Nosso objetivo foi identificar reportagens relacionadas às temáticas quilombolas, principalmente aquelas que se esperava uma discussão no ano de 2023, como é o caso da inserção dos quilombos no censo do IBGE e o Marco Temporal Quilombola.

Ao longo do ano de 2023, o telejornal veiculou 403 conteúdos jornalísticos, somando 15 horas, 5 minutos e 8 segundos de programação. Desse total, apenas 22 minutos e 5 segundos foram dedicados à temática quilombola, mesmo em um ano marcado por eventos históricos e políticos relevantes para essas comunidades, como a inclusão inédita de dados sobre quilombolas no Censo Demográfico de 2022 e o assassinato de Mãe Bernadete, líder quilombola e religiosa, e o Marco Temporal sobre as terras quilombolas. A maior parte desse tempo foi dedicada a reportagens (21 minutos e 12 segundos), enquanto as notas cobertas somaram apenas 53 segundos. Não houve cobertura ao vivo sobre o tema quilombola.

FIGURA 2 – Captura de tela da funcionalidade "Buscar data" na plataforma Globoplay, utilizada para localizar edições específicas do Jornal Nacional



Fonte: Autor da tese, 2025.

Durante o processo, constatamos que o telejornal não abordou a temática do Marco Temporal Quilombola. Assim, concentramos nossa análise nas duas únicas temáticas abordadas: a inclusão das populações quilombolas no Censo Demográfico

do IBGE e o assassinato de Mãe Bernadete. Em relação ao Censo do IBGE, o Jornal Nacional exibiu uma única produção jornalística no dia 27 de julho de 2023, com duração de 2 minutos e 38 segundos. O assassinato de Mãe Bernadete foi abordado em oito produções jornalísticas, sendo seis reportagens e duas notas cobertas, exibidas nos dias 18 a 24 de agosto, 4 de setembro e 16 de novembro de 2023, totalizando 19 minutos e 27 segundos de cobertura.

Incorporamos ao corpus, os seguintes formatos: notas simples/peladas, notas cobertas, reportagens e transmissões ao vivo. Essas categorias foram definidas com base nas contribuições teóricas de Maciel (1993), García (2002) e Mayoral et al. (2008). Com base nessas referências, entendemos as notas simples/peladas como relatos sintéticos de fatos lidos pelo apresentador, sem qualquer suporte visual (Mayoral et al., 2008). As notas cobertas, por sua vez, são caracterizadas pela combinação de uma introdução feita pelo apresentador (cabeça) com uma narração em off sobre imagens relacionadas ao tema (Maciel, 1993). As reportagens, conforme os conceitos de García (2002), possuem uma estrutura mais elaborada, incluindo a cabeça, off, passagens do repórter no local, entrevistas gravadas (sonoras) e, em alguns casos, um encerramento para concluir a narrativa. Por fim, as transmissões ao vivo distinguem-se por entradas diretas do repórter no local do fato, oferecendo uma sensação de imediatismo (Mayoral et al., 2008).

O processo de análise também considerou a segmentação interna desses formatos. A cabeça apresenta o tema ao espectador, enquanto o off narra os acontecimentos sobre imagens relacionadas (Maciel, 1993). As chamadas são utilizadas para introduzir ou concluir as produções jornalísticas, garantindo coesão narrativa (Mayoral et al., 2008). As sonoras, que consistem em declarações ou entrevistas gravadas, trazem credibilidade e aprofundamento às produções jornalísticas, enquanto as passagens, momentos em que o repórter aparece no local do fato, reforçam a proximidade e o envolvimento com o evento noticiado. Além disso, os intervalos, definidos como os espaços entre blocos do telejornal destinados a inserções publicitárias ou pausas programadas, influenciam diretamente o ritmo e a organização da narrativa (García, 2002). Esse rigor metodológico permitiu capturar as nuances das coberturas midiáticas, destacando as interações entre elementos textuais, visuais, narrativos e temporais que moldam as representações dessas comunidades. Essa abordagem assegurou consistência na análise e promoveu uma compreensão abrangente das estratégias narrativas no telejornalismo.

A mídia, especialmente a televisão aberta no Brasil, desempenha um papel crucial na construção de narrativas que podem ampliar ou restringir a visibilidade de grupos historicamente marginalizados. Como mencionamos anteriormente, em 2023, o *Jornal Nacional* abordou duas temáticas principais relacionadas às populações quilombolas: a inclusão no Censo Demográfico do IBGE e o assassinato de Mãe Bernadete. Esses eventos, embora distintos em sua natureza, revelam os contrastes entre avanços simbólicos e desafios reais enfrentados por essas comunidades.

A inclusão das populações quilombolas no Censo Demográfico representou um marco histórico, ao integrá-las oficialmente como uma categoria estatística fundamentada no princípio da autoidentificação. Esse levantamento revelou a existência de aproximadamente 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios brasileiros, dados que podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais direcionadas e eficazes. Contudo, o impacto dessa conquista depende, dentre outras coisas, como essas informações serão traduzidas em ações concretas.

A outra produção jornalística veiculada é sobre o assassinato de Mãe Bernadete, que expôs a violência que persiste contra líderes comunitários e religiosos. Coordenadora da CONAQ e lalorixá, Mãe Bernadete era uma figura central na luta por regularização fundiária e preservação cultural. Sua morte, ocorrida em 2023, trouxe à tona as ameaças contínuas enfrentadas pelas comunidades quilombolas, destacando a precariedade da proteção a esses grupos e a persistência de um ambiente de hostilidade.

Dessa forma, a análise de como o *Jornal Nacional* cobriu essas temáticas permite refletir sobre as dinâmicas narrativas que moldam a visibilidade das populações quilombolas no telejornal.

5.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO

Aplicamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2006) para revelar padrões e significados nos dados coletados. A Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2006), é uma técnica de investigação que visa à descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto, com o objetivo de inferir conhecimentos sobre as condições de produção e recepção das mensagens (Bardin, 2006). Trata-se de um método que permite explorar tanto o conteúdo explícito (o que é dito) quanto o

conteúdo latente (o que está subjacente ou implícito) em textos, discursos ou outras formas de comunicação.

Segundo Bardin (2006), a análise de conteúdo não se limita à simples contagem de palavras ou temas, mas busca interpretar as mensagens a partir de indicadores quantitativos e qualitativos. Esses indicadores permitem ao pesquisador inferir significados, identificar padrões e compreender as representações sociais, ideologias ou valores presentes no material analisado.

A análise de conteúdo é flexível e pode ser aplicada a uma ampla variedade de materiais, desde textos escritos (como reportagens, entrevistas ou documentos) até comunicações audiovisuais (como programas de TV, filmes ou propagandas). No contexto desta pesquisa, a análise de conteúdo foi escolhida como método para explorar as representações sociais presentes nas reportagens do Jornal Nacional. O processo foi estruturado em duas etapas principais: a codificação temática e a análise de predominância temática, que se complementaram para explorar as representações sociais presentes nas reportagens do Jornal Nacional.

6 ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO JORNAL NACIONAL: O CENSO QUILOMBOLA E O CASO MÃE BERNADETE

Nesta seção, apresentamos as análises realizadas nesta pesquisa, cujo objetivo foi compreender as representações sociais das comunidades quilombolas no *Jornal Nacional*, com ênfase na inserção da temática quilombola no Censo e no assassinato de Mãe Bernadete. O processo analítico foi organizado em três grandes blocos.

No primeiro bloco, examinamos os 403 conteúdos jornalísticos exibidos pelo telejornal em 2023, separando aqueles que abordaram diretamente a inserção da temática quilombola no Censo e o assassinato de Mãe Bernadete. Essa triagem inicial foi fundamental para delimitar o corpus e identificar as produções jornalísticas que compõem o foco desta pesquisa.

No segundo bloco, analisamos os períodos em que essas produções jornalísticas foram exibidas, abrangendo as semanas de 24 a 29 de julho, 14 a 26 de agosto, 4 a 9 de setembro e 13 a 18 de novembro. O Censo do IBGE e as populações quilombolas foram tema de uma única reportagem, exibida em 27 de julho, enquanto as produções jornalísticas sobre o assassinato de Mãe Bernadete foram veiculadas em agosto, em duas notas, e seis reportagens, entre setembro e novembro. Essa análise considerou categorias como o tempo dedicado a cada formato, a codificação temática e a análise de predominância temática, que se complementaram para explorar as características dessas produções. Esses períodos foram selecionados por corresponderem à cobertura dos eventos nas semanas em que ocorreram, o que possibilitou identificar similaridades temáticas, hierarquias editoriais e padrões comparativos, contribuindo para a compreensão do material de estudo.

No terceiro bloco, realizamos uma análise detalhada das produções jornalísticas selecionadas (reportagens e notas), considerando três aspectos principais: transcrição dos conteúdos, identificação dos entrevistados e tempo de cobertura. Para aprofundar a interpretação, examinamos os processos de ancoragem e objetivação, descritos por Moscovici (2009) como fundamentais para a formação das representações sociais. A identificação dessas objetivações e ancoragens foi realizada a partir dos resultados obtidos na codificação temática e na análise de predominância, conduzidas previamente na pesquisa. Esses métodos forneceram as bases para interpretar as intenções editoriais e narrativas específicas, evidenciando

como as escolhas jornalísticas moldam a percepção das comunidades quilombolas e seus contextos.

Nos tópicos seguintes, detalhamos a organização das reportagens, a distribuição do tempo entre os formatos e as comparações realizadas para identificar as ênfases editoriais e narrativas. Por fim, analisamos como essas escolhas contribuem para a construção das representações sociais no telejornalismo.

6.1 INTRODUÇÃO ÀS ANÁLISES

Apresentado pelos jornalistas William Bonner e Renata Vasconcellos, que também atuam como editores-chefes, o *Jornal Nacional* (JN) é o telejornal de maior audiência da TV Globo e da TV aberta no Brasil (Kantar Ibope Media, 2024). Exibido de segunda a sábado, das 20h30 às 21h15, o programa se destaca pelo alcance nacional e pela influência na formação da opinião pública. O *Jornal Nacional* se propõe a fazer uma cobertura abrangente dos principais acontecimentos do Brasil e do mundo, consolidando-se como uma referência no telejornalismo comercial brasileiro.

Ao longo dos anos, o *Jornal Nacional* consolidou um padrão editorial, caracterizado por uma hierarquia na apresentação das notícias, como destacam os estudos de Batista (2009) e Gomes (2011). Com aproximadamente 45 minutos de duração total, o programa divide-se em 30 minutos de conteúdo jornalístico e 15 minutos de intervalos comerciais. A quantidade de comerciais pode variar conforme a programação da emissora e as demandas do mercado publicitário, mas a estrutura central do telejornal mantém-se consistente, garantindo uma experiência informativa para o espectador.

A estrutura narrativa do programa é organizada para facilitar o entendimento dos fatos apresentados. O telejornal adota um formato padronizado, no qual os apresentadores atuam como mediadores das notícias, evitando expressar opiniões de forma explícita. A edição começa com uma escalada²⁴, que destaca as manchetes do dia e introduz os temas que serão desenvolvidos ao longo do telejornal. Esses temas

²⁴ A escalada, segundo Batista (2009), é a parte inicial do telejornal em que os apresentadores anunciam as principais manchetes do dia, priorizando as notícias de maior impacto jornalístico. Esse formato, adotado desde a década de 1970, segue a lógica de abrir o noticiário com os temas mais relevantes, deixando as pautas leves e de comportamento para os blocos finais.

incluem política, economia, segurança pública, cultura e saúde. A distribuição dos blocos segue um critério jornalístico: no bloco inicial, são apresentadas as principais notícias do dia, geralmente relacionadas à política e a eventos de grande repercussão; no bloco intermediário, há cobertura internacional e reportagens sobre a agenda presidencial; e no bloco final, são exibidas coberturas mais leves, abordando temas como comportamento, tecnologia e esportes. Essa progressão temática facilita a transição para a programação subsequente, criando um equilíbrio entre a seriedade das notícias e um fechamento com notícias mais leves.

As reportagens seguem predominantemente o formato off-sonora-passagem, com duração média de dois minutos. Nesse modelo, o narrador (jornalista) introduz a produção jornalística (off), seguido por depoimentos de entrevistados (sonora) e, por fim, a participação do repórter no local do acontecimento (passagem). Para dinamizar e completar as narrativas, o programa incorpora entrevistas e análises de especialistas (FIGURA 3), além de utilizar recursos audiovisuais, como gráficos e mapas, que ajudam a contextualizar as informações.

FIGURA 3 – Captura de tela da reportagem exibida no Jornal Nacional em 18 de agosto de 2023, sobre a investigação do assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete



Fonte: Autor da tese, 2025.

O uso do ao vivo ocorre com menor frequência e é geralmente reservado para eventos de grande projeção, como eleições. A presença de correspondentes internacionais também se destaca, garantindo uma cobertura global contínua e

aprofundada, que conecta o público brasileiro aos principais acontecimentos ao redor do mundo.

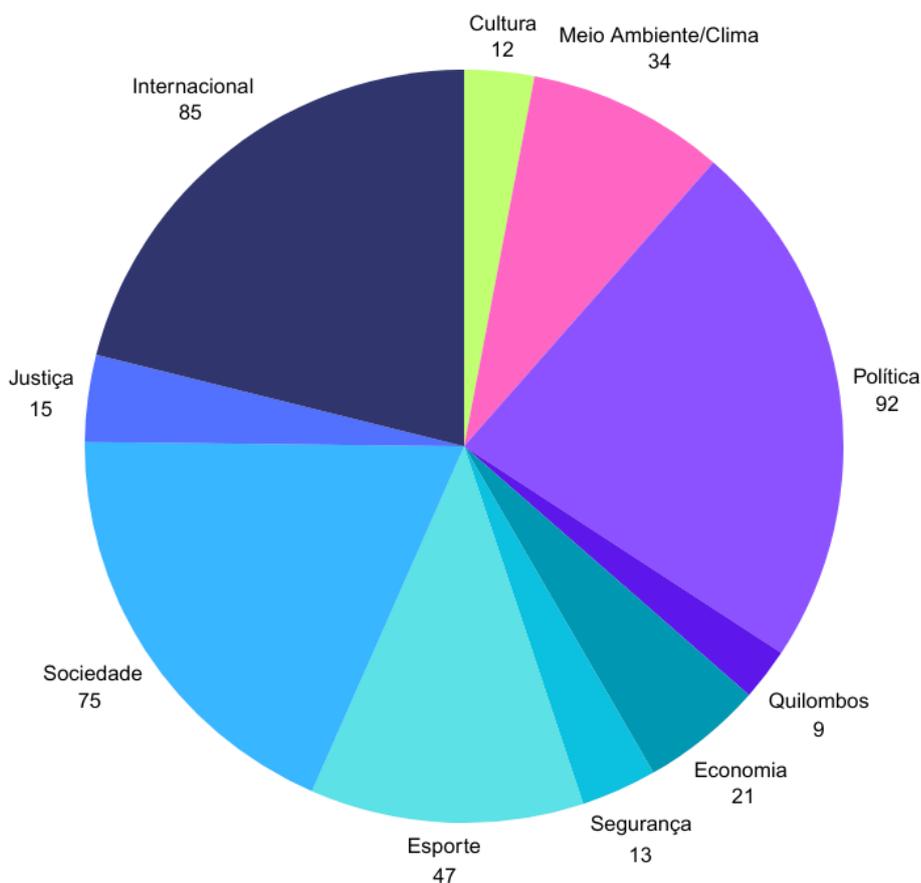
O cenário do Jornal Nacional passou por diversas reformulações ao longo dos anos, incorporando elementos visuais modernos e projeções gráficas, o que é visível nas produções analisadas. Desde os anos 2000, a emissora optou por um cenário integrado à redação, reforçando a ideia de dinamismo e credibilidade, como aponta Batista (2009). Os apresentadores atuam como figuras centrais, mantendo uma postura equilibrada e evitando expressar emoções de maneira enfática. O discurso é planejado para manter um tom formal, embora sutis elementos de análise possam ser percebidos na entonação, na expressão facial e na gestualidade, o que contribui para uma comunicação mais envolvente e humanizada.

Ao longo da programação, a previsão do tempo oferece um panorama climático que abrange tanto aspectos internacionais, quanto nacionais. Em determinados momentos, o telejornal direciona o enfoque para regiões específicas do Brasil, destacando eventos climáticos relevantes para cada localidade. Essa abordagem reforça a ideia de uma previsão abrangente e detalhada, que leva em consideração a diversidade climática do país e as necessidades informativas de diferentes regiões. Esse segmento é exibido em um dos blocos do telejornal, com atenção especial para eventos climáticos de grande impacto, como tempestades, secas ou ondas de calor. A previsão do tempo mantém um formato acessível e de fácil compreensão, utilizando linguagem clara e recursos visuais que facilitam a assimilação das informações por diferentes públicos.

Essa organização também orientou a análise da distribuição temática das 403 produções jornalísticas exibidas pelo Jornal Nacional nas semanas analisadas: de 24 a 29 de julho, de 14 a 26 de agosto, de 4 a 9 de setembro e de 13 a 18 de novembro. Os dados gerais revelam a seguinte classificação por categorias: Cultura (12), Economia (21), Esporte (47), Justiça (15), Internacional (85), Meio Ambiente/Clima (34), Política (92), Quilombos (9), Segurança (13) e Sociedade (75)²⁵ (GRÁFICO 1).

²⁵ As coberturas jornalísticas foram categorizadas nessas temáticas pelo autor desta pesquisa, com o objetivo de sistematizar a análise e facilitar a compreensão dos padrões editoriais. Cultura foi definida como coberturas relacionadas a eventos artísticos, manifestações culturais, patrimônio histórico e expressões tradicionais. Economia refere-se a conteúdos que abordam finanças, mercados, políticas econômicas, indicadores macroeconômicos e seus impactos socioeconômicos. Esporte compreende a cobertura de eventos esportivos, competições, desempenho de atletas e notícias vinculadas ao universo esportivo. Justiça inclui produções jornalísticas que tratam de processos judiciais, decisões do Poder

GRÁFICO 1 – Distribuição de produções jornalísticas por categoria



Fonte: Autor da tese, 2025.

Judiciário, investigações e temas correlatos ao sistema de justiça. Internacional diz respeito a conteúdos que abordam eventos globais, relações internacionais, conflitos geopolíticos, acordos diplomáticos e notícias de outros países. Meio Ambiente/Clima engloba temas relacionados à preservação ambiental, mudanças climáticas, desastres naturais e políticas públicas de sustentabilidade. Política refere-se à cobertura de atividades políticas, processos eleitorais, decisões governamentais, escândalos políticos e debates partidários. Segurança abrange conteúdos que tratam de violência, operações policiais, políticas de segurança pública e criminalidade. Sociedade foi definida como a cobertura de temas amplos e multifacetados, frequentemente interseccionando com outras áreas, como política, meio ambiente e economia, incluindo infraestrutura e serviços públicos, saúde e bem-estar, direitos humanos e cidadania, educação e fenômenos sociais. A categoria Quilombos foi destacada de forma específica para permitir uma análise aprofundada dessa temática, e à necessidade de evidenciar como as questões relacionadas às comunidades quilombolas foram abordadas no telejornal. Essa escolha permite uma análise mais direcionada e facilita a identificação de padrões editoriais relacionados às representações sociais dessas comunidades.

Essa sistematização possibilitou uma análise mais precisa da distribuição temática, facilitando a identificação do foco narrativo do telejornal e das ênfases editoriais ao longo do ano. Ainda assim, é importante destacar que as categorias não são rígidas nem mutuamente exclusivas. Elas refletem uma leitura interpretativa adotada neste estudo, que organiza os dados com base em critérios temáticos, mas reconhece a sobreposição possível entre diferentes enfoques narrativos. Além disso, as produções jornalísticas também foram classificadas com base nos critérios estabelecidos por Andrade Neto (2022), que propõe uma diferenciação entre os formatos e gêneros no telejornalismo. Esses critérios foram fundamentais para organizar as produções em categorias como "Nota coberta, Nota pelada, Ao vivo e Reportagem" (Maciel, 1993; García, 2002; Mayoral et al., 2008), considerando tanto os temas abordados quanto a maneira como as informações foram estruturadas e apresentadas à audiência.

Essa abordagem possibilitou identificar padrões discursivos e recorrências narrativas, revelando quais temas receberam maior aprofundamento e quais foram tratados de maneira breve. Ao integrar essas caracterizações, foi possível aprofundar a análise das representações midiáticas, associando os modos de veiculação das informações aos enquadramentos narrativos que sustentam a cobertura do Jornal Nacional.

A análise dos números evidencia uma hierarquização editorial que privilegia categorias como "Política", "Sociedade" e "Internacional", enquanto questões relacionadas a "Quilombos" recebem espaço reduzido. O total de nove produções jornalísticas dedicadas a temas quilombolas representa menos de 2,2% do conteúdo veiculado nas semanas analisadas, sugerindo que essas pautas ainda ocupam uma posição menor na agenda do telejornal.

Na categoria "Política", que totalizou 92 produções jornalísticas e 249 minutos e 38 segundos de cobertura, o Jornal Nacional frequentemente aborda temas como o poder legislativo e eleições, privilegiando assuntos que impactam diretamente a governabilidade e o cenário político nacional.

Em "Internacional", que contou com 85 produções jornalísticas e 165 minutos e 5 segundos de cobertura, a atenção é voltada para eventos globais, como conflitos armados, crises humanitárias e cúpulas internacionais. Por sua vez, a categoria "Sociedade", com 75 produções jornalísticas e 181 minutos e 27 segundos, trata de temas como saúde pública, educação e questões urbanas, representando aspectos do

cotidiano da população brasileira. Apesar de abordagens diversificadas do JN, as escolhas editoriais priorizam temas de apelo político e global, deixando outros assuntos em segundo plano.

Um exemplo dessa disparidade ocorreu na semana de 24 a 29 de julho, quando foi exibida a única cobertura sobre o Censo do IBGE e as populações quilombolas (no dia 27 de julho). Nesse mesmo período, várias coberturas foram dedicadas a temas internacionais, incluindo Estados Unidos, Níger, Israel, Rússia, Ucrânia, Espanha e Colômbia. No caso de Israel, foram veiculadas quatro coberturas com a mesma temática central, totalizando 5 minutos e 28 segundos: "Parlamento de Israel aprova reforma que esvazia poderes do Judiciário" (24 de julho, 2 minutos e 33 segundos), "Em Israel, médicos fazem greve em protesto contra a reforma que esvazia poderes do Judiciário" (25 de julho, 1 minuto e 51 segundos), "Suprema Corte de Israel vai analisar recurso contra lei que limita os poderes do tribunal" (26 de julho, 21 segundos), e "Milhares protestam em Israel contra reforma do Judiciário" (29 de julho, 43 segundos).

A Rússia também recebeu destaque, com três coberturas que somaram 3 minutos e 30 segundos: "Bombardeios russos atingem áreas civis na Ucrânia" (29 de julho, 47 segundos), "Putin promete enviar toneladas de alimentos a países africanos" (27 de julho, 2 minutos e 27 segundos), e "Rússia aprova lei para convocar mais soldados" (25 de julho, 16 segundos). Esses exemplos ilustram a priorização de temas internacionais, em detrimento de pautas locais e sociais, como a temática quilombola, que recebeu cobertura limitada e isolada.

Comparativamente, a temática quilombola, mesmo com sua relevância histórica e social, foi representada por uma produção jornalística de 2 minutos e 12 segundos, no mesmo período. Embora seja um tema transversal, passível de inclusão em categorias como "*Política*", "*Sociedade*" ou "*Justiça*", ela recebeu um tempo consideravelmente menor de cobertura em relação a outras pautas. Esse marco histórico poderia ter recebido maior destaque na narrativa do telejornal, mas foi abordado de forma limitada. Essa escolha editorial reflete uma preferência por temas políticos e internacionais, relegando questões relacionadas a grupos minorizados, como as comunidades quilombolas, a um papel secundário, apesar de sua relevância para a história e a sociedade brasileiras.

Categorias como "Meio Ambiente/Clima" (34 produções jornalísticas e 95 minutos e 36 segundos de cobertura) apresentam uma oportunidade significativa para

dialogar com questões quilombolas, mas observamos uma lacuna crítica na articulação entre essas temáticas. O telejornal abordou temas como desmatamento na Amazônia, políticas de preservação ambiental e eventos climáticos extremos, sem explorar como essas questões impactam diretamente os quilombos e suas populações. Essa omissão é particularmente grave, considerando que muitos dos territórios afetados por desmatamento, exploração agrícola e mudanças climáticas são majoritariamente ocupados por comunidades quilombolas. Esses territórios sustentam a subsistência dessas populações e são fundamentais para a preservação de suas culturas, tradições ancestrais e modos de vida. A ausência de um recorte específico sobre as comunidades quilombolas nessas coberturas reforça uma narrativa fragmentada, que trata as temáticas ambientais e climáticas como episódios isolados, desvinculados dos contextos sociais e históricos que as permeiam. Enquanto reportagens destacaram os efeitos de mudanças climáticas em áreas urbanas e rurais, não houve menção às comunidades quilombolas, que enfrentam desafios ambientais de forma desproporcional, como a degradação de seus territórios devido à expansão agrícola predatória e a falta de políticas públicas que garantam sua proteção. Essa invisibilidade midiática contribui para a marginalização estrutural dessas comunidades, dificultando a percepção do público sobre a relevância de suas demandas no contexto sociopolítico e ambiental. Essa escolha editorial reflete uma priorização de temas, em detrimento de pautas que envolvem grupos minorizados e suas lutas por direitos territoriais e ambientais.

A categoria "Cultura" recebeu 12 produções jornalísticas e um total de 36 minutos e 38 segundos de cobertura. Os destaques foram, em grande parte, para eventos culturais de grande visibilidade, como festivais de música e estreias de produções cinematográficas, frequentemente voltados para a divulgação da cultura estrangeira ou de grandes eventos comerciais. Essa escolha editorial revela uma tendência de valorizar o que é internacional e midiático, em detrimento de manifestações locais e tradicionais. Nesse contexto, expressões culturais quilombolas, como o samba de roda, o jongo e a capoeira angola, foram sistematicamente negligenciadas. Profundamente enraizadas na história e na identidade brasileira, essas manifestações poderiam enriquecer a pluralidade da cobertura nacional. No entanto, foram preteridas em favor de eventos que reforçam uma visão "globalizada" e comercial da cultura. Essa ausência se torna ainda mais preocupante diante do fato de que o Brasil abriga 8.441 localidades quilombolas, onde vivem aproximadamente

1,3 milhão de pessoas. Como explicar que nenhuma atividade cultural dessas comunidades tenha merecido destaque nacional em um telejornal de grande alcance? A invisibilidade dessas expressões no noticiário reforça uma narrativa que desvaloriza a contribuição das comunidades tradicionais para a diversidade cultural do país, perpetuando uma visão estereotipada e limitada do que é considerado "cultura nacional".

Já na categoria "Justiça", que contou com 15 produções jornalísticas e 31 minutos e 46 segundos de cobertura, o foco esteve em julgamentos e decisões judiciais de grande repercussão, como as ações do Supremo Tribunal Federal e o caso Marielle Franco. No entanto, não houve espaço para discussões sobre os direitos territoriais quilombolas, a criminalização de lideranças dessas comunidades ou os desafios enfrentados por essas populações no acesso à justiça. Essa lacuna é especialmente preocupante, considerando que as comunidades quilombolas estão frequentemente envolvidas em disputas territoriais e enfrentam violações sistemáticas de seus direitos, muitas vezes sem o devido respaldo legal ou midiático.

Na categoria "Economia", com 21 produções jornalísticas e 26 minutos de cobertura, o telejornal abordou temas como políticas econômicas, mercado financeiro e impactos socioeconômicos, mas negligenciou como essas questões afetam diretamente as comunidades quilombolas. A expansão de grandes projetos agrícolas e de infraestrutura, frequentemente destacada na cobertura econômica, tem consequências diretas sobre os territórios quilombolas, seja por meio da grilagem de terras, da contaminação ambiental ou da expulsão forçada de comunidades. No entanto, essa conexão não é estabelecida.

Na categoria "Esporte", que recebeu 47 produções jornalísticas e 84 minutos e 12 segundos de cobertura, o foco esteve quase exclusivamente em competições esportivas de grande apelo midiático e no desempenho de atletas de alto rendimento. Não houve qualquer menção a iniciativas esportivas desenvolvidas dentro das comunidades quilombolas, apesar do esporte ser um instrumento poderoso de inclusão social, fortalecimento identitário e valorização cultural.

Na categoria "Segurança", com 13 produções jornalísticas e 12 minutos e 41 segundos de cobertura, a abordagem se restringiu à violência urbana, operações policiais e criminalidade em grandes centros. A insegurança vivida pelas comunidades quilombolas, no entanto, foi completamente ignorada. Quilombolas sofrem com conflitos fundiários constantes, ameaças de grileiros, assassinato de lideranças e a

falta de proteção do Estado, especialmente em regiões de intensa disputa territorial. Apesar de o Brasil ter um histórico de violência contra povos tradicionais – evidenciado pelo assassinato sistemático de lideranças comunitárias e pela morosidade do Estado em reconhecer e proteger territórios quilombolas –, o telejornal não problematizou a vulnerabilidade desses grupos dentro do debate sobre segurança pública. A insistência em um recorte urbano e policialesco na cobertura reforça a invisibilidade das populações quilombolas e perpetua uma visão seletiva da segurança, que desconsidera as formas estruturais de violência que atingem essas comunidades.

Esse apagamento tem consequências diretas na forma como a sociedade percebe e compreende as comunidades quilombolas. Ao excluí-las do noticiário ou mencioná-las apenas de maneira superficial e episódica, o telejornalismo contribui para a manutenção de um imaginário coletivo no qual essas populações são invisibilizadas ou reduzidas a problemas sociais isolados. Essa ausência no debate público reforça a ideia de que quilombolas não fazem parte do desenvolvimento do país, desconsiderando suas contribuições econômicas, culturais e políticas.

Esses exemplos mostram que, mesmo em categorias com potencial para explorar temas quilombolas, o telejornal optou por abordagens que excluem ou marginalizam essas populações. Essa lacuna reforça a necessidade de uma cobertura mais integrada e sensível às múltiplas dimensões das questões quilombolas, promovendo narrativas que ampliem a compreensão pública sobre suas realidades e demandas. Essa análise também aponta para uma questão importante: o modelo narrativo do telejornalismo opera a partir de descontinuidades, organizando os temas de forma compartimentada. Esse formato, embora estruturado para apresentar conteúdos distintos em sequência, não impede a construção de sentidos mais amplos ao longo da cobertura. No entanto, a forma como determinados temas são priorizados ou marginalizados dentro desse modelo influencia a maneira como certos grupos são percebidos na esfera pública. No caso das populações quilombolas, essa organização segmentada resulta em uma presença pontual, dificultando o aprofundamento da temática e limitando o potencial de sensibilização e engajamento do público.

A discussão sobre temas críticos, como, por exemplo, o Marco Temporal, é essencial para as comunidades quilombolas. A tese do Marco Temporal propõe que os povos tradicionais, incluindo os quilombolas, só teriam direito às suas terras se as ocupassem fisicamente no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Esta perspectiva ignora os contextos históricos de expulsões e violências que obrigaram muitos a abandonar seus territórios.

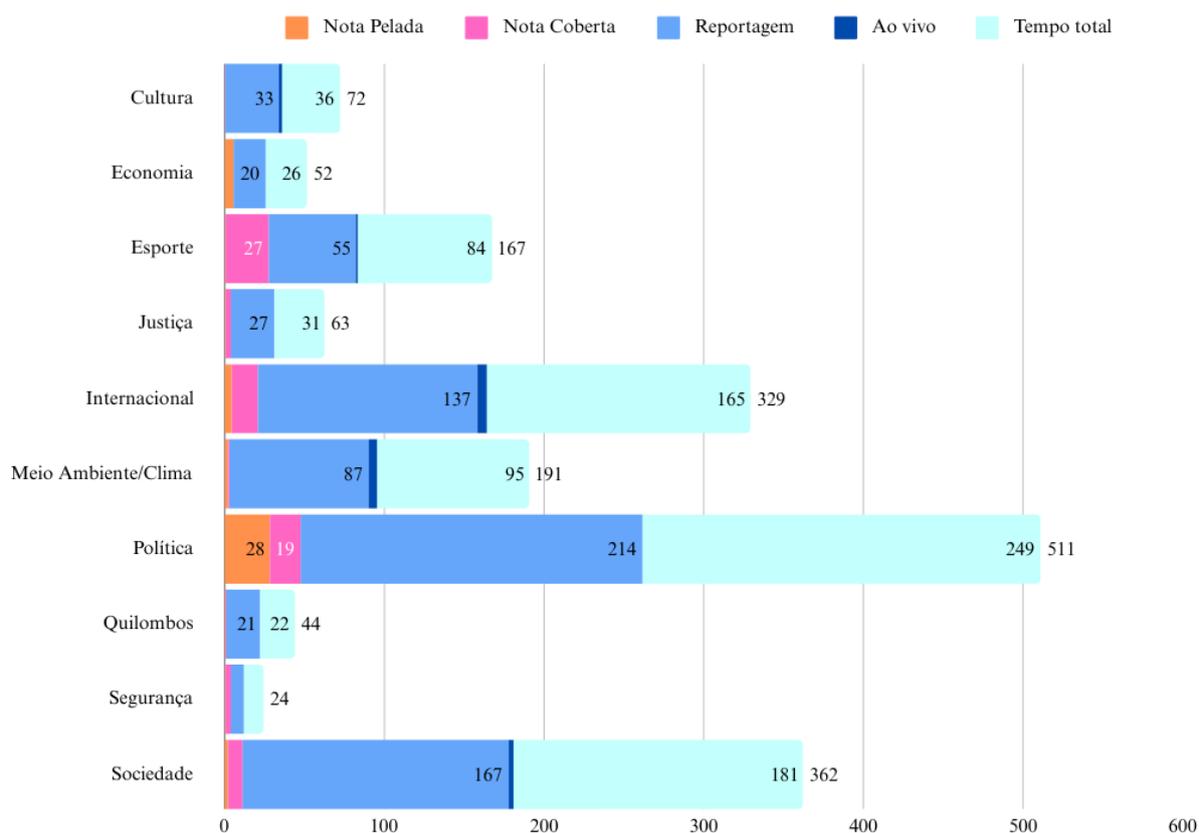
Apesar da relevância do tema, pautas relacionadas ao impacto do Marco Temporal nas populações quilombolas não receberam destaque no telejornal em 2023. A cobertura se restringiu a menções pontuais, com foco predominante nas populações indígenas. Exemplo disso são reportagens como: “STF retoma julgamento sobre marco temporal para demarcação de terras indígenas”, exibida em 30 de agosto de 2023, com 53 segundos de duração; “Placar provisório contra o marco temporal para demarcação de terras indígenas está 4 a 2, no STF”, apresentada no dia 31 de agosto de 2023, com 44 segundos; “Por 9 a 2, STF derruba tese de marco temporal para demarcação de terras indígenas”, exibida no dia 21 de setembro de 2023, com 9 minutos e 1 segundo; e “Congresso derrota governo e retoma marco temporal para demarcação de terras indígenas”, exibida em 14 de dezembro de 2023, com 2 minutos e 34 segundos. Apesar disso, outros meios midiáticos exploraram a questão de forma mais ampla, incluindo discussões sobre diferentes grupos afetados – povos originários e quilombolas – e destacaram manifestações como a da procuradora-geral da República ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a consideração dos desdobramentos do Recurso Extraordinário sobre a demarcação de territórios quilombolas. No entanto, o Jornal Nacional não integrou essas questões de maneira transversal, restringindo-se a uma abordagem superficial que não destacou as implicações para as populações quilombolas.

A análise dos tempos destinados às diferentes categorias no Jornal Nacional revela uma dinâmica editorial que privilegia formatos como reportagens longas para alguns temas específicos. Categorias como Política, Sociedade e Internacional dominaram tanto em quantidade de coberturas quanto no tempo alocado para cada uma. Por exemplo, Política acumulou 214 minutos e 18 segundos em reportagens, refletindo um esforço editorial para detalhar acontecimentos políticos relevantes no País. Em contraste, Quilombos, com apenas 22 minutos e 5 segundos, teve 21 minutos e 12 segundos dedicados a reportagens e 53 segundos a notas cobertas, sem tempo destinado a notas peladas ou transmissões ao vivo. Esse tempo permanece insuficiente para abordar a complexidade das questões que permeiam essas populações. Essa predominância temporal das reportagens nessas categorias destaca uma hierarquia clara: temas que se alinham a agendas políticas recebem maior profundidade. Por outro lado, categorias como Meio Ambiente/Clima (87 minutos e 20

segundos de reportagens, 2 minutos e 3 segundos de nota pelada, 1 minuto e 2 segundos de nota coberta e 5 minutos e 11 segundos ao vivo) permanecem limitadas em tempo, o que dificulta a construção de narrativas robustas e abrangentes (Gráfico 2).

Esse padrão sugere uma priorização de pautas que são reconhecidas como “de interesse geral” (aspas nossas), como eventos políticos institucionais, crescimento econômico e grandes competições esportivas. Essas temáticas, por serem debatidas e acompanhadas pelo público, garantem engajamento e audiência sem gerar grande resistência ou polarização. Em contrapartida, questões de alta relevância social, como as demandas quilombolas, permanecem em uma posição periférica na cobertura jornalística, enfrentando desafios na sua inserção na agenda midiática.

GRÁFICO 2 – Tempo destinado a formatos por categoria



Fonte: Autor da tese, 2025.

Somado a esse olhar sobre os formatos e a quantidade de tempo destinada às categorias, destacam-se comparações que revelam as desigualdades editoriais no

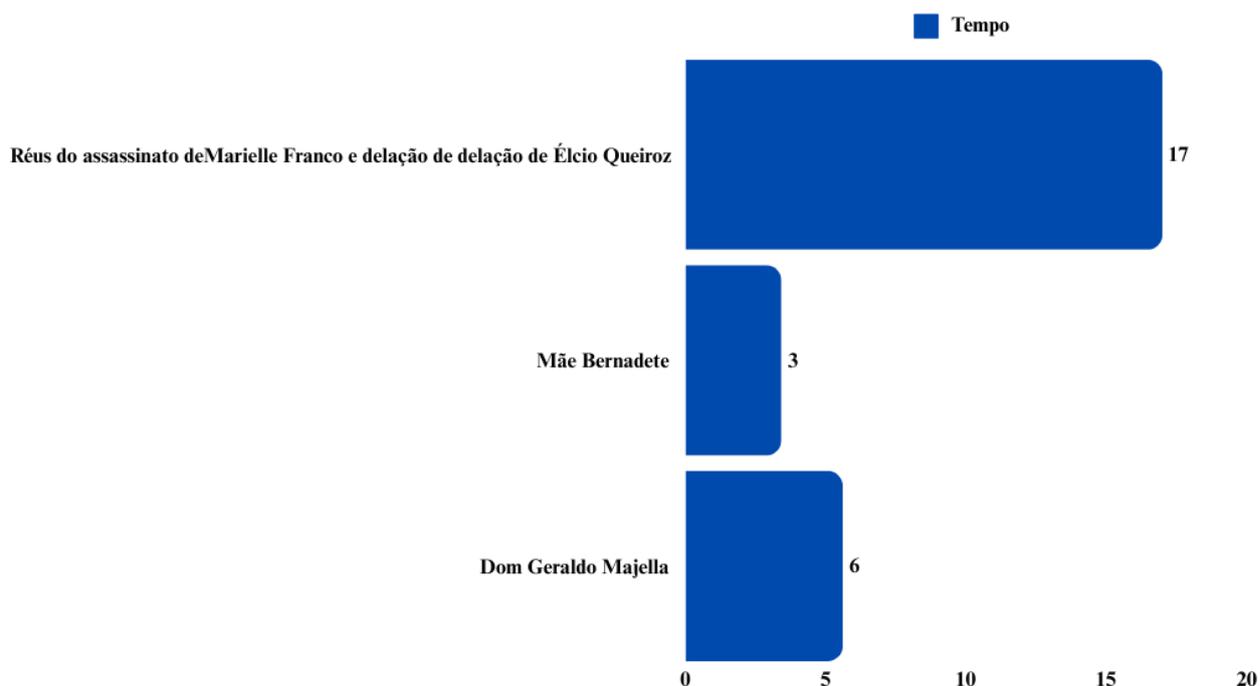
Jornal Nacional. No dia 18 de agosto de 2023, a produção jornalística inicial sobre o assassinato de Mãe Bernadete, com duração de 3 minutos e 41 segundos, foi acompanhada por duas outras produções jornalísticas na categoria "Política" que receberam tempos significativamente maiores. Uma delas, sobre a prisão de suspeitos de incentivar atos golpistas, teve 12 minutos e 31 segundos, enquanto outra, que abordava a negação do ex-presidente Jair Bolsonaro em relação ao recebimento de dinheiro da venda de um relógio Rolex, ocupou 15 minutos e 37 segundos. A decisão de dedicar mais de quatro vezes o tempo da cobertura do assassinato de uma liderança quilombola a uma produção jornalística sobre a venda de um relógio ilustra como o telejornal molda suas narrativas.

O assassinato de Mãe Bernadete, uma líder religiosa e ativista quilombola, carrega elementos que atendem aos critérios de noticiabilidade, que são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento é passível de ser transformado em produção jornalística noticiável (Traquina, 2008). No entanto, a maneira como o fato foi tratado levanta uma questão central: o que acontece com esses critérios quando o acontecimento envolve uma comunidade minorizada? Ao negligenciar acontecimentos que são essenciais para compreender as desigualdades históricas do país, o JN evidencia uma escolha que merece ser amplamente discutida.

A decisão editorial reflete e reforça um ciclo de exclusão. Ao priorizar temas de grande apelo midiático, o telejornal contribui para a construção de uma esfera pública em que as vozes e histórias de autoridades políticas (como presidentes, governadores e parlamentares), especialistas (como economistas e cientistas), celebridades (como artistas e atletas) e atores globais (como líderes internacionais e organizações multilaterais) são amplificadas, enquanto outras, como as das comunidades quilombolas permanecem periféricas. Nesse sentido, a cobertura do assassinato de Mãe Bernadete exemplifica uma lacuna narrativa e questiona o papel do telejornalismo na promoção de uma cidadania mais inclusiva e informada.

Ainda dentro dessa lógica, ao comparar o tratamento de mortes, observa-se outra discrepância (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3 – Comparação de tempos em relação aos assuntos



Fonte: Autor da tese, 2025.

No dia 24 de julho de 2023, duas produções jornalísticas sobre o caso Marielle Franco — uma delas com um dos réus do assassinato falando (11 minutos e 4 segundos) e outra sobre uma delação de Élcio Queiroz (5 minutos e 56 segundos) — tiveram tempos consideravelmente superiores à cobertura da morte de Mãe Bernadete, mesmo sendo ambas relacionadas a questões de violência. Essa diferença de tratamento evidencia a forma como determinadas mortes ganham centralidade na narrativa midiática enquanto outras são relegadas a uma visibilidade reduzida. Enquanto o caso de Marielle Franco, ainda que tardio, foi progressivamente tratado como um tema de relevância nacional e política, o assassinato de Mãe Bernadete permaneceu restrito a um espaço limitado, sem desdobramentos que explorassem suas causas estruturais e o impacto mais amplo desse crime.

Esse contraste revela também um cenário mais amplo de baixa mobilização social em torno das lutas quilombolas e sua consequente invisibilidade na imprensa. A repercussão limitada do assassinato de Mãe Bernadete ilustra como a escolha das

narrativas midiáticas condiciona o engajamento público e político. Essa dinâmica perpetua um ciclo de invisibilização: a falta de cobertura reduz a mobilização social, enquanto a ausência de pressão popular impede a permanência do tema na mídia.

A morte de Mãe Bernadete não foi tratada como um evento mobilizador de debates sobre segurança pública, racismo estrutural e sobre os ataques recorrentes contra defensores de direitos humanos no Brasil. Ao não aprofundar essa discussão, o *Jornal Nacional* pode contribuir para a naturalização da violência contra essas comunidades, reduzindo crimes como esse a ocorrências isoladas, em vez de contextualizá-los como parte de um padrão sistêmico de perseguição e eliminação de lideranças quilombolas.

A comparação torna-se ainda mais emblemática ao observar o tratamento dado a lideranças religiosas. No dia 26 de agosto de 2023, uma produção jornalística sobre a morte de Dom Geraldo Majella (1933–2023), cardeal brasileiro da Igreja Católica e ex-Arcebispo de Salvador, teve 5 minutos e 6 segundos, enquanto a produção jornalística inicial sobre o assassinato de Mãe Bernadete teve 3 minutos e 41 segundos. Além disso, no dia 24 de agosto de 2023, dois dias antes da morte de Dom Geraldo, foi ao ar uma nota coberta sobre a missa de sétimo dia de Mãe Bernadete, com duração de 27 segundos. Esse contraste reforça a desigualdade na abordagem de figuras religiosas, mesmo que ambas tenham relevância simbólica e histórica para suas respectivas comunidades.

Do ponto de vista crítico, essa distribuição do tempo não é apenas um reflexo das escolhas editoriais, mas também uma reprodução de desigualdades estruturais no campo midiático. As narrativas construídas pelo *Jornal Nacional* sobre as populações quilombolas são moldadas pela limitação de tempo e formato, o que reduz o alcance e a profundidade dessas representações. Essa postura editorial contribui para a invisibilidade histórica dessas comunidades e dificulta a construção de um imaginário coletivo que reconheça suas demandas e contribuições para a sociedade brasileira.

6.2 AS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS

Como informamos, esta pesquisa analisa as reportagens do *Jornal Nacional*, a partir de duas grandes temáticas ao longo de 2023, cada uma abrangendo reportagens

e notas. Sobre o assassinato de Mãe Bernadete, o *Jornal Nacional* dedicou oito produções jornalísticas – sendo seis reportagens e duas notas cobertas – exibidas nos dias 18, 19, 21, 22, 23 e 24 de agosto, 4 de setembro e 16 de novembro, totalizando 19 minutos e 27 segundos. Destaca-se que o assassinato de Mãe Bernadete ocorreu no final da tarde de 17 de agosto, o que evidencia a rápida inserção do tema na agenda do telejornal.

Quanto ao Censo do IBGE, o tema foi abordado em uma única produção jornalística, exibida no dia 27 de julho de 2023, com duração de 2 minutos e 38 segundos. É relevante mencionar que os dados do Censo foram divulgados pelo IBGE no mesmo dia, reforçando a cobertura pontual e concentrada desse evento.

Tabela 1 – Descrição da reportagem “Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas”, veiculada no Jornal Nacional no dia 27 de julho de 2023

Reportagem	Transcrição da reportagem	Entrevistados/GC	Tempo de reportagem
Cabeça (William Bonner)	“O Brasil tem um milhão e trezentos mil quilombolas. Foi a primeira vez que o Censo Demográfico registrou esse grupo de cidadãos”.		33:22/33:31 = 9"
Off 1 (Lilian Ribeiro)	“Lugares que serviram como abrigo para aqueles que fugiam e lutavam contra a escravidão. Comunidades que representaram espaços de liberdade e resistência e onde, até hoje, vivem brasileiros como o Seu Pedro, neto da fundadora do Quilombo Cafundá - Astrogilda, na Zona Extrema”.		33:32/33:49 = 17"
Sonora 01	“Porque uma vida ali, vocês viveram dentro da natureza, essas coisas. E podiam comer as coisas que a terra te dá, te proporciona essas coisas”.	Pedro dos Santos Mesquita, agricultor e neto da fundadora do quilombo.	33:50/33:58 = 8"
Off 2 (Lilian Ribeiro)	“Pela primeira vez, o Censo do IBGE contou o número de cidadãos que se autoidentificam como quilombolas, integrantes de povos e comunidades tradicionais reconhecidos pela Constituição. Um milhão e trezentos mil brasileiros vivem em 473 mil domicílios no país, eles representam 0,65% da população do Brasil”.		33:59/34:45 = 46"
Sonora 02	“Identificar as localidades quilombolas, territórios quilombolas, agrupamentos quilombolas e outras localidades foi fundamental para que chegássemos até aqui com uma população quilombola superior aos registros administrativos existentes hoje e disponíveis”.	Cimar Azeredo Pereira, presi. interino do IBGE.	34:46/35:04 = 18"

Passagem (Lilian Ribeiro)	“O Censo também identificou que apenas 12,6% dos quilombolas estão nos territórios delimitados no país. A grande maioria dessa população vive fora das áreas oficialmente reconhecidas. Isabela, atuou no Censo em comunidades quilombolas do Rio de Janeiro”.		35:05/35:23 = 18"
Sonora 03	“Essa identificação dos quilombolas e como eles vivem, aonde eles vivem”.	Isabela Nery Lima, analista censitária do IBGE.	35:19/35:38 = 19"
Sonora 04	“Muitos chegam aqui e não imaginam o que é que tem. Que Paulo José Martins tem um lugar desses, mas tem. Um regime um pouco modificado, mas existe ainda”.	Ferreira, autônomo.	35:39/35:45 = 06"
Sonora 05	“Porque o IBGE é fundamental para poder divulgar e mostrar. E eu acho que teria que outras pessoas que viessem aqui poder ver isso e, Mesquita, agricultor e 15" através disso, a gente ganhar visibilidade perante o poder público”	Pedro dos Santos Mesquita, agricultor e neto da fundadora do quilombo.	35:46/36:01 = 15"
Tempo total da reportagem			2'30"

Legenda: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; presi. – presidente; GC – gerador de caracteres; ' – minutos; " – segundos.

A reportagem “Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas”²⁶, destacada na tabela 1 e exibida pelo Jornal Nacional no dia 27 de julho de 2023 ([disponível no Globoplay](#)), destaca a importância da visibilidade e do reconhecimento oficial das comunidades quilombolas no Brasil, marcando um fato inédito: a inclusão dessas comunidades no Censo Demográfico. Com uma duração total de 2 minutos e 30 segundos, o que representa aproximadamente 6,9% do tempo total do programa de 36 minutos e 14²⁷ segundos, a reportagem é feita por Lilian Ribeiro, e destaca o registro formal de 1,3 milhão de brasileiros quilombolas, correspondendo a 0,65% da população do país. Essa abordagem reforça a importância desse levantamento e sublinha a necessidade de reconhecimento e inclusão dessas comunidades nas políticas públicas.

A reportagem estrutura sua narrativa em torno dos eixos: "quilombola", "censo" e "reconhecimento", destacando a importância da visibilidade e do reconhecimento oficial dessas comunidades.²⁹ O termo "quilombola" aparece 12 vezes, consolidando

²⁶O título da reportagem, “Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas”, foi obtido diretamente da plataforma Globoplay, onde a produção jornalística está disponível para visualização. O nome reflete a forma como a rede Globo identificou e catalogou a reportagem em seu acervo digital. A partir de agora, esse será o padrão de nomeação adotado para referenciar as produções jornalísticas analisadas nesta pesquisa do Jornal Nacional, utilizando os títulos exatos fornecidos pela plataforma Globoplay. ²⁸O tempo de produção jornalística foi calculado a partir do produto anexado no Globoplay. Para esta produção, foi considerado o programa com duração total de 36 minutos e 14 segundos.

²⁷ Para a realização da codificação temática na presente reportagem, foi adotado um sistema de categorização que possibilitou a identificação e análise da predominância de determinados temas. Os códigos temáticos foram empregados com o propósito de destacar as referências ao levantamento estatístico conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aspecto evidenciado logo na abertura da produção jornalística, a qual enfatiza sua relevância. Esse procedimento permitiu a sistematização do material jornalístico, possibilitando a análise contextualizada de palavras e expressões dentro da estrutura narrativa da reportagem. A segmentação da produção jornalística seguiu uma estrutura, contemplando suas divisões internas, tais como OFF 1 (narrado por Lilian Ribeiro), SONORA 01 (declaração de Pedro dos Santos Mesquita, agricultor e neto da fundadora do quilombo), OFF 2 (também narrado por Lilian Ribeiro) e a PASSAGEM (momento em que Lilian Ribeiro aparece in loco). Adicionalmente, foram analisadas as entrevistas concedidas por diferentes participantes, entre eles Cimar Azeredo Pereira (presidente interino do IBGE), Isabela Nery Lima (analista censitária do IBGE) e Paulo José Martins Ferreira (autônomo). Cada uma dessas seções foi relacionada aos códigos temáticos predefinidos, assegurando coerência na categorização e alinhamento interpretativo. Na codificação temática, os temas foram identificados pela recorrência de palavras-chave, padrões narrativos e repetições de enfoques nas reportagens. Um tema foi considerado recorrente quando apareceu ao menos duas vezes na mesma produção ou foi retomado em diferentes reportagens ao longo do período analisado. Além disso, temas mencionados uma única vez foram incluídos quando estavam associados a outros no mesmo contexto narrativo. Por exemplo, nas produções jornalísticas sobre o assassinato de Mãe Bernadete, as palavras 'assassinato' e 'segurança' foram citadas isoladamente, mas integravam um mesmo discurso, justificando sua categorização conjunta. A adoção dessa metodologia possibilitou a identificação sistemática dos temas predominantes, garantindo uma abordagem analítica entre os segmentos narrativos da reportagem e os eixos centrais desta pesquisa. A partir deste ponto, as análises das produções jornalísticas serão conduzidas com base na codificação temática e na identificação da predominância dos temas, assegurando a continuidade da abordagem metodológica adotada e a precisão na interpretação dos conteúdos.

sua relevância, enquanto "censo" (5 vezes) e "população" (4 vezes) enfatizam a dimensão estatística do levantamento. Além disso, expressões como "resistência" e "liberdade", embora menos recorrentes, conectam o reconhecimento atual à trajetória histórica de luta e resiliência das comunidades quilombolas, reforçando a dimensão simbólica e política do tema.

A estrutura da reportagem é composta por uma sequência de offs, intercalados com Sonoras que reforçam a importância da visibilidade quilombola. A introdução, ou "cabeça da reportagem", narrada por William Bonner destaca o fato inédito do Censo Demográfico ter registrado a população quilombola. Em seguida, a repórter Lilian Ribeiro assume a narração, contextualizando historicamente as comunidades quilombolas como "espaços de liberdade e resistência", além de destacar as regiões do Brasil com maior concentração dessa população, como Bahia e Maranhão. Essa transição entre os narradores estabelece uma estrutura que alterna entre a apresentação da produção jornalística pelo âncora do JN e a explicação dos dados, mantendo o foco na importância do Censo. A reportagem sublinha que o Censo identificou 473 mil domicílios quilombolas e revela que apenas 12,6% dos quilombolas vivem em territórios oficialmente delimitados, ressaltando a disparidade entre o reconhecimento populacional e territorial.

As entrevistas selecionadas ao longo da reportagem são feitas com Pedro dos Santos Mesquita, neto da fundadora do Quilombo Cafundá, que menciona a relação histórica e cultural dos quilombolas com a terra. Além disso, o depoimento de Isabela Nery Lima, analista censitária do IBGE, ressalta a relevância dessa identificação para possibilitar o acesso da comunidade a serviços públicos.

Ao analisarmos a distribuição do tempo na reportagem, observamos escolhas editoriais significativas que refletem a abordagem narrativa adotada pelo *Jornal Nacional*. A narração em *off* de Lilian Ribeiro ocupa 81 dos 150 segundos totais da reportagem, representando 54% do tempo. Esse dado evidencia a centralização da narrativa em explicações e dados apresentados pela própria emissora, priorizando uma contextualização institucional. Em contraste, as vozes quilombolas, que poderiam oferecer uma perspectiva mais próxima e experiencial do tema, recebem um espaço notavelmente reduzido, apesar de estarem diretamente ligadas ao assunto abordado.

O âncora William Bonner inicia a reportagem com uma introdução de 9 segundos (6% do tempo total), fornecendo um breve contexto sobre o Censo antes de direcionar o foco para os dados apresentados. No entanto, essa introdução é somente

um elemento estrutural do telejornal, sem significar uma contribuição editorial ou interpretativa. As falas dos entrevistados quilombolas são limitadas em comparação à narração da repórter e às fontes institucionais. Pedro dos Santos Mesquita, figura central da comunidade e diretamente afetado pelo tema, aparece em dois momentos que totalizam apenas 23 segundos (15,33% do tempo total da reportagem). O presidente interino do IBGE, Cimar Azeredo Pereira, tem 18 segundos de fala, reforçando a predominância de vozes institucionais. Já Paulo José Martins Ferreira, outro entrevistado quilombola, recebe apenas 6 segundos, ilustrando ainda mais a assimetria na distribuição do tempo.

A escolha de dedicar mais tempo ao off da repórter e às declarações de representantes institucionais demonstra um foco em apresentar o Censo sob uma ótica técnica, deixando em segundo plano as perspectivas daqueles diretamente afetados.

Ao analisarmos a representatividade de gênero e raça na reportagem, adotamos uma abordagem baseada na percepção visual dos participantes. Essa análise foi realizada com cautela e baseia-se exclusivamente nas imagens veiculadas, reconhecendo as limitações dessa metodologia.

Para a identificação de gênero, consideramos os marcadores linguísticos e visuais presentes na reportagem. Por exemplo, expressões como "neto da fundadora" foram interpretadas como indicativas de gênero masculino. Essa abordagem segue uma leitura binária, categorizando os participantes como homens ou mulheres, sem abarcar identidades não-binárias ou outras possibilidades. Reconhecemos que essa simplificação pode excluir nuances importantes.

No que diz respeito à identificação de raça, utilizamos a percepção da cor da pele como marcador visual para inferir a racialização dos participantes. Essa inferência, embora comum em análises visuais, não substitui a autoidentificação dos indivíduos e está sujeita a vieses e limitações. A racialização é um processo complexo, influenciado por fatores sociais e históricos, que esta abordagem necessariamente simplifica.

Nosso objetivo com essa metodologia é refletir sobre a representatividade e a diversidade nas narrativas jornalísticas, enfatizando a importância das vozes e corpos que aparecem em produções jornalísticas. Apesar das limitações inerentes, acreditamos que esta abordagem contribui para um debate mais amplo nas nossas análises.

Na reportagem analisada, a condução da narração ficou a cargo de uma repórter que, pela percepção visual, parece ser identificada como uma mulher negra, Lilian Ribeiro. Essa escolha tem o potencial de enriquecer a diversidade na representação jornalística, especialmente em temas relacionados às comunidades quilombolas. No entanto, é importante observar que, mesmo com essa escolha, as vozes quilombolas presentes na reportagem tiveram pouco tempo de destaque, o que limita a complexidade e profundidade da narrativa. Quando olhamos para as pessoas entrevistadas, percebemos que a maioria das falas é dominada por homens, como Pedro dos Santos Mesquita e Cimar Azeredo Pereira, o que reflete um desequilíbrio na representatividade dos corpos.

As falas dos homens na reportagem aparecem de forma mais analítica, enquanto as falas das mulheres estão associadas a questões mais descritivas, como o comentário da analista censitária, Isabela Nery Lima. Essa distribuição pode refletir uma preferência editorial que prioriza determinadas figuras em papéis mais analíticos ou institucionais, limitando o protagonismo de outras vozes dentro das comunidades quilombolas ou em esferas de decisão.

No que diz respeito aos entrevistados e às fontes de informação, observamos uma predominância de falas de pessoas identificadas como brancas, especialmente nas instâncias institucionais. Por exemplo, o presidente interino do IBGE, Cimar Azeredo Pereira, ocupa um papel de destaque como fonte institucional na reportagem. Paulo José Martins Ferreira, outro entrevistado que comenta sobre a realidade quilombola, também parece ser identificado como um homem branco. A prevalência de homens brancos em papéis de destaque reflete um padrão estrutural observado em diversas esferas da sociedade brasileira. Instituições como os três poderes da República, a mídia e o jornalismo, conforme apontam Pinto (2022), Terso (2022) e (Freitas, et al, 2021), ainda carecem de diversidade em posições de poder.

Estudos como os de Cida Bento (2022) em “O Pacto da Branquitude” destacam que o acesso a cargos de liderança permanece majoritariamente restrito a pessoas brancas, perpetuando uma lógica de exclusão estrutural.

Tabela 2 – Descrição da reportagem “PF entra na investigação do assassinato da líder quilombola que denunciava violência e a invasão de terras na Bahia” sobre ao assassinato de Mãe Bernadete, veiculada no Jornal Nacional no dia 18 de agosto de 2023

Reportagem	Transcrição da reportagem	Entrevistados/GC	Tempo de reportagem
Cabeça (William Bonner)	“As polícias federal e civil da Bahia estão investigando o assassinato de uma das principais lideranças quilombolas.”		30:53/31:01=8”
Off 1(Mauro Anchieta)	“Maria Bernadete Pacífico tinha 72 anos e estava à frente da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas. Mãe Bernadete, como era conhecida, era ialorixá, uma líder religiosa do candomblé. Ela foi assassinada em casa no quilombo Pitanga dos Palmares ontem à noite, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador.”		31:02/31:23=21”
Passagem (Mauro Anchieta)	“Testemunhas contam que Mãe Bernadete estava na sala vendo televisão, em companhia de três netos adolescentes, quando dois homens chegaram de moto e invadiram a casa. Eles usavam capacetes para não serem reconhecidos. Ainda de acordo com testemunhas, os homens tiraram os netos da sala, executaram Mãe Bernadete com vários tiros e fugiram.”	Pedro dos Santos Mesquita, agricultor e neto da fundadora do quilombo.	31:24/31:48=24”
Off 2 (Mauro Anchieta)	“Um crime parecido com o do filho dela, Flávio Gabriel. Foi assassinado há seis anos. Na época, ele era líder da comunidade Pitanga dos Palmares. Há três anos, a Polícia Federal assumiu as investigações. O crime permanece sem solução. O outro filho de Bernadete, Wellington, diz que a mãe vinha recebendo ameaças.”		31:49/32:09 = 20”
Sonora 1	“Foi um crime de mando que ninguém vai lá, pega uma idosa e dá 12 tiros numa idosa sentada que só faz o bem.”	Cimar Azeredo Pereira, presi. interino do IBGE.	32:10/32:15 = 5”
Off3 (Mauro Anchieta)	“Uma das linhas de investigação da polícia é o conflito pela posse da terra onde está o quilombo. São 852 hectares. Em nota, o Incra da Bahia disse que o processo de titulação está na fase de notificação de proprietários e posseiros dos imóveis		32:16/32:39 = 23”

rurais que estão dentro das terras do quilombo. Mas a polícia não descarta outras possibilidades.”

- Sonora 2 “Possível ameaça, uma possível atuação do tráfico de droga local, ou então o fato do crime ter acontecido também nessa comunidade quilombola, se há alguma correlação entre a atuação da vítima dentro dessa comunidade.” Isabela Nery Lima, analista censitária do IBGE. 32:40/32:53 = 13”
- Off 4 (Mauro Anchieta) “No mês passado Bernadete participou de um encontro com a presidente do Supremo Tribunal Federal denunciou ameaças e violências contra a comunidade quilombola. O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União enviaram um ofício à Presidência da República e ao Governo da Bahia para que sejam adotadas em caráter de urgência, medidas para a proteção dos territórios quilombolas no estado. Nas redes sociais, o presidente Lula afirmou que a líder religiosa cobrava justiça pelo assassinato do filho e que o governo federal, por meio dos Ministérios da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e Cidadania, mandou representantes e que aguarda a investigação rigorosa do caso. A Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, falou da importância de se combater a intolerância religiosa.” Paulo José Martins Ferreira, autônomo. 32:45/33:44 = 50”
- Sonora 3 “É importante dizer que o ataque contra terreiros, o assassinato, a liderança religiosa de matriz africana não é pontuais, né? E é por isso, é por esses motivos que o Ministério da Igualdade Racial tem um profundo compromisso com todo o povo de axé, né? Desde o início, desde o princípio desse ministério.” Pedro dos Santos Mesquita, agricultor e neto da fundadora do quilombo. 33:45/34:02= 17”
- Off 5 (Mauro Anchieta) “O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, do PT, se comprometeu em apurar o crime e afirmou que não vai permitir que defensores dos direitos humanos sejam vítimas de violência. Pela manhã, representantes do movimento negro e várias associações fizeram uma manifestação na frente da corregedoria da Polícia Civil da Bahia para cobrar justiça e respostas sobre o assassinato da lalorixá. O velório de Mãe Bernadete reuniu centenas de moradores, lideranças quilombolas e autoridades.” 34:03/34:35=32”

**Tempo total da
reportagem**

3' 42"

Legenda: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; presi. – presidente; GC – gerador de caracteres; ' – minutos; " – segundos.

A reportagem “PF entra na investigação do assassinato da líder quilombola que denunciava violência e a invasão de terras na Bahia”, a primeira sobre o assassinato de Bernadete Pacífico, exibida pelo Jornal Nacional em 18 de agosto de 2023 ([disponível no Globoplay](#)) e destacada na Tabela 2, revela uma cobertura jornalística que aborda várias dimensões de violência, justiça e liderança comunitária. Com 3 minutos e 42 segundos de duração, a reportagem representou 8,71% do tempo total do programa, que teve 42 minutos e 29 segundos.

A reportagem organiza sua narrativa em torno dos eixos: investigação policial, violência e justiça, destacando o papel das autoridades na resolução do caso. O termo "quilombola" (4 vezes) reforça a centralidade das comunidades quilombolas na narrativa, enquanto "Mãe Bernadete" (4 vezes) enfatiza sua relevância como liderança comunitária e religiosa. A gravidade do crime é ressaltada pelo termo "assassinato" (3 vezes), ao passo que "investigação" (3 vezes) evidencia o foco da reportagem na atuação policial e na busca por justiça.

No entanto, outros elementos fundamentais para compreender o contexto da violência contra quilombolas receberam um espaço significativamente menor na narrativa. A palavra "ameaças", mencionada apenas 2 vezes, sugere a relação entre o assassinato e o histórico de intimidações sofridas por Mãe Bernadete e sua família, mas sem explorar a recorrência desse tipo de violência contra lideranças quilombolas. O termo "posse de terra", citado uma vez, associa o crime aos conflitos agrários nos territórios quilombolas, que é um dos problemas que mais aflige essas comunidades, mas em um quantitativo bem menor que outros termos. O mesmo ocorre com a expressão "intolerância religiosa", também mencionada uma única vez, evidenciando o pouco destaque dado pelo telejornal ao preconceito sofrido pela comunidade e sua relação com a violência abordada na reportagem.

A análise da estrutura desta reportagem evidencia uma organização de seus componentes. Começa com a "cabeça" apresentada pelo âncora do JN, William Bonner cuja finalidade é informar rapidamente ao telespectador sobre o tema da produção jornalística. Com oito segundos, a introdução é concisa e impactante, projetada para prender a atenção da audiência.

A reportagem é segmentada em quatro blocos de "off," que são narrados pelo repórter Mauro Anchieta. Esses "off" totalizam 2 minutos e 26 segundos, intercalados ao longo da reportagem. Logo após o primeiro "off," segue-se uma passagem com 24

segundos de duração, que destaca a presença do repórter no local dos acontecimentos, o quilombo onde Maria Bernadete exercia sua liderança comunitária. Essa abordagem ajuda a contextualizar a reportagem e reforça sua credibilidade ao mostrar que a cobertura está ocorrendo diretamente no centro dos fatos.

A alocação de tempo em uma reportagem é uma decisão editorial crucial, que pode influenciar a percepção e compreensão da história pelo público. Nesta reportagem, observamos uma distribuição do tempo entre diferentes elementos narrativos. A primeira entrevista, com Wellington Moreira, filho de Bernadete, tem duração de 5 segundos. Embora breve, essa entrevista desempenha um papel significativo, quando um membro da família da vítima, que pode ser classificado como uma fonte "popular", ou seja, parece notadamente como vítima, cidadão reivindicador ou testemunha (Schmitz, 2011). "A figura da vítima é carregada de noticiabilidade, pois o público se interessa pelo sofredor, injustiçado ou pela desgraça do destino. Já o cidadão busca visibilidade para reivindicar os seus direitos" (Schmitz, 2011, p. 26).

Em contraste, a segunda entrevista, com Andrea Ribeiro, delegada e coordenadora do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP-BA), dura 13 segundos. A terceira entrevista, com Anielle Franco, Ministra da Igualdade Racial, tem duração de 17 segundos. Ambas as entrevistas podem ser lidas como fontes "oficiais", conforme a mesma categorização analítica proposta por Schmitz (2011), já que representam instituições públicas. Tal distribuição reflete uma hierarquia implícita de credibilidade e importância, onde as vozes institucionais recebem mais tempo e destaque, sugerindo uma maior legitimidade no discurso da reportagem em comparação às vozes populares, que, embora relevantes, ocupam menos espaço no tempo total da produção jornalística.

Entretanto, destaca-se que nesta reportagem a diversidade de perspectivas é perceptível, com a inclusão de fontes que, pela percepção visual, aparentam representar diferentes gêneros e racializações. Essa pluralidade, que inclui fontes institucionais e comunitárias, oferece uma abordagem mais ampla e potencialmente inclusiva.

A presença da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, é especialmente relevante, dado seu papel como fonte institucional. Sua participação enfatiza as dimensões religiosas e culturais da violência, destacando aspectos importantes no contexto brasileiro. No entanto, a ausência de menção direta à liderança quilombola

de Mãe Bernadete limita o potencial da narrativa em conectar essas questões à luta quilombola.

Tabela 3 – Descrição da reportagem “Despedida de Mãe Bernadete, uma das mais importantes líderes quilombolas do país, reúne multidão”, veiculada no JN, em 19 de agosto de 2023.

Reportagem	Transcrição da reportagem	Entrevistados/GC	Tempo de reportagem
Cabeça da reportagem (Heraldo Pereira)	“Uma multidão participou da despedida de Mãe Bernadete, uma das mais importantes líderes quilombolas do país. Ela foi assassinada na última quinta-feira na Bahia.”		01:18/01:28 = 00:10”
Off 1 (Camila Marinho)	“Mãe Bernadete foi homenageada com uma caminhada pelas ruas da cidade de Simões Filho e com um ritual do candomblé. No fim da manhã, o corpo dela foi levado para Salvador. Vestidos de branco, representantes de comunidades quilombolas de várias partes do país, amigos e parentes lotaram o cemitério Ordem Terceira de São Francisco para a última homenagem à lalorixá.”		01:29/01:53 = 00:24”
Sonora 1	Canto religioso		01:54/01:57” = 00:03”
Off 2 (Camila Marinho)	“Sob forte comoção, eles pediram justiça pelo assassinato da líder quilombola.”		01:58/02:03 = 00:05”
Sonora 2	Hoje eu peço a todas as autoridades presentes. Eu não quero que essa atrocidade vire estatística.”		02:04/02:14 = 00:10”
Off 3 (Camila Marinho)	“Mãe Bernadete foi enterrada no mesmo cemitério onde foi sepultado seu filho mais novo, Flávio Gabriel, há seis anos. Ele também foi assassinado na comunidade quilombola em Simões Filho. Até hoje o crime permanece sem solução. Na última quinta-feira, Mãe Bernadete assistia à televisão com três netos quando dois homens, que usavam capacetes, invadiram a casa, tiraram os adolescentes da sala e executaram a lalorixá com vários tiros, fugindo em seguida. Ela vinha denunciando ameaças e violências contra a comunidade quilombola. Pitanga dos Palmares e fazia parte do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal. A		02:15/03:14 = 00:59”

Sonora 3	<p>Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia era responsável por fazer a segurança da lalorixá com câmeras e rondas, mas a família da líder quilombola diz que houve falha na execução da medida protetiva.”</p> <p>"Não era 24 horas, era esporádico. Os policiais iam de manhã, ficavam vinte, trinta minutos, retornavam; às vezes iam à tarde, vinte, trinta minutos, retornavam. E tinham as câmeras também instaladas no terreno lá na casa. Só isso, a medida protetiva era essa."</p>	Jurandyr Welligton Pacífico, filho de Mãe Bernadete	03:15/03:28 = 00:13”
Off 4 (Camila Marinho)	<p>“O Escritório Regional para a América do Sul da ONU Direitos Humanos condenou o assassinato de Mãe Bernadete e pediu para que o crime não fique impune, com uma investigação rápida, imparcial e transparente.”</p>		03:29/03:41 = 00:26”
Passagem (Camila Marinho)	<p>“O assassinato de Mãe Bernadete segue sendo investigado pelas polícias civil e federal. Uma das hipóteses é que o crime tenha sido motivado pelo conflito pela posse da terra onde hoje está o quilombo Pitanga dos Palmares.”</p>		03:42/03:56 = 00:13”
Sonora 4	<p>"No momento, não abandonamos nenhuma possibilidade. Estamos verificando se existe alguma possibilidade de ser um conflito agrário, apesar de termos levantado que não houve nenhum registro de ocorrência de conflito recentemente."</p>	Heloísa Brito, delegada-geral da Polícia civil da Bahia	03:57/04:10 = 00:13”
Off 5 (Camila Marinho)	<p>“No mês passado, o Conselho Nacional de Justiça criou um grupo de trabalho para agilizar ações sobre as disputas de terras da região. Dois juízes do CNJ também foram para a Bahia para acompanhar os trabalhos. Representantes da comunidade esperam uma investigação rigorosa do caso.”</p>		04:11/04:28 = 00:17”
Sonora 5	<p>"É uma personalidade do Brasil que o Brasil não conseguiu proteger, mesmo tendo seu filho morto, mesmo dizendo que estava ameaçada. Nós precisamos dar um basta nisso já. As instituições do governo do Estado da Bahia, do governo</p>	João Jorge, presidente da Fundação Cultural Palmares	04:29/04:45 = 00:16”

Nota (Heraldo Pereira)	municipal, do governo federal, precisam tratar disso com eficácia." "Sobre as falhas na execução da medida protetiva apontadas pela família, a Secretaria de Justiça da Bahia disse que as câmeras instaladas na comunidade funcionavam 24 horas e que o contato de Mãe Bernadete com a polícia era diário."	04:46/05:02 = 00:16"
Tempo total da reportagem		3'34"

Legenda: ONU – Organizações das Nações Unidas; GC – gerador de caracteres; ' – minutos; " – segundos.

Fonte: Autor da tese, 2025.

A reportagem “Despedida de Mãe Bernadete, uma das mais importantes líderes quilombolas do país, reúne multidão”, destacada na Tabela 3 e exibida pelo Jornal Nacional em 19 de agosto de 2023 ([disponível no Globoplay](#)), teve duração de 3 minutos e 34 segundos, correspondendo a 11,35% do tempo total do programa, que naquele dia foi de 31 minutos e 25 segundos. Como uma *suíte*²⁸, a produção jornalística acompanhou o sepultamento de Mãe Bernadete, destacando as homenagens prestadas, as falhas nas medidas protetivas e o andamento das investigações. No entanto, o tratamento editorial evidenciou uma predominância de vozes institucionais, enquanto as falas da comunidade quilombola foram limitadas e breves.

A reportagem se estrutura em torno dos eixos temáticos: liderança quilombola, segurança pública e falhas institucionais, enfatizando o impacto da morte de Mãe Bernadete e a ausência de proteção eficaz para lideranças ameaçadas. O nome da líder quilombola é mencionado 8 vezes, reforçando sua relevância e a comoção nacional gerada por sua morte. O termo "quilombola(s)" (6 vezes) contextualiza sua atuação dentro da comunidade, enquanto "assassinato" (3 vezes) destaca a brutalidade do crime. O termo "medida protetiva" (3 vezes) evidencia as falhas nas políticas de segurança, enquanto "conflito agrário" (2 vezes) vincula o crime às disputas fundiárias. Já "câmeras" (3 vezes) e "polícia" (2 vezes) reforçam a narrativa sobre falhas na proteção da liderança quilombola.

Essa estrutura narrativa se reflete na organização da reportagem. Heraldo Pereira abre a produção jornalística com uma introdução de 10 segundos, fornecendo um contexto breve antes de Camila Marinho assumir a narração. Ao longo de 2 minutos e 11 segundos de offs, a repórter conduz a maior parte da reportagem, incluindo um primeiro off de 24 segundos, no qual descreve a caminhada e o ritual do *candomblé* realizados em homenagem a Mãe Bernadete. A presença de membros da comunidade quilombola, parentes e amigos é destacada, e a cobertura visual e descritiva do evento confere densidade ao relato. Essa abordagem, apesar de relevante, não aprofunda sua atuação como *l'alorixá* nem sua importância na luta pelos direitos quilombolas, limitando o entendimento da complexidade de sua trajetória.

²⁸ A *suíte* é um recurso jornalístico que consiste na continuidade da cobertura de um tema em edições subsequentes de um telejornal ou outro veículo de comunicação. Utilizada principalmente em casos de grande repercussão, a *suíte* permite o acompanhamento de desdobramentos, a inclusão de novas informações e o aprofundamento da notícia, mantendo o público atualizado sobre o assunto (Erbolato, 2004).

A reportagem também aborda a demanda por justiça, evidenciada nas falas da comunidade e das instituições envolvidas. A entrevista de 10 segundos, em que uma liderança quilombola apela para que o assassinato "não vire estatística", carrega uma forte carga emocional e destaca a frustração com a impunidade frequente em casos de violência contra lideranças quilombolas. No entanto, o tempo dedicado às vozes da comunidade é limitado, restringindo o impacto das suas preocupações e demandas dentro da narrativa jornalística.

A reportagem também destaca as falhas nas medidas protetivas que deveriam ter garantido a segurança de Mãe Bernadete. O depoimento de seu filho, Jurandyr Wellington Pacífico, identificado como quilombola, com 13 segundos de duração, critica as limitações do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, trazendo à tona questionamentos sobre a eficácia dessas políticas de proteção.

A investigação policial também é abordada na reportagem, destacando a hipótese inicial de que o assassinato de Mãe Bernadete teria sido motivado por conflitos agrários relacionados ao território do Quilombo Pitanga dos Palmares. A passagem de Camila Marinho dedica 13 segundos a essa questão, mas não aprofunda as implicações desses conflitos para a comunidade quilombola, limitando-se a uma menção breve e descritiva. Na entrevista da delegada-geral da Polícia Civil da Bahia, Heloísa Brito, a hipótese do conflito agrário é mencionada, mas imediatamente relativizada: "No momento, não abandonamos nenhuma possibilidade. Estamos verificando se existe alguma possibilidade de ser um conflito agrário, apesar de termos levantado que não houve nenhum registro de ocorrência de conflito recentemente." Essa declaração, embora mantenha aberta a possibilidade de um conflito territorial, simultaneamente enfraquece a narrativa das lideranças quilombolas ao sugerir que não há registros recentes que corroborem essa hipótese.

Essa abordagem reflete um padrão recorrente na reportagem, em que as falas de fontes institucionais acabam por deslegitimar, de forma implícita, as reivindicações das comunidades quilombolas. Ao inserir uma declaração oficial que minimiza a existência de conflitos agrários no território, a reportagem não apenas reduz o peso das denúncias da comunidade, como também reforça uma lógica que prioriza as versões institucionais sobre as vivências e demandas dos quilombolas. Isso limita o potencial de uma análise mais profunda sobre as tensões agrárias e a violência sistêmica enfrentada pelas comunidades quilombolas.

A escolha de destacar, ainda que brevemente, uma possibilidade que é em seguida descartada pela delegada, enfraquece a conexão entre o assassinato de Mãe Bernadete e os conflitos históricos sobre terras quilombolas. Essa narrativa institucionalizada acaba por minimizar os desafios enfrentados pelas comunidades e contribui para a manutenção de uma invisibilidade nas demandas quilombolas.

A participação de vozes institucionalizadas e internacionais, como a mensagem do Escritório Regional da ONU, citada no off da repórter Camila Marinho, recebe 26 segundos de destaque, reforçando o peso simbólico e político da pressão externa sobre o caso. Além disso, a criação de um grupo de trabalho pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para acelerar ações relacionadas às disputas de terra recebe 17 segundos, destacando os esforços das instituições para resolver a questão, mas sem discutir como essa mobilização afetará concretamente a situação dos quilombolas.

No final da reportagem, a voz de João Jorge, presidente da Fundação Cultural Palmares, aparece por 16 segundos criticando o Estado pela falha em proteger Mãe Bernadete e seu filho. Esse depoimento é essencial para evidenciar a insatisfação da comunidade com a proteção estatal, mas, como as outras vozes quilombolas, sua participação é curta, o que limita o espaço dedicado às perspectivas populares.

Ao final da reportagem é apresentada uma nota oficial emitida pela Secretaria de Direitos Humanos, que refuta as alegações feitas por Jurandyr, o filho de Mãe Bernadete sobre falha na segurança da mãe. A Secretaria afirma que as medidas protetivas foram devidamente aplicadas, buscando demonstrar que as políticas de proteção estavam, ao menos formalmente, em vigor. Esse posicionamento oficial introduz uma disputa narrativa significativa, em que as falas de um membro da comunidade, diretamente afetado pelo contexto de violência, são colocadas em oposição a uma instituição governamental que tenta sustentar a eficácia de suas políticas.

A inserção da nota oficial ao final da reportagem parece funcionar como uma tentativa de equilibrar ou responder às críticas apresentadas, mas também levanta questões sobre a própria dinâmica da narrativa jornalística. Ao dar destaque a um posicionamento institucional que refuta a vivência relatada, a produção jornalística pode ser percebida como atenuando a gravidade das falhas apontadas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Além disso, essa escolha editorial reforça a centralidade das fontes institucionais no debate público, priorizando notas oficiais e declarações de

autoridades, um padrão comum nos processos de produção jornalística. A inclusão do contraponto ao final da produção jornalística transmite a ideia de uma narrativa equilibrada, mas essa abordagem muitas vezes limita o aprofundamento das alegações conflitantes e restringe a pluralidade de vozes. Mesmo em situações em que as experiências vividas por comunidades e indivíduos diretamente afetados poderiam oferecer uma perspectiva mais rica e urgente, o telejornal privilegia as declarações institucionais, tratando-as como a principal referência sobre o tema. Essa abordagem deixa questões cruciais sem a devida contextualização ou análise crítica, dificultando a compreensão da audiência sobre a complexidade do tema e a avaliação da efetividade das políticas de proteção e das responsabilidades no assassinato de Mãe Bernadete.

A disputa narrativa exposta nessa reportagem reflete uma questão mais ampla no telejornalismo: como equilibrar a inclusão de vozes comunitárias e institucionais sem deslegitimar as vivências daqueles que enfrentam diretamente os desafios abordados? Nesse caso, a introdução da nota oficial parece minimizar, mesmo que de forma “não intencional”, a denúncia feita por Jurandyr, ao não explorar as possíveis discrepâncias entre as declarações institucionais e a realidade vivida pelos beneficiários das políticas públicas.

Em termos de gênero e raça, observou-se um equilíbrio na presença de homens e mulheres, conforme indicado pela percepção visual e os papéis desempenhados na narrativa. No entanto, as vozes que dominam a narrativa, como a de Camila Marinho, estão associadas a pessoas identificadas como brancas, segundo os critérios visuais adotados nesta análise. As falas de fontes comunitárias quilombolas, identificadas como masculinas, aparecem de forma breve e pontual, enquanto as vozes femininas dentro das comunidades não estão presentes nas entrevistas.

Tabela 4 – Descrição da reportagem “Novas testemunhas depõem sobre o assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete”, veiculada no Jornal Nacional no dia 21 de agosto de 2023

Reportagem	Transcrição da reportagem	Entrevistados/GC	Tempo de reportagem
Cabeça (William Bonner)	“As forças de segurança do governo federal e da Bahia se reuniram hoje para as investigações do assassinato brutal de Mãe Bernadete, uma das principais lideranças quilombolas do país”.		01:02/01:14=12”
Off 1 (Mauro Anchieta)	“A Secretaria de Segurança Pública da Bahia e a Polícia Federal discutiram estratégias de investigação para chegar aos executores e possíveis mandantes do assassinato de Bernadete Pacífico. Segundo o secretário de segurança do estado, tudo leva a crer que a lalorixá foi morta por atiradores experientes.”		01:15/01:33=18”
Sonora 01	“Eram pessoas que já estavam acostumadas a realizar a violência, usar arma de fogo em detrimento de outras vítimas.”	Marcelo Werner, secretário de Segurança Pública da Bahia	01:34/01:43=9”
Off 2 (Mauro Anchieta)	“Na noite da quinta-feira passada, Mãe Bernadete assistia à televisão quando dois homens, usando capacetes, invadiram a casa dela em Simões Filho, região metropolitana de Salvador. Os bandidos renderam os netos dela e a executaram com mais de dez tiros. Bernadete fazia parte de um Programa de proteção a defensores de direitos humanos.”		01:44/02:05=21”
Sonora 02	“Não houve nas visitas diárias da família, realizadas pela polícia militar do estado da Bahia, o relato de motivações específicas que seria assim algo além das medidas que já eram adotadas”.	Felipe Freitas, secretário de Justiça dos Direitos Humanos	02:06/02:18=12”
Passagem (Mauro Anchieta)	“Uma pessoa próxima à líder religiosa, que preferiu não se identificar, disse ao G1 que Bernadete relatou sobre a intensificação das ameaças nas últimas semanas. A presença de um homem que tentava vender terrenos no quilombo e as ameaças de grileiros e madeireiros, que queriam extrair madeira ilegalmente na região do quilombo Pitanga dos Palmares, que é uma área de proteção ambiental, foram mencionadas.”		02:19/02:43=24”
Off 3 (Mauro Anchieta)	“O Jornal Nacional teve acesso ao depoimento de dois netos dela. Wellington dos Santos, que estava na casa com a avó na hora do crime, disse que um dos assassinos aparentava ter vinte anos e um metro e setenta de altura e que o outro era mais jovem, deveria ter vinte anos, e que era mais forte. Disse que sua avó tinha muitos medos, especialmente depois da morte de um dos filhos. Flávio Gabriel foi assassinado a tiros há seis anos. O crime		02:44/03:35=51”

permanece sem solução. A irmã caçula de Wellington contou que os assassinos da avó fugiram levando cinco celulares. Os policiais estão tentando encontrar os aparelhos e identificar a moto usada no crime com a ajuda de imagens de câmeras de segurança. O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues do PT, informou que o governo está dando segurança à família de Mãe Bernadete.”

Sonora 03	“Cuidamos do cuidado e da responsabilidade que o estado tem que ter com a proteção tanto do filho Wellington quanto dos netos que presenciaram a morte da sua avó. Então, nós estávamos com o sistema de inteligência e de segurança trabalhando muito fortemente”.	Jerônimo Rodrigues, governador da Bahia	03:36/03:55=19"
Tempo total da reportagem			2' 46"

Legenda: GC – gerador de caracteres; ' – minutos; " – segundos.

Fonte: Autor da tese, 2025.

A reportagem “Novas testemunhas depõem sobre o assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete”, destacada na Tabela 4, foi exibida pelo Jornal Nacional em 21 de agosto de 2023 ([disponível no Globoplay](#)) e teve duração de 2 minutos e 46 segundos, representando 6,89% do tempo total do programa, 40 minutos e 11 segundos. O foco da produção jornalística recai sobre os avanços na investigação do assassinato de Mãe Bernadete, destacando as ações das forças de segurança para esclarecer o crime.

A narrativa da reportagem enfatiza os eixos: segurança pública, violência e ameaças, destacando a necessidade de proteção para lideranças quilombolas e suas comunidades. O termo "segurança" (6 vezes) surge como central na reportagem, ressaltando os riscos enfrentados por Mãe Bernadete e sua família. O nome da líder quilombola aparece 3 vezes, reforçando sua importância e a gravidade do crime. Os termos "assassinato" e "ameaças", ambos mencionados 2 vezes, evidenciam a brutalidade da violência e remetem ao histórico de intimidações sofridas antes do crime.

A narrativa começa com a cabeça de William Bonner, que, em 12 segundos, menciona que as forças de segurança do governo federal e do estado da Bahia se reuniram para discutir estratégias de investigação sobre o crime. Em seguida, o repórter Mauro Anchieta assume a narração em off, detalhando os desdobramentos das investigações. No primeiro off, que dura 18 segundos, Anchieta relata que a Secretaria de Segurança Pública da Bahia e a Polícia Federal estão coordenando esforços para localizar os executores e mandantes do crime. A reportagem traz depoimentos de fontes institucionais, como Marcelo Werner, secretário de Segurança Pública da Bahia, que, em 9 segundos, afirma que os assassinos eram pessoas acostumadas ao uso da violência e de armas de fogo. Embora sua fala tenha o objetivo de dar credibilidade ao processo investigativo, o tempo dedicado a esse depoimento é breve e não aprofunda a questão da motivação dos criminosos.

Em seguida, Mauro Anchieta retorna ao off, narrando por 21 segundos os eventos da noite do crime. Durante esse trecho, é feita uma breve referência ao Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, do qual Mãe Bernadete fazia parte. No entanto, a menção ocorre de maneira superficial, sem questionar criticamente as possíveis falhas desse sistema de proteção, o que enfraquece o potencial da reportagem de abordar questões estruturais relacionadas à segurança de

defensores de direitos humanos no Brasil. Neste off, pela primeira vez em três reportagens sobre o caso, o Jornal Nacional menciona a quantidade de tiros que vitimaram Mãe Bernadete, afirmando que ela foi "executada com mais de dez tiros". Essa formulação imprecisa, quatro dias após o assassinato ocorrido em 17 de agosto, levanta questões sobre o motivo de não apresentar um dado exato.

A escolha de usar uma descrição vaga pode ser interpretada de duas formas: ou reflete uma dificuldade na obtenção de informações detalhadas por parte da equipe jornalística, ou demonstra uma estratégia narrativa que evita um aprofundamento investigativo mais rigoroso. A ausência de precisão nos dados, especialmente em um caso de alta repercussão como este, compromete a credibilidade da narrativa e reduz o impacto da denúncia pública sobre o assassinato. Conforme apontado por Park (2008), a função do jornalismo vai além de informar: ele deve orientar a sociedade no mundo real, oferecendo clareza e contexto sobre os acontecimentos. A falta de precisão numérica e a ausência de aprofundamento na cobertura comprometem essa função orientadora, deixando lacunas na compreensão dos fatos.

A abordagem da reportagem privilegia uma descrição dos eventos, em detrimento de uma análise crítica das circunstâncias e implicações do crime. Isso limita a possibilidade de a notícia cumprir sua função de mobilizar a comunidade para a ação política e de promover debates qualificados sobre questões cruciais, como a violência contra defensores de direitos humanos e lideranças quilombolas. Assim, a narrativa apresentada se restringe ao relato pontual, sem situar o caso em um contexto mais amplo de vulnerabilidade estrutural enfrentada por essas comunidades. Outro depoimento institucional é dado por Felipe Freitas, secretário de Justiça dos Direitos Humanos, que, em 12 segundos, afirma que não houve relatos de motivações específicas nas visitas diárias realizadas pela polícia à casa de Mãe Bernadete. Após esse trecho, a passagem narrada por Mauro Anchieta ocupa 24 segundos, mencionando as ameaças recentes relatadas por Mãe Bernadete, incluindo a presença de grileiros e madeireiros interessados em explorar ilegalmente a terra quilombola. Esse aspecto do conflito agrário é mencionado de maneira superficial, em mais uma produção jornalística, sem aprofundar a relação entre a luta pela posse de terras e o assassinato de Mãe Bernadete.

Um ponto significativo da reportagem é o off de 51 segundos, onde são descritos os depoimentos dos netos que estavam presentes durante o assassinato.

Eles relatam as características físicas dos assassinos, elementos que estão sendo utilizados pelas autoridades para tentar localizar os criminosos.

A reportagem é finalizada com uma entrevista de 19 segundos com o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, que enfatiza as medidas adotadas pelo governo para proteger a família de Mãe Bernadete. Essa fala, como outros depoimentos institucionais ao longo da produção jornalística, reforça a ideia de que o Estado está agindo para enfrentar a situação. No entanto, o governador não aborda as falhas que permitiram que Mãe Bernadete fosse assassinada, mesmo estando sob um programa de proteção. A narrativa final, ancorada em uma fala institucional, reflete a visão que o telejornal busca imprimir sobre a realidade: uma tentativa de transmitir a eficiência do poder público, mesmo diante de uma tragédia que expõe falhas graves. Essa escolha de encerrar a reportagem com declarações que ressaltam ações corretivas evita uma análise crítica mais profunda e transfere o foco da responsabilização para a ideia de que o Estado está atuando.

Na análise de gênero e raça, com base em percepções visuais e nas informações disponíveis, a reportagem aparenta ser predominantemente conduzida por vozes masculinas, com diversidade limitada. William Bonner e Mauro Anchieta, ambos aparentemente identificados como homens brancos, assumem a maior parte da narrativa, acompanhados por Marcelo Werner, apresentado como uma fonte institucional. Embora Felipe Freitas e Jerônimo Rodrigues, aparentemente identificados como homens negros, também contribuam, a variedade de vozes é restrita, particularmente pela ausência de mulheres quilombolas.

A única referência indireta à comunidade quilombola ocorre por meio de relatos sobre os netos de Mãe Bernadete, sem falas diretas ou aprofundadas. A falta de depoimentos femininos, especialmente de mulheres quilombolas, revela um desequilíbrio, tanto de gênero, quanto de raça na reportagem. Essa ausência compromete a diversidade na construção da narrativa e invisibiliza perspectivas essenciais para uma compreensão mais abrangente das questões abordadas.

Em relação ao tempo e às fontes, a reportagem dedica mais de 1 minuto e 30 segundos à narração em off de Mauro Anchieta, o que representa mais da metade do tempo total. As vozes institucionais, como Marcelo Werner, Felipe Freitas e Jerônimo Rodrigues, ocupam 40 segundos. Já os relatos dos netos de Mãe Bernadete, embora essenciais para destacar o impacto do crime na comunidade quilombola, não são

apresentados diretamente; suas falas são interpretadas e narradas pelo repórter, o que limita a expressão genuína dessas vozes na narrativa.

Essa distribuição de tempo reflete uma centralização da narrativa em fontes institucionais, deixando pouco espaço para as vozes das vítimas e da comunidade quilombola. A reportagem dá ênfase aos desdobramentos das investigações e às ameaças enfrentadas por Mãe Bernadete, mas deixa pouco espaço para que as vozes quilombolas e femininas sejam ouvidas.

Tabela 5 – Descrição da reportagem “Parentes de Mãe Bernadete deixam o Quilombo Pitanga dos Palmares, na Região Metropolitana de Salvador (BA)”, veiculada no Jornal Nacional no dia 22 de agosto de 2023

Reportagem	Transcrição da reportagem	Entrevistados/GC	Tempo de reportagem
Cabeça (Renata Vasconcellos)	“Parentes de Mãe Bernadete deixaram o quilombo Pitanga dos Palmares na região metropolitana de Salvador. A líder quilombola foi assassinada na semana passada.”		14:10/14:21= 11”
Off 1 (Camila Marinho)	“Faixas de luto e policiais se revezando na área rural do quilombo em Simões Filho. A sede onde a líder quilombola Bernadete Pacífico foi assassinada na quinta-feira à noite permanece trancada. A casa da família está com os portões fechados. Desde o último sábado, os parentes decidiram não voltar mais pra casa.”		14:22/14:42 = 20”
Sonora 01	“Com a decisão da família de se retirar do local. Até porque foi um impacto muito grande. Os meus netos, meus sobrinhos viram a execução da avó, é uma coisa muito forte. Eu não sei se é porque, assim, nós quilombolas somos resistentes, mas tudo tem um limite.”	Jurandyr Pacífico, filho de Bernadete	14:43/14:57 = 14”
Off 2 (Camila Marinho)	“Mãe Bernadete assistia à televisão quando dois homens, usando capacetes, entraram na sede da associação, renderam os netos dela e a executaram com mais de dez tiros. Pela maneira como foi assassinada, a polícia acredita em execução por vingança.”		14:58/15:14 = 16”
Passagem (Camila Marinho)	“A polícia federal aumentou a quantidade de agentes que atuam no caso para contribuir com os trabalhos da polícia civil. Os investigadores já têm uma lista de suspeitos: pessoas com as quais Mãe Bernadete vinha tendo problemas de relacionamento. Madeireiros ilegais, vizinhos violentos e traficantes suspeitos de agir na região do quilombo.”		15:15/15:35 = 20”
Off 3 (Camila Marinho)	“Policiais também estão apurando se a morte dela tem alguma relação com o homicídio do filho, Flávio Gabriel, assassinado em 2017. Hoje, na abertura da sessão do Conselho Nacional de Justiça em Brasília, a presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, falou sobre o assassinato da líder quilombola, a quem conheceu durante visita à Bahia em julho deste ano.”		15:36/16:01 = 25”
Sonora 02	“Eu faço esse registro para dizer que eu não esquecerei e que o Conselho Nacional de Justiça vai continuar se empenhando e gestionando no sentido do esclarecimento desse bárbaro assassinato.”	Rosa Weber, Presidente do STF e do CNJ	16:02/16:20 = 18”
Tempo total da reportagem			2’4”

Legenda: Supremo Tribunal Federal – STF; Conselho Nacional de Justiça – CNJ; GC – gerador de caracteres; ' – minutos; ” – segundos.

Fonte: Autor da tese, 2025.

A reportagem “Parentes de Mãe Bernadete deixam o Quilombo Pitanga dos Palmares, na Região Metropolitana de Salvador (BA)”, destacada na Tabela 5, e exibida pelo Jornal Nacional, em 22 de agosto de 2023 (disponível no Globoplay), teve uma duração total de 2 minutos e 4 segundos, representando 5,16% do tempo total do programa, que, naquele dia foi de 40 minutos e 1 segundo²⁹. A produção jornalística aborda as reações da família de Mãe Bernadete após seu assassinato, destacando o impacto do crime na comunidade e os desdobramentos das investigações conduzidas pelas autoridades.

A reportagem estrutura sua narrativa nos eixos: comunidade quilombola, segurança e justiça, evidenciando a relação entre o assassinato de Mãe Bernadete e a falta de proteção para essas populações. O termo "quilombola(s)" (4 vezes) reforça a conexão da líder com sua comunidade e evidencia o impacto coletivo de sua morte. Seu nome é citado 3 vezes, ressaltando sua importância e a comoção gerada pelo crime. A palavra "polícia" (3 vezes) reflete o foco da reportagem nas investigações, enquanto "assassinato" (2 vezes) sublinha a brutalidade do crime. A menção a "ameaças", embora presente, surge de forma implícita, sem aprofundamento sobre os riscos que Mãe Bernadete e sua comunidade já enfrentavam antes do crime, sendo tratada apenas ao mencionar que sua família deixou o Quilombo Pitanga dos Palmares por não se sentir segura. No entanto, a reportagem não explora os fatores que contribuíram para essa insegurança, limitando-se a citar a presença de "madeireiros ilegais, vizinhos violentos e traficantes suspeitos de agir na região do quilombo".

A estrutura da reportagem reforça essa abordagem. Renata Vasconcellos inicia a produção jornalística informando que os familiares de Mãe Bernadete decidiram deixar o Quilombo Pitanga dos Palmares, na região metropolitana de Salvador, logo após o assassinato da líder. Em seguida, a repórter Camila Marinho narra o clima de luto que se instaurou na comunidade. Durante este trecho, que dura 20 segundos, são mostradas faixas de protesto e a vigilância policial no local, onde a família não se sentiu segura para retornar após o crime.

²⁹ O percentual foi calculado com base na duração integral do telejornal disponível no Globoplay. Embora as produções jornalísticas na plataforma incluam anúncios publicitários, o tempo total do conteúdo jornalístico permanece inalterado, pois a exibição dos intervalos não interfere na duração original do programa.

O único depoimento quilombola presente na reportagem é de Jurandyr Pacífico, filho de Mãe Bernadete, que em 14 segundos compartilha o impacto devastador que o assassinato teve sobre sua família, especialmente nos netos que presenciaram a execução da avó. Ele expressa o limite emocional que a família atingiu, ressaltando o trauma que os obrigou a deixar o local. Apesar da relevância emocional desse depoimento, ele ocupa um tempo muito curto, sendo logo seguido pelo off da repórter.

Em mais uma parte narrada por Camila Marinho, que dura 16 segundos, são fornecidos detalhes do assassinato de Mãe Bernadete, destacando que ela foi executada com mais de dez tiros. A polícia investiga a possibilidade de que o crime tenha sido motivado por vingança. Embora a reportagem não se aprofunde nas motivações do crime, devido ao estágio atual das investigações, o contexto mais amplo, como o histórico de ameaças e os conflitos agrários que afetam as comunidades quilombolas, poderia ter sido mencionado.

Em uma passagem de 20 segundos, Camila Marinho informa que a Polícia Federal intensificou as investigações, aumentando o número de agentes e colaborando com a Polícia Civil. A lista de suspeitos inclui madeireiros ilegais e traficantes que atuam na região do quilombo, sugerindo um possível conflito territorial. No entanto, o off não aprofunda as disputas históricas por recursos e poder que afetam as comunidades quilombolas, omitindo a complexidade que caracteriza essas relações. Além disso, o off introduz uma nova hipótese para o crime: "execução por vingança". Essa mudança narrativa contrasta com a segunda reportagem sobre o caso, que apontava o conflito pela posse da terra como uma das possíveis motivações do assassinato. A ausência de uma explicação para a alteração na hipótese gera inconsistências que podem confundir o público e enfraquecer a narrativa jornalística. Sem uma análise detalhada, a mudança editorial ignora as dinâmicas estruturais que envolvem os conflitos fundiários e pode desviar o foco de questões centrais para as comunidades quilombolas.

O uso do termo "vingança" traz implicações problemáticas, pois sugere, ainda que indiretamente, uma responsabilidade parcial da vítima no ato violento, já que a vingança pressupõe uma reação a uma ação anterior. Essa formulação é especialmente preocupante em contextos de vulnerabilidade, como o das comunidades quilombolas, onde as vítimas já enfrentam um histórico de marginalização. Além disso, ao enquadrar o crime como uma "vingança", a

reportagem individualiza o evento, desviando a atenção das causas estruturais e sistêmicas que perpetuam a violência contra defensores de direitos humanos. Ao priorizar uma hipótese que enfatiza o aspecto pessoal do crime, a reportagem desconsidera a dimensão coletiva e histórica da violência enfrentada pelas comunidades quilombolas. Essa escolha enfraquece o potencial da narrativa jornalística de contextualizar o assassinato como parte de uma luta mais ampla por direitos territoriais e sociais, reforçando uma abordagem imediatista e descritiva. Em última análise, essa estratégia editorial não só limita a compreensão do público, mas também invisibiliza as condições estruturais que sustentam as desigualdades e os conflitos enfrentados por essas comunidades.

O terceiro off da reportagem, com 25 segundos, menciona que as autoridades estão investigando uma possível conexão entre o assassinato de Mãe Bernadete e o assassinato de seu filho, Flávio Gabriel, em 2017. Essa menção reforça o histórico de impunidade em crimes contra defensores de direitos humanos em comunidades quilombolas.

A fala final da reportagem é da ministra Rosa Weber, que ocupa 18 segundos para garantir que o Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal estão comprometidos com o esclarecimento do crime. A fala de Weber, apesar de reafirmar o compromisso institucional com a justiça, não aborda as falhas nas medidas de proteção que já estavam em vigor e que não impediram o assassinato de Mãe Bernadete.

Seja pelas repórteres ou pelas fontes, a reportagem é dominada pelas falas femininas de Renata Vasconcellos, Camila Marinho e Rosa Weber. A única voz quilombola é a de Jurandyr Pacífico, que tem um espaço reduzido na narrativa. Com 14 segundos, seu depoimento é rapidamente substituído por informações institucionais e a continuação off.

Em termos de tempo e fontes, a reportagem dedica mais de 1 minuto e 20 segundos às narrações em off de Camila Marinho, enquanto as falas institucionais, como a de Rosa Weber, ocupam 18 segundos, e as vozes das vítimas diretas da violência, como Jurandyr Pacífico, são de 14 segundos. Essa distribuição de tempo reflete a centralização da narrativa nas fontes oficiais, diminuindo o espaço para as experiências e perspectivas da comunidade quilombola.

A reportagem oferece um panorama sobre o impacto do assassinato de Mãe Bernadete e os desdobramentos investigativos, mas falha ao proporcionar uma análise crítica mais aprofundada sobre as dinâmicas de poder e violência que afetam as comunidades quilombolas.

Tabela 6 – Descrição da nota coberta, “Ato público em Salvador cobra resposta das autoridades ao assassinato de Bernadete Pacífico”, veiculada no Jornal Nacional no dia 23 de agosto de 2023

Nota Coberta	Transcrição da reportagem	Entrevistados/GC	Tempo
Cabeça (William Bonner)	“Um ato público em Salvador pediu hoje uma resposta firme das autoridades ao assassinato de Bernadete Pacífico. Em Brasília, líderes religiosos e quilombolas participaram de uma caminhada na Câmara dos Deputados. Durante a sessão no Supremo Tribunal Federal, a presidente da Corte, ministra Rosa Weber, pediu um minuto de silêncio em homenagem à mãe Bernadete”.		18:53/19:18= 25”
Tempo total da nota			25”

Legenda: GC – gerador de caracteres; ” – segundos.

Fonte: Autor da tese, 2025.

A nota coberta “Ato público em Salvador cobra resposta das autoridades ao assassinato de Bernadete Pacífico”, destacada na Tabela 6, teve 25 segundos de duração e foi exibida pelo Jornal Nacional em 23 de agosto de 2023 (disponível no Globoplay). Em um programa com duração total de 25 minutos e 23 segundos, a nota representou 1,64% do tempo total.

A nota foca nos eixos: homenagem, violência e justiça, destacando o impacto simbólico da morte de Mãe Bernadete. O nome da líder quilombola é mencionado uma vez, associado à homenagem prestada durante o ato público em Salvador e à sessão do Supremo Tribunal Federal. O termo "assassinato" (uma vez) reforça a gravidade do crime e a necessidade de justiça, enquanto "quilombola" (uma vez) evidencia a participação de lideranças quilombolas na caminhada em Brasília. Embora o termo

"justiça" não seja citado diretamente, a cobertura reforça um apelo por soluções concretas e pela responsabilização dos culpados.

Lida por William Bonner, a nota destacou as repercussões públicas e institucionais do assassinato de Mãe Bernadete. Durante a breve cobertura, Bonner mencionou a realização de um ato público em Salvador, no qual manifestantes cobraram uma resposta firme das autoridades. A nota também enfatizou a presença de líderes religiosos e quilombolas na caminhada realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, evidenciando a mobilização política em torno do caso.

O ponto de maior destaque na nota foi a homenagem prestada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, que solicitou um minuto de silêncio em memória de Mãe Bernadete durante uma sessão no tribunal. O ato foi ressaltado como um gesto simbólico de reconhecimento, mas sem desdobramentos sobre seu impacto real nas investigações ou nas políticas de proteção a lideranças quilombolas.

Apesar de abordar as reações das autoridades, a nota não explora as vozes da comunidade quilombola ou dos manifestantes que participaram dos atos. A cobertura prioriza vozes institucionais, sem incluir a perspectiva das populações diretamente afetadas pelo assassinato. Além disso, o tempo reduzido – apenas 25 segundos – limita o aprofundamento sobre as demandas da comunidade quilombola e a complexidade do contexto em que o crime ocorreu, restringindo a narrativa a um registro protocolar dos atos públicos.

Tabela 7 – Descrição da nota “Multidão comparece a missa de 7º dia de mãe Bernadete em Salvador”, veiculada no Jornal Nacional no dia 24 de agosto de 2023

Nota Coberta	Transcrição da reportagem	Entrevistados/GC	Tempo
Cabeça (William Bonner)	“Uma multidão compareceu à missa de sétimo dia de Bernadete Pacífico na igreja do Bom Fim, em Salvador. A família da líder quilombola participou com proteção da polícia militar. Um ato do movimento negro pediu justiça pelos assassinatos de Mãe Bernadete e seu filho, Flávio Gabriel. Também houve manifestação na Avenida Paulista.”		12:09/2:34=25”

Legenda: GC – gerador de caracteres; ” – segundos.

Fonte: Autor da tese, 2025.

A nota coberta “Multidão comparece à missa de 7º dia de Mãe Bernadete em Salvador”, exibida pelo Jornal Nacional em 24 de agosto de 2023, teve 25 segundos de duração, representando aproximadamente 0,99% do tempo total do programa, que, naquele dia, teve 41 minutos e 57 segundos (disponível no Globoplay). A nota abordou os eventos em torno da missa de sétimo dia de Bernadete Pacífico, realizada na Igreja do Bonfim, em Salvador, destacando a grande mobilização popular e a presença da família da líder quilombola, que compareceu sob proteção da Polícia Militar.

A nota foi lida por William Bonner, que destacou a expressiva participação da comunidade na cerimônia, reforçando o impacto social da morte de Mãe Bernadete. A narrativa organiza-se em torno dos eixos: liderança, impacto social e busca por justiça, evidenciando a relevância do caso dentro da mobilização coletiva por direitos. A análise de predominância temática mostra que os termos “Mãe Bernadete”, “assassinato”, “quilombola”, “justiça” e “polícia” aparecem uma vez cada, o que demonstra a construção da narrativa em torno de elementos essenciais do caso.

A menção a “Mãe Bernadete” está vinculada à missa de sétimo dia, destacando a grande participação popular e a comoção gerada por sua morte. O termo “assassinato” enfatiza a tragédia que vitimou tanto Mãe Bernadete quanto seu filho, Flávio Gabriel, assassinado seis anos antes. A palavra “quilombola” reafirma a

identidade de Mãe Bernadete como liderança comunitária, enquanto "justiça" reflete o clamor por uma resposta efetiva das autoridades. Já a citação à "polícia" aparece no contexto da proteção à família da líder e das manifestações do movimento negro, evidenciando a preocupação com a segurança diante das ameaças enfrentadas pela comunidade.

Além da missa, a nota menciona a participação de movimentos sociais, com destaque para o movimento negro, que organizou um ato pedindo justiça pelos assassinatos de Mãe Bernadete e Flávio Gabriel. O impacto das mobilizações também se estendeu a outras regiões do país, com uma manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, reforçando a repercussão nacional do caso e a exigência por justiça.

Apesar de evidenciar a mobilização social, a nota não traz depoimentos diretos dos participantes dos atos ou dos familiares de Mãe Bernadete, optando por uma abordagem objetiva e factual. A cobertura se limita a relatar a realização das homenagens e protestos, sem aprofundar as demandas sociais ou o andamento das investigações. O foco da narrativa está na descrição dos eventos, sem explorar as razões estruturais que levaram ao assassinato ou as medidas concretas tomadas pelas autoridades.

Tabela 8 – Descrição da reportagem, “Suspeitos de participação na morte da líder quilombola Mãe Bernadete são presos na Bahia”, veiculada no Jornal Nacional no dia 04 de setembro de 2023

Reportagem	Transcrição da reportagem	Entrevistados/GC	Tempo
Cabeça (André Trigueiro)	<p>“A polícia da Bahia prendeu três suspeitos do assassinato da líder quilombola Bernadete Pacífico.”</p> <p>“O anúncio foi feito pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia. A polícia afirmou que prendeu o primeiro suspeito no dia 25 de agosto, oito dias depois do crime. O homem estava em Simões Filho, na região metropolitana de Salvador, com o celular de mãe Bernadete. No dia primeiro de setembro, outras duas prisões. Uma em Simões Filho, um homem com duas armas compatíveis com os cartuchos encontrados na cena do crime. A polícia técnica ainda está periciando as armas. E em Araçás, a 100 quilômetros de Salvador, um suspeito que confessou participação no crime. A polícia não divulgou os nomes deles. Ainda de acordo com as investigações, os assassinos não são pistoleiros profissionais, mas a polícia ainda não falou sobre a motivação do assassinato.”</p>		00:59 /01:05=6”
Off 1 (Mauro Anchieta)	<p>“A polícia já ouviu 64 pessoas no inquérito que investiga o assassinato de mãe Bernadete. O Departamento de Polícia Técnica está periciando, além das armas, 21 celulares apreendidos. O objetivo agora é chegar ao segundo executor, a um possível mandante e a quem mais possa estar envolvido.”</p>		01:06/01:54=48”
Passagem (Mauro Anchieta)	<p>“Se tiver qualquer outra pessoa que indiretamente auxiliou também, seja na ocultação, seja no recebimento de algum bem subtraído ou na ocultação de alguma informação, de alguma presença, também serão alcançados. Mas a gente tem que deixar as investigações encaminharem.”</p>	Marcelo Werner, sec. Segurança Pública/BA	01:55/02:14=19”
Sonora 1	<p>“Mãe Bernadete era lalorixá, uma líder religiosa do Candomblé e também a maior liderança do quilombo Pitanga dos Palmares, no município de Simões Filho. No dia 17 de agosto, dois homens armados invadiram a casa dela e a executaram com 12 tiros no rosto e 10 no peito. Mãe Bernadete estava no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos do Governo Federal desde 2017, quando um dos filhos, Gabriel Pacífico dos Santos, foi morto a tiros. O caso está sendo investigado pela Polícia Federal e o crime permanece sem solução. Hoje, o outro filho, Jurandir, falou sobre as investigações.”</p>		02:15/02:31=16”
Off 2 (Mauro Anchieta)	<p>“Eu espero que, além de prender essas pessoas, o que eu quero saber é quem mandou executar a mãe Bernadete e por quê. O culpado não é aquele que aperta o gatilho, é aquele que indica a casa, que dá informações preciosas e precisas. Então tem uns cinco, uns dez aí Para se prender.”</p>	Jurandy Welligton Pacífico, filho de Bernadete	02:32/03:11=39”
Sonora 2			03:12/03:30=18”

Off 3 (Mauro Anchieta)	“Hoje cedo, antes do anúncio das prisões, a ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, voltou a falar sobre a morte de mãe Bernadete durante um evento sobre questões raciais no poder judiciário.”	03:31/03:43=12”
Sonora 3	“Uma mulher negra a denunciar racismo e ameaças sofridas, uma mãe que convivia sem esmorecer com a indignação e o desconsolo infindo de um filho assassinado, havia seis anos, sem sequer a identificação dos criminosos, executores e eventuais mandantes, e que lutava com sua voz corajosa contra esta odiosa impunidade, é exemplo candente de que o Estado brasileiro falhou, e de que falhamos todos nós cotidianamente na defesa da vida, da integridade, dos valores e dos direitos da população negra em nosso país.”	Rosa Weber,03:44/04:40= presidente do STF 56”
Tempo total da Reportagem		3’41”

Legenda: Secretário – sec; Bahia – BA; GC – gerador de caracteres; ' – minutos; ” – segundos.

Fonte: Autor da tese, 2025.

A reportagem “Suspeitos de participação na morte da líder quilombola Mãe Bernadete são presos na Bahia”, destacada na Tabela 8, foi exibida pelo Jornal Nacional em 04 de setembro de 2023 (disponível no Globoplay), oferecendo uma cobertura jornalística que explora múltiplas dimensões do caso, incluindo violência, busca por justiça, falhas institucionais e o papel da liderança comunitária. Com 3 minutos e 41 segundos de duração, a reportagem ocupa aproximadamente 9,17% do tempo total do programa, que teve 40 minutos e 11 segundos naquele dia. A narrativa é organizada em torno de quatro eixos centrais: investigação policial, liderança quilombola, violência e justiça.

A reportagem enfatiza os eixos: investigação policial e segurança pública, destacando a atuação das autoridades na resolução do crime. O termo "polícia" (7 vezes) reflete a centralidade das investigações e das medidas de segurança. O nome "Mãe Bernadete" (5 vezes) reforça sua relevância como liderança quilombola e vítima do assassinato. A palavra "traficantes" (4 vezes) vincula o crime à sua luta contra o tráfico na região, enquanto "assassinato" (1 vez) e "segurança" (1 vez) sublinham tanto a brutalidade do crime, quanto as falhas institucionais nas medidas de proteção.

A estrutura narrativa da reportagem reforça essa abordagem. A abertura é conduzida por André Trigueiro, que em 6 segundos estabelece o tema central. Em seguida, um off inicial de 48 segundos fornece os primeiros detalhes sobre o crime e as investigações. A reportagem avança com uma passagem de 19 segundos, narrada por Mauro Anchieta, que aprofunda o trabalho das autoridades e a busca por mais envolvidos no crime.

A entrevista de 16 segundos com Marcelo Werner, secretário de Segurança Pública da Bahia, traz uma perspectiva oficial e institucional, essencial para compreender a resposta do Estado ao assassinato. Em contraste, o segundo off, de 39 segundos, oferece um panorama mais humano e comunitário, detalhando a vida de Bernadete Pacífico e a violência que ela e sua família enfrentaram. A inclusão de Jurandy Welligton Pacífico, filho de Mãe Bernadete em uma entrevista de 18 segundos, adiciona uma dimensão pessoal e emocional à narrativa, enfatizando a demanda por justiça e responsabilização. O terceiro off, de 12 segundos, fornece um elo de transição antes da fala final. O depoimento de Rosa Weber que dura 56 segundos, é o mais longo e oferece uma análise crítica das falhas institucionais e do racismo, abordando a impunidade e a necessidade de reformas sistêmicas.

A distribuição do tempo na reportagem resulta em uma abordagem que integra fatos e perspectivas institucionais. Nas análises do tempo das falas, os sujeitos que representam as instituições públicas recebem um tempo maior do que os sujeitos que sofreram a violência. No caso da reportagem, a voz popular é representada por Jurandyr Welligton Pacífico (filho de Bernadete Pacífico). Em contraste, a voz institucional é representada por Marcelo Werner (Secretário de Segurança Pública da Bahia) e Rosa Weber (presidente do Supremo Tribunal Federal). Embora a participação de Jurandyr adicione uma dimensão pessoal à narrativa, o tempo significativamente menor alocado à sua entrevista pode limitar a profundidade e a visibilidade das suas experiências e demandas.

A ênfase nas falas oficiais pode ser interpretada como uma tentativa de conferir credibilidade e autoridade à reportagem, assegurando ao público que a resposta oficial ao crime é robusta e bem fundamentada. No entanto, isso também pode ofuscar a voz do filho da vítima, que é essencial para humanizar a narrativa e evidenciar as consequências diretas da violência. A menor duração das falas pode resultar em uma representação que não dialoga com as perspectivas e experiências do próprio filho, levando o público a focar mais nas análises institucionais e menos nas demandas urgentes por justiça e proteção. Isso pode perpetuar uma narrativa onde as instituições parecem mais centrais e decisivas na resolução de conflitos, minimizando a importância da participação ativa e do empoderamento das comunidades afetadas.

Reitera-se que, embora as falas institucionais proporcionem uma análise necessária das falhas sistêmicas e das respostas políticas, é crucial que as vozes das vítimas recebam igual, se não mais, visibilidade para garantir uma narrativa empática.

A passagem narrada por Mauro Anchieta, destacando que "a polícia já ouviu 64 pessoas no inquérito, está periciando 21 celulares e armas apreendidas, e busca um possível mandante", ilustra o foco na atuação técnica do Estado. Embora essa abordagem transmita uma sensação de progresso, ela deixa de explorar as causas estruturais que contribuem para a violência contra lideranças quilombolas.

Além disso, a ênfase no trabalho da polícia pode transmitir uma imagem de eficiência institucional, sugerindo que a resposta estatal é suficiente. No entanto, essa perspectiva desconsidera as lacunas nos sistemas de proteção e justiça, limitando uma análise mais crítica sobre os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas. Ao adotar esse enfoque, a reportagem corre o risco de legitimar uma

visão otimista do papel das autoridades, sem abordar profundamente a violência e a vulnerabilidade dessas populações.

Outro ponto crucial é que a reportagem destaca pela primeira vez que Mãe Bernadete foi assassinada com um total de 22 tiros, sendo 12 no rosto e 10 no peito.

Esse “detalhe”, apresentado no off de Mauro Anchieta, chama atenção pela brutalidade do crime, mas também revela uma escolha narrativa que merece análise. Embora a violência extrema deva ser um ponto central para ressaltar a gravidade do caso, a menção ao número de tiros surge de maneira pontual, sem a ênfase que sua magnitude poderia demandar.

Esse dado, que poderia ser utilizado para reforçar a urgência e o impacto da violência sofrida por lideranças quilombolas, é tratado de forma breve, enquanto a reportagem se concentra em outros aspectos externos à comunidade, como as ações da polícia e as homenagens prestadas pela ministra. Esse enfoque desloca o foco das experiências e dores vividas pela comunidade quilombola e das falhas que permitiram que uma liderança sob proteção estatal fosse assassinada de forma tão brutal.

A ausência de uma abordagem mais contundente sobre a violência também reflete uma escolha editorial que prioriza narrativas institucionais em detrimento de uma exploração mais profunda das consequências diretas para a comunidade. Ao dar destaque à “ação” da polícia e à “reação” de figuras externas, a narrativa reforça uma percepção de eficiência estatal e homenagens simbólicas, enquanto o contexto de vulnerabilidade estrutural das comunidades quilombolas permanece subexplorado. Essa decisão editorial limita o potencial da reportagem de sensibilizar o público para as injustiças históricas e contemporâneas enfrentadas por essas populações.

Outro aspecto crucial a ser analisado nesta reportagem é a distribuição das vozes em termos de gênero e raça, observada a partir de uma abordagem, que infere essas características com base em marcadores visuais e contextuais, a reportagem revela uma predominância de vozes masculinas, como Mauro Anchieta (repórter), Marcelo Werner (representante institucional) e Jurandyr Wellington Pacífico (filho de Bernadete Pacífico), enquanto as vozes femininas são limitadas à breve participação de Rosa Weber, ministra do Supremo Tribunal Federal. A ausência de mulheres quilombolas na reportagem ressalta uma lacuna importante, considerando a centralidade das mulheres na liderança de muitas comunidades quilombolas. No que diz respeito à diversidade racial, a reportagem apresenta majoritariamente pessoas

identificadas como brancas, incluindo o apresentador e as principais fontes institucionais. A única exceção é Jurandyr Pacífico, identificado como quilombola, cuja participação representa um ponto de conexão com a comunidade diretamente impactada.

Tabela 9 – Descrição da reportagem, “MP-BA oferece denúncia contra cinco homens por envolvimento na morte de mãe Bernadete”, veiculada no Jornal Nacional no dia 16 de novembro de 2023

Reportagem	Transcrição da reportagem	Entrevistados/GC	Tempo
Cabeça (Heraldo Pereira)	“Na Bahia o Ministério Público denunciou cinco pessoas por envolvimento no assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete.”		17:13/17:21=0:08”
Off 1 (Mauro Anchieta)	“Os acusados vão responder por homicídio qualificado por motivo torpe e impossibilidade de defesa da vítima.”		17:22/17:28=0:06”
Passagem (Mauro Anchieta)	“Em três meses de investigação, a polícia ouviu oitenta pessoas. O inquérito concluiu que Mãe Bernadete foi assassinada porque se tornou uma ameaça para traficantes de uma facção criminosa que atua na área do quilombo Pitanga dos Palmares, na região metropolitana de Salvador.”		17:29/17:45=0:1”
Sonora 01	“Em razão da liderança que ela tinha no local, ela chamava as pessoas, ela dizia que não queria, inclusive ela mencionava que tinha algum indivíduo envolvido com o tráfico, com alguma coisa ilegal, que ela não queria no quilombo.”	Heloísa Brito	17:46/17:55=0:09
Off 2 (Mauro Anchieta)	“Segundo a polícia, os dois mandantes do crime estão foragidos: Marílio dos Santos, chefe do tráfico na região, e Ydney Carlos dos Santos de Jesus, além de um dos executores, Josevan Dionísio dos Santos.”		17:56/18:20=0:24”
Sonora (gravação autorizada pela justiça)	“Nesta gravação autorizada pela justiça, um dos suspeitos presos, Sérgio Ferreira de Jesus, avisa aos traficantes que Mãe Bernadete iria acionar a polícia.”		18:21/18:33=0:12”
Off 3 (Mauro Anchieta)	“Mãe Bernadete era lalorixá, uma líder religiosa do candomblé. No dia dezessete de agosto, dois homens invadiram a casa dela no quilombo Pitanga dos Palmares e a executaram com vinte e cinco tiros. A líder religiosa estava incluída no programa estadual de Proteção a Defensores dos Direitos Humanos. Tinha a casa monitorada por câmeras, e a polícia militar fazia rondas na região do quilombo, mas o aparato de segurança não foi suficiente para impedir a morte brutal da quilombola.”		18:34/19:04=0:30”
Sonora 02	“A motivação é absolutamente desprezível, imoral. Traficantes derem ordem para outros traficantes de uma mesma facção criminosa executarem uma liderança religiosa, que foi Mãe Bernadete, única e simplesmente porque ela combatia e era contra o tráfico de drogas na localidade.”	Luiz Neto	19:04/19:25=0:21”
Tempo total da reportagem			2’6”

Legenda: GC – gerador de caracteres; ' – minutos; ” – segundos.

Fonte: Autor da tese, 2025.

A reportagem “MP-BA oferece denúncia contra cinco homens por envolvimento na morte de Mãe Bernadete”, destacada na Tabela 9, foi exibida no Jornal Nacional em 16 de novembro de 2023 (disponível no Globoplay), com 2 minutos e 6 segundos de duração em um programa de 26 minutos e 6 segundos, representando 8,05% do tempo total de exibição. A reportagem é introduzida por Heraldo Pereira, jornalista negro, que dedica 8 segundos para informar sobre a denúncia do Ministério Público da Bahia contra os cinco suspeitos.

A narrativa da reportagem se estrutura em torno dos eixos: investigação policial, motivação do crime, liderança quilombola e falhas institucionais, priorizando o enquadramento jurídico e investigativo do caso. O termo “polícia” (4 vezes) reforça o foco nas investigações e na responsabilização dos envolvidos. Já “traficantes” (4 vezes) e “facção criminosa” (2 vezes) vinculam o crime ao conflito entre Mãe Bernadete e o tráfico no Quilombo Pitanga dos Palmares, deslocando sua imagem de defensora de direitos humanos para a de uma ameaça, o que pode descontextualizar sua luta social. O nome da líder quilombola aparece 5 vezes, associado tanto à sua atuação como lalorixá e liderança comunitária quanto à sua execução brutal, destacada pelos termos “executada” (1 vez) e “25 tiros”. A menção ao Ministério Público (1 vez) e ao termo “homicídio qualificado” (1 vez) reforça o enquadramento jurídico do crime, enquanto “ameaça” (1 vez) sugere um discurso que pode distorcer a identidade de Mãe Bernadete como símbolo de resistência. O termo “segurança” (1 vez) remete à ineficácia do Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, sem aprofundar as falhas estruturais do programa ou considerar a perspectiva da família sobre sua insuficiência.

Ao priorizar a narrativa institucional e fontes masculinas e brancas, a reportagem reforça uma hierarquia implícita que marginaliza vozes quilombolas e femininas, reduzindo a diversidade de perspectivas sobre o caso. Esse recorte limita o aprofundamento sobre os fatores estruturais que tornam lideranças quilombolas alvos constantes da violência, favorecendo um viés que enfatiza as ações do Estado, mas silencia as dimensões políticas, territoriais e sociais da tragédia.

Mauro Anchieta, jornalista branco, assume a narração do primeiro bloco, descrevendo os detalhes da acusação e ressaltando que os réus responderão por homicídio qualificado, com a agravante de impossibilidade de defesa da vítima. Esse trecho dura 6 segundos, refletindo as escolhas editoriais em torno das fontes e da construção narrativa. Em seguida, em uma passagem de 16 segundos, Anchieta

detalha as investigações, mencionando que, em três meses, a polícia ouviu 80 pessoas e concluiu que o crime teve a participação de traficantes. A narrativa institucional ocupa grande parte da reportagem, reforçando a priorização da cobertura das ações técnicas e investigativas do Estado.

Esse enfoque já havia sido central na quinta reportagem sobre o caso, veiculada em 04 de setembro de 2023, evidenciando um padrão narrativo que prioriza a atuação policial, mas ignora discussões mais amplas, como a vulnerabilidade das lideranças quilombolas diante de conflitos territoriais e da presença de facções criminosas.

A narração de Mauro Anchieta chama atenção também ao afirmar que "Mãe Bernadete foi assassinada porque se tornou uma ameaça para traficantes de uma facção criminosa que atua na área do quilombo Pitanga dos Palmares". Há uma mudança significativa na forma como a liderança de Mãe Bernadete é retratada na narrativa jornalística. Essa descrição desloca sua imagem de uma defensora de direitos humanos e liderança comunitária para uma figura interpretada como "ameaça", uma construção que merece atenção crítica.

Esse enquadramento, ainda que baseado na conclusão do inquérito policial, pode levar a uma percepção problemática do público. Apresentar Mãe Bernadete como "ameaça" contribui para uma narrativa que, intencionalmente ou não, descontextualiza sua luta por direitos territoriais e justiça social, vinculando-a ao conflito com agentes do crime organizado. Isso pode distanciar da sua atuação como liderança quilombola, comprometida com a defesa de sua comunidade contra forças estruturais de exclusão e violência. Além disso, ao usar o termo "ameaça", a narrativa carrega o risco de reforçar estereótipos que deslegitimam as lideranças de comunidades marginalizadas. Essa escolha retórica pode deslocar a atenção das causas estruturais da violência, como o abandono estatal e a ausência de políticas públicas efetivas para proteger essas comunidades, para uma percepção mais individualizada e polarizada da figura de Mãe Bernadete.

A transformação narrativa da liderança de Mãe Bernadete em "ameaça" contrasta com outras representações que poderiam priorizar seu papel de resistência e empoderamento comunitário. Essa abordagem ressalta a necessidade de um olhar mais atento e crítico às escolhas discursivas feitas na cobertura jornalística, considerando o impacto que essas construções têm na percepção pública sobre as vítimas e suas lutas.

A entrevista com a delegada Heloísa Brito, mulher branca, segue por 9 segundos, fornecendo contexto sobre a liderança de Mãe Bernadete e sua resistência ao tráfico no quilombo. A fala de Heloísa enfatiza a postura ativa de Mãe Bernadete em denunciar atividades ilegais e garantir a segurança da comunidade. No *off* seguinte, Mauro Anchieta informa que dois mandantes do crime e um dos executores estão foragidos, somando 24 segundos à narrativa na qual a investigação policial é novamente o foco. A reportagem inclui uma gravação autorizada pela Justiça com duração de 12 segundos, na qual um dos suspeitos alerta os traficantes de que Mãe Bernadete iria acionar a polícia. Essa parte da reportagem destaca a conexão entre as denúncias feitas pela vítima e sua execução brutal.

O último *off*, narrado por Mauro Anchieta, com 30 segundos, aborda a ineficácia do Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Apesar do monitoramento por câmeras e das rondas realizadas pela polícia militar, a proteção oferecida revelou-se insuficiente para evitar o assassinato brutal de Mãe Bernadete, o que expõe falhas significativas no programa e levanta críticas à sua efetividade. Este ponto merece atenção também porque apresenta um confronto entre os depoimentos apresentados ao longo das reportagens. Em coberturas anteriores, o filho de Mãe Bernadete havia afirmado que as medidas protetivas eram esporádicas e insuficientes: "Não era 24 horas, era esporádico. Os policiais iam de manhã, ficavam vinte, trinta minutos, retornavam; às vezes iam à tarde, vinte, trinta minutos, retornavam. E tinham as câmeras também instaladas no terreno lá na casa. Só isso, a medida protetiva era essa." No entanto, nesta reportagem, este *off* apresenta uma visão mais favorável à narrativa institucional. Essa abordagem desconsidera as falas do filho, que havia questionado diretamente a efetividade das rondas e do monitoramento. A narrativa do telejornal, ao enfatizar o aparato de segurança como uma tentativa robusta de proteção, tende a alinhar-se mais com a versão institucional, ao invés de explorar de forma crítica as discrepâncias entre os relatos da família e as afirmações das autoridades. Essa escolha reforça a legitimidade da instituição e minimiza as críticas vindas da comunidade, o que pode obscurecer falhas estruturais do programa de proteção.

Ao não articular esses contrapontos ou buscar um equilíbrio entre as versões, a reportagem deixa de oferecer ao público uma análise mais aprofundada das falhas que permitiram o assassinato de Mãe Bernadete. Esse desequilíbrio na construção narrativa compromete a pluralidade da cobertura e enfraquece a discussão sobre a

eficácia do Estado em proteger defensores de direitos humanos em contextos de alta vulnerabilidade.

Este off também evidencia uma inconsistência na apresentação de informações sobre a dinâmica do crime, especialmente no número de tiros mencionados. Desde a primeira até a sexta reportagem, as descrições evoluem de forma progressiva: de expressões genéricas como "vários tiros" nas primeiras produções jornalísticas, passam para "mais de dez tiros" na terceira, "12 tiros no rosto e 10 no peito" na quarta e quinta, e finalmente "25 tiros" na sexta reportagem.

Como mencionamos, essa variação nas descrições levanta questões sobre a abordagem editorial e a narrativa do telejornal. Embora possa ser interpretada como uma atualização baseada em novos dados das investigações, a inconsistência na apresentação afeta a clareza das informações transmitidas ao público. A progressão no detalhamento sem explicação editorial ou contextualização pode confundir a audiência, sugerindo falta de coesão na apuração jornalística.

O uso gradativo de mais detalhes, culminando na menção de "25 tiros", intensifica a percepção da brutalidade do crime, mas também evidencia uma lacuna no tratamento crítico do caso desde o início. A ausência de dados específicos nas primeiras reportagens diminuiu o impacto inicial do crime, que poderia ter gerado maior comoção e debate público sobre a violência contra defensores de direitos humanos.

Além disso, a ausência de uma análise crítica para justificar as mudanças nas informações apresentadas reforça uma narrativa que parece priorizar a dramatização progressiva do caso em detrimento de uma abordagem reflexiva e consistente. O detalhamento crescente, embora intensifique a percepção da brutalidade do crime, não é acompanhado por um esforço para contextualizar essas mudanças. Por exemplo, não houve, nas reportagens subsequentes, um resgate explícito das informações previamente divulgadas, algo como: "Nas últimas notícias, informamos que a execução envolveu vários tiros. Agora, novas informações confirmam que Mãe Bernadete foi brutalmente assassinada com 25 tiros, um ato de extrema violência que chocou a comunidade. Veja os detalhes no depoimento das autoridades e nas imagens que reforçam a gravidade do caso."

Essa falta de transparência e articulação nos dados transmitidos sugere um tratamento narrativo insuficiente e simplificado para um caso de tamanha complexidade. O telejornal não utilizou as suítes para aprofundar os aspectos

estruturais da violência que atingiu Mãe Bernadete, como o abandono estatal, os conflitos territoriais e a vulnerabilidade histórica das comunidades quilombolas. A ausência desse aprofundamento perpetua uma narrativa episódica que, ao invés de conectar o caso às dinâmicas mais amplas de exclusão e violência, mantém o foco em elementos pontuais, como as ações da polícia.

Por fim, a entrevista com o promotor, Luiz Neto que dura 21 segundos, critica a motivação desprezível dos traficantes, reforçando o caráter imoral e violento da execução de uma líder religiosa que resistia ao tráfico de drogas.

Ao longo da reportagem, a maior parte do tempo narrativo é ocupada por sujeitos que, com base na percepção visual, aparentam ser homens brancos, responsáveis pela construção da narrativa oficial e institucional. Essa predominância destaca uma hierarquia implícita de poder e representação, onde as vozes institucionais masculinas prevalecem sobre aquelas associadas às comunidades quilombolas, especialmente as femininas. Essa dinâmica reflete uma escolha narrativa que invisibiliza as experiências e perspectivas de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres quilombolas, limitando a diversidade de vozes na construção da narrativa jornalística.

Concluimos essas análises destacando que a predominância e a codificação temática das produções jornalísticas revelam um padrão narrativo centrado em eixos recorrentes, como investigação policial, segurança pública, violência e justiça. Termos como "polícia", "investigação" e "segurança" são frequentemente mencionados, reforçando um viés institucional que prioriza a atuação do Estado na resolução dos casos. Expressões como "quilombola" e "Mãe Bernadete" aparecem de forma recorrente, mas sem aprofundamento, limitando-se a um contexto factual. A repetição de termos como "assassinato", "ameaça" e "traficantes" sugere um enquadramento que vincula a violência contra quilombolas a disputas criminais, sem explorar as dinâmicas estruturais dessa vulnerabilidade. Já a reportagem sobre o censo quilombola se diferencia ao enfatizar a visibilidade e o reconhecimento estatístico dessas comunidades, com destaque para os termos "quilombola", "censo" e "população", mas sem aprofundar os impactos sociais desse levantamento. Dessa forma, as análises evidenciam uma cobertura marcada por um olhar do telejornal mais para as instituições, enquanto as questões estruturais, históricas e políticas que moldam a realidade quilombola seguem secundarizadas ou tratadas de forma superficial.

6.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para responder à questão norteadora desta pesquisa, concentramos nossa análise nos processos de **ancoragem** e **objetivação**, fundamentais para a formação das representações sociais. Esses processos se manifestam em palavras e expressões recorrentes nas reportagens, refletindo intenções editoriais e narrativas específicas. Ao destacar essas estruturas simbólicas, a investigação revela as bases que sustentam tanto a **visibilidade** quanto a **invisibilidade** das populações quilombolas no *Jornal Nacional*. Esse olhar crítico nos permite avançar na compreensão das relações entre mídia, poder e a construção das representações de grupos historicamente marginalizados.

A partir da leitura e análise dos conteúdos jornalísticos identificamos e categorizamos temas centrais. O discurso jornalístico organiza-se em torno de temas, que estruturam as narrativas e moldam as percepções sobre os acontecimentos. Nos materiais analisados, emergiram quatro grandes representações sociais que guiaram a narrativa das produções jornalísticas: **Identificação das comunidades quilombolas pelo Estado, presente na cobertura sobre o Censo Demográfico de 2022; Violência e Insegurança, Liderança quilombola e Investigação e Justiça**, destacadas nas produções **sobre** o assassinato de Mãe Bernadete. Essas categorias, baseadas em repetições de palavras-chave e sentidos atribuídos, configuram as representações sociais construídas pelo *Jornal Nacional* sobre as populações quilombolas ao longo de 2023. Nas análises a seguir, destacamos em **negrito** os processos de **ancoragem** e **objetivação** que estruturam os textos jornalísticos, buscando evidenciar como o discurso midiático configura a percepção pública sobre as comunidades quilombolas e seus desafios. Ao explorar essas categorias, o objetivo é demonstrar como a narrativa jornalística representa as populações quilombolas em 2023.

6.3.1 Identificação das comunidades quilombolas pelo Estado no Jornal Nacional

A construção da **Identificação das comunidades quilombolas pelo Estado no Jornal Nacional** como representação social na mídia está ancorada em um processo de reconhecimento que transcende o registro estatístico. A visibilidade das

populações quilombolas no Censo Demográfico, conforme apresentado na reportagem, simboliza um marco que rompe com a invisibilidade histórica dessas comunidades e insere suas demandas no cenário político-institucional, enfatizando a quantificação da população quilombola como um elemento central da narrativa. No entanto, ao restringir-se ao dado numérico e às declarações institucionais, a reportagem marginaliza a complexidade da luta quilombola, deixando de explorar os desafios estruturais e históricos que mantêm essas comunidades em situação de vulnerabilidade

Na reportagem, essa representação é introduzida por uma afirmação de William Bonner: “O Brasil tem um milhão e trezentos mil quilombolas. **Foi a primeira vez que o Censo Demográfico registrou esse grupo de cidadãos**”. O dado aqui não é meramente informativo; ele carrega o peso de um reconhecimento que, até então, era ausente. Essa passagem exemplifica como a identificação oficial das comunidades quilombolas representa uma transformação no lugar que essas populações ocupam na ordem social e política.

Nesse sentido, a reportagem contribui para que os quilombolas transcendam a condição de invisibilidade institucional para se tornarem sujeitos visíveis e contabilizados pelo Estado. No entanto, a maneira como o tema é tratado evidencia limitações importantes. Apesar do reconhecimento numérico e do ineditismo do registro oficial, a falta de repercussão e o pouco espaço dedicado ao tema no *Jornal Nacional* sugerem que essa visibilidade ainda é parcial e insuficiente. Além disso, há a ausência de aprofundamento crítico sobre o significado desse reconhecimento estatal. Embora os quilombolas sejam “visibilizados” como grupo demográfico, suas histórias, demandas e desafios permanecem em grande parte fora da narrativa midiática. Mesmo quando reconhecidas formalmente, sua presença nas esferas simbólicas e discursivas continua sendo tratada de forma superficial.

O processo de autoidentificação, descrito na fala de Lilian Ribeiro: “Pela primeira vez, **o Censo do IBGE contou o número de cidadãos que se autoidentificam como quilombolas**, integrantes de povos e comunidades tradicionais reconhecidos pela Constituição,” é fundamental para o entendimento dessa representação. A autoidentificação, nesse contexto, é um ato de reconhecimento pelo Estado e um exercício de agência por parte dos próprios sujeitos. Ao se autoidentificarem, os quilombolas reivindicam sua posição no espaço público, rompendo com as barreiras históricas que os excluíram. Esse processo oferece a

esses grupos a possibilidade de se definirem em seus próprios termos, em vez de serem moldados pelas estruturas de poder (Hall, 1997).

Ao longo desta reportagem, também é atribuída a identificação dessas populações por parte do Estado, criando a possibilidade de sua visibilidade em termos de planejamento e execução de políticas públicas. Além disso, essa atribuição é estendida aos entrevistados. Por exemplo, Pedro dos Santos Mesquita, neto de uma fundadora de quilombo, reflete essa questão ao afirmar: "**O IBGE é fundamental para poder divulgar e mostrar.** A gente ganhar visibilidade perante o poder público." Essa fala apresenta a expectativa de que a visibilidade proporcionada pelo Censo se traduza em melhorias práticas, como o reconhecimento de direitos e o acesso a serviços públicos.

A cadência da reportagem, composta por offs, sonoras e imagens, é organizada para transmitir essa leitura. Cada elemento contribui para reforçar a ideia de que essa inclusão é um passo importante, como evidenciado na fala de Isabela

Nery Lima, analista censitária do IBGE, que afirma: "essa **identificação dos quilombolas e como eles vivem, aonde eles vivem, é importante para que**, depois, possamos trazer mais serviços públicos para a vida deles."

Nesse contexto, a identificação é retratada como o primeiro passo rumo à inclusão social. No entanto, ao tratar o processo de identificação e visibilidade apenas como uma pré-condição para políticas públicas, a reportagem não aprofunda o suficiente o debate sobre o histórico de exclusão e marginalização enfrentado pelas comunidades quilombolas na relação com o Estado. Embora o foco nas conquistas técnicas do Censo seja evidente, a narrativa acaba por negligenciar as barreiras e desafios contínuos que essas populações ainda enfrentam, oferecendo uma visão limitada das dificuldades que persistem.

Além disso, não há uma análise crítica sobre os agentes e estruturas que perpetuam o *status quo*, nem questionamentos sobre os mecanismos de exclusão que continuam a marginalizar essas comunidades.

A ênfase na visibilidade estatística não é acompanhada de uma discussão sobre as condições de vida dos quilombolas, os entraves à regularização fundiária ou o acesso efetivo a políticas públicas. O reconhecimento numérico, embora essencial, não se traduz automaticamente em garantia de direitos. Ao restringir-se a aspectos factuais e imediatos, a cobertura jornalística negligencia as raízes históricas da

marginalização e da repressão que perpetuam a exclusão dessas comunidades, limitando a compreensão do problema em sua complexidade.

Nesse sentido, surgem questões importantes sobre a produção e os formatos das matérias, especialmente ao considerar o contexto desta reportagem: de que maneira as escolhas editoriais do Jornal Nacional influenciam a profundidade com que determinadas temáticas são tratadas? E como isso pode ser contrastado com outras pautas abordadas pelo telejornal no mesmo período?

A superficialidade dessa representação social pode ser explicada pelo modelo de telejornalismo adotado, alinhado ao formato estadunidense de **hard news**. Esse modelo, como descrito por Evandro Carlos de Andrade, ex-diretor da Central de Telejornalismo da Globo (Rezende, 2000), privilegia a apresentação rápida e objetiva de fatos, buscando manter uma postura de imparcialidade.

Estudos acadêmicos reforçam essa fala do repórter. A pesquisa "Novos rumos da cobertura ambiental brasileira: um estudo a partir do Jornal Nacional", conduzida por Girard, Loose e Steigleder (2020) aponta que o Jornal Nacional privilegia acontecimentos factuais em detrimento de análises contextuais mais amplas. A cobertura ambiental, por exemplo, relata eventos de forma superficial, sem conectar as notícias às causas ou consequências de longo prazo. Esse traço parece ser uma marca inerente ao estilo *hard news*, que prioriza uma visão panorâmica dos fatos, mas não promove discussões aprofundadas que poderiam ampliar a compreensão sobre temas complexos, como os que envolvem as comunidades quilombolas.

Contudo, ao refletirmos sobre as implicações desse modelo, fica evidente que a superficialidade observada nesta representação não se limita a uma consequência estrutural do formato *hard news*, mas reflete também escolhas editoriais. Embora o Jornal Nacional adote uma abordagem que privilegia a brevidade, é possível dedicar maior profundidade a determinadas pautas, mesmo dentro das limitações de tempo.

Essa reflexão se fortalece ao analisarmos como o telejornal abordou outras temáticas durante o mesmo período. Neste estudo, observamos que alguns assuntos receberam uma exploração mais profunda, contrastando com a urgência e a complexidade de questões como as das populações quilombolas. Em janeiro de 2023, nos dias 3, 4 e 5, o Jornal Nacional dedicou extensa cobertura a um evento internacional: a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos ficando sem presidente pela primeira vez em um século. Este caso destaca como certas escolhas editoriais podem priorizar temas que parecem menos relevantes para o cotidiano dos

brasileiros. Surge mais questão para a reflexão desta pesquisa: Quais critérios orientam a priorização de seleção de uma temática internacional como esta no *Jornal Nacional*, em detrimento de tantas outras questões nacionais relevantes, no telejornal mais longevo (Rezende, 2000) e de maior audiência da televisão aberta brasileira (Kantar Ibope Media, 2024)? No caso do Censo do IBGE, é importante distinguir entre a abordagem factual, que se concentra em dados imediatos e concretos, como números, e um aprofundamento analítico, que examina as motivações e os impactos subjacentes.

O aprofundamento permitiria ao público compreender 'o que' está sendo noticiado, assim como 'porque' e 'para quem' os eventos são relevantes, promovendo uma análise que desafiaria as estruturas que sustentam a exclusão das populações quilombolas. No entanto, a superficialidade dessa reportagem reflete uma marginalização sistemática das vozes quilombolas, evidenciando uma hierarquia histórica consolidada. Essa hierarquia, enraizada nas estruturas introduzidas pela modernidade e pelo colonialismo, perpetua desigualdades e invisibilidades, reforçando uma narrativa que privilegia as perspectivas dominantes em detrimento das comunidades marginalizadas (Costa, 2022).

Como aponta Quijano (2005), a raça foi instituída como uma categoria central para legitimar a dominação, criando sistemas de poder que perduram até hoje e moldam as decisões institucionais. Nesse contexto, acreditamos que as práticas jornalísticas, como parte dos processos institucionais, frequentemente privilegiam narrativas que reforçam essas hierarquias raciais. Isso se manifesta no destaque dado a instituições dominadas por elites brancas, enquanto as vozes das minorias são relegadas a posições secundárias, perpetuando desigualdades e invisibilidades. Ao operar dentro dessa lógica, o telejornalismo contribui para reproduzir representações descontextualizadas, dificultando a visibilidade e o reconhecimento das comunidades quilombolas e de seus protagonismos.

Essa abordagem superficial também influencia a forma como o público vê as comunidades quilombolas, reduzindo-as a vítimas passivas de violência e conflitos.

Ao não dar destaque à resistência histórica dessas comunidades e aos seus projetos políticos, o telejornal deixa de mostrar o papel ativo e fundamental dos quilombolas na luta por seus direitos e pela preservação de sua cultura. Isso faz com que a narrativa se torne incompleta e reforça estereótipos, dificultando o

reconhecimento do papel importante dessas comunidades na construção de uma sociedade mais justa e plural.

Outro efeito desse apagamento é a perpetuação de uma visão distorcida sobre o que significa ser quilombola no Brasil contemporâneo. Sem uma presença ativa na mídia, essas comunidades continuam sendo percebidas por estereótipos históricos e ultrapassados, como a ideia de que são grupos isolados ou que sua existência se resume à luta pela terra. Essa abordagem ignora a diversidade de experiências quilombolas e apaga suas contribuições culturais, políticas e econômicas para o país. Além disso, essa invisibilidade reforça um padrão mais amplo de apagamento da história negra no Brasil. A mesma mídia que cobre extensivamente temas como economia global, esportes de alto rendimento e violência urbana nos grandes centros ignora sistematicamente narrativas que poderiam evidenciar o papel dos quilombolas na preservação da memória coletiva do país.

Um aprofundamento mais significativo da reportagem sobre os quilombolas no Censo do IBGE poderia ser alcançado com a inclusão de vozes negras de referência, como Vercilene Dias, advogada quilombola e assessora jurídica da Conaq, e Selma Dealdina, quilombola e articuladora política da mesma organização. A presença dessas figuras traria perspectivas mais amplas e qualificadas, enriquecendo a narrativa e fortalecendo a representatividade das comunidades quilombolas na cobertura jornalística.³⁰

A representação das populações quilombolas ainda enfatiza a disparidade entre sua identificação populacional e a ausência de garantias territoriais, mas ignora as causas históricas e políticas dessa exclusão. Conforme destacado no telejornal: **“O Censo também identificou que apenas 12,6% dos quilombolas estão nos territórios delimitados no país. A grande maioria dessa população vive fora das áreas oficialmente reconhecidas.”**

Essa abordagem superficial no tratamento dos conflitos de terra é um ponto crítico desta representação. Estudos de José Arruti (2008) e Abdias Nascimento (1980) apontam que esses conflitos estão inseridos em um contexto mais amplo de violência institucionalizada e resistência histórica. A luta quilombola por terras

³⁰ **Entreviste um Negro** é uma plataforma que disponibiliza um banco de dados de especialistas negros, buscando ampliar a representatividade e a diversidade nas matérias jornalísticas. Apesar da existência de ferramentas como esta, a tendência de priorizar fontes brancas ainda prevalece em muitas produções midiáticas.

transcende as disputas territoriais, envolvendo a preservação da autonomia, cultura e sobrevivência política dessas comunidades. A inclusão dos quilombolas no Censo deveria ser analisada dentro desse panorama de violência física e simbólica que atinge essas populações. Contudo, ao não estabelecer essas conexões, o *Jornal Nacional* reduz a complexidade dos eventos, apresentando-os de forma fragmentada e desarticulada das dinâmicas estruturais que perpetuam sua exclusão e marginalização.

Nessa perspectiva, concordamos com Chaparro (2001) ao argumentar que o jornalismo deve transcender a simples transmissão de fatos, assumindo o papel de promover análises críticas e reflexivas sobre as questões sociais e políticas que impactam os grupos minorizados. No entanto, na reportagem analisada, o *Jornal Nacional* demonstra uma escolha em conectar os eventos imediatos às estruturas históricas e políticas que sustentam essas desigualdades.

A reportagem constrói essa visibilidade estatística a partir de objetivações (Censo Demográfico de 2022; Planejamento Político e Social), que transformam o conceito de reconhecimento em um dado concreto e quantificável. No entanto, essa representação limita-se a um enquadramento técnico e institucional, sem explorar como esse reconhecimento se traduz em políticas públicas efetivas ou na superação de desigualdades estruturais. Já as ancoragens (Histórico de Invisibilidade Institucional; Exclusão Territorial) inserem o dado do Censo em um contexto mais amplo de marginalização histórica, mas sem tensionar as dinâmicas políticas que perpetuam essa realidade. Dessa forma, a reportagem reforça a importância do Censo para a visibilidade quilombola, mas não aprofunda as barreiras que ainda dificultam a materialização dos direitos dessas comunidades.

6.3.2 Violência e Insegurança

A representação social de **Violência e Insegurança** nas reportagens sobre o assassinato de Mãe Bernadete é construída a partir da descrição do crime e do contexto em que ele ocorreu, enfatizando a gravidade e a brutalidade do assassinato, bem como a constante hostilidade e as ameaças enfrentadas pela líder quilombola. Essa narrativa insere o caso em um padrão recorrente de violência contra populações quilombolas, evidenciando a vulnerabilidade de quem defende seus territórios e direitos.

As produções jornalísticas (reportagens e notas cobertas) sobre o assassinato de Mãe Bernadete seguem um padrão discursivo que permeia a construção das representações sociais analisadas. Dessa forma, a abordagem utilizada para a leitura da representação social **Violência e Insegurança** será a mesma aplicada às próximas categorias, **Liderança quilombola** e **Investigação e Justiça**, utilizando diferentes produções jornalísticas relacionadas ao mesmo tema. As representações sociais dialogam entre si, compondo uma análise integrada do caso. Ao longo das análises, as **ancoragens e objetivações** serão destacadas em trechos específicos das reportagens e notas cobertas, evidenciando como diferentes narrações contribuem para a construção das representações sociais analisadas.

Na representação social **Violência e Insegurança** visualizamos que as produções jornalísticas reforçam a seriedade do crime por meio de termos como "assassinato", "executaram" e "brutalidade", conectando a violência sofrida por Mãe Bernadete a questões estruturais de exclusão e marginalização. "Possível ameaça, uma possível atuação do tráfico de droga local, ou então o fato do crime ter acontecido também nessa comunidade quilombola, se há alguma correlação entre a atuação da vítima dentro dessa comunidade" (primeira reportagem). Assim, as objetivações (brutalidade do crime; cenário do quilombo; falhas no programa de proteção) dão concretude à violência enfrentada por Mãe Bernadete e sua comunidade, enquanto as ancoragens (vulnerabilidade estrutural; declarações de autoridades; movimentos sociais e atos públicos) ampliam a narrativa ao conectá-la a questões políticas e sociais. Apesar disso, a abordagem carece de aprofundamento sobre as causas históricas e políticas que perpetuam essa violência, apresentando-a de forma fragmentada e sem o peso necessário para evidenciar a gravidade das dinâmicas enfrentadas pelas populações quilombolas.

O assassinato de Mãe Bernadete funciona como fio condutor para narrar desdobramentos e reações ao caso, como as investigações, o reconhecimento de sua liderança, homenagens, a saída de familiares do quilombo, a proteção policial em eventos, ações no STF e manifestações em cidades como Salvador, Brasília e São Paulo, além da conexão com o assassinato de seu filho. No entanto, a violência é tratada de forma pontual, sem contextualizar o papel que Mãe Bernadete representava como líder quilombola, religiosa e defensora de direitos humanos. "**Ela foi assassinada em casa no quilombo Pitanga dos Palmares** ontem à noite, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador (primeira reportagem)".

As produções jornalísticas enfatizam a brutalidade da execução, mas o foco fragmentado, como na descrição do crime em que "os homens tiraram os netos da sala, **executaram Mãe Bernadete com vários tiros e fugiram**" (primeira reportagem), e nas ações de segurança mencionadas em "as forças de segurança do governo federal e da Bahia se reuniram hoje para as investigações **do assassinato brutal de Mãe Bernadete**" (terceira reportagem), enfraquece a percepção pública sobre a urgência e profundidade das condições que tornam lideranças quilombolas alvos recorrentes de ameaças e assassinatos.

Moscovici (2009) argumenta que as representações sociais possuem o poder de cristalizar imagens que influenciam a percepção coletiva sobre determinados grupos e fenômenos. Nesse sentido, a representação de **Violência e Insegurança** pode ser interpretada como um reflexo da brutalidade do assassinato de Mãe Bernadete, que se torna um símbolo da tentativa de silenciamento tanto de uma liderança, quanto de uma luta coletiva pela defesa dos direitos quilombolas que ela encarnava.

O assassinato de Mãe Bernadete, descrito na reportagem como "dois homens invadiram a casa dela no quilombo Pitanga dos Palmares e **a executaram com vinte e cinco tiros**" (sexta reportagem), torna-se um símbolo de um ambiente em que a violência é normalizada. Esse ambiente de insegurança é reforçado por trechos como: "A casa da família está com os portões fechados. Desde o último sábado, os parentes decidiram não voltar mais pra casa" (quarta reportagem). Além disso, o histórico de ameaças enfrentadas pela líder é destacado: "Ela vinha denunciando **ameaças e violências** contra a comunidade quilombola Pitanga dos Palmares e fazia parte do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal. A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia era responsável por fazer a segurança da lalorixá com câmeras e rondas, mas a família da líder quilombola diz que houve falha na execução da medida protetiva" (segunda reportagem).

Essas narrativas, ao mesmo tempo que destacam a gravidade da situação, também contribuem para fixar uma representação que pode ser limitada, pois não contextualiza as dinâmicas estruturais que perpetuam essa violência e insegurança. Ao cristalizar a imagem da comunidade como desamparada, o telejornal reforça uma visão de passividade e vulnerabilidade que, embora reflita parcialmente a realidade no aspecto da vulnerabilidade, não reconhece plenamente a realidade dessas comunidades.

Outro ponto relevante nas produções jornalísticas que constroem a representação social de **Violência e Insegurança** é a conexão com o assassinato de Flávio Gabriel, filho de Mãe Bernadete, ocorrido seis anos antes. Essa relação, ainda que sutil, evidencia que a violência enfrentada pela família de Mãe Bernadete não é um evento isolado, mas parte de um ciclo contínuo de ameaças e insegurança. A menção, na quarta reportagem, de que “policiais também estão apurando se **a morte dela tem alguma relação com o homicídio do filho, Flávio Gabriel, assassinado em 2017**” reforça essa perspectiva, situando o caso em um contexto mais amplo.

Considerando essas observações e a realidade nas comunidades quilombolas, uma questão central vem à tona: como as comunidades quilombolas são representadas por meio da narrativa de violência e insegurança nas produções jornalísticas? Embora o assassinato de Maria Bernadete receba amplo destaque, as reportagens do Jornal Nacional constroem uma narrativa que reconhece a violência, mas não aprofunda suas causas estruturais. A brutalidade do crime é evidenciada, porém a discussão sobre os sistemas históricos e políticos que perpetuam essa violência permanece ausente. Assim, as comunidades quilombolas são representadas como marcadas pela **vulnerabilidade e insegurança**, desconectadas das dinâmicas de exclusão e marginalização que caracterizam a relação do Estado e da sociedade com esses grupos.

Elementos como o local do crime (um quilombo), a identidade da vítima (uma liderança quilombola e religiosa) e a brutalidade do assassinato (25 tiros) foram determinantes para que o caso alcançasse repercussão nacional. Embora essa hierarquia de critérios não seja explicitada, é provável que a equipe do telejornal tenha considerado os fatores mencionados como igualmente relevantes na decisão de transformar o evento em notícia. A relevância pública de Mãe Bernadete, tanto como liderança quilombola quanto como coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), destacou-se como um dos principais critérios de noticiabilidade. Sua notoriedade aumentou a propensão do caso a ser selecionado para cobertura midiática. Além disso, a brutalidade do crime, conferiu ao evento um caráter de excepcionalidade, reforçando seu valor-notícia.

No entanto, embora a série de produções jornalísticas produzidas a partir da informação inicial — “Mãe Bernadete é assassinada” — tenha utilizado a brutalidade como critério de produção, as reportagens subsequentes demonstraram uma

abordagem superficial na descrição do evento. Essa superficialidade reflete uma limitação editorial que negligenciou aspectos estruturais e históricos da violência, restringindo a narrativa às dimensões factuais e imediatas do caso.

Essa limitação também evidencia como a hierarquia de informações no jornalismo influencia a construção da narrativa. Para entender melhor essa dinâmica, é fundamental analisar os critérios de noticiabilidade utilizados, conforme discutido por autores como Mauro Wolf (1999) e Seixas (2018). Esses autores abordam os valores-notícia, que definem a seleção e a priorização de determinados fatos no noticiário, e destacam as convergências e divergências na aplicação desses critérios, permitindo compreender como decisões editoriais moldam a forma como os eventos são apresentados ao público.

Wolf (1999) define noticiabilidade como os elementos que permitem a seleção de eventos pelos veículos de comunicação, estruturando a rotina jornalística de forma dinâmica e justificável. Ele enfatiza a relevância da elite envolvida, a concorrência entre veículos e a capacidade do acontecimento de gerar boas imagens e conteúdo multimídia. Além disso, destaca a importância contínua de eventos com desdobramentos, como eleições presidenciais.

Seixas (2018), complementa as análises de Wolf (1999), ao enfatizar a proximidade geográfica e o número de pessoas afetadas indiretamente como fatores de relevância. Ela também ressalta a influência da linha editorial e do público-alvo na seleção de notícias, além do papel do jornalismo em amplificar a importância de certos eventos. Ambos concordam sobre a influência da temporalidade e da concorrência entre veículos na padronização da cobertura, o que pode limitar a diversidade de enfoques. No entanto, enquanto Wolf (1999) prioriza o impacto direto sobre muitas pessoas, Seixas (2018) destaca a abrangência dos efeitos indiretos, ilustrando uma abordagem mais ampla da relação entre fatos e audiência.

Ao adotar critérios de noticiabilidade que priorizam o impacto imediato e as dimensões factuais, como discutido por Wolf (1999) e Seixas (2018), o foco recai na brutalidade do crime e na ineficácia das políticas públicas, destacando a ausência de proteção institucional e a vulnerabilidade dessas populações. Embora essa abordagem possa gerar sensibilização no público, ela também contribui para cristalizar estereótipos, ao apresentar as comunidades quilombolas principalmente em contextos de tragédia. Essa priorização de narrativas de sofrimento reflete decisões editoriais que negligenciam a complexidade das lutas quilombolas, não reconhecendo

plenamente seu protagonismo histórico e a resistência ativa diante da exclusão e da violência sistêmica.

Essa desconexão entre as narrativas midiáticas e a realidade das comunidades marginalizadas se manifesta no tratamento midiático dessas populações, cuja visibilidade frequentemente depende de eventos trágicos ou episódios de violência. No caso do assassinato de Mãe Bernadete, embora tenha havido esforço de cobertura, a visibilidade emergencial não deveria ser a única forma de destacar narrativas relacionadas às comunidades quilombolas. Tal padrão reforça a ideia de que tragédias funcionam como catalisadores da atenção midiática, mas raramente resultam em acompanhamento contínuo ou em uma abordagem mais profunda das questões estruturais que cercam essas populações.

Há uma necessidade evidente de um diálogo mais próximo com essas comunidades, possibilitado, por exemplo, pela intermediação de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e lideranças locais. No entanto, persistem barreiras que mantêm as redações distantes dessas realidades, resultando em coberturas fragmentadas e em uma invisibilidade prolongada, rompida apenas por eventos de excepcional gravidade.

Esses elementos são fundamentais para compreender a complexidade da violência que afeta as comunidades quilombolas, especialmente quando líderes religiosos e políticos se tornam alvos preferenciais. A abordagem restrita a elementos factuais simplifica a narrativa e falha em explorar como essas formas de opressão se entrelaçam, perpetuando estruturas de exclusão e marginalização.

Apesar dessas limitações, é importante reconhecer aspectos positivos na cobertura do Jornal Nacional sobre o assassinato de Mãe Bernadete. O telejornal demonstrou um compromisso ao manter o caso em destaque, utilizando o recurso conhecido como "suíte", definido por Erbolato (2004, p. 74) como "a sequência que se dá a um assunto, nas edições subsequentes do jornal, quando a produção jornalística é quente e continua a despertar interesse dos leitores".

As reportagens acompanharam os desdobramentos do caso, como a prisão de suspeitos, contribuindo para manter o tema na agenda pública e pressionar as autoridades por transparência nas investigações. Esse esforço foi fundamental para garantir que o caso permanecesse em evidência. No entanto, como já discutido, a representação da violência foi tratada de maneira superficial.

Conforme demonstrado nesta tese, é possível apresentar múltiplas reportagens sobre um mesmo tema com maior contextualização e debate crítico. Assim, a superficialidade observada não pode ser atribuída apenas ao formato, mas também às escolhas editoriais que determinam a narrativa apresentada ao público.

6.3.3 Liderança quilombola

A representação, **Liderança quilombola**, é enfatizada pelas reportagens ao destacar a liderança de Mãe Bernadete como lalorixá e líder do quilombo Pitanga dos Palmares, sublinhando sua importância para a comunidade. As palavras "**líder**", "**lideranças**", "**quilombola**" e "**quilombo**" são mencionadas frequentemente.

Ao informar que Maria Bernadete Pacífico, com 72 anos, "**estava à frente da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas**" (reportagem 01), a reportagem estabelece sua relevância como uma figura de liderança e representante de uma organização nacional. Isso destaca seu papel na defesa e articulação dos direitos quilombolas em todo o país. Além disso, a reportagem reforça a ligação direta de Mãe Bernadete com as comunidades quilombolas ao mencionar repetidamente os termos "**quilombola**" e "**quilombo**", enfatizando a importância de sua liderança na manutenção e proteção dessas áreas.

A referência ao quilombo Pitanga dos Palmares, onde Mãe Bernadete foi assassinada, é fundamental para contextualizar sua atuação e os desafios territoriais enfrentados pela comunidade. O local do crime é descrito com precisão nas reportagens: "Ela foi assassinada em casa no quilombo Pitanga dos Palmares ontem à noite, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador" (primeira reportagem);

"No dia dezessete de agosto, dois homens invadiram a casa dela no quilombo Pitanga dos Palmares e a executaram com vinte e cinco tiros" (sexta reportagem).

A descrição de Mãe Bernadete é clara e consistente, destacando-se em reportagens como a primeira e a segunda, que ressaltam sua relevância enquanto liderança multifacetada: "**Mãe Bernadete era lalorixá, uma líder religiosa do Candomblé e também a maior liderança do quilombo Pitanga dos Palmares, no município de Simões Filho**" (primeira reportagem); "Maria Bernadete Pacífico tinha 72 anos e **estava à frente da Coordenação Nacional de Articulação das**

Comunidades Quilombolas. Mãe Bernadete, como era conhecida, era ialorixá, uma líder religiosa do candomblé” (segunda reportagem).

Essas descrições evidenciam o papel central de Mãe Bernadete como uma figura religiosa e comunitária no quilombo Pitanga dos Palmares. Sua liderança transcende as questões territoriais e políticas, abrangendo também a espiritualidade e a cultura das comunidades quilombolas. No entanto, a morte de Mãe Bernadete é tratada de forma limitada nas reportagens, restrita ao âmbito factual de sua execução e ao impacto imediato da perda para a comunidade quilombola.

Apesar de a estrutura narrativa implicar homenagem e reconhecimento, não há detalhes significativos sobre as reações da comunidade ou sobre o legado de sua liderança.

A representação social "**Liderança quilombola** " associa a figura de Mãe Bernadete à liderança religiosa e quilombola, mas limita-se a uma narrativa que prioriza o evento de sua morte, deixando de explorar de forma aprofundada as dinâmicas históricas, culturais e políticas que consolidaram sua relevância como liderança. Assim, enquanto as objetivações (figura da ialorixá e líder comunitária; local do crime; cargos e organizações) tornam tangíveis a liderança de Mãe Bernadete e sua conexão com as comunidades quilombolas, as ancoragens (ligação com o quilombo; reconhecimento nacional) inserem sua figura em um panorama mais amplo de resistência e desigualdade. No entanto, a cobertura jornalística limita-se a aspectos pontuais e emergenciais, priorizando sua morte em vez de explorar seu legado e conquistas.

Assim, nos questionamos: Quais foram os feitos de Mãe Bernadete? Quais conquistas marcaram sua trajetória? Quais elementos concretos definem sua importância? Essas questões ficam sem resposta, indicando uma superficialidade que negligencia aspectos essenciais de sua vida e contribuição.

Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando analisamos o tratamento midiático dado a outras lideranças religiosas, como Dom Geraldo Majella. Embora a causa da morte tenha sido distinta, a cobertura de Dom Geraldo transcendeu a apresentação factual, construindo uma narrativa que enfatizou marcos significativos de sua trajetória, como a criação da Pastoral da Criança e sua atuação como uma figura de impacto social e religioso. Além disso, a inclusão de depoimentos de amigos e admiradores ampliou a profundidade da cobertura, destacando seu legado e reafirmando a relevância de sua vida para além do evento trágico de sua morte.

Em contraste, a cobertura dedicada a Mãe Bernadete restringiu-se a uma abordagem superficial e fragmentada, relegando sua vida e suas contribuições a um plano secundário. Enquanto em outras narrativas jornalísticas a dualidade entre vida e morte é equilibrada por meio do destaque às realizações e ao legado, no caso de Mãe Bernadete, a ênfase recai exclusivamente sobre sua morte. Essa diferença de tratamento reflete as desigualdades narrativas estruturais, que priorizam determinados perfis de liderança, frequentemente associados a elites brancas, enquanto relegam lideranças quilombolas a uma visibilidade restrita a contextos de violência e tragédia.

Nesse sentido, é pertinente trazer contribuições de autores como Adilson Moreira (2020) e Djamila Ribeiro (2019, 2020), que discutem como a mídia frequentemente invisibiliza pautas fundamentais para populações negras e legitima microagressões ao tratar lideranças negras de forma superficial. No caso de Mãe Bernadete, essa dinâmica se manifesta pela ausência de uma linha narrativa que contemple sua história de luta e resistência. A cobertura do telejornal, ao não explorar seu protagonismo histórico, limita-se a uma abordagem pontual que não reflete a complexidade de sua vida e do contexto em que sua liderança se desenvolveu.

6.3.4 Investigação e Justiça

A representação social de "**Investigação e Justiça**" nas reportagens sobre o caso de Mãe Bernadete reflete uma dualidade entre o reconhecimento dos esforços das autoridades e uma crítica implícita às limitações e incertezas do processo investigativo. A narrativa constrói-se ao enfatizar a complexidade das investigações, ao mesmo tempo em que atribui uma credibilidade quase inquestionável aos discursos oficiais apresentados pelo telejornal. Esse processo é sustentado pelo uso recorrente de termos como "**investigação**", "**polícia**" e "**investigando**", que destacam a atuação das autoridades, mas também deixam entrever as fragilidades e desafios que permeiam o caso.

A narrativa acompanha de forma linear a evolução das investigações, enfatizando o papel de autoridades federais e estaduais. Declarações como "**as polícias federal e civil da Bahia estão investigando o assassinato de uma das principais lideranças quilombolas**" (primeira reportagem) sinalizam a seriedade inicial atribuída ao caso. Contudo, a continuidade do processo, evidenciada por frases

como **"a polícia ainda não falou sobre a motivação do assassinato"** (segunda reportagem), expõe lacunas e incertezas que comprometem a percepção pública de eficiência.

A ação das autoridades é sublinhada em momentos pontuais, como a prisão de um suspeito oito dias após o crime: **"a polícia prendeu o primeiro suspeito no dia 25 de agosto"** (segunda reportagem). Apesar disso, a menção de números elevados no inquérito – **"a polícia já ouviu 64 pessoas no inquérito e está periciando 21 celulares apreendidos"** (segunda reportagem) – sugere uma investigação, mas com resultados ainda indefinidos. Tal abordagem reforça a ambivalência entre o reconhecimento do comprometimento das autoridades e as críticas implícitas à eficácia do processo.

O envolvimento de múltiplas esferas do poder, incluindo autoridades judiciais e governamentais, evidencia a complexidade da busca por justiça em casos de violência contra lideranças quilombolas. A repetida menção de que as investigações estão "em curso" transmite uma narrativa de continuidade, mas também sugere lentidão e falta de resolutividade. Essa dualidade, por sua vez, reflete a tensão central da cobertura: de um lado, o reconhecimento da importância dada ao caso, exemplificado pela participação da Polícia Federal; de outro, a persistente sensação de impunidade e de falhas estruturais no enfrentamento de crimes contra líderes de comunidades marginalizadas. Ao centralizar os esforços das autoridades sem aprofundar as causas que perpetuam a violência contra lideranças quilombolas, o telejornal acaba reforçando uma narrativa que oscila entre a esperança de justiça e a crítica à ineficácia institucional.

A pressão social para que as autoridades ajam com maior firmeza é refletida em atos públicos, como o realizado em Salvador, que reivindicou uma resposta contundente ao caso: **"um ato público em Salvador pediu hoje uma resposta firme das autoridades ao assassinato de Bernadete Pacífico"** (primeira nota). Esse clamor popular dialoga com as críticas à insuficiência das medidas de proteção destinadas a líderes quilombolas e reforça a percepção de que há um histórico de omissões institucionais diante da violência contra comunidades marginalizadas.

Declarações de líderes políticos e autoridades públicas, como o presidente Lula, a ministra Anielle Franco, o governador da Bahia Jerônimo Rodrigues, a ministra do STF Rosa Weber e o presidente da Fundação Cultural Palmares, João Jorge, sublinham a necessidade de uma resposta mais coordenada e eficaz. Essas

manifestações, veiculadas por meio de redes sociais, sessões políticas, entrevistas e coletivas de imprensa, destacam tanto a urgência por justiça quanto a pressão por um tratamento sério e integrado aos crimes que atingem essas comunidades. No entanto, as reportagens analisadas não se aprofundam nos mecanismos institucionais que perpetuam essa violência, como a ineficácia do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, deixando de questionar de maneira crítica as falhas estruturais que comprometem a segurança.

Essa lacuna também levanta questionamentos sobre as fontes utilizadas na construção da narrativa. Como já destacado, a narração é majoritariamente ancorada em declarações de autoridades, incluindo a Polícia Civil e a Polícia Federal, o Secretário de Segurança Pública da Bahia, além de líderes políticos e institucionais. Entre todas as fontes, apenas o filho de Mãe Bernadete é identificado como uma voz popular, representando a perspectiva quilombola. Essa disparidade evidencia como as narrativas oficiais dominam o discurso, garantindo tempo e notoriedade, enquanto raramente são submetidas a questionamento crítico. Por que essas narrativas oficiais recebem destaque absoluto? O que justifica a ausência de confrontação ou contextualização em relação aos discursos apresentados? Tais lacunas expõem os desafios éticos e estruturais do jornalismo, que frequentemente relegam grupos marginalizados a representações simbólicas ou episódicas.

Essa predominância na representação de vulnerabilidade contínua e impunidade histórica centraliza a atuação institucional, deixando em segundo plano as demandas das comunidades quilombolas. Ao adotar essa abordagem, o telejornal prioriza uma narrativa que reforça a dependência de um sistema institucional que, reiteradamente, falham em garantir proteção e justiça a essas populações. As objetivações nesse contexto se manifestam na forma como elementos abstratos e complexos, como a ideia de justiça e eficiência institucional, são concretizados em imagens e expressões tangíveis. Já as ancoragens ocorrem ao relacionar a investigação e busca por justiça a elementos já conhecidos e presentes na memória social. As objetivações (ação policial concreta, eventos simbólicos, autoridade em cena), contribuem para concretizar a ideia de que o Estado está atuando, enquanto as ancoragens (narrativas oficiais de investigação; histórico de impunidade, figura da autoridade pública), vinculam o caso a narrativas familiares de ação institucional. Assim, as objetivações e ancoragens dessa representação reforçam uma percepção de que a investigação está em andamento, mas, ao mesmo tempo, perpetua uma

narrativa que evita enfrentar os elementos sistêmicos que perpetuam a violência e a impunidade contra lideranças quilombolas.

Ao negligenciar uma análise mais profunda, as reportagens restringem sua capacidade de oferecer uma visão crítica e transformadora. Essa ausência não é apenas uma falha editorial, mas também um reflexo de um modelo jornalístico que privilegia a reprodução de discursos hegemônicos, em detrimento de uma cobertura plural e comprometida com a justiça social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou compreender como as populações quilombolas foram representadas pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, ao longo de 2023. Por meio da análise de eventos marcantes e abordagens narrativas específicas, foram identificados padrões que revelam tanto a influência do telejornal na construção de representações sociais quanto os desafios relacionados à visibilidade e ao reconhecimento dessas comunidades. Essa análise contribuiu para um entendimento mais aprofundado das dinâmicas midiáticas que moldam a percepção pública de grupos historicamente marginalizados.

Ao longo desta pesquisa, guiada pela questão-problema "De que modo as populações quilombolas são representadas pelo *Jornal Nacional* em 2023?", aprofundamos nossa análise a partir de questões complementares que buscaram explorar os elementos estruturais e narrativos da cobertura. Partimos do pressuposto de que as representações midiáticas não são neutras, mas sim construções sociais que influenciam o imaginário coletivo, impactando a forma como a sociedade percebe e responde às demandas desses grupos. Essas reflexões foram fundamentais para desvendar como as escolhas editoriais do telejornal condicionam a visibilidade e o reconhecimento das populações quilombolas.

A análise revelou quatro representações sociais principais associadas às comunidades quilombolas: "Identificação das comunidades quilombolas pelo Estado", "Violência e Insegurança", "Liderança quilombola" e "Investigação e Justiça,".

Essas representações, embora reforcem alguns aspectos positivos, como a capacidade das comunidades quilombolas de agir e transformar suas realidades, muitas vezes perpetuam uma visão limitada dessas populações, reduzindo suas vivências a narrativas de conflito. Essa simplificação desconsidera a complexidade histórica e social que permeia a vida das comunidades quilombolas.

No contexto contemporâneo de um ambiente midiático fragmentado, o papel do telejornalismo como mediador das narrativas que contribuem para moldar o entendimento público se torna central. O *Jornal Nacional*, telejornal de maior audiência e mais longevo do Brasil ocupa um espaço de legitimação de discursos hegemônicos, conferindo visibilidade a certos atores e silenciando outros. Contudo, a tendência de priorizar narrativas episódicas e simplificadas frequentemente compromete a

profundidade das abordagens, limitando o alcance transformador das mensagens veiculadas.

A função pedagógica do jornalismo, como apontado por Verón (1983) e Vizeu (2005), deveria ser pensada sempre como caminho para a construção de compreensões mais amplas e críticas da realidade. Essa função é especialmente relevante no telejornalismo, que combina recursos visuais e narrativos para estruturar conteúdos que podem educar e informar o público. Contudo, no *Jornal Nacional*, observa-se uma reprodução de discursos institucionais e a falta de diversidade nas fontes, o que restringe sua capacidade de engajar o público em reflexões mais profundas sobre as questões estruturais que afetam as populações quilombolas. Esse ponto reforça a necessidade de repensar como o telejornalismo pode cumprir sua função pedagógica de maneira mais inclusiva e crítica, fomentando um entendimento mais amplo das dinâmicas de exclusão social.

A teoria das representações sociais, particularmente os conceitos de "ancoragem" e "objetivação" propostos por Moscovici (2009), nos ajudou a refletir sobre como o *Jornal Nacional* traduziu eventos complexos em narrativas acessíveis. Assim, as escolhas narrativas do *Jornal Nacional*, ao simplificar eventos complexos, acabam reforçando uma visão limitada da realidade. Embora esses recursos tornem os temas mais acessíveis, eles também reduzem a diversidade de perspectivas e silenciam questões estruturais, contribuindo para a perpetuação da invisibilidade e exclusão das experiências quilombolas.

As representações sociais produzidas pelo jornalismo não são neutras; elas moldam opiniões públicas, influenciam tomadas de decisões políticas e afetam diretamente a forma como a sociedade percebe e se relaciona com grupos marginalizados. A mídia tem um papel central na perpetuação ou desconstrução de estereótipos. Ao simplificar as questões complexas das comunidades quilombolas, o *Jornal Nacional* contribui para a reprodução das desigualdades e limita o potencial de transformação social que uma representação mais aprofundada poderia promover. Dessa forma, a abordagem adotada pelo telejornal contribui para a manutenção das dinâmicas de poder que sustentam a violência estrutural contra populações negras.

Apesar das limitações críticas já mencionadas, é necessário reconhecer que o *Jornal Nacional* teve contribuições significativas em sua cobertura, especialmente no caso do assassinato de Mãe Bernadete. O telejornal demonstrou compromisso ao manter o caso em destaque, utilizando o recurso jornalístico conhecido como "suíte".

Ao acompanhar os desdobramentos diários, o *Jornal Nacional* manteve o caso na agenda pública, permitindo que o público acompanhasse os novos detalhes da investigação, como a prisão de suspeitos e a conexão do crime com outros casos. Esse acompanhamento constante ajudou a pressionar as autoridades a manter a transparência nas investigações, o que foi essencial para sustentar o interesse público e garantir que o caso permanecesse em evidência, especialmente no contexto de violência contra lideranças de comunidades marginalizadas. Esses esforços evidenciam que, apesar de seus desafios, o telejornalismo pode exercer um papel relevante na promoção de justiça e transparência, quando está comprometido com um acompanhamento criterioso e ético dos acontecimentos.

Com base nas reflexões desta pesquisa, propomos, a seguir, algumas **orientações para a cobertura jornalística de populações quilombolas** para jornalistas que abordam temas relacionados a essas comunidades. Essas diretrizes buscam auxiliar na construção de narrativas mais inclusivas e sensíveis, promovendo uma cobertura que respeite as especificidades culturais, históricas e sociais das populações quilombolas. Fundamentadas nos achados desta pesquisa, elas destacam práticas que podem enriquecer as produções jornalísticas e corrigir vieses. Além do conteúdo textual, as orientações foram diagramadas e estão disponibilizadas no **Apêndice desta tese**, organizadas de forma acessível para facilitar sua consulta e aplicação no campo jornalístico, garantindo um jornalismo mais ético e representativo:

- **Diversificar as fontes de maneira estratégica:** não limitar a reportagem às vozes institucionais ou às lideranças mais visíveis. Incluir depoimentos de quilombolas que vivenciam as questões abordadas no cotidiano, garantindo representações que reflitam a diversidade interna das comunidades. Por exemplo, na cobertura de conflitos de terra, considere entrevistar mulheres quilombolas, jovens e idosos, que frequentemente têm perspectivas negligenciadas. Além disso, ajustar o processo de seleção de fontes para incluir vozes diversas é essencial para ampliar a pluralidade e o impacto das narrativas.
- **Contextualizar além do evento:** relacionar os fatos reportados com o contexto histórico e estrutural. Por exemplo, ao tratar de assassinatos de lideranças quilombolas, explore as dinâmicas históricas de violência contra essas lideranças, incluindo dados sobre ataques anteriores e o impacto das

omissões estatais na proteção dessas pessoas. Essa prática permite que a cobertura vá além do evento isolado e revele as causas estruturais que perpetuam as desigualdades.

- **Fugir dos estereótipos identificados:** evitar narrativas que reduzam as populações quilombolas a símbolos de resistência ou vítimas passivas. Em vez de apresentar a cultura quilombola apenas como patrimônio exótico, destaque também sua contribuição para debates contemporâneos sobre sustentabilidade, direitos humanos, meio ambiente e inovação social. Por exemplo, inclua como comunidades quilombolas têm liderado práticas agrícolas sustentáveis e iniciativas que dialogam com o presente.
- **Ampliar o tempo de apuração para investigações profundas:** como identificado nesta pesquisa, a abordagem superficial compromete a complexidade dos relatos. Dedicar tempo para explorar as várias dimensões do tema, buscando fontes locais e documentações históricas que complementem as perspectivas jornalísticas, é essencial para uma cobertura mais robusta e informada.
- **Desenvolver capacidade crítica contínua:** promover treinamentos que abranjam temas como racismo, história quilombola e práticas antirracistas no jornalismo. Além disso, fomentar uma cultura de diálogo e escuta ativa sobre diversidade nas redações pode ajudar a desmistificar preconceitos e ampliar a compreensão das especificidades das populações quilombolas.
- **Reconhecer a pluralidade das narrativas:** valorizar as vozes individuais sem homogeneizar experiências. Ao tratar de temas como preservação cultural, evitar simplificar os rituais e tradições quilombolas; em vez disso, mostrar como essas práticas dialogam com o presente, reforçando o papel dessas comunidades como protagonistas de suas histórias.
- **Criar uma abordagem ética e humanizadora:** assegurar que os quilombolas sejam representados de maneira digna e completa. Por exemplo, em vez de enquadrar reportagens apenas na perspectiva de perdas e tragédias, destacar também as conquistas, como as estratégias de organização comunitária e vitórias jurídicas. Criar espaços de acolhimento e atenção dentro das redações pode promover empatia e colaboração, refletindo positivamente na qualidade das reportagens.

- **Relacionar com políticas públicas:** incluir discussões sobre políticas públicas relevantes para as comunidades quilombolas, como os impactos de programas sociais, demarcação de terras e acesso a direitos básicos. Essa prática não apenas contextualiza a narrativa, mas também conecta o público às responsabilidades do Estado e da sociedade.
- **Observar e ampliar boas práticas que já existem:** Identificar exemplos dentro das redações em que jornalistas já adotam abordagens mais diversas e inclusivas. Em vez de criar algo do zero, o ideal é perceber o que já funciona e incentivar essas práticas. Se alguns jornalistas já consultam lideranças quilombolas ou evitam termos inadequados, por exemplo, essas práticas podem ser reconhecidas e formalizadas para que toda a equipe siga esse modelo.
- **Criar diretrizes claras e alinhadas com a inclusão:** Estabelecer regras e princípios que garantam que a cobertura respeite a história e a cultura das populações quilombolas. Para isso, é importante envolver a equipe na criação dessas diretrizes, garantindo que todos compreendam e sigam esses princípios. Isso pode incluir, por exemplo, um guia de linguagem recomendada, a obrigatoriedade de ouvir fontes quilombolas e a revisão de termos que possam reforçar estereótipos.

Estudos futuros poderão expandir essa abordagem, incluindo uma análise comparativa com outros veículos midiáticos e plataformas digitais. Isso permitirá compreender como diferentes meios abordam as questões quilombolas e identificar possíveis contrapontos ou convergências narrativas. Além disso, investigações que contemplem a perspectiva das próprias comunidades quilombolas sobre as representações midiáticas poderiam revelar como essas narrativas impactam suas experiências e estratégias de resistência.

Desse desdobramento, podem surgir reflexões sobre como o jornalismo pode, efetivamente, transcender os limites impostos pelas rotinas produtivas e promover uma cobertura mais comprometida com a justiça social. Isso inclui a necessidade de capacitação contínua dos profissionais de mídia para lidar com temas sensíveis e desenvolver narrativas mais plurais e inclusivas. Também se destaca a importância de repensar as métricas de avaliação jornalística, priorizando o impacto social e a

profundidade investigativa em detrimento de indicadores exclusivamente quantitativos.

Conclui-se que o telejornalismo, como mediador da construção da realidade social, tem um papel crucial na formação de percepções e pode contribuir para a promoção da justiça social. No entanto, suas limitações atuais revelam a necessidade de um comprometimento maior com narrativas transformadoras e inclusivas, que dialoguem com as demandas históricas e sociais das comunidades marginalizadas. Esta pesquisa contribui ao evidenciar como as representações midiáticas podem tanto reforçar, quanto desafiar desigualdades estruturais, destacando a urgência de repensar o papel do telejornalismo em um ambiente midiático em constante transformação.

REFERÊNCIAS

- Alma Preta. **Manual de redação**: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta. Disponível em: <https://almapreta.com.br/images/2023/11/manual-dereadacao-o-jornalismo-antirracista-a-partir-da-experiencia-da-alma-preta.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- Almeida, A. Os quilombos e as novas etnias. In: O'Dwyer, E. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- Almeida, A. **Abordagem societal das representações sociais**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-705, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/rHhKVKfRWrCyyfqVfrzLX9x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- Almeida, A.; Santos, M. **A Teoria das Representações Sociais**. In: Torres, C.; Neiva, E. (Org.). *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- Alsina, M. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.
- Alves, M.; Bueno, T. Vídeo amador no telejornal: revisão de literatura sobre a participação da audiência. In: Emerim, C. (org.). **Telejornalismo contemporâneo**: 15 anos da Rede Telejor. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2020. p. 260.
- Ambrosio, N. FAB usa violência em ação de despejo contra quilombolas em Alcântara**. *Amazonia Real*. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/quilombovista-alegre/>. Acesso em: 11 maio 2024.
- Andrade, M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- Andrade Neto, L. **A produção de notícias em formato híbrido no telejornalismo de rede da TV Globo**. Tese (Doutorado em Ciências da Informação). Universidade Fernando Pessoa. Porto-Portugal, 2022, 443 p.
- Antunes, E. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 85-99, dez. 2009.
- Araújo, D. **Vozes negras**: o (dis)curso quilombola do Alagadiço-BA. Juazeiro, 2017.
- Araújo, D. **Ta ni n'soro? As representações sociais dos quilombolas nos telejornais da Globo no Maranhão e na Bahia**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2021.
- Arruda, A. **As representações sociais: desafios de pesquisa**. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p. 09-23, 2002. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/25810/22597>. Acesso em: 2 mar. 2024.

Arruti, J. **Mocambo**: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru, 2006.

Arruti, M. Quilombos. In: Pinho, A. O.; Sansone, L., orgs. **Raça**: novas perspectivas antropológicas [online]. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 315-350.

Associação Brasileira de Antropologia – ABA e seu Comitê Quilombos (Brasília). **Manifestação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sobre o Processo n. 1035763-30.2021.4.01.3400, Ação Anulatória da Certificação Administrativa de Remanescentes de Comunidade Quilombolas emitida pela Fundação Cultural Palmares à Comunidade Conceição de Salinas (BA)**. 2021. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/manifestacao-da-associacao-brasileira-deantropologia-aba-sobre-o-processo-n-1035763-30-2021-4-01-3400-acao-anulatoriada-certificacao-administrativa-de-remanescentes-de-comunidade-quilombolas-em/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Associação Brasileira de Antropologia – ABA. **Manifestação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sobre o Processo n. 103576330.2021.4.01.3400, Ação Anulatória da Certificação Administrativa de Remanescentes de Comunidade Quilombolas emitida pela Fundação Cultural Palmares à Comunidade Conceição de Salinas (BA)**. Brasília, 15 jul. 2021. Disponível em: http://www.abant.org.br/files/20210715_60f0421740adc.pdf. Acesso em: 3 jan. 2025.

Barcelos, N. **Sobre normas somáticas e hierarquias “raciais” na publicidade**: complexas narrativas de cor entre Belo Horizonte e Salvador. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8592/1/BARCELOS.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

Batista, A. **Atrás da bancada**: trajetória dos apresentadores e modo de endereçamento do Jornal Nacional. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31110/1/Trajeto%C3%B3ria%20e%20Modo%20de%20Endere%C3%A7amento%20no%20Jornal%20Nacional.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Batista, T. E. P. **Intersecções entre ideologias linguísticas e raciolinguísticas na manutenção de hierarquias raciais**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 60, n. 1, p. 82–95, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661799>. Acesso em: 30 maio 2022.

Bento, M. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: Carone, I.; Bento, M. (Orgs.), p. 25-57. Disponível em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

Bernard, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

Biernacki, P.; Waldorf, D. **Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling**. Sociological Method Research, v. 10, 1981, p. 141-163.

Boaventura, K.; Alves, C. **Produção jornalística audiovisual na web**. In: ANAIS DO 17º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2019, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Campinas: Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/sbpjor-2019/trabalhos/producaojornalistica-audiovisual-na-web?lang=pt-br>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. Luís Gama é reconhecido por lei como Patrono da Abolição da Escravatura do Brasil. **Ministério dos Direitos Humanos**, 17 jan. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2018/janeiro/luis-gama-e-reconhecido-por-lei-como-patrono-da-abolicao-da-escravatura-do-brasil>. Acesso em: 22 fev. 2025.

Brito, R. **Exército silencia sobre aniversário do golpe após fim do governo Bolsonaro**. UOL, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/03/31/exercito-silencia-sobreaniversario-do-golpe-apos-fim-do-governo-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 24 dez. 2024.

Bruner, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Carneiro, S. **Movimento negro no Brasil: velhos e novos desafios**. in: CADERNO CRH, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002.

Carvalho, J. Apresentação. In: Santos, A. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

Cavenaghi, B.; et al. **O incômodo sucesso dos vídeos verticais**. In: Emerim, C. (org.). **Telejornalismo contemporâneo: 15 anos da Rede Telejor**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2020. p. 191–202.

Cenp-Meios. **Cenp-Meios registra crescimento de 10% no primeiro semestre**. Disponível em: <https://cenp.com.br/cenp-meio/>. Acesso em: 2 mar. 2024.

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

TIC em domicílios 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2022_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

Chaparro, M. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2001.

Ciência e a Cultura. (UNESCO), 2019. Disponível em: <http://unesco.org/openaccess/terms-use-ccbysa-en>. ISBN 978-85-7652-240-9. Acesso em: 3 jan. 2025.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2022**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasilpublicacao/14302-livro-2022-v21-web>. Acesso em: 24 maio 2024.

Comissão Pró-Índio. **Observatório terras quilombolas**. 2020. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>. Acesso em: 24 maio 2024.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 jan. 2022.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Terra de Direitos. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil: 2018–2022**. 2. ed. Curitiba: Terra de Direitos, 2023. PDF. ISBN 978-85-62884-33-7.

Corrêa, L.; Silveira, F. **Representação**. In: França, V.; Martins, B.; Mendes, A. (Orgs.). *Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação*. Belo Horizonte: PPGCom - UFMG, 2014.

Costa, D.; Melo, I. **Políticas públicas para a inclusão digital na educação: um caminho para reduzir a exclusão social e conduzir para a cidadania**. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*, v. 17, n. 1, 2023. Disponível em: <http://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/1333>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Costa, V. **À sombra da floresta: a Amazônia no jornalismo de televisão**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2022. ISBN 978-85-7803-513-6.

Da Silva, V. **Genocídio da população negra: a cobertura jornalística sobre o assassinato de Ághata Felix no Jornal Extra e no Alma Preta Jornalismo**. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0812202307572464d76594424c8.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

Dias, M. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Durkheim, É. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ed. Forense, 1970.

Eltis, D. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

Emerim, C. (org.). **Telejornalismo contemporâneo: 15 anos da Rede Telejor.** Organizadoras: Cálida Emerim, Ariane Pereira e Iluska Coutinho. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2020. 296 p.

Evaristo, C. **Insubmissas lágrimas de mulheres.** Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

Fanon, F. **Pele negra, máscaras brancas.** EDUFBA, 2008.

Feltrin, R. **Vídeo: quase 80 milhões de brasileiros só têm TV aberta em casa.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2020/10/20/video-80milhoes-de-brasileiros-so-tem-tv-aberta-em-casa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 14 abr. 2024.

Ferreira, J. **Fascismo de cor: inferências sobre um debate na perspectiva da semiose social.** *Mídia e Cotidiano*, v. 17, n. 3, p. 9-24, 28 set. 2023.

Fonseca, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

Freitas, J.; Portela, P.; Feres Júnior, J.; Sá, I.; Lima, L. **As políticas de ação afirmativa nas universidades federais e estaduais (2003-2018).** Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2021. p. 1-44.

Gadini, S. **Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade.** *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 33, ago. 2007.

García, J. **Realización de los géneros televisivos.** Madri: Editora Síntesis, 2002.

Gellner, E. **Nações e nacionalismo.** Lisboa: Gradiva, 1993.

Girardi, L.; et al. **Novos rumos da cobertura ambiental brasileira: um estudo a partir do Jornal Nacional.** *Trajectoires humaines et dynamiques socioenvironnementales*, Porto Alegre, RS, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/2054>. Acesso em: 18 out. 2024. DOI: 10.25965/trahs.2054.

Gomes, F. S. dos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX).** São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

Gomes, F. **De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social.** São Paulo: Claro Enigma, 2011.

Gomes, I. **Estabilidade em Fluxo: uma análise cultural do Jornal Nacional, da Rede Globo.** *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.* Recife: Intercom, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br>. Acesso em: 2 mar. 2024.

Gonçalves, T. **A abordagem do Enquadramento nos Estudos de Jornalismo.** *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, n. 5/6, jul. 2011.

Gonzalez, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

Goya Fontella, L. O conceito de etnogênese: o dinamismo histórico das identidades coletivas. **Revista História: Debates e Tendências**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 19 - 35, 2019. DOI: 10.5335/hdtv.1n.20.10409. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10409>. Acesso em: 22 fev. 2025

Grosfoguel, R.; Bernardino-Costa, J. **Decolonialidade e perspectiva negra**. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **Jornalismo brasileiro**: raça e gênero de quem escreve nos principais jornais do país. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-raca-e-genero-de-quem-escreve-nos-principais-jornais-do-pais/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Guena, M. **A cultura quilombola e sua presença nos espaços urbanos**.

Disponível em:

<https://ojs.pensamultimedia.it/index.php/studium/article/download/2224/2032/8147>.

Acesso em: 7 jan. 2023.

Guena, M. **Perfil da comunidade quilombola do Alagadiço**: entre textos e imagens (Juazeiro-BA). 2014. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1751-1.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2023.

Guena, M.; Santos, C. (orgs.). **Racismo na comunicação, até quando?** Curitiba: CRV, 2022. 224 p. DOI: 10.24824/9786525130651.

Hall, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. *Educação & Realidade*, jul./dez. 1997a.

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Porto Alegre: DP&A, 2006.

Hall, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Unesco, 2003.

IBGE. **Banco de dados da coleta do Censo Demográfico 2022**. Consolidado em 29 ago. 2022. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/de9d53a91236338cea13d76914208621.xlsx. Acesso em: 3 jan. 2025.

Ireton, C.; Posetti, J. **Jornalismo, fake news & desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação.

Jodelet, D. **Représentations sociales**: un domaine en expansion. Paris, 1989.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/327136979> Les representations sociales un domaine en expansion. Acesso em: 1 jul. 2023.

Kantar Ibope Media. **Inside video: jornadas fluidas de narrativas cross-media 2024**. Disponível em: <https://kantariopemedia.com/inside-video-2024/>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Kantar Ibope Media. **Inside video: novos horizontes e descobertas 2022**.

Disponível em:

<https://www.kantariopemedia.com/wpcontent/uploads/2022/05/Inside-Video-2022-Kantar-IBOPE-Media.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Lander, E. Apresentação. In: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 19-20.

Leite, I. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ha/a/4CD96PrdycJX6xKSjLfrmbS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Leite, I. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

Lourenço, S. **Ações afirmativas para estudantes quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ)** na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Campos: Revista de Antropologia, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2016.

Lucas, M. **Sobre noção de representação em filosofia e na pesquisa cognitiva em inteligência artificial**. *Textos & Debates*, Boa Vista, v. 1, p. 13-29, 1995.

Martins, R. **As representações sociais do Nordeste no Jornal Nacional**. 2017.

Disponível

em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/28355/1/TESE%20Renata%20Echeverria%20Martins.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2023.

Maciel, P. **Jornalismo de televisão**. Porto Alegre: Sagra, 1993.

Malcher, M. **Identidade quilombola e território**. In: III Fórum Mundial de Teologia e Libertação, 2009, Belém. *Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação*. Belém: [s.n.], 2009. p. 399-421. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/120.pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

MATTOS, H. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

Mattos, S. **A evolução histórica da televisão brasileira**. In: Vizeu, A.; Porcello, F.; Coutinho, I. (Orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 23-55.

Mayoral, J. **Redacción periodística en televisión**. Madri: Editorial Síntesis, 2008.

Media ownership monitor brasil (mom-brasil). Proprietários da mídia. Disponível em:
Acesso em: 13.nov.2020.

Memória Globo. **31 de março de 1964: apoio ao golpe de 64 foi um erro**. *O Globo*. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoioao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em:
<http://brazil.momrsf.org/fileadmin/rogmom/output/brazil.momrsf.org/brazil.mom-rsf.org-pt.pdf>. 24 dez. 2024.

Mesquita, G.; Araújo, D. **Uma análise da representatividade das comunidades quilombolas no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**. *Esferas*, v. 1, n. 28, 26 dez. 2023.

Mesquita, G.; Vizeu, A. **Intervenho, logo existo**: a audiência potente e as novas relações no jornalismo. 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13152/1/TESE%20Giovana%20Borges%20Mesquita.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Mesquita, G.; Vizeu, A. Em tempo de coronavírus nos telejornais: o “lugar de referência” e a “audiência potente” na produção da notícia. In: EMERIM, C.; PEREIRA, A.; COUTINHO, I (org.). **A (Re)invenção do Telejornalismo em tempos de pandemia**. Florianópolis: Insular, 2020. p. 18-35.

Mignolo, W. **The idea of Latin America**. Oxford: Blackwell, 2005.

Ministério dos Direitos Humanos. **Quilombos e quilombolas: indicadores e propostas de monitoramento de políticas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. 51 p. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13152/1/TESE%20Giovana%20Borges%20Mesquita.pdf> Acesso em: 20 ago. 2022.

Moore, C. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

Moraes, C. **Entre o clima e a economia**: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

Moreira, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

Moscovici, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Moscovici, S. Prefácio. In: **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Moscovici, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2009.

Moura, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Ltda, 1994.

Moura, C. (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

Moura, C. **Os quilombos e a revolução negra**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Moura, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

Muñiz, C. **La política como debate temático o estratégico**: framing de la campaña electoral mexicana de 2012 en la prensa digital. *Comunicación y Sociedad*, n. 23, p. 67-95, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/comso/n23/n23a4.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Nascimento, A. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

Njeri, A. **Educação afrocentrista como via de luta antirracista e sobrevivência na Maafa**. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, [S. l.], n. 31, p. 4–17, 2019. DOI: 10.26512/resafe.vi31.28253. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28253>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Nogueira, L. **Do computador pessoal às múltiplas telas: o webjornalismo audiovisual no Brasil 15 anos depois**. In: Emerim, C. (org.). **Telejornalismo contemporâneo: 15 anos da Rede Telejor**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2020. p. 233-247.

Nossos Negócios. **TV Aberta**. Disponível em: <https://globoir.globo.com/show.aspx?idCanal=AKlvCadri0mhYD5XLFFLew==&lingua gem=pt#:~:text=TV%20Aberta:%20A%20rede%20de,95%25%20dos%20domic%C3%ADlios%20do%20Brasil>. Acesso em: 06 jan. 2025.

Observatório Equidade no Legislativo. **Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal, coordenado pelo assessor legislativo Henrique Salles Pinto**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidadesocial/oel/observatorio-de-equidade-nos-legislativos-federal-e-estaduais>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Oliveira, D. **Racismo e sociedade midiaticizada**: apontamentos conceituais. 2023, Anais.. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producaoacademica/003225719.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.

Oliveira, F.; Werba, G. Representações sociais. In: Jacques, M. G. C. **Psicologia social contemporânea**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Oliveira, M. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

Paternostro, V. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

Park, R. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento**. In: Marocco, B.; Berger, C. (Orgs.). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

Pereira, A.; Monteiro, J. **Jornalismo no TikTok, check!** *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, v. 2, n. 12, nov./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/37174>. Acesso em: 6 fev. 2023.

Pereira Junior, A.; Correia, J. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In: Vizeu, A. (org.). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 11-28.

Pereira, E.; Geraldo, A. **Quilombo, ontem e hoje: a marca da resistência no Brasil**. In: Oliveira, R. M. S. (org.). *Quilombos: saúde mental, psicologias e outras visões*. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2019.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnad/>. Acesso em: 24 dez. 2024.

Pinheiro Filho, F. **A noção de representação em Durkheim**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 61, p. 139-155, 2004.

Pinto, H. **Observatório de Equidade no Legislativo**. Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidadesocial/oel/observatorio-de-equidade-nos-legislativos-federal-e-estaduais>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Quijano, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

Reis, J.; Gomes, F. (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Rezende, G. 60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas. In: Vizeu, A.; Porcello, F.; Coutinho, I. **60 anos de telejornalismo no Brasil**: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010.

Ribeiro, D. **Negro é traficante, branco é estudante que faz “delivery de drogas”**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/07/negro-e-traficantebranco-e-estudante-que-faz-delivery-de-drogas.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2023.

Ribeiro, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Rios, M. **Território quilombola**: uma propriedade especial. *Revista da Escola Superior Dom Helder Câmara – Veredas do Direito*, v. 4, n. 7, jan./jun. 2007.

Disponível em: <https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/90/69>. Acesso em: 19 set. 2024.

Rubim, S. **Educação, história e imagens de D. Sebastião**: a construção de um ideal laico e cristão. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

Santi, H.; Santi, V. **Stuart Hall e o trabalho das representações**. *Revista Anagrama*, set./nov. 2008, São Paulo, p. 1-12.

Santos, A. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

Santos, C. **Pesquisa ativista e a comunicação de ONGs de mulheres negras brasileiras**. *Revista Extraprensa*, São Paulo, Brasil, v. 11, n. esp., p. 23–36, 2018. DOI: 10.11606/extraprensa2018.146036. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/146036>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Schmitz, A. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

Seixas, L. **Valores notícia**: uma proposta de análise. *Revista Observatório*, v. 4, n. 4, p. 334-366, 29 jun. 2018.

Silva, T. **O colorismo e suas bases históricas discriminatórias**. *Revista da Universidade Salvador*. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760/3121>. Acesso em: 20 out. 2023.

Simas, L.; Rufino, L. **Encantamento**: políticas de vida. São Paulo: Mórula, 2020.

Siqueira, F. **Representações sociais de família por diferentes gerações e sua relação com a memória social**. 2016. Disponível em: Acesso em: 1 dez. 2019.

Squirra, S. **Aprender telejornalismo: produção técnica**. [S.l.: s.n.], 1990.

Sodré, M. **Fascismo da cor**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

Sollitto, A.; Alejandro, D. **TikTok substitui o Google como ferramenta de busca entre os mais jovens**. *Veja*, São Paulo, 23 set. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/tiktok-substitui-o-google-como-ferramenta-debusca-entre-os-mais-jovens>. Acesso em: 21 jul. 2023.

Souza, M. **"Ser quilombola"**: identidade, território e educação na cultura infantil. 2015. 1 recurso online (265 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1627602>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Temer, A. **Flertando com o caos: comunicação, jornalismo e televisão**. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

Terço, T. **Políticos donos da mídia violam a Constituição e fragilizam a democracia: propriedade de mídias são geridas por famílias de políticos milionários que perpetuam seu poder através dos crimes contra o patrimônio público e fortalecimento do discurso de ódio e desinformação.** *Le Monde Diplomatique Brasil*, 27 set. 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/politicos-donos-da-midia-violam-a-constituicao-efragilizam-a-democracia/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Trindade, Z.; et al. **Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos.** In: Almeida, M.; et al. (Orgs.). **Teoria das representações sociais: 50 anos.** Brasília: Technopolitik, 2014.

Tuchman, G. **Making News: a study in the construction of reality.** New York: The Free Press, 1978.

Verón, E. Il est là, je le vois, il me parle. *Revue Communications*, nº 38. Paris: Seuil, p. 99-120, 1983.

Vizeu, A. **O lado oculto do telejornalismo.** Florianópolis: Editora Calandra, 2005.

Vizeu, A. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica.** *Revista FAMECOS*, 16(40), p. 77-83, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2009.40.6321>.

Wachelke, J. **Representações sociais, representações individuais e comportamento.** *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 2007. Disponível em: <Acesso em: 20 set. 2022>.

Wolf, M. **Teorias da comunicação.** 5. ed. Editora Presença, 1999.

Wolton, D. **Elogio do grande público: uma crítica da televisão.** São Paulo: Ática, 1996.

APÊNDICE A – CONTRIBUIÇÕES PARA UM JORNALISMO
COMPROMETIDO COM A JUSTIÇA RACIAL

ORIENTAÇÕES
PARA A
COBERTURA
JORNALÍSTICA

DE POPULAÇÕES QUILOMBOLAS



Orientações para a Cobertura Jornalística de Populações Quilombolas é o resultado de Uma tese do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Ficha Técnica

Pesquisa, texto, edição e revisão

Danilo Borges e Silva de Araújo

Capa, projeto gráfico e diagramação

Danilo Borges e Silva de Araújo

Orientação

Professora Dr^a Giovana Borges Mesquita (UFPE)



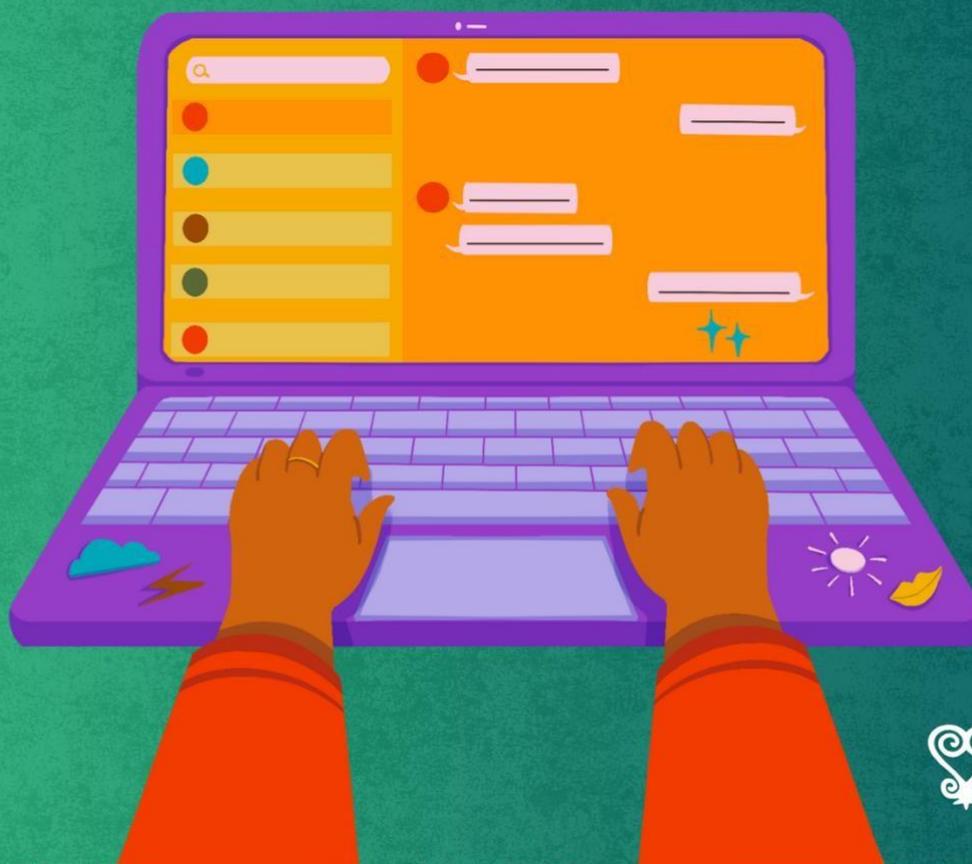
PPGCOM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM COMUNICAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este documento reúne orientações voltadas a jornalistas que abordam temas relacionados às populações quilombolas.

O objetivo é auxiliar na construção de narrativas mais inclusivas e sensíveis, promovendo uma cobertura que respeite as especificidades culturais, históricas e sociais dessas comunidades.

As práticas sugeridas buscam enriquecer as reportagens, combater vieses e fortalecer um jornalismo ético e representativo, alinhado aos princípios de justiça social.



Contextualização e Práticas



CONSTRUA MISSÕES E DIRETRIZES INCLUSIVAS

Alinhe as práticas jornalísticas a valores que respeitem as especificidades das populações quilombolas, envolvendo a equipe na formulação dessas diretrizes para garantir um compromisso coletivo com a justiça social.



CONTEXTUALIZE ALÉM DO EVENTO

Relacione os fatos reportados com os contextos históricos e estruturais. Ao cobrir temas como violência contra lideranças, explore dinâmicas históricas e omissões estatais que perpetuam desigualdades.



AMPLIE O TEMPO DE APURAÇÃO

Dedique tempo para investigações profundas, explorando múltiplas dimensões dos temas e buscando documentações históricas que complementem as perspectivas locais.



DESENVOLVA CAPACIDADE CRÍTICA CONTÍNUA

Promova treinamentos nas redações sobre racismo, história quilombola e práticas antirracistas, fomentando o diálogo e a escuta ativa sobre diversidade.



RECONHEÇA A PLURALIDADE DAS NARRATIVAS

Valorize as vozes individuais sem homogeneizar experiências, mostrando como as práticas culturais dialogam com o presente e reforçando o protagonismo das comunidades.



RELACIONE COM POLÍTICAS PÚBLICAS

Inclua discussões sobre o impacto de programas sociais, demarcação de terras e acesso a direitos básicos, conectando os fatos às responsabilidades do Estado e da sociedade.

Narrativas Inclusivas



DIVERSIFIQUE AS FONTES DE MANEIRA ESTRATÉGICA



Inclua vozes diversas nas reportagens, indo além das lideranças mais visíveis. Dê espaço a mulheres, jovens e idosos quilombolas, refletindo a diversidade interna das comunidades.

FUJA DOS ESTEREÓTIPOS



Evite narrativas que reduzam as populações quilombolas a símbolos de resistência ou vítimas passivas. Destaque também suas contribuições em áreas como sustentabilidade, inovação social e direitos humanos.

VALORIZE PRÁTICAS EXISTENTES



Identifique e potencialize práticas informais de diversidade já existentes nas redações, transformando-as em políticas consistentes e alinhadas à inclusão.

ADOpte UMA ABORDAGEM ÉTICA E HUMANIZADORA



Represente os quilombolas de maneira digna, destacando tanto conquistas quanto desafios. Crie espaços de acolhimento nas redações para promover empatia e colaboração.



4 Bancos de fontes gratuitos para jornalistas



ENTREVISTE UM NEGRO

Criado pela jornalista Helaine Martins, este diretório conecta comunicadores a profissionais negros de diferentes regiões do Brasil. Com mais de 50 contatos organizados por especialidade e identidade de gênero, é uma excelente ferramenta para ampliar a diversidade em reportagens.

Saiba mais: @entrevisteumnegro

AMAZÔNIA VOX

Dedicado a traduzir a realidade amazônica para a cobertura jornalística, o Amazônia Vox reúne especialistas e lideranças locais em segmentos como movimentos sociais, povos tradicionais, setor cultural e agentes públicos. Uma plataforma que facilita o acesso a fontes de diferentes regiões e áreas de atuação.

Saiba mais: @amazoniavox

AGÊNCIA BORI

A Agência Bori conecta jornalistas a mais de 500 pesquisadores de instituições brasileiras, oferecendo estudos inéditos e contatos de porta-vozes sobre temas como saúde, Amazônia e sistemas alimentares. Ideal para enriquecer matérias com dados científicos confiáveis.

Saiba mais: @borinasredes

REDE CAJUEIRA

A Rede Cajueira disponibiliza um amplo diretório de especialistas e jornalistas nordestinos. Com mais de dois mil contatos, é uma referência para jornalistas que buscam pluralidade e representatividade nas reportagens.

Saiba mais: @cajueira_



PPGCOM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM COMUNICAÇÃO